

ELIZABETE MARIA DA SILVA

A SUSTENTABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS
COOPERATIVOS AGRÍCOLAS FAMILIARES: UM ESTUDO
MULTICASO EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL E
ALICANTE, ESPANHA



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO PÓS GRADUAÇÃO
STRICTU SENSU DOUTORADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
E SUSTENTABILIDADE AGROPECUÁRIA

CAMPO GRANDE /MS
JULHO /2017

ELIZABETE MARIA DA SILVA

SUSTENTABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS
COOPERATIVOS AGRÍCOLAS FAMILIARES: UM ESTUDO
MULTICASOS EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL E
ALICANTE, ESPANHA

Autora: Elizabete Maria da Silva
Orientador: Michel Ângelo Constantino de Oliveira
Coorientador: José Daniel Gómez López

Tese apresentada, como parte das exigências para obtenção do título de DOUTOR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE AGROPECUÁRIA, no Programa de Pós-Graduação *Strict Sensu* em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária da Universidade Católica Dom Bosco - Área de concentração: "Sustentabilidade Ambiental e Produtiva" Aplicada ao "Agronegócio e Produção Sustentável"

Campo Grande
Mato Grosso do Sul
Julho de 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

S586s Silva, Elizabete Maria da
Sustentabilidade de empreendimentos cooperativos agrícolas familiares: um estudo multicase em Mato Grosso do Sul, Brasil e Alicante, Espanha / Elizabete Maria da Silva; organizador Michel Ângelo Constantino de Oliveira; coorientador José Daniel Gómez López. -- 2017
136 f.

Tese (doutorado em ciências ambientais e sustentabilidade agropecuária) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

Inclui bibliografias.

1. Cooperativas agrícolas – Mato Grosso do Sul 2. Cooperativas agrícolas – Alicante, Espanha 2. Desenvolvimento sustentável
I. Oliveira, Michel Ângelo Constantino de II. López, José Daniel Gómez
III. Título.

CDD: 334.68



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Inspira o futuro

**Sustentabilidade de Empreendimentos Cooperativos Agrícolas Familiares:
Um estudo Multicaso entre Mato Grosso do Sul, Brasil e Alicante, Espanha**

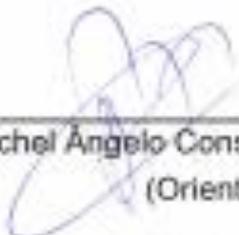
Autor(a): Elizabete Maria da Silva

Orientador: Prof. Dr. Michel Ângelo Constantino de Oliveira

Coorientador: Prof. Dr. José Daniel Gómez López

TITULAÇÃO: Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária
Área de Concentração: Sustentabilidade Ambiental e Produtiva.

APROVADA em 24 de julho de 2017.



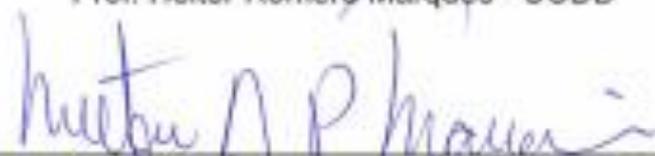
Prof. Dr. Michel Ângelo Constantino de Oliveira - UCDB
(Orientador)



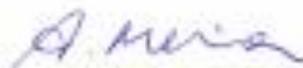
Prof. Dr. Reginaldo Brito da Costa - UCDB



Prof. Heitor Romero Marques - UCDB



Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - UFMS



Prof. Dr. Alexandre Meira de Vasconcelos - UFMS

A Deus que me fez sensível a realidade, me presenteando com a força, a coragem e sabedoria necessárias, que me impulsionaram ao longo de todo esse trabalho.

AGRADECIMENTO

À Universidade Católica Dom Bosco e À Universidade de Alicante, todo seu corpo docente, direção e administração, por contribuírem e oportunizarem todas as etapas do processo de aprendizagem e construção presentes aqui.

Aos professores que me orientaram, mesmo por pouco tempo, e que contribuíram e oportunizaram a janela que me permitiu vislumbrar horizontes superiores.

Ao Professor Michel Ângelo Constantino de Oliveira e José Daniel Gómez López, por concluírem a minha orientação nesse trajeto.

As pessoas que contribuíram com informações sobre a organização e funcionamento dos grupos cooperativos analisados no Brasil e na Espanha.

Aos meus familiares, pela esperança, vibração, incentivo, durante essa jornada.

A todos (as) que direta ou indiretamente fizeram parte da minha vida nesse período de formação, que foi por vezes exigente, porém, não menos prazeroso, o meu muito obrigado!

“Quando se sonha sozinho é apenas um sonho. Quando se sonham juntos é o começo da realidade.”

— Cervantes.

RESUMO

O presente estudo é uma análise da sustentabilidade de cooperativas agrícolas familiares no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil e da província de Alicante Espanha. Objetivou-se, por meio de um estudo de casos múltiplos, diagnosticar a existência de diferenças na sustentabilidade de cooperativas agroalimentares de um país considerado desenvolvido e um país em desenvolvimento. Foram elencadas quatro dimensões da sustentabilidade, a política, econômica, social e ambiental para realização da análise. Foi levantada a hipótese de que as cooperativas, do país considerado mais desenvolvido, a Espanha, seriam mais sustentáveis, sendo o processo de desenvolvimento alcançado, por essas, exemplos para as cooperativas do país menos desenvolvido, no caso estudado, o Brasil. Foram visitados 16 grupos cooperativos de agricultores familiares em cada uma das regiões, dos dois países estudados, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Alicante, Espanha. Os grupos cooperativos analisados foram escolhidos com base nos que aceitaram disponibilizar as informações solicitadas. A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de questionário, respondido por coordenadores e administradores dos grupos pesquisados. A conclusão confirma a hipótese, de que as cooperativas de Alicante, Espanha, seriam mais sustentáveis, por possuir equidade no que se refere a infraestrutura física, tamanho, receitas, participação local, cooperação entre cooperativas, entre outras, conferindo maior intersecções sustentáveis nas dimensões aqui analisadas. Entretanto as cooperativas de Mato Grosso do Sul, mostraram maior eficiência relativa e semelhantes intersecções sustentáveis na dimensão social, pois existe forte auxílio de programas governamentais que diminuem ou anulam custos, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE e Programa de aquisição de Alimentos, PAA. As cooperativas da região brasileira analisadas estão em um processo organizacional menos desenvolvido, quando comparado ao espanhol, porém com probabilidade de evoluírem para o mesmo modelo dessas. A análise gera questionamentos sobre as perspectivas do cooperativismo, pois, apesar das cooperativas espanholas gerarem empregos, renda, maiores possibilidades de participação e cuidados com o ambiente, as mesmas estão assumindo uma organização empresarial mercantil, se afastando, assim, do motivo inicial do surgimento do cooperativismo.

PALAVRAS CHAVES: Sustentabilidade; dimensões sustentáveis; cooperativas agrícolas familiares.

RESUMEN

El presente estudio es un análisis de la sostenibilidad de las cooperativas agrícolas familiares en el Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil y la provincia de Alicante España. Se objetivó, por medio de un estudio de casos múltiples, diagnosticar la existencia de diferencias en la sostenibilidad de cooperativas agroalimentarias de un país considerado desarrollado y un país en desarrollo. Se han enumerado cuatro dimensiones de la sostenibilidad, la política, económica, social y ambiental para la realización del análisis. Se planteó la hipótesis de que las cooperativas, del país considerado más desarrollado, España, serían más sostenibles, siendo el proceso de desarrollo alcanzado, por esas, ejemplos para las cooperativas del país menos desarrollado, en el caso estudiado, Brasil. Se visitaron 16 grupos cooperativos de agricultores familiares en cada una de las regiones, de los dos países estudiados, Mato Grosso do Sul, Brasil, y Alicante, España. Los grupos cooperativos analizados fueron elegidos en base a los que aceptaron disponibilizar la información solicitada. La investigación de campo fue realizada por medio de la aplicación de cuestionario, respondido por coordinadores y administradores de los grupos encuestados. La conclusión confirma la hipótesis, de que las cooperativas de Alicante, España, serían más sostenibles, por tener equidad en lo que se refiere a la infraestructura física, tamaño, ingresos, participación local, cooperación entre cooperativas, entre otras, dando mayores intersecciones sostenibles en las dimensiones Tiempo analizado. Las cooperativas de Mato Grosso del Sur, mostraron una mayor eficiencia relativa y similares intersecciones sostenibles en la dimensión social, pues existe una fuerte ayuda de programas gubernamentales que disminuyen o anulan costos, como es el caso del Programa Nacional de Alimentación Escolar, PNAE y Programa de adquisición De Alimentos, PAA. Las cooperativas de la región brasileña analizadas están en un proceso organizacional menos desarrollado, cuando comparado al español, pero con probabilidad de evolucionar hacia el mismo modelo de esas. El análisis genera cuestionamientos sobre las perspectivas del cooperativismo, pues, a pesar de que las cooperativas españolas generan empleos, ingresos, mayores posibilidades de participación y cuidados con el ambiente, las mismas están asumiendo una organización empresarial mercantil, alejándose así del motivo inicial del surgimiento Del cooperativismo.

PALABRAS CLAVES: Sostenibilidad; Dimensiones sostenibles; Cooperativas agrícolas familiares.

ABSTRACT

The present study is an analysis of the sustainability of family farming cooperatives in the State of Mato Grosso do Sul, Brazil and the province of Alicante Spain. The objective of this study was to diagnose the existence of differences in the sustainability of agro-food cooperatives in a developed country and in a developing country. Four dimensions of sustainability, political, economic, social and environmental, were included to carry out the analysis. It was hypothesized that cooperatives, from the more developed country, Spain, would be more sustainable, and the development process reached, for these, examples for cooperatives in the less developed country, in the case studied, Brazil. Sixteen cooperative groups of family farmers were visited in each of the two studied countries, Mato Grosso do Sul, Brazil, and Alicante, Spain. The cooperative groups analyzed were chosen based on those who agreed to make the requested information available. Field research was carried out through the application of a questionnaire, answered by coordinators and administrators of the groups surveyed. The conclusion confirms the hypothesis that cooperatives in Alicante, Spain, would be more sustainable, since they have equity in terms of physical infrastructure, size, revenues, local participation, cooperation between cooperatives, among others, giving greater sustainable intersections in the dimensions Time analyzed. However, cooperatives in Mato Grosso do Sul have shown greater relative efficiency and similar sustainable intersections in the social dimension, since there is strong support from government programs that reduce or cancel costs, such as the National School Feeding Program, PNAE and Acquisition Program Of Food, PAA. The cooperatives of the Brazilian region analyzed are in an organizational process less developed, when compared to the Spanish, but with probability of evolving to the same model of these. The analysis raises questions about the perspectives of cooperativism, since, although Spanish cooperatives generate jobs, income, greater possibilities of participation and care for the environment, they are assuming a commercial organization, thus moving away from the initial motive of the emergence of cooperativism.

KEY-WORDS: Sustainability; Sustainable dimensions; Family farming cooperatives

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
ARTIGO 1 - ANÁLISE DAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EMPREENHIMENTO DE AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO MULTICASOS ENTRE ESPANHA E BRASIL	40
1 INTRODUÇÃO	42
2 METODOLOGIA	44
3 POLÍTICA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR DE PRODUÇÃO ECOLÓGICA	45
4 POLÍTICA PÚBLICA PARA PRODUTORES FAMILIARES ECOLÓGICOS NO BRASIL	48
5 POLÍTICAS AGRÍCOLAS NA ESPANHA	52
6 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NO PROCESSO DE APREENSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE BRASIL E ESPANHA E A EFETIVIDADE DESSAS PARA A SUSTENTABILIDADE	56
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERENCIAS	62
ARTIGO 2 - EFICIÊNCIA DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FAMILIARES DO BRASIL E ESPANHA: UMA ABORDAGEM COM ANÁLISE ENVOLTORIA DE DADOS (DEA)	68
1 INTRODUÇÃO	70
2 REVISÃO DA LITERATURA	72
3 EFICIÊNCIA E VARIÁVEIS	74
4 METODOLOGIA	75
4.1 MODELO CCR	75
4.2 MODELO DE PROGRAMAÇÃO MATEMÁTICA	76
5 CAMPOS EMPÍRICOS DE ESTUDO	77
5.1 COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO BRASIL	77
6 COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NA ESPANHA	78
7 RESULTADOS	80
7.1 MATO GROSSO DO SUL, BRASIL	80
7.2 ALICANTE, ESPANHA	82
7.3 MATO GROSSO DO SUL, BRASIL E ALICANTE, ESPANHA	84

8 CONCLUSÕES	86
REFERÊNCIAS	87
ARTIGO 3- DIMENSÕES SUSTENTÁVEIS DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FAMILIARES: UMA ANÁLISE BRASIL E ESPANHA	92
1 INTRODUÇÃO.....	94
2 SUSTENTABILIDADE.....	95
2.1 DIMENSÃO POLÍTICA	97
2.2 DIMENSÃO SOCIAL.....	97
2.3 DIMENSÃO ECOLÓGICA	97
2.4 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	97
3 METODOLOGIA.....	98
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	100
4.1 DIMENSÃO POLÍTICA	100
4.2 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	103
4.3 DIMENSÃO SOCIAL.....	107
4.4 DIMENSÃO AMBIENTAL.....	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERENCIAS	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS GERAIS	122
APÊNDICE.....	137
APÊNDICE A - DIMENSÃO SOCIAL: SUSTENTABILIDADE SOCIAL DAS COOPERATIVAS AGROALIMENTARES DA PROVÍNCIA DE ALICANTE (ESPANHA)	138
1 INTRODUÇÃO	140
2 GRUPOS COOPERATIVOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NA ESPANHA	141
3 SUSTENTABILIDADE	142
4 METODOLOGIA	144
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	146
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
BIBLIOGRAFÍA	159
APÊNDICE B- DIMENSÃO AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS PRÁTICAS ECOLÓGICAS DE COOPERATIVAS AGROALIMENTAR DA PROVÍNCIA DE ALICANTE (ESPANHA).....	162
1 INTRODUÇÃO	164
2 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	166

3	GRUPOS COOPERATIVOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NA ESPANHA	168
4	SUSTENTABILIDADE	169
5	METODOLOGIA	171
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	173
7	CONCLUSÃO	181
	BIBLIOGRAFIA	182
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO	187

LISTA DE FIGURAS, QUADROS TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1- Dimensões da sustentabilidade.....	18
Figura 2-Município sedes das cooperativas analisadas na província de Alicante, Espanha.	28
Figura 3-Municípios sede das cooperativas analisadas no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.....	29
Figura 4 - Alcance da fronteira da eficiência	74
Figura 5-Municípios sedes das cooperativas analisadas no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.....	78
Figura 6-Municípios sedes das cooperativas analisadas na província d Alicante, Espanha	79
Quadro 1:Convergências e divergências no processo de apreensão das políticas públicas, Brasil e Espanha	56
Tabela 1-Variáveis da pesquisa	25
Tabela 2- Output e Inputs	75
Tabela 3-Eficiência – Brasil	80
Tabela 4-Eficiência – Espanha	82
Tabela 5- Eficiência - Alicante, Espanha X Mato Grosso do Sul, Brasil	85
Tabela 6- Variáveis da pesquisa	99
Gráfico 1-Idade média dos trabalhadores	104
Gráfico 2-Renda bruta da produção dos associados e gastos com insumos.	104
Gráfico 3- Número de sócios nos últimos quatro anos.....	108
Gráfico 4-Média de idade dos associados	108
Gráfico 5-Produção ecológica: Ingresso bruto e quantidade produzida	110

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS DO APÊNDICE

APÊNDICE A

Tabela A: 1-Variáveis da pesquisa.....	145
Gráfico A: 1- Número de associados nos últimos quatro anos	148
Gráfico A: 2-Idade média dos associados	149
Gráfico A: 3- Nível educacional dos associados.....	149
Gráfico A: 4- Média de idade dos trabalhadores	150
Gráfico A: 5-Atividades participativas e percentual de participação por grupo cooperativo	152
Gráfico A: 6 - Relação entre quantidade produzida, ingresso bruto e gastos gerais.....	153

APÊNDICE B

Figura B: 1-Municípios sedes dos grupos cooperativos analisados na província de Alicante, Espanha	172
Tabela B: 1- Variáveis da pesquisa.....	173
Gráfico B: 1- Relação entre quantidades produzidas, ingressos brutos e gastos em gerais	174
Gráfico B: 2- Produção ecológica: Ingresso bruto e quantidade produzida...	176

LISTA DE SIGLAS

- ACI- Aliança Cooperativa Internacional
- AGRAER- Agência Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
- AMFFI- Associação de Moradores e Ex-funcionários da Fazenda Itamarati
- ATOs- Organizações de Comércio Alternativo
- BNDS- Banco Nacional de Desenvolvimento
- CAPES- Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEE – Comunidade econômica europeia
- CFRs- Casas Familiares Rural
- CIAPO- Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
- CNAPO- Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- CNUMAD- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- CPS- compras públicas sustentáveis
- CUT- Central Única dos Trabalhadores
- DEA – Data Envelopment Analysis (Análise envoltória de dados)
- D.O.P- Denominación de Origen Protegida
- EFAs- Escolas Famílias Agrícolas
- E.T.G.- Especialidades Tradicionales Garantizadas
- FAF- Federação Agricultura Familiar
- FAFI- Funcionários Associados da Fazenda Itamarati

FETAGRI- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul

FINAME- Financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos

I.G.P.- Indicación Geográfica Protegida

INE- Instituto Nacional de Estadística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITERRA- Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MARM- Ministerio de Agricultura Alimentación y Medio Ambiente

MESS- Ministerio de Empleo y Seguridad Social

MST- Movimentos dos trabalhadores sem Terras

OCB- Organização das Cooperativas Brasileira

OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC - Organización Mundial del Comercio

OPFH- Organizaciones de productores de frutas y hortalizas

PAA- Projeto de Aquisição de Alimentos

PAC – POLITICA AGRICOLA COMUM

PENAE- Projeto Nacional de Alimentação Escolar

PLANAPO- Plano nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Pnapo- política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

SAT- Sociedades Agrarias de Transformación

UE – União Europeia

UNICAFES- União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

INTRODUÇÃO

O ser humano, sempre buscou na cooperação alternativa para aumentar suas chances de sobrevivência e diante dos desafios atuais esse tema ganha destaque, em especial na agricultura familiar, devido às dificuldades, dos agricultores familiares, causadas pelas transformações sociais e mudanças nos modos de produção. Esse cenário coloca em evidencia a necessidade de priorizar, além da cooperação, a sustentabilidade. Vale ressaltar que a discussão sobre a sustentabilidade tem grande peso na questão econômica do setor agrário, tema que tem especial colaboração na obra de Theis e Tomkin, (2012).

A sustentabilidade vem se tornando uma exigência cada vez mais premente. A produção de alimentos aumentou na última década, evitando que as teorias de Malthus, de que haveria fome no mundo, se concretizassem. Esse aumento da produção se deu principalmente commodities, tais como soja, milho, algodão, cana, entre outros.

Mundialmente a agricultura tem sido palco de grandes inovações. Num ambiente em que predominam princípios da internacionalização de capital, estas inovações se pautam principalmente na razão instrumental, voltada à produtividade e redução dos custos de produção e circulação. Visam também, a maximização do lucro, num mercado em que prevalece uma alta concorrência, pautada pela presença de grandes empresas transnacionais.

Entre as alternativas apresentadas pela literatura, para maior sustentabilidade do setor agrícola familiar por meio de inovações territoriais, está a cooperação entre os produtores o que é amplamente destacado pelos autores Singer (2002), Gómez López (2004), Coelho (2006), López, Fonca e Servós (2009), Fonca e Servó (2010).

A cooperação está diretamente ligada à confiança, normas existentes, reciprocidade, e é difundida como uma forma de atuação conjunta, que pode ajudar a vencer obstáculos e alcançar objetivos comuns por meio de sua institucionalização, que são as cooperativas. Em alguns países, a cooperação entre agricultores e sua institucionalização em cooperativas, é inerente ao seu processo

histórico econômico e social, como é o caso da maioria dos países europeus, entre esses a Espanha. Muitos autores, entre esses, Gomez López (2004), dão destaque a importância das cooperativas agrícolas, na província de Alicante, para agricultores familiares descapitalizados se defenderem das dificuldades apresentadas pelo mercado. Essas, as cooperativas, representam o principal fator de resistência dos agricultores locais ao processo de modernização da agricultura.

Em diversos países da América Latina, especificamente, algumas regiões do Brasil, existem muitos casos exitosos, onde a cooperação também faz parte da história agrícola familiar, com diversas experiências organizativas positivas. No entanto, na Região centro Oeste do país, especificamente no Estado de Mato Grosso do Sul, a cooperação, apesar de fazer parte do cotidiano do agricultor, sua institucionalização é rechaçada e muitas vezes temida, tema que já foi abordado por Scopinho (2007).

A não existência da cooperação pode ser motivada, principalmente, pela inexistência dos ativos inerentes a essa, tais como a confiança, reciprocidade, respeito às normas de condutas morais, entre outros. Esses fatores já foram analisados por diversos autores, tais como Schimitz, Mota e Prado (2007), como atributos essenciais para a existência da cooperação entre os indivíduos. Assim, pelo exposto, o estudo sobre a cooperação é importante, uma possibilidade de constituir referenciais que gere proposituras alternativas às organizações agrícolas familiares mais sustentáveis. Mas em que aspectos grupos cooperativos podem diferir entre si em regiões com distintos processos de desenvolvimento?

Para compreender a cooperação entre agricultores familiares e o seu processo de desenvolvimento, nasce à proposta da presente pesquisa, analisar empreendimentos cooperativos de uma região onde os agricultores possuem cultura cooperativista e de uma região onde a mesma ainda esta em fase de consolidação.

A pergunta que norteou a pesquisa foi sobre a existência de diferenças essenciais na sustentabilidade de cooperativas agroalimentares de um país considerado desenvolvido e um país em desenvolvimento. Considerando que haja diferenças, em qual desses países essas cooperativas apresentam maior sustentabilidade? O que torna algumas cooperativas mais sustentáveis que as outras? Quais as características diferenciam os empreendimentos considerados mais sustentáveis? As cooperativas continuam sendo uma possibilidade de sobrevivência da agricultura familiar? Pela análise realizada, quais as perspectivas

para esses grupos? Foi considerado como hipótese da pesquisa, que os grupos cooperativos são possibilidades de sustentabilidade do setor agrícola familiar, tanto em países considerados desenvolvidos como em países subdesenvolvidos, sendo que nos países desenvolvidos esses grupos cooperativos apresentariam maior sustentabilidade.

Para avaliar a hipótese e a questão norteadora, o objetivo dessa Tese foi realizar um estudo de casos múltiplos entre duas regiões, de dois países em diferentes estágios de desenvolvimento, Mato Grosso do Sul Brasil e Alicante, Espanha, por meio de amostra aleatória, com base nos que aceitaram disponibilizar as informações solicitadas. Foram focados grupos cooperativos, especificamente, agrícola familiares, e a relação desses com a sustentabilidade nas dimensões citadas.

A Tese ora apresentada foi dividida nessa introdução, no referencial teórico, objetivos, três capítulos, considerações gerais e apêndices. Vale ressaltar, que nos apêndices, estão, como material suplementar, dois artigos sobre os grupos cooperativos da província de Alicante, construídos durante a elaboração da presente Tese. Consta, ainda, nos apêndices, o questionário utilizado como instrumento norteador na pesquisa. Os capítulos e as considerações gerais serão descritos sucintamente a seguir.

No capítulo 1, são abordadas as dimensões da pesquisa, por meio de uma análise da apreensão das políticas públicas, para produtores ecológicos agrícolas familiares, existentes nas regiões analisadas no Brasil e na Espanha. Fundamentado na metodologia de análise multicase, foi possível a elaboração de um quadro de convergência e divergências da atuação de empreendimentos cooperativos de produtores agrícolas familiares em relação às políticas públicas ecológicas existentes.

No capítulo seguinte, capítulo 2, foi realizada uma análise da eficiência relativa desses empreendimentos por meio da Análise Envoltória de Dados, DEA. O objetivo foi verificar em qual das regiões analisadas, esses empreendimentos, possuem possibilidades de produção de alimentos aos mais baixos custos, quais características produtivas os tornam potencialmente mais eficientes.

O último capítulo, capítulo 3, foi realizada uma comparação da sustentabilidade, nas quatro dimensões elencadas, em amostras de cooperativas do Estado de Mato Grosso, Brasil, e da província de Alicante, Espanha. Nesse capítulo

foram analisadas as cooperativas agrícolas familiares, no que concerne a sua participação junto aos agricultores familiares. Foi considerado, que uma das regiões analisadas, possui características históricas de organizações cooperativas, sendo essa a província de Alicante, Espanha, e na outra região, o Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, o processo cooperativo é ainda incipiente, o que pode ser justificado por esse ser um estado jovem, composto de migrantes de diversas regiões do país.

Nas considerações gerais, foram elencadas as conclusões dos três capítulos da tese, verificando que pela análise realizada, há uma mudança no processo organizativo das cooperativas, na região analisada nos dois países. Em alguns aspectos, as cooperativas brasileiras apresentam intersecções sustentáveis mais amplas, como na dimensão econômica, no que se refere a eficiência relativa. Entretanto, verificou-se que no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, os grupos cooperativos se encontram em um estágio anterior ao desenvolvimento das cooperativas de Alicante, Espanha, mas com perspectivas para alcançar o mesmo patamar de desenvolvimento.

OBJETIVOS

Avaliar a sustentabilidade de empreendimentos cooperativos de agricultores familiares na província de Alicante, Espanha e no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Objetivos específicos:

- Comparar as políticas públicas existentes, para empreendimentos cooperativos de agricultores familiares de Mato Grosso do Sul, Brasil e Alicante, Espanha;
- Efetuar a avaliação da eficiência dos empreendimentos cooperativos agrícolas familiares dos dois países: Brasil, especificamente no Estado de Mato Grosso do Sul e Espanha, província de Alicante;
- Compreender a organização dos empreendimentos cooperativos e seu processo de transformação, por meio de uma análise das cooperativas agrícolas familiares de um país desenvolvido, Alicante, Espanha e um país em desenvolvimento, Mato Grosso do Sul, Brasil.

REVISÃO DA LITERATURA

Nessa seção é apresentada a literatura sobre os conceitos de agricultura familiar, cooperação e cooperativismo, sustentabilidade e suas dimensões abordadas, bem como algumas definições sobre eficiência. Também é apresentado as delimitações da pesquisa e variáveis utilizadas.

AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS, CONCEITOS E PRODUÇÃO ECOLÓGICA

A modernização da agricultura inicia, em todo o mundo, na década de 30, devido a um amplo programa empresarial, que teve como justificativa oficial o aumento da produção agrícola no mundo. A modernização da agricultura é um programa introduzido por meio de melhoramento genético de plantas e animais, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. Um processo de transição de desenvolvimento agrícola que ficou conhecido como a revolução verde (Brum, 1988). Nesse período se iniciam as discussões sobre políticas públicas para a agricultura. Inicialmente, essas políticas públicas, foram elaboradas levando se em conta apenas a agricultura de exportação, que era considerada como de grande importância para as economias dos países (FURTADO, 1983).

Segundo Coelho (2001), as políticas agrícolas para agricultura familiar são essenciais para a realização de uma melhor reserva e distribuição de recursos, devido à necessidade de manter certo padrão de renda dos produtores e garantir a produção de alimentos, em quantidade e qualidade. A produção agrícola é fortemente marcada pelas intempéries, estando assim a mercê de variações na quantidade e qualidade produzidas, podendo variar a oferta de produtos para a comercialização, bem como dificuldades na alocação de recursos, pelos produtores, para a quitação dos custos de produção.

Atualmente, ao se referir à sustentabilidade das políticas públicas para o setor agrário, é usado o termo agroambiental, que é um processo de união de duas vertentes políticas, a política ambiental e a política agrícola. Esse termo começou a ser utilizado em 1985, em um acordo firmado entre o Reino Unido e a Comunidade Econômica Europeia (CEE). O objetivo, da união dessas vertentes políticas, era diminuir os impactos ambientais causados pela produção agrária (OCDE, 2003).

A OCDE lançou no ano 2000, uma metodologia de sistematização de políticas públicas, com o objetivo de possibilitar o monitoramento e avaliação dessas políticas. Para realizar esse objetivo, é necessário avaliar os comando e controle e os incentivos econômicos existentes. Como comando e controle são determinados às iniciativas que limitam ou controlam a utilização dos recursos naturais, levando em conta o benefício da sociedade (BARBIERI, 2007; OCDE, 2003; ROMEIRO, 2007).

Quanto aos instrumentos econômicos, esses são determinados por incentivos e benefícios que influenciam o comportamento das pessoas, levando as mesmas a adotarem as medidas que lhes favoreçam mais economicamente (BARBIERI, 2007; OCDE, 2003; ROMEIRO, 2007). Essa metodologia, da sistematização de políticas públicas, permite maior conhecimento e interação no processo de desenvolvimento agrícola familiar.

Políticas públicas, que promovam padrões sustentáveis de produção e consumo são apresentadas, nas diversas conferências mundiais, como um desafio aos governos. Esse aspecto foi enfatizado na Agenda 21, que é documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrido no Rio de Janeiro em 1992, a Rio-92. Segundo esse citado documento, o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado se as nações puderem reduzir ou mesmo eliminar padrões que sejam insustentáveis para a produção e o consumo, considerados como as principais causas da degradação ambiental no planeta (CNUMAD, 2000). Esse aspecto foi retomado na Rio+20, que aconteceu também no Rio de Janeiro em 2012 (CNUDS, 2012).

Os governos têm a opção de atuar na correção das falhas de produção, podendo buscar investir em um processo produtivo mais sustentável (IPEA, 2011).

Entre alternativas governamentais adotadas para agricultura familiar, está a utilização das compras públicas sustentáveis (CPS). Que é a preferência aos

serviços e produtos, considerados pelos governos como mais favoráveis para a sustentabilidade da sociedade. Há ainda a criação ou a supressão de tributos considerados específicos, bem como no oferecimento de subsídios, no estabelecimento de uma carteira de produtos que podem ser incluídos como prioritários nas licitações públicas e políticas específicas para aquisição de determinados produtos, como gêneros alimentícios (SAMBUICHI; GALINDO; OLIVEIRA; MOURA, 2014). Portanto, são muitas as alternativas para a intervenção institucional no processo de construção da sustentabilidade, principalmente na agricultura familiar.

O termo, agricultura familiar, teria emergido, segundo Schneider (2003), na década de 90, no âmbito dos movimentos sociais na luta pela terra. Passou a se construir em torno dele uma noção que abrigava diversas categorias sociais, tais como os assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias. Ela nascia no movimento para substituir termos como pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Abramovay (1992) defende que a agricultura familiar é resultado da evolução da agricultura camponesa, um processo de modernização dos estabelecimentos agrícolas familiares, que se adequaram para atender as exigências do mercado, sem, no entanto, perder o essencial que é a gestão familiar do empreendimento. Ainda segundo o autor, mesmo inserida no mercado, os resultados da produção agrícola familiar são sempre voltados para o bem-estar familiar.

Hughes Lamarche (1993) realizou um estudo comparativo em nível internacional e verificou que a agricultura familiar tem preocupação com o mercado, mas o que a identifica é a sua lógica de organização da agricultura. Uma associação entre a agricultura camponesa e de subsistência com a agricultura familiar moderna. Mas em ambas a predominância da mão-de-obra familiar é a estratégia, associada à busca pelo acesso estável a terra, como processo de reprodução da família. Lamarche (1993) apontou para a diversidade de lógicas produtivas já existentes na agricultura familiar brasileira, em relação à tecnologia, à combinação dos fatores de produção e ainda de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas dentro e fora da propriedade. Também apontou para sua diferenciação nas formas de inserção no mercado.

No mundo da academia, alguns teóricos foram importantes para começar a se refletir a agricultura familiar como categoria conceitual, dentre eles Huges Lamarche

(1993) e Nazareth Wanderley (1999). Para estes, a agricultura familiar era um conceito genérico, que incorporava múltiplas acepções. Esta última autora também lembra que a agricultura familiar moderna ainda guarda muito das raízes camponesas e mesmo, quando se interessa em obter lucro, este se destina à satisfação das necessidades da família.

Relacionados aos estudos sobre a realidade da agricultura familiar, no contexto da mundialização, emergiu um novo conceito associado, o da “pluriatividade”. Destaque pode ser feito, nesse caso, aos estudos de Guanzirolí e Cardim (2000). Onde se constata que os membros da agricultura familiar também haviam passado a se dedicar a atividades não agrícolas, dentro e fora da propriedade, repercutindo em sua forma de organização. A unidade familiar pluriativa, segundo Schneider (2003), tornou-se a nova forma estratégica de reprodução social e econômica das famílias rurais, fenômeno que já vinha sendo conhecida em nível internacional. No Brasil, essa pluriatividade já se verificava por meio da prática do trabalho rural acessório e de atividades não agrícolas complementares.

Essas são proposições acadêmicas que mostram a importância da agricultura familiar, o que foi evidenciado, no Brasil, nos censos agropecuários desde 1950. Neste, os agricultores familiares que têm menos de 100 hectares nunca se distanciaram de 90% do total de estabelecimentos, com 20% da área ocupada. É evidenciado, portanto, a resistência e resiliência desses agricultores, que subsistem a partir do trabalho familiar (VEIGA et al., 2001).

No meio acadêmico existem diversas reflexões analíticas a respeito de agricultura familiar, permeadas de polêmicas. Na União Europeia (EU), a importância da agricultura familiar é destacada pela Política Agrícola Comum (PAC), além das políticas agrícolas nacionais adotadas em cada país. A PAC estabeleceu como estabelecimento agrícola familiar, aquele que possui em sua composição o casal familiar (WANDERLEY, 2004).

Buainain, et al. (2010) retomaram esse conceito mais recentemente, em favor de uma abordagem da agricultura familiar construída politicamente. Abandonaram a categoria que vinha sendo construída com base na forma e particularidade de organização da produção, para caracterizá-la apenas em função de ser uma agricultura sob a gestão da própria família. Segundo esses autores, é essa condição que distingue a agricultura familiar da agricultura patronal e é preciso lembrar que a agricultura familiar adquiriu um status político próprio. Nessa nova acepção, como

na UE, a agricultura familiar refere-se ao agricultor que não é necessariamente pequeno, mas onde a família realiza a gestão do empreendimento.

A relação da agricultura familiar com a sustentabilidade do ambiente natural foi discutida por Altafin (2007). Para essa autora, o agricultor familiar consiste num ator social atuante, com suas diferentes especificidades e diferentes configurações. A relação de sustentabilidade ecológica que esse ator mantém com os recursos da natureza se devem ao seu grau de enraizamento no ambiente natural. A relação pode-se tornar nociva, quando este se encontra em situação de risco, dada pela desestabilização do ambiente natural, mas ocorre como lógica de sobrevivência. A autora continua lembrando que é a vocação que a agricultura familiar tem para ser ao mesmo tempo, produtora e consumidora, que a potencializa para valorização da diversidade, considerada essencial para a conservação ambiental. A gestão familiar, por seu turno, é facilitadora do manejo dos recursos naturais.

As potencialidades da agricultura familiar que a habilitam para exercer a função ambiental, considerada um bem público, é categoria discutida como a multifuncionalidade desse segmento. Onde se considera que o produtor agrícola familiar, além de produzir alimentos e fibras, é apresentado como conservador do ambiente natural e da paisagem, por meio de uma produção sustentável, o que deve ser incentivado por políticas específicas (THOMPSON, 2010).

Entre alternativas para a conservação ambiental, é apontada pela academia a produção ecológica. As discussões sobre uma agricultura alternativa, em oposição ao modelo adotado no processo agrícola vigente, surgem na década de 70. A proposta desse novo modelo foi justamente contrapor as dificuldades ambientais e sociais que emergem durante o processo de modernização da agricultura. Esse novo modelo, portanto, foi denominado, por alguns autores, como agricultura agroecológica, e\ou orgânica (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

O modelo de agricultura ecológica, surgiu primeiramente nos países desenvolvidos, como um novo padrão produtivo, que exigiu inovações tecnológicas para minimizar as perdas, preservar o meio ambiente e o bem-estar da população. Isso pelo uso de tecnologias não convencionais que exigiram inovações e mudança de comportamento, não apenas por valores morais e étnicos, mais também para atender clientes e consumidores com opção de consumo, cada vez mais preocupados com sua saúde, com sua qualidade de vida e de seus descendentes (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Os consumidores destes produtos possuem particularidades diferenciais, em face aos clientes que consomem produtos convencionais. Na comercialização dos produtos orgânicos há um importante fator a ser considerado, que é o conceito de fair trade. Esse conceito se justifica nas práticas injustas do mercado global, no que se refere à distribuição de renda, que afetam principalmente os países subdesenvolvidos. A origem de tal conceito se baseia no “consumo ético”, conceito que teve início na Europa com a emergência de Organizações de Comércio Alternativo (ATOs), como Ten Thousand Villages (1946), Fair Trade Organisatie (1967) e Global Exchange (1988) (LEVI; LINTON, 2003).

Nestes comércios, o consumidor se dispõe a pagar não o estipulado pela costumeira oferta de mercado, conforme a demanda, ou pelo preço de mercado, mas, sim um preço que seja considerado justo, tanto para o produtor quanto para o consumidor, por meio da intermediação direta entre esses. Há ainda os padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas, promovido por meio de encontros de produtores responsáveis com consumidores éticos (LEVI; LINTON, 2003). A premissa é que o consumidor, interessado na saúde e bem-estar de seus familiares, tem a segurança de que o preço pago está sendo distribuído de forma equitativa dentro da cadeia produtiva.

A produção ecológica hoje é considerada um nicho de mercado, muitas vezes explorado por grandes empresas agrícolas transnacionais, gerando dificuldade de inserção no mercado do produtor agrícola familiar. Há, ainda, as dificuldades no consumo, onde o consumidor de baixa renda é excluído, pois atualmente é uma produção destinada a quem tem opção, financeira, de consumo. O movimento agroecológico, formado por organizações de produtores familiares e intelectuais, defendem, que neste caso, uma forma de reduzir o preço seria os arranjos coletivos de produtores ecológicos, que eliminassem esses nichos de mercado, por meio da cooperação (SEVERINO, 2000; CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

A cooperação proporciona situações em que várias pessoas se beneficiam da organização para resolver os problemas de produção ou comercialização, o que muitas vezes individualmente seria impossível (PAULI, 2006). Esse fator é o que caracteriza a ação coletiva, que para Almeida e Ferrante (2009) é determinada pela confiança gerada dentro de uma rede, que produz um ambiente de interdependência, possibilitando as ações em prol do coletivo. Para Lopes e Baldi (2005), essas relações criam laços sociais, fortes e fracos, que geram possibilidades

de sustentabilidade desses empreendimentos, por meio da competitividade cooperativa, possibilitando que eles tenham vantagem competitiva, um novo mercado específico.

COOPERAÇÃO

As redes, normas, reciprocidade e a confiança, são elementos considerados essências para que exista cooperação, por meio do capital social desenvolvido pelos indivíduos em determinado ambiente.

A reciprocidade é entendida como a dinâmica da dádiva e de redistribuição criadora de sociabilidade. O sistema de reciprocidade não considera a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade. A lógica da reciprocidade procura, assim, a ampliação das relações sociais e afetivas (SABOURIN, 2010).

Segundo Radomsky e Schneider (2007), a reciprocidade é fundamental para estruturar relações de confiança, compreendendo as relações de reciprocidade como formadoras de confiança entre as pessoas. Assim, as ações coletivas favorecidas pela presença da confiança proporcionam ao grupo reconhecimento mútuo, reciprocidade e solidariedade. Logo, relações sociais que levem ao desenvolvimento da confiança e da reciprocidade colaboram com a melhoria da estrutura social, fortalecendo as relações entre os indivíduos.

Putnam (1996) defende que a confiança pode atuar na dissolução de potenciais conflitos, inibindo o comportamento oportunista. Segundo Fukuyama (2001), a confiança é o lubrificante que leva um grupo ou organização a funcionar com maior eficiência. Em determinado grupo, quando existem expectativas de comportamentos confiáveis e honestos, os membros desse grupo acabarão por confiar uns nos outros. Para Costa (2004), a construção da confiança se relaciona com a capacidade de os indivíduos relacionarem-se, reconhecendo no outro, habilidades, competências, conhecimentos e hábitos.

A reciprocidade gera laços entre as pessoas, tanto que desde as sociabilidades mais primárias, há um desenrolar de redes e relações, que não terminam e muito menos são iguais, num contínuo processo de instabilidade, levando a construção, desconstrução e a reconstrução (MALINOWSKI, 2003). Portanto, redes podem ser

caracterizadas como um conjunto de relações concretas que une os indivíduos uns aos outros.

As redes sociais ou cooperativas, ainda podem ser caracterizadas por meio dos vínculos existentes entre um conjunto de atores. Esses vínculos são difíceis de serem rompidos e são definidos como laços, que diferem quanto à intensidade e quanto ao conteúdo. Quanto à intensidade, os laços podem ser fortes ou fracos. Quanto ao conteúdo, podem-se citar: recursos, informações e afeição. Granovetter (1973) explicita que laços fortes são aqueles em que há maior proximidade e intimidade entre as pessoas ou grupos sociais, e os laços fracos são constituídos pelas relações mais dispersas dentro de uma rede. Ambos são importantes, no fortalecimento da rede, sendo os laços fortes pela força da coesão interna do grupo e os laços fracos pela quantidade de contatos distantes que podem ser mobilizados, na busca de recursos de poder e na representação dos interesses.

Para Almeida e Ferrante (2009), a ação coletiva é determinada pela confiança gerada dentro de uma rede, que produz um ambiente de interdependência, possibilitando as ações em prol do coletivo. Esses aspectos geram possibilidades de sustentabilidade entre empreendimentos, por meio da competitividade, que pode ser cooperativa. Assim, as redes cooperativas são um tipo de arranjo, onde a competitividade e a cooperação são indivisíveis, uma estratégia para adquirir vantagens competitivas (WEGNER; PADULA, 2012).

Os indivíduos ao estabelecerem conexões em uma determinada comunidade, através de redes, podem, conseqüentemente, gerar um ambiente de confiança mútua que irá agir em benefício coletivo. Portanto, redes, normas, reciprocidade e confiança são elementos essenciais na definição de capital social. A confiança facilita a cooperação. Quanto maior a confiança entre pessoas de uma comunidade, maior a probabilidade de cooperação entre elas.

O termo capital social já foi discutido exaustivamente pela literatura. Capital social é um conceito das ciências sociais, analisado de formas divergentes por Bourdieu (1980), Coleman (1987), Putnan (1993), Lin (1999), Siman (2009), entre outros.

Em termos gerais o capital social é definido como as interações recíprocas construídas ao longo do tempo por determinados grupos que interagem, economicamente, socialmente e politicamente entre si, gerando eficiência individual e coletiva. Há diversas formas para formar capital social, porém, segundo Niederle

(2011) a cooperação é a mais importante. Segundo o autor, Niederle (2011), a difusão da cooperação proporciona um ambiente de trocas mútuas, gerando ou ampliando o capital social.

Na agricultura familiar, o capital social gera uma cultura associativa e cooperativa onde um agricultor se dispõe a ajudar o outro, o que contribui para uma redução de custos, como o caso do manejo da produção. Essa cultura cooperativa e associativa se desenvolver por meio do capital social e, de acordo com Coleman (1990), possibilita o alcance de objetivos que sem o mesmo não seriam alcançados.

Complementando o arcabouço teórico, de capital social, Marteleto e Silva (2004), o definem como normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro indivíduos ou entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, são dependentes da interação entre, pelo menos, dois indivíduos. Para os citados autores, Marteleto e Silva (2004), são evidenciados, na estrutura de redes, sob o conceito de capital social, a definição dos recursos da comunidade, construídos pelas suas redes de relações.

O capital social pode ser gerado, acumulado e reproduzido por indivíduos que formam uma rede social, laços, nós entre eles, por meio de um padrão horizontal de organização. Esses indivíduos não podem estar subordinados uns aos outros, são interdependentes ao invés de dependentes. Entretanto, para haver confiança e rede social, é necessário que as pessoas compartilhem valores e objetivos comuns, ou seja, que tenham um projeto social em comum (MARTELETO; SILVA, 2004).

A existência de redes é muito comum na agricultura familiar. Os agricultores, empreendedores autônomos, se organizam em forma de empreendimentos cooperativos ou associativos, criando um ambiente favorável ao exercício da confiança (FRANCO, 2001).

O surgimento de uma rede pode causar a formação dos arranjos cooperativos, ou vice-versa, pois esses arranjos nascem quando as empresas iniciam um processo de cooperação, com menor grau de interdependência e vão aumentando essa interdependência, à medida que desenvolvem um maior nível de confiança nos parceiros. Quando acontece esse tipo de relação, surge a existência de laços sociais, sendo que o conhecimento de informações relacionado à reputação dos novos parceiros tem o objetivo de apoiar as escolhas ou ao menos ter um peso de decisão sobre elas (LOPES; BALDI, 2005).

Os arranjos institucionais cooperativos têm como objetivo principal reduzir os custos e conseqüentemente aumentar os ganhos econômicos, sociais e políticos dos envolvidos. Esses tipos de arranjo não é uma novidade, no entanto não é um grupo homogêneo e tem diversificada forma de atuação com diferentes combinações econômicas sociais e políticas (SUCUPIRA; FREITAS, 2011). O elemento principal entre tais arranjos é a cooperação, o que segundo Ostrom (1978), está diretamente relacionada à ação coletiva, ou seja, com as organizações que agem com o objetivo de promover o bem comum do grupo. Nesses casos os indivíduos optam por agirem juntos, cooperando em prol de um objetivo comum, unindo suas competências para aumentar a eficiência.

COOPERATIVISMO

Uma cooperativa se diferencia de uma associação pelo seu caráter econômico, ou seja, possuem fins lucrativos, sua finalidade é colocar os produtos e serviços dos sócios no mercado, de forma mais vantajosa de que os mesmo o fariam de forma individual.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB, 2004), cooperativismo pode ser definido como “uma organização de, pelo menos, vinte pessoas físicas”, essas pessoas, devem estar unidas pela cooperação e pela mútua ajuda. Os objetivos do cooperativismo é o bem comum, por meio de ações econômicas e sociais, que possui aspectos, doutrinários e legais, distintos de outras sociedades. Ainda segundo a OCB (2004), a cooperativa tem como fundamento a economia solidária, e a proposta de uma atuação eficiente, por meio dos serviços confiáveis e de qualidade prestados aos associados.

Assim, as cooperativas podem ser entendidas como empresas comunitárias, que prestam serviços aos cooperados. Essas empresas são regidas por uma série de normas, ou instituições, que define como serão o funcionamento das mesmas e o relacionamento entre os cooperados. Essas organizações são formais e sua base é conhecida como princípios do cooperativismo.

Os princípios do cooperativismo regem sobre a forma de distribuição dos benefícios gerados pelas cooperativas, bem como sobre a propriedade e controle das mesmas. Segundo Rech (2000), os princípios atuais das cooperativas, foram estabelecidos em 1995, pela Aliança Cooperativa Internacional e são aceitos no mundo inteiro. São eles: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e

gestão democrática; participação econômica de seus associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre as cooperativas e compromisso com a comunidade.

As cooperativas são amplamente difundidas pelos diferentes setores da economia como arranjos institucionais, que compartilham como características comuns, os princípios do cooperativismo (ZYLBERSZTAJN, 2002).

Segundo pesquisa realizada por Coelho (2006) os empreendimentos cooperativos são ferramentas para o desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. Foi constatado que esses empreendimentos são muito importantes, sendo que o produtor agrícola, de forma individual não possui forças para concorrer com as grandes empresas que dominam o mercado, no modelo atual. Ainda, segundo o autor, o meio rural é um espaço mais propício ao cooperativismo que o meio urbano.

Paul Singer (2002) remonta as origens históricas do cooperativismo aos chamados socialistas utópico. O autor relaciona o início do cooperativismo a partir da proposta das Aldeias Cooperativas de Owen em 1817, como alternativa ao aumento da pobreza causada pelo crescente desemprego do início da industrialização. A proposta de Owen, não é implementada, no entanto, segundo Singer (2002), a mesma se assemelha a política do pleno emprego, retomada em 1930 por John M. Keynes, que durante 30 anos manteve o equilíbrio da economia mundial. Segundo Singer os primeiros socialistas utópicos Owen, Fourier e Saint-Simon inspiraram e alavancaram o cooperativismo no século XIX.

O marco do cooperativismo no Brasil é conhecido como a Colônia Teresa Cristina, fundada em 1847, no Paraná. Desde a década de 1930 o cooperativismo se tornou um importante instrumento de política agrícola no Brasil, sendo transformado na década de 1950, no processo político de modernização da agricultura, em um dos principais indutores do desenvolvimento rural e de uma melhor inserção do país no mercado internacional (DUARTE; WEHRMANN, 2006).

Segundo Gómez López (2004), grande contribuição deve ser dada ao processo de organização cooperativista à resistência dos agricultores espanhóis que subsistem na Espanha. Segundo o autor, as cooperativas não resolvem a problemática vivenciada pela agricultura em todo o mundo, no entanto, prolonga seu processo de sobrevivência.

A literatura defende o processo cooperativo como o grande responsável para sobrevivência da agricultura familiar (GÓMEZ LÓPEZ, 2004, LÓPEZ, FONCEA;

SERVÓS, 2009, FONCEA; SERVÓS, 2010). No entanto, notadamente há uma transformação no processo organizacional nas cooperativas, associações e microempresas cooperativas investigadas na província de Alicante. Seguindo o molde atual das organizações das modernas empresas agrícolas, o cooperativismo agrário espanhol, num processo de adaptação a internacionalização de capital, sofre uma gradativa mudança em sua estrutura, passando de grupos cooperativos tradicionais e solidários, de cunho reivindicatório, para uma organização mais empresarial (DESROCHE, 2006; KOULYTCHIZKY, 2006; GÓMEZ LÓPES, 2009).

Na Espanha, as explorações agrárias familiares representam aproximadamente 95% do total das explorações agrícolas e estas aportam 60% de da produção agropecuária do país. No entanto, o número de explorações agrícolas tem diminuído nos últimos anos, conforme dados do Instituto Nacional de Estadística (INE, 2009), responsável pelo Censo Agrário de Espanha. Em 1999 havia um total de 1.289.421 explorações agrícolas, em 2009, esse número foi reduzido para 989.796 propriedades. Isso significa que houve uma redução de 23,2% no número de explorações agrícolas familiares. A superfície média ocupada por essas propriedades no país passa de 26,15 milhões de hectares em 1999, para 23,75 milhões em 2009, representando um decréscimo de 9,2%.

Em consequência ao decréscimo das explorações agrícola em Espanha, houve também decréscimos dos grupos cooperativos, sendo que segundo o Ministerio de Empleo y Seguridad Social, MESS em 2011 havia um total de 3.861 entidades cooperativas, em Espanha, voltadas para o setor agro alimentício, o que representa um decréscimo de 4% em relação a 2006 que totalizava 3706.

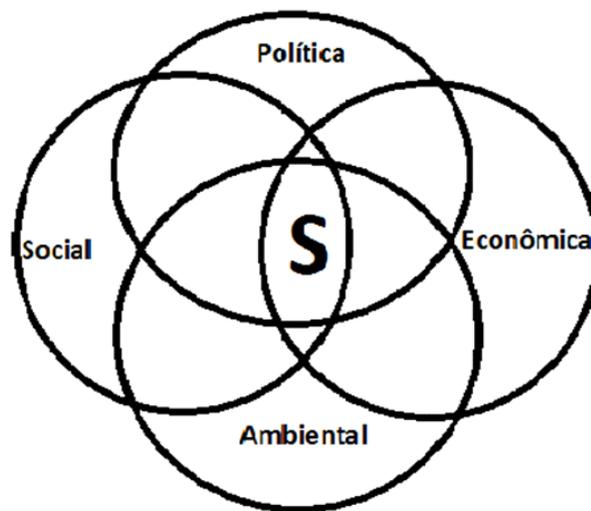
Conforme informações da federação de cooperativas agroalimentares de Espanha, em 2013, obtida em *loco*, a Comunidade Valenciana ocupava a quarta posição em número de empresas cooperativas em Espanha, com 359 empresas. Sendo 335 cooperativas de primeiro grau e 23 de segundo grau. Dentro da Comunidade Valenciana, a província de Alicante ocupava a terceira posição, com 53 cooperativas, sendo 51 de primeiro grau e duas de segundo grau.

SUSTENTABILIDADE

Diversos autores, ao defender práticas sustentáveis na agricultura, elencam que não se espera que uma prática agrícola atinja todas as metas sustentáveis plenamente, mais que a sustentabilidade de uma prática agrícola acontecerá quando

for possível atingir o máximo possível de cada uma dessas metas (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2010). O máximo dessa meta é ainda classificado pelo autor como intersecções sustentáveis, que se dá no encontro das metas almejadas, conforme representado pela figura 1.

Figura 1- Dimensões da sustentabilidade



Fonte: Adaptado de National Research Council (2010)

O ideal sustentável, portanto, estaria na intersecção entre as dimensões elencadas, sendo que uma determinada prática, pode não atingir todas as dimensões e ainda ser considerada sustentável conforme representado na Figura 1.

Assim, se evidencia que as aspirações sociais, políticas, econômicas e ambientais é que vão definir as escolhas sobre os sistemas agrícolas, e determinar uma escolha sobre quais as formas de produção de alimentos são desejáveis e, portanto, qual deve ser o futuro da agricultura.

O debate filosófico citado é, segundo Balsan (2006), determinado por sistemas e valores, ou seja, é também uma questão cultural. A falta de conhecimento ou a falta de cultura impedem ou dificultam a expansão de qualquer nova técnica. Há, ainda, as barreiras psicológicas que é a avaliação que o agricultor e a população em geral fazem do grau de riscos e incertezas que ocorrerão por conta da adoção de técnicas modernas. Segundo o autor, por último pode ser citado o fator econômico, pois a adoção, bem como a aceitação pública de novas técnicas depende do capital

que o agricultor possui, bem como do poder de compra do consumidor. Esses fatores é que determinarão os tipos de agriculturas concorrentes para o futuro.

Portanto, se evidencia que a escolha de uma agricultura que concorrerão para o futuro é uma escolha social. A ciência tem o papel de mediador, de apontar caminhos, mas a decisão sobre a seleção de alternativas viáveis para o futuro da agricultura, e as metas econômicas, sociais e ambientais a serem atingidas, bem como a adoção de técnicas para o aumento da produção de alimentos, é uma decisão que surge a partir das aspirações sociais, que está no campo da política, pois os governos por meio de incentivos e políticas governamentais podem possibilitar linhas de custeios e créditos, bem como implantar sistema de parcerias que viabilizaram qualquer prática (BALSAN, 2006).

É necessário, portanto, um processo democrático e deliberativo, para que as expressões, descobertas, transformações, criações de crenças sociais e preferências políticas possam acontecer. Ou seja, é necessária uma boa governança para decidir uma trajetória sustentável.

A palavra "sustentável" é originária da palavra em latim sustentare, que quer dizer defender, sustentar, conservar, apoiar. Sendo assim, sustentabilidade foi definida como a capacidade de o ser humano utilizar os recursos ambientais existentes para satisfazer as necessidades humanas no presente, sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras (RELATÓRIO DE BRUNDTLAND, 1987).

A sustentabilidade é definida por muitos autores, sendo alguns desses Sachs (1993; 2000), Franco (2001), Siqueira (2001), Sequinel (2002), Rower e Moreira (2010). E apresentada por diferentes dimensões, sendo algumas as dimensões sociais, econômicas, ambientais, política, ecológica, cultural, ética, demográfica, espacial.

O objetivo principal dessas dimensões é apontar a relação existente entre o necessário desenvolvimento e a satisfação, participação e bem-estar da população e equilíbrio do meio ambiente (ROWER; MOREIRA, 2010).

Compreendendo a amplitude das dimensões da sustentabilidade, a presente pesquisa definiu como essencial, na análise da agricultura familiar, de base cooperativa e de produção agroecológica, às dimensões política, econômica, social e ambiental. Sendo que cada dimensão é considerada como inter-relacionadas, pois, o resultado de uma dependerá dos esforços aplicados na outra. Pela

compreensão de que a agricultura familiar, principalmente a que se baseia em uma produção mais ecológica, tem suas bases de desenvolvimento no local, com circuito curto de comercialização (ORTEGA et al., 2004).

DIMENSÃO POLÍTICA

Refere-se ao apoio destinado à agricultura familiar pelo poder público, por meio da participação democrática dos agricultores no contexto de desenvolvimento local. Bem como nas redes de organização social e representações dos diferentes seguimentos da população rural. Aqui é levada em conta a interação e o dialogo local, nos espaços comunitários, ou nos conselhos políticos e profissionais. Sendo que os principais questionamentos são sobre as políticas públicas existentes e o impacto dessas políticas públicas para empreendimentos de agricultores ecológicos (SACHS, 1993).

DIMENSÃO SOCIAL

A dimensão social da sustentabilidade está diretamente ligada à solidariedade com as gerações atuais e para com as gerações futuras, inclui a necessária ética na produção de alimentos limpos e saudáveis para todos/as. Nesse aspecto, minimiza os chamados nichos de mercado, onde a alimentação orgânica, não necessariamente com custos de produção mais altos, é comercializada a preços superiores, acessível apenas a um pequeno grupo com poder aquisitivo maior. A dimensão social ocupa um nível de inegável importância na definição da sustentabilidade, visto que a sua consideração afetará todas as demais dimensões. Aqui serão definidas as considerações e escolhas da população. Sendo que a preservação e recuperação dos recursos naturais, somente terá significado e relevância dependendo do quanto cada um poderá desfrutar dos produtos gerados nos ecossistemas renováveis de forma equitativa. Relacionada a sustentabilidade há ainda o fortalecimento das relações sociais e estratégias de ação coletiva (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

DIMENSÃO ECOLÓGICA

Refere-se ao cuidado com o ambiente, ou seja, manutenção e recuperação dos recursos naturais, sobre os quais se sustentam a produção e a reprodução humana (SACHS, 2000).

DIMENSÃO ECONÔMICA

Essa se refere à capacidade de um agro ecossistema ser rentável e produtivo, sem, no entanto, ter dependência de fatores externos, e provocar danos ao meio ambiente. Esta dimensão está interligada a dimensão social e ambiental, visto que se relaciona com a satisfação e bem-estar familiar, bem como dos demais produtores circunvizinhos, isso considerando o respeito aos conhecimentos e saberes dos agricultores. Também está interligada a dimensão política, por meio de políticas públicas implementadas em prol da produção e comercialização bem como da relação dessas práticas com os saberes locais. Sendo que em uma agricultura ecológica, as práticas agrícolas partem das experiências culturais locais, valorizando as tradições positivas, e fornecendo elementos, a partir do local, para mudanças das práticas negativas, ou seja, nocivas ao ambiente (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

EFICIÊNCIA

Há uma vasta literatura sobre a eficiência de vários tipos de empresas, bancos, setores e departamentos, discutindo diferentes aspectos como o papel da propriedade, tamanho e diferenças no quadro regulatório e seus impactos na produção. Segundo Venturi e Koladicz (2010), a eficiência consiste no problema central da economia, no fator determinante do que se deve entender por justiça, ou seja, a distribuição dos recursos escassos, de forma a satisfazer o maior número de necessidades. Para Zylbersztajn e Sztajn (2005), a eficiência econômica pode ser definida como a disposição em se conseguir o melhor resultado com os menores erros ou perdas, ou seja, conseguir alcançar um objetivo previsto de maneira mais produtiva possível. Assim, para obter a eficiência é necessário se adequar as normas e padrões anteriormente estabelecidos.

Portanto, eficiência da utilização dos fatores produtivos pode não estar conectada a maiores quantidades de recursos ou ao desenvolvimento tecnológico. Para Sandroni (2002) a eficiência econômica pode ser definida como um conceito

relacional, sendo duas as variáveis, o valor comercial de determinado produto de um lado e o custo unitário da produção de outro lado.

Para Souza (2011, p. 2) a eficiência econômica é definida como uma situação de completo bem-estar que aparece com “a concepção de eficiência de Pareto, isto significa dizer, consegue-se o pleno emprego dos fatores de produção e não se apresenta o excesso de capacidade, ou capacidade ociosa, que é própria da imperfeição de mercado”.

Segundo Erber (2008), a maioria dos autores da literatura econômica convencional avalia as falhas mercado se valendo da noção de “ótimo de Pareto”, ou seja, se valendo dos princípios econômicos, pois geralmente se descreve o quanto um sistema utiliza bem os recursos disponíveis, com a tecnologia também disponível. Para esses autores, a eficiência aumenta quando se consegue obter um maior resultado sem aumentar os recursos usados, ou seja, reduzindo "desperdício". Assim a eficiência pode ser definida como a capacidade do ser humano em fazer a melhor combinação possível de todos os recursos existentes a fim de minimizar os custos, aumentar a produtividade do sistema produtivo, evitando ao mesmo tempo o desperdício, e maximizando assim os graus de utilização dos fatores de produção.

Portanto, a medida decisiva da eficiência é a produtividade dos fatores produtivos e, assim, este é um importante indicador para os responsáveis por formularem políticas públicas. Estudos comparativos da eficiência do setor agrícola de países desenvolvidos e em desenvolvimento, da América do Sul e União Europeia, foram realizados por Ilha e Wegner (2007). Esses autores empregaram a análise envoltória dos dados (DEA) e índice Malmquist, para os períodos de 1980 a 2002. Foram utilizados dados secundários, por meio de coleta, entre outras, do banco de dados do sistema AGROSTAT da Divisão de Estatísticas da FAO. Segundo conclusão dos autores as agriculturas dos países europeus, apesar dos subsídios e progresso tecnológico, não são eficientes se comparadas às agriculturas dos países sul americanos.

Entretanto, Fulginiti e Perrin (1997), também fizeram uma análise da produtividade agrícola dos fatores produtivos de países em desenvolvimento, para o período de 1961–1985, utilizando o índice Malmquist. Os autores concluíram que, em relação aos países desenvolvidos, a produtividade destes estava diminuindo, apesar do grande incremento tecnológico pelos quais estes países passaram com a revolução verde.

Assim, nos períodos de 1961 a 1985, os países em desenvolvimento apresentaram uma produtividade agrícola menor que os países desenvolvidos, no entanto, de 1980 a 2002, a produtividade agrícola desses foi maior que a dos países desenvolvidos. Como citado, o investimento em altas tecnologias, pode não resultar em uma maior produtividade, pois os países em desenvolvimento, no período pesquisado por Fulginiti e Perrin (1997), passaram por grande incremento tecnológico, no entanto, apresentaram uma produtividade agrícola menor que os países desenvolvidos. Quanto ao período pesquisado por Ilha e Wegner (2007), 1980 a 2002, os agricultores dos países desenvolvidos da União Europeia, obtiveram maior proteção e ajuda financeira por meio da PAC, Política Agrícola Comum, no entanto, não apresentaram maior produtividade quando comparado aos países em desenvolvimento.

Erber (2008, p. 11), escreve sobre a eficiência das organizações coletivas, afirmando que “essas aglomerações possibilitam ganhos de eficiência que os agentes que as compõem não podem atingir individualmente”.

No Brasil, Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2005) escreveu que, devido à necessidade de medir o desempenho organizacional, vários modelos foram desenvolvidos ao longo da história, dentre os mais utilizados, o de Oliveira Jr. (1996), que desenvolveu uma Análise através da qual é possível medir a eficiência das cooperativas, de uma forma econômico-financeira e sócio-política.

Em Espanha, Raja et al. (2006), desenvolveu uma análise técnica das medidas de renda das cooperativas agrárias utilizando a DEA. Um estudo empírico foi realizado com dados de 108 cooperativas agrárias. Os resultados mostraram que os cálculos do rendimento desta técnica são um complemento satisfatório das análises tradicionais das cooperativas agrárias (RAJA et al., 2006)

De acordo com Gomes (2008), o nascimento do modelo Data Envelopment Analysis (DEA) ocorre com uma publicação do modelo CCR de Charnes, Cooper e Rhodes (1978).

Na literatura, são encontradas várias referências ao uso da DEA para avaliar a eficácia na agricultura, Battese (1992), Bravo-Ureta e Pinheiro (1993), Coelli (1995), Färe et al. (1985), Ray (1985), Chavas e Aliber (1993), Sturion (1996), Toresan (1998), Townsend et al. (1998), Yuk-Shing (1998), Gulati e Mishra (1999), Sharma et al. (1999a, 1999b), Zaibet e Dharmapala (1999), Sueyoshi (1999), Fraser e Cordina (1999), Pereira e Silveira (2001), Zofio e Lovell (2001), Souza e Wilhelm (2001),

Krasachat (2002), De Koeijer et al. (2002), Lansink et al. (2002), Tupy e Yamaguchi (2002), Alves e Gomes (1998), Gomes (1999), Tavares de Souza et al. (2001), Batipsta et al. (2003), Pereira (2003) e Tupy et al. (2003).

Para Peixe e Protil (2008), medir a eficiência de empreendimentos cooperativos é importante, na medida em que poderá contribuir na organização de produtores, ou seja, poderá levá-los a avaliação econômica, social e política da cooperação. Essa avaliação poderá ajudar a definir a necessidade ou não da organização no aumento de maior bem-estar, participação e garantia da subsistência, que são meios para garantir a sustentabilidade desses empreendimentos.

DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é um estudo de múltiplos casos. O estudo de caso múltiplo é uma ferramenta convincente para apresentar casos detalhadamente. Segundo Yin (2001) o estudo multicasos não é um método fácil de ser aplicado, é um dos métodos mais árduos de pesquisa. São exigidas do pesquisador muitas habilidades, tais como a capacidade de fazer boas perguntas; ser um bom ouvinte, conseguindo separar suas ideologias e preconceitos; ser adaptável e flexível; ter noção clara seja teórica, política ou exploratória das questões que estão sendo estudadas e ser imparcial em relação a noções preconcebidas.

Os múltiplos casos analisados são duas regiões de dois países em distintos processos de desenvolvimento, Mato Grosso do Sul, Brasil e Alicante, Espanha, e os eventos 16 (dezesesseis) organizações cooperativas agroalimentares de agricultores familiares em ambas às regiões analisadas. Segundo Yin (2001), Alves-Mazzotti (2006) e Gil (2007), um estudo de casos múltiplos é considerado extremamente convincente, portanto, muito apropriado para uma pesquisa de tese doutoral. Por meio do estudo multicasos, a meta não foi uma comparação, mais uma análise dos objetos de estudo, as cooperativas, de maneira semelhante.

A presente pesquisa pode ser classificada como quantitativa e qualitativa. Creswell (2010) diferencia as duas pesquisas, sendo a qualitativa uma forma de compreender um fenômeno com o qual o sujeito estabelece relações e por ele é interpretado. A pesquisa quantitativa, segundo Creswell (2010), é apropriada quando um fenômeno precisa ser explorado e essa exploração envolve grupos ou populações.

O capítulo um e os capítulos três apresentam uma abordagem qualitativa, onde é aprofundada a análise das relações sociais dos grupos estudados. Quanto ao capítulo dois, esse expõe uma abordagem quantitativa, com a utilização da linguagem matemática, para a análise da eficiência das organizações na utilização dos fatores produtivos existentes. A coleta indireta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica, que para Rampazzo (2005) são levantamentos sistemáticos de documentos publicados nas áreas de interesse ou de estudo. Essa coleta de dados deu-se junto às revistas especializadas do setor, periódicos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, entre outras publicações recomendadas.

A documentação direta difere da indireta pelo fato de que os dados são coletados no local onde os fenômenos ocorrem. Neste estudo utilizaram-se as duas técnicas sendo uma a pesquisa de campo exploratória, por meio da coleta de dados através da observação direta intensiva e a técnica extensiva, com aplicação de um questionário. O questionário, apenas norteador, com 67 questões envolvendo as dimensões elencadas no presente estudo, foi construído tendo por base as variáveis descritas na Tabela 1.

Tabela 1-Variáveis da pesquisa

Dimensão	Varáveis	Objetivo das váriáveis
Político	Participação	Avaliar o nível de participação em reuniões e assembleias – Participa \ não participa
		Nível de empoderamento – Possui conhecimento da amplitude social/política do empreendimento e capacidade de diagnosticar, agir, tomar decisões, avaliar, controlar... \ Não possui conhecimento da amplitude social/política do empreendimento e capacidade de diagnosticar, agir, tomar decisões, avaliar, controlar
	Distribuição de poder dentro do empreendimento	Analisar se a gestão é Democrática, se há autogestão \ Gestão Limitada e centralizada
	Redes	Analisar como se dá o controle da rede e relação inter empreendimento – amigável e solidária \ competitiva e conflituosa
		Avaliar se há apoio governamental – Há \ não há
		Apoio outras instituições – Existe \ não existe
Institucional	Participação em reivindicações governamentais p\ o	

		empreendimento – Participa \ não participa
		Participação em outras reivindicações governamentais e não governamentais – participa \ não participa
		Avaliar se há apoio governamental – Há \ não há
		Apoio outras instituições – Existe \ não existe
		Participação em reivindicações governamentais p\ o empreendimento – Participa \ não participa
	Educação	Analisar o nível educacional dos associados – suficiente \ insuficiente
		Nível de conhecimento tácito (experiência em participação associada) – possui \ não possui
Econômico	Resultados	Analisar a rentabilidade das vendas e prestação de serviços
		Margem bruta
		Despesas
		Comercialização
		Produção
Social	Força dos laços sociais (ação coletiva)	Avaliar o nível de confiança dos associados – confia \ não confia
		Como aconteceu à organização e a mobilização inicial – Pelos produtores \ por agentes externos
		Verificar as normas existentes – Elaboradas e aprovadas em assembléias e respeitadas por todos \ Elaboradas pela coordenação\presidente e Respeitadas por alguns\ ou por nenhum
		Principais conflitos\ motivos - Resolvidos c\ permanência do associado \ Saída do associado
		Natureza dos bens existentes - Coletivo (pertence a todos) \ Pertence a alguns
		Partilha dos bens existentes – Há partilha com a saída associados \ não há partilha (output)
		Existência de contrato de adesão – Constuido coletivamente \ imposto pela coordenação presidente
	Características organizacionais (constituição jurídica dos empreendimentos)	Analisar o trabalho associado
		Cooperado - Rodizio \ equitativo ou Não há rodizio \ equitativo
		Assalariado - Rodizio \ equitativo ou Não há rodizio \ equitativo
Voluntário- Rodizio \ equitativo ou Não há rodizio \ equitativo		
	Adesão	Identificar como se deu a adesão - Voluntária \ Induzida

		Avaliar o crescimento do quadro social - Aumentou ou permaneceu como inicial \ Diminuiu
		Rotação de associados - Entrou ou não entrou novos associados e saíram poucos \ Saíram muitos, mesmo que também tenham entrado muitos
	Organização do trabalho no empreendimento	Determinar se a partilha se dá por hora trabalhada - Por hora trabalhada; se a mesma acontece por quantidade produzida com valorização diferenciada por produto;
	Relação com a concorrência	Relação externa - migavel e solidária \ Competitiva e conflituosa
Ambiental	Preocupação ambiental e nível de motivação ética	Verificar as atividades desenvolvidas em prol de uma produção sustentável
		Ações desenvolvidas pelo empreendimento – existe \ não existe
		Iniciativas produção\consumo ecológicos – possui \ não possui
	Produção ecológica	Verificar os conhecimentos tácitos e científicos de práticas produtivas nos moldes ecológicos – possui \ não possui
		Certificação orgânica – oficial ou solidária \ nenhuma

Fonte: Elaboração própria

Foram visitados dezesseis (16) empreendimentos agroalimentares cooperativos, compostos por produtores agrícolas familiares, da província de Alicante, Espanha, e dezesseis (16) do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, que foram selecionados com base nos que aceitaram disponibilizar as informações solicitadas.

Na província de Alicante, Espanha, foram visitados cinco (5) empreendimentos não inscritos no site de la Federacion de las Cooperativas Agro-alimentarias de España e 11 cooperativas inscritas no citado site. Os grupos visitados não inscritos no site da Federacion de las Cooperativas Agro-alimentarias de España foram uma (1) microempresa cooperativa, três (3) cooperativas agro-alimentares, uma (1) cooperativa de consumo. Em 2015, na província de Alicante, constavam registradas no site da Federacion de las Cooperativas Agro-alimentarias de España, um total de 53 cooperativas agroalimentares e Sociedades Agrarias de Transformación (SAT). Dessas, portanto, foram visitadas onze (11), o que equivale a 22,64% do total. Utilizando um erro amostral de 10% e um nível de confiança de 90%. Para a delimitação dessa amostra, nos dois países, foi utilizando o seguinte cálculo:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

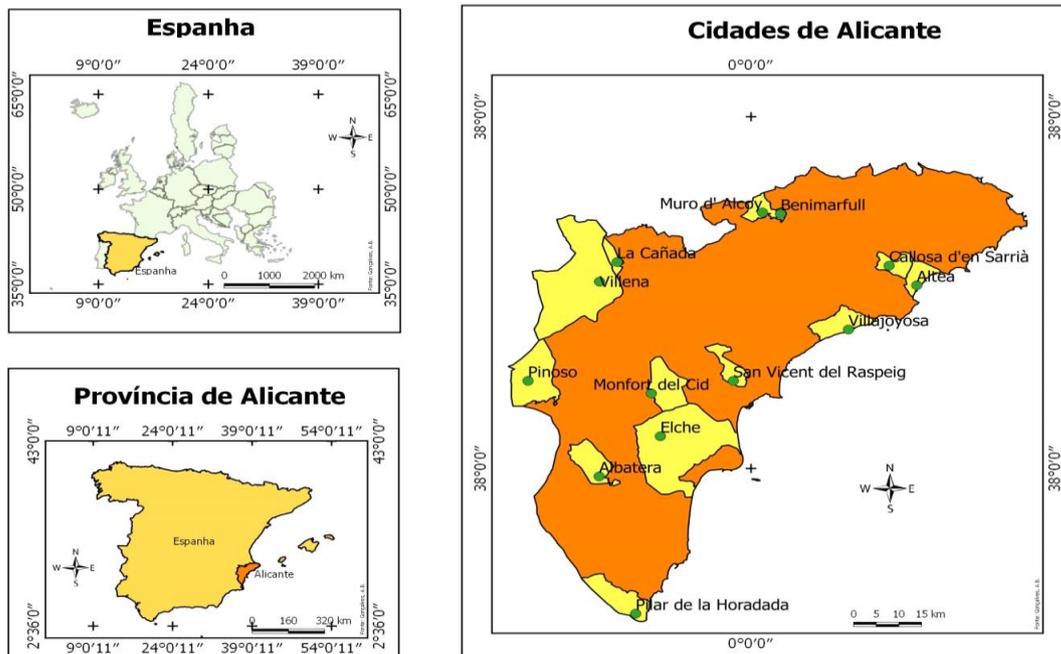
Onde:

n= amostra calculada; N=população; Z=variável normal padronizada associada ao nível de confiança; p=verdadeira probabilidade do evento e e=erro amostral.

A pesquisa não se ateve apenas a empresas formalizadas em cooperativas, entendendo que a cooperação extrapola uma organização institucional, abrangendo os grupos onde existam mais de duas pessoas que cooperam entre si, por meio da comercialização, produção, entre outros. Assim, a amostra, na província de Alicante, Espanha, totalizou 16 grupos cooperativos.

Os municípios sedes dos grupos cooperativos pesquisados na província de Alicante, Espanha, conforme a Figura 2 (dois) são: Município de Villena, onde foram visitados três grupos cooperativos; município de Pinoso, onde foram visitados dois e Elche, Muro d' Alcoy, Benimarfull, Altea, Albatera, San Vicente del Raspeig, Monforte del Cid, Pilar de la Horadada, La Cañada, Callosa d'en Sarriá e Villajoyosa aonde foram visitados um grupo cooperativo.

Figura 2-Município sedes das cooperativas analisadas na província de Alicante, Espanha.



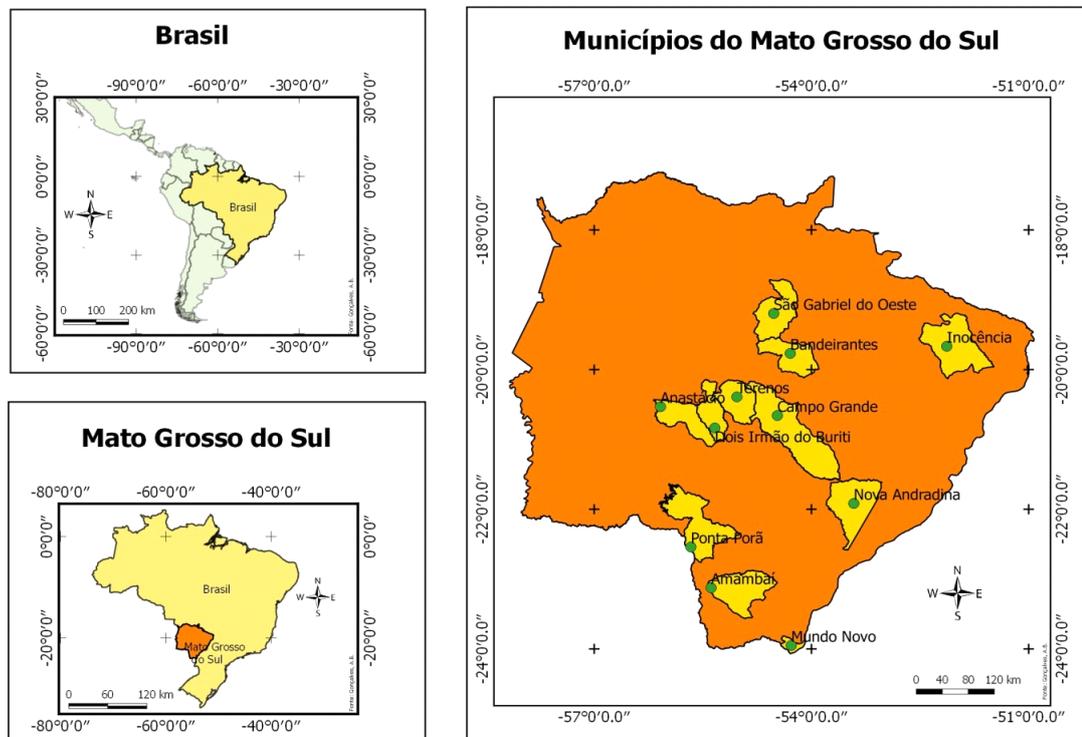
Organização: Barbosa, Ariadne Gonçalves (2017)

No Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, foram visitadas três cooperativas agropecuárias não inscritas na OCB/MS e 13 (treze) inscritas no citado site.

Segundo informações no site do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul - OCB/MS (órgão de representação do Cooperativismo sul-mato-grossense), em 2016, no estado existia 47 cooperativas agropecuárias registradas. Dessas, portanto, foram entrevistados representantes de 13 cooperativas, o que equivale a 27 % do total. Utilizando um erro amostral de 10% e um nível de confiança de 90%, foi delimitada essa amostra, que somada às três cooperativas visitadas, não inscrita no citado site, totalizaram 16 cooperativas estudadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

As cooperativas analisadas no Mato Grosso do Sul, conforme representado na Figura 3, são: três no município de Ponta Porã, duas no município de São Gabriel do Oeste, duas em Terenos, duas em Campo Grande, e uma nos seguintes municípios Mundo Novo, Amambaí, Bandeirantes, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Nova Andradina e Inocência.

Figura 3-Municípios sede das cooperativas analisadas no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.



Organização: Barbosa, Ariadne Gonçalves (2017)

O estudo foi complementado por anotações no caderno de campo, buscando apreender todas as informações fornecidas, no intuito de compreender o processo organizacional dos empreendimentos analisados.

A pesquisa de campo em Alicante, Espanha, foi realizada em 2015, quando a pesquisadora realizou o estágio doutorado sanduiche na Universidad de Alicante, Alicante, Espanha, com uma bolsa da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. No Mato Grosso do Sul, Brasil, a pesquisa de campo foi realizada em 2016.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. **Programas de Segurança Alimentar e Agricultores Familiares**: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara – SP. In. 47º, 2009

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALVES, E.; GOMES, A. P. Medidas de eficiência na produção de leite. **Revista Brasileira de Economia**, v. 52, n. 1, p. 145-167, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa** (online), v. 36, n. 129, p. 637-51, 2006.

ASSIS, L.; ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e agricultura orgânica**: Controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul.\dez. 2002. Editora UFPR.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurrent impacts of the agriculture modernization in brazil. **campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, 2006.

BAPTISTA, A. J. M. S.; CAVALCANTI, J.E.A.; VIEIRA, W.C. Retornos à escala na pesca artesanal em Cabo Verde. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...**, Minas Gerais.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial** -Conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2007.

BATTESE, G. E. Frontier production functions and technical efficiency: a survey of empirical applications in agricultural economics. **Agricultural Economics**, v. 7, n.1, p. 185-208, 1992.

- BIALOSKORSKI NETO, S.; NAGARO, M. S.; MORAES, M. B. da C. **Eficiência econômica de cooperativas agropecuárias**: um modelo de análise utilizando-se redes neurais. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP, 2005; Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sig>, pesquisado em 26/11/2013.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, jan. 1980
- BUAINAIM, et. al. **Que agricultura familiar?** Classificação genérica criou equívocos. Embrapa/CNPISA, 2010. Disponível em <http://www.cnpsa.embrapa.br/filo/adm/anx/anx8Que%20agricultura%20familiar.pdf>, 10/03/2014.
- BRAVO-URETA, B. E. E PINHEIRO, A. E. Efficiency analysis of developing country agriculture: a review of the frontier function literature. **Agricultural and Resource Economics Review**, v. 22, n. 1, 1993.
- BRUM, A. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes. 1988.
- BRUNDTLAND, Comissão. **Nosso Futuro Comum**, Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável. 1987.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.
- CHARNES, A., COOPER, W.W. & RHODES, E. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research** 2, 429–441.1978.
- COELLI, T. Recent developments in frontier modelling and efficiency measurement, **Australian Journal of Agricultural Economics**, v. 39, n. 3, p. 219-245,1995
- COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, supplement, p. S95-S120. 1988.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres, 1990.
- CNUMAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2000.
- CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20). **O Futuro que Nós Queremos**. 2012. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>. Consultado em 09 de julho de 2015.
- CHAVAS, J.; ALIBER, M. 1993. An analysis of economic efficiency in agriculture: a nonparametric approach. **Journal of Agricultural Economics**, v. 18, p. 1-16.
- COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano X, n. 03, jul./set. 2001.

COELHO, J. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável**: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS. Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, 2006.

COSTA, A. C. Trust. In C. Spielberg (Series Ed.) & J. M. Prieto (Vol. Ed.), *Encyclopedia of Applied Psychology* (Vol. 3, pp. 611-620). New York: **Elsevier Academic Press**, 2004.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed, 2010.

DE KOEIJER, T.J.et al. Measuring agricultural sustainability in terms of efficiency: the case of Dutch sugar beet growers. **Journal of Environmental Management**, v. 66, n. 1, p. 9-17, 2002.

DESROCHE, H. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Carlos: **EdUFSCAR**, 131-154 2006.

DUARTE, L. M. G; WEHRMANN, M. E. S. de F. Histórico do Cooperativismo Agrícola no Brasil e Perspectivas para a Agricultura Familiar. In Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural/SABOURIN, E. (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, **Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados**. v. 6. n. 23, 2006. 280 p.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova econ.** [Online]. 18(1) 11-31, 2008.

FÄRE, R.; GRABOWSKI, R.; GROSSKOPF, S.; KRAFT, S. Efficiency of a fixed but allocatable input: a nonparametric approach. **Economics Letters**, v. 56, n. 2, p. 187-193,1997.

FONCEA, M. D.; SERVÓS, C. M. Impacto económico de las cooperativas. La generación de empleo en las sociedades cooperativas y su relación con el PIB. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, (67), 23-44, 2010.

FRANCO, M. A. R. “**Planejamento Ambiental para a cidade sustentável**”. São Paulo, Brasil. Ed. EDIFURB. 2ª edição, 2001.

FRASER, I.; CORDINA, D. An application of data envelopment analysis to irrigated dairy farms in Northern Victoria-Australia. **Agricultural Systems**, v. 59, p. 267-282, 1999.

FUKUYAMA, F. “Capital Social” in HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. A *Cultura Importa*, São Paulo, Record, 2001.

FULGINITI, L. E.; PERRIN, R. K. LDC agriculture: Nonparametric Malmquist productivity indexes. **Journal of Development Economics**, v. 53, n. 2, p. 373-390, 1997.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, A.P. Impactos das transformações da produção de leite no número de produtores e requerimentos de mão-de-obra e capital. Viçosa. **Tese** (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 1999.

GOMES, E. G. uso de modelos DEA em agricultura: revisão da literatura. **ENGEVISTA**, v. 10, n. 1, p. 27-51, junho 2008

GÓMEZ LÓPEZ, J. D. **Las cooperativas agrarias**. Instrumento de desarrollo rural. Alicante, Espanha: Publicaciones Universidad de Alicante, 2004.

_____. El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital. **Boletim de Geografia**, p. 15-23, 2009.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, p. 1360-1380, 1973.

GULATI, S.; MISHRA, A. A Non-Parametric Analysis of Returns to Scale in US Agriculture. In: AMERICAN AGRICULTURAL ECONOMIC ASSOCIATION (AAEA) ANNUAL MEETING. 1999, Nashville, Tennessee. **Anais...**

ILHA, A. DA S.; WEGNER, R. C. O setor agrícola nos países desenvolvidos e em desenvolvimento: comparação entre a América do Sul e União Européia por meio do índice Malmquist (1980-2002). **Unopar Científica: Ciências Jurídicas e Empresariais**, 2007.

INE, Instituto Nacional de Estadística. **Ocupados por ramas de actividad**, por tipo de ocupación, por situación profesional y por tipo de puesto laboral. 2009. Empleo (actualizado 4 diciembre 2015). Recuperado em 20 de março de 2016 de http://www.ine.es/ss/Satellite?L=es_ES&c=INESeccion_C&cid=1259931459725&p=1254735110672&pagename=ProductosYServicios%2FPYSLayout¶m3=1259924822888.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA, IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2011**: Estado, planejamento e políticas públicas – Brasília: Ipea, 2012.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LANSINK, A.O.; PIETOLA, K.; BÄCKMAN, S. Efficiency and productivity of conventional and organic farms in Finland 1994-1997. **European Review of Agricultural Economics**, v. 29, n. 1, p. 51-65, 2002.

LEVI, M.; LINTON, A. Fair Trade: A Cup at a Time? **Politics & Society**, Vol.31 No. 3, September 2003.

LIN, N. Building a Network Theory of Social Capital. **Connections**, Vol. 22, Nº 1, pp. 29-51. 1999

LOPES, F. D.; BALDI, M. Laços Sociais e Formação de Arranjos Organizacionais Cooperativos – Proposição de um Modelo de Análise. **RAC**, v. 9, n. 2, Abr./Jun. 2005: 81-101.

LÓPEZ, J. C.; FONCEA, M. D.; SERVÓS, C. M. Sociedades cooperativas y sociedades laborales en España: estudio de su contribución a la creación de empleo y al crecimiento económico. **REVESCO: revista de estudios cooperativos**, n. 98, p. 35-69, 2009.

KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 53, 2003.

KOULYTCHIZKY, S. O Quadrilátero de Desroche Revisitado. **In:** THIOLENT, Michel (org.) Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Carlos - SP: Editora UFSCar.155-163, 2006.

KRASACHAT, W. Deforestation and productivity growth in Thai agriculture. **In:** INTERNATIONAL SYMPPSIUM ON SUSTAINABLE FOOD SECURITY AND MANAGING NATURAL RESOURCES IN SOUTHEAST ASIA: Challenges for the 21st Century, 2002, Chiang Mai. Annals...

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MESS, Ministerio de Empleo y Seguridad Social. **Movimiento Laboral Registrado (MLR)**. 2011. Recuperado em 25 de abril de 2016 de <http://www.empleo.gob.es/estadisticas/ANUARIO2011/MLR/mlrp.pdf>.

MALINOWSKI, B. **Crime e costume na sociedade selvagem** – Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. 100 p.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL, Committee on Twenty-First Century Systems Agriculture. **Toward Sustainable Agricultural Systems in the 21st Century**. Board on Agriculture and Natural Resources. Division on Earth and Life Studies. National Research Council. Of the national academies. The National Academies Press. Washington, D. C.2010. www.nap.ed

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, p. 28, 2011.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília/DF: OCB, 2004. Disponível em: www.ocb.org.br, pesquisado em 26/11/2013.

OLIVEIRA JR. C. Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas. **Ocepar**, 1996.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Agri- environmental policy measures: overview of developments**. Paris: OCDE, 2003.

ORTEGA, E., CAVALETT, O., BONIFÁCIO, R.; WATANABE, M. Expanded emergy analysis of soybean production in Brazil. **In Proceedings of IV Biennial International Workshop "Advances in Energy Studies"**. Unicamp, Campinas, SP, Brazil (pp. 285-299) 2004.

OSTROM, E. Citizen participation and policing: What do we know? **Journal of Voluntary Action Research**, v. 7, n. 1-2, p. 102-108, 1978.

PAULI, J. **O Poder nas Redes de Economia Solidária**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre. UFRGS, 2006.

PEIXE, J. B.; PROTIL, R. M. Eficácia e eficiência da empresa, inovação e experiências na integração cooperativa. **V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo**. 06-08 Agosto 2008 – Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

PEREIRA, M.F.; SILVEIRA, J.S.T. Evolução da eficiência técnica no setor agropecuário brasileiro: 1985-1995. **In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL– SBPO**, 33., 2001, Campos do Jordão. Anais..., São Paulo. p. 12-20, 2001.

PEREIRA, M.F. Avaliação da eficiência produtiva do setor agropecuário dos municípios da AMUSEP. **In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL**, 35., 2003, Natal. Anais..., Rio Grande do Norte, 2003.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RADOMSKY G. F. W., SCHNEIDER, S. 2007 Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, 22, 249-284

RAJA, I.; LARIO, N.; LEMA, D. La eficiencia técnica como medida de rendimento de las cooperativas agrárias. CIRIEC-Espanha, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 55, agosto 2006, p. 289-311.

RAY, S. **Measurement and test of efficiency of farms in linear programming models: a study of West Bengal farms**. Oxford Bulletin of Economics and Statistics, v. 47, n. 4, p. 371-386, 1985.

RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: **DP&A**, 2000.

ROMEIRO, A. R. Perspectivas para políticas agroambientais. *In*: RAMOS, P. *et al.* **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. p. 283-317. (Estudos NEAD).

RUWER, L. M. E.; MOREIRA, I. D. S. Mundo do trabalho, Serviço Social e desenvolvimento sustentável. **Anais do VII Seminário**. 2010. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010>.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. Campina Grande, **Revista Raízes**. Vol. 1, Nº. 20, pp. 41-49: Ed. Universitária da UFPB, 1999.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 29-56, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2000.

SAMBUICH, R. H. R.; SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C.; SEVIAN, M. (Org.) Políticas agroambientais e sustentabilidade: Desafios, oportunidade e lições aprendidas. **IPEA**, 2014.

SABOURIN, E. Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os Aportes de Elinor Ostrom ao Debate. **Sustentabilidade em debate**, 2010, p. 143-158.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. 10. ed. São Paulo: Best Seller, 2002. p. 198.

SCHIMITZ, H.; MOTA, D. M. D.; PRADO, E. S. D. A. C. **Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural**. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/74.htm> Acesso em: dez. 2013.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 84-94, 2007.

SEQUINEL, M. C. M. O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba: Um estudo de caso. **Dissertação de Mestrado** em (UFSC) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis. 2002.

SERVÓS, C. M.; CALDERÓN, P. N. La sociedad cooperativa: motivación y coordinación. Un análisis desde las teorías económicas de la empresa y la economía social. **REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos**, (110), 192, 2013.

SEVERINO, L. S. **Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no Nordeste**. 2000. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Desenvolvimento%20da%20Agricultura%20Organica%20no%20Nordeste.PDF>. Acesso em: 17/11/2014.

SIQUEIRA, T. V. D. Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a Agenda 21. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro. 8(15)247-288, 2001.

SIMAN, R. F. Capital social e instituições nas performances dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009. 192 f.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol.18 (51), p. 99-192, 2003.

SHARMA, K.R.; LEUNG, P.S.; CHEN, H.; PETERSON, A Economic efficiency and optimum stocking densities in fish polyculture: an application of data envelopment analysis to chinese fish farms. **Aquaculture**, v. 180, n. 3-4, p. 207-221, 1999^a.

SHARMA, K. R.; LEUNG, P. S.; ZALESKI, H. M. Technical, allocative and economic efficiencies in swine production in Hawaii: a comparison of parametric and nonparametric approaches. **Agricultural Economics**, v. 20, p. 23-35, 1999b.

SOUZA, U. R.; BRAGA, M. J.; FERREIRA, M. A. M. Fatores Associados à Eficiência Técnica e de Escala das Cooperativas Agropecuárias Paranaenses. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 03, p. 573-598, jul/set 2011.

SOUZA, P.C.T.; WILHELM, V.E. Avaliação de produtividade da eficiência técnica em unidade de produção de leite do estado do Paraná (programa de leite da região de Guarapuava – PR). **In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL – SBPO**, 33., 2001, Campos do Jordão. Anais..., São Paulo.

STURION, L. Avaliação do potencial de análise envoltória de dados do diagnóstico da produtividade de unidades de produção agropecuária. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 140p. 1996.

SUCUPIRA, G. I. C.; FREITAS, A. F. de. Cooperativismo de crédito solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. **REDE – Revista Eletrônica do Prodepa**, Fortaleza, v. 6, n.1, p. 23-40, mar. 2011.

SUEYOSHI, T. DEA non-parametric ranking test and index measurement: slack-adjusted dea and an application to japanese agriculture cooperatives. **Omega**, v. 27, n. 3, p. 315-326, 1999.

TAVARES DE SOUZA, P.C.; WILHELM, V.E.; QUEIROZ JÚNIOR, A.S.F. Avaliação de produtividade da eficiência técnica em unidades de produção de leite do estado do Paraná (Programa de Leite da Região de Guarapuava – PR). **In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL**, 33., 2001, Campos do Jordão. Anais..., São Paulo.

- THEIS, T.; TOMKIN, J. (Orgs.). **Sustainability: A Comprehensive Foundation**. Rice University, Houston, Texas, 2012. <http://cnx.org/content/col11325/1.43/>. Acesso 23/08/2014
- THOMPSON, P.B. **The agrarian Vision: Sustainability na Environmental Ethics**. Lexington:University of Kentucky Press. 2010.
- TONIASSO, H. R.; SOUZA, C. C. de; BRUM, E.; FIGUEIREDO, R. S. de. Agricultura familiar e associativismo rural – o caso associação harmonia de agricultura familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Gepec** – Vol. 12, nº 2, jul/dez. 2007.
- TORESAN, L. Sustentabilidade e desempenho produtivo na agricultura: uma abordagem multidimensional aplicada a empresas agrícolas. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 133p, 1998.
- TOWNSEND, R.F.; KIRSTEN, J.; VINK, N. Farm size, productivity and returns to scale in agriculture revisited: a case study of wine producers in South Africa. **Agricultural Economics**, v. 19, n. 1, p. 175-180, 1998.
- TUPY, O.; YAMAGUCHI, L.C.T. Identificando benchmarks na produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 40, n. 1, p. 81-96, 2002.
- TUPY, O. et al. Eficiência técnica na produção de leite. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. Anais..., Minas Gerais.
- VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto para discussão n. 1. Brasília, MDA/NEAD, 2001
- VENTURI, E. R.; KOLADICZ, A. C. Utilidade dos indicadores socioambientais às empresas. Caderno Direito & Justiça. **Jornal O Estado do Paraná** de 13 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/colunistas/226/82428/>>. Acesso em: 26/11/2013.
- ZABET, L.; DHARMAPALA, P.S. Efficiency of government-supported horticulture: the case of Oman. **Agricultural Systems**, v. 62, p. 159-168,1999.
- ZOFIO, J.L.; LOVELL, C.A.K. Graph efficiency and productivity measures: an application to U.S. agriculture. **Applied Economics**, v. 33, n. 11, p. 1433-1442, 2001.
- ZYLBERSZTAJN, D.; SZTAJN, R. (Org). Direito e Economia: análise econômica do Direito e das organizações. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2005.
- _____. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. In: BRAGA, M. J.; REIS, B. S. (Org.). Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias. Viçosa: UFV, 2002. P. 55-75.

WANDERLEY, M. de N. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

Yin, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman. 2001

YUK-SHING, C. **Productivity growth**, technical progress and efficiency change in Chinese agriculture. Department of Economics, Hong Kong Baptist University. 1998. Disponível em: <http://www.hkbu.edu.hk/~ycheng/articles.html>. Acesso em: 15 ago. 2002.

WEGNER, D.; PADULA, A. D. Quando a cooperação falha: Um estudo de caso sobre o fracasso de uma rede inter organizacional. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 13, n. 1. São Paulo, SP, jan./fev. 2012.

ARTIGO 1 - ANÁLISE DAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EMPREENDIMENTO DE AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO MULTICASOS ENTRE ESPANHA E BRASIL

Nesse primeiro capítulo é analisada a sustentabilidade dos empreendimentos pesquisados por meio de uma revisão bibliográfica das políticas públicas para empreendimentos coletivos de agricultores familiares no Brasil e na Espanha, fazendo uma análise da efetividade dessas políticas e a contribuição das mesmas para a sustentabilidade.

**ANÁLISE DAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EMPREENDIMENTO DE
AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO MULTICASO ENTRE
ESPANHA E BRASIL**

**ANÁLISIS DE CONVERGENCIAS Y DIVERGENCIAS EN LAS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EMPRENDIMIENTO DE
AGRICULTORES FAMILIARES: UN ESTUDIO MÚLTIPLES ENTRE
ESPAÑA Y BRASIL**

**ANALYSIS OF CONVERGENCES AND DIVERGENCES IN PUBLIC
POLICIES FOR THE EMPLOYMENT FAMILY FARMERS: A MULTI-
STUDY BETWEEN SPAIN AND BRAZIL**

RESUMO

Este artigo examinou a convergência e divergência das políticas públicas direcionadas para empreendimentos de produtores agrícolas de base econômica familiar no Brasil e na Espanha. A partir da elaboração de um quadro comparativo foi possível reconhecer que a província de Alicante, Espanha, por ser uma região com mais capital social, investimentos estruturais e cultura cooperativista, abarca com maior profundidade as políticas públicas existentes. O trabalho é um estudo multicaso, exploratório e utilizou-se dados bibliográficos, documentais e de campo. Conclui-se que apesar de melhor apreensão de Alicante, Espanha, no que se refere às políticas públicas existentes, Mato Grosso do Sul, Brasil, adota políticas semelhantes, podendo-se esperar avanços análogos. No entanto, são necessárias implementações nas políticas públicas existentes, tanto em Alicante, Espanha, (dependente da Política Agrícola Comum, PAC), quanto no Mato Grosso do Sul, Brasil, no sentido de garantir a organização agrícola familiar e sua sustentabilidade. Fica evidenciado no presente artigo, que políticas públicas para agricultura familiar, que garantam a sustentabilidade, são clamores equivalentes nas duas regiões estudadas.

PALAVRAS-CHAVE: Organização agrícola familiar, capital social, sustentabilidade

RESUMEN

Este artículo examinó la convergencia y divergencia de las políticas públicas dirigidas a emprendimientos de productores agrícolas de base económica familiar en Brasil y España. A partir de la elaboración de un cuadro comparativo fue posible reconocer que la provincia de Alicante, España, por ser una región con más capital social, inversiones estructurales y cultura cooperativista, abarca con mayor profundidad las políticas públicas existentes. El trabajo es un estudio multicaso, exploratorio y utilizó datos bibliográficos, documentales y de campo. Se concluye que a pesar de la mejor comprensión de Alicante, España, en lo que se refiere a las políticas públicas existentes, Mato Grosso do Sul, Brasil, adopta políticas semejantes, pudiéndose esperar avances análogos. Sin embargo, son necesarias implementaciones en las políticas públicas existentes, tanto en Alicante, España

(dependiente de la PAC), como en Mato Grosso do Sul, Brasil, en el sentido de garantizar la organización agrícola familiar y su sostenibilidad. En el presente artículo se pone de manifiesto que las políticas públicas para la agricultura familiar, que garanticen la sostenibilidad, son clamores equivalentes en las dos regiones estudiadas.

PALABRAS CLAVE: Organización agrícola familiar, capital social, sostenibilidad.

ABSTRACT

This article examined the convergence and divergence of the public policies directed to enterprises of family - based agricultural producers in Brazil and Spain. From the elaboration of a comparative table it was possible to recognize that the province of Alicante, Spain, being a region with more social capital, structural investments and cooperative culture, comprehends in depth the existing public policies. The work is a multisite, exploratory study and used bibliographic, documentary and field data. It is concluded that in spite of the better seizure of Alicante, Spain, with regard to existing public policies, Mato Grosso do Sul, Brazil, adopts similar policies, and similar advances can be expected. However, implementations are needed in existing public policies, both in Alicante, Spain, (dependent on the CAP), and in Mato Grosso do Sul, Brazil, in order to guarantee the family agricultural organization and its sustainability. It is evidenced in this article that public policies for family agriculture that guarantee sustainability are equivalent demands in the two regions studied.

KEYWORDS: family farm organization, social capital, sustainability

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, em âmbito mundial, tem enfrentado muitas dificuldades para manter seu grau de produtividade e conseqüentemente sobreviver. Num processo de adequação ao modelo competitivo vigente, empreendimentos agrícolas familiares buscam novos modelos de negócios, como a produção mais sustentável e ecológica, por meio da organização coletiva, contribuindo assim com o desenvolvimento local.

É consenso, no meio literário, com grandes contribuições de Coelho (2001), que nesse contexto, as políticas agrícolas que privilegiem grupos organizados de pequenos produtores agrícolas familiares, são importantes. Isso, na medida em que podem criar mecanismos que possibilitem a manutenção e reprodução de modo sustentável, devido a sua grande importância econômica e social. Assim, as políticas públicas constituem importantes instrumentos, mais não únicos, por meio das quais podem ser realizadas as melhores reservas e distribuição de recursos, para suprir a necessidade de proporcionar certo padrão de renda a esses produtores, garantir a segurança alimentar e a sua permanência no campo.

A avaliação final da sustentabilidade de qualquer prática ou sistema agrícola é um ato social e político. Os governos, por meio de incentivos e políticas governamentais, podem possibilitar linhas de custeios e créditos, bem como implantar sistema de parcerias que viabilizem qualquer prática agrícola, tema no qual o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA (2012) colabora de modo acentuado.

Partindo-se da premissa de que um sistema de produção pode ser sustentável a partir do apoio de programas e políticas públicas, leva-se ao questionamento sobre os modelos agrícolas a serem adotados, visando à subsistência da agricultura de base econômica familiar.

A proposta do presente trabalho foi realizar uma análise dos objetivos políticos para empreendimentos coletivos de produtores agrícolas familiares de base ecológica, por meio uma pesquisa multicaso, da contribuição das políticas públicas agrícolas para esses empreendimentos, no Brasil e na Espanha, especificamente no Estado de Mato Grosso do Sul e na província de Alicante. Duas regiões com distinto processo de desenvolvimento, mas com uma efetiva participação da mão de obra familiar na produção agrícola.

Utilizando o estudo de casos múltiplos, foi possível a elaboração de um quadro de convergência e divergências na atuação de empreendimentos cooperativos de produtores agrícolas familiares em relação às políticas públicas ecológicas existentes.

A atual análise pode colaborar na maior efetividade das políticas públicas adotadas para empreendimentos agrícolas familiares de produção ecológica, por meio do intercâmbio intelectual entre os distintos atores. Processo que poderá tornar possível obter intersecções sustentáveis, que venham a contribuir na ajuda aos produtores, com aumento dos impactos positivos no meio ambiente e no desenvolvimento local, por meio da melhoria no bem-estar das famílias que vivem da produção agrícola ecológica.

O presente estudo foi dividido em seis seções, sendo a primeira uma introdução, onde é destacado o contexto da pesquisa. Na seção seguinte é descrito a metodologia utilizada, e logo após é realizada uma revisão bibliográfica dos temas gerais tratados: política pública, sustentabilidade e a organização agrícola familiar na produção ecológica. Nas duas próximas seções é feito um levantamento das políticas públicas no Brasil e na Espanha. Em seguida, é incluída a seção, onde é

apresentada a análise das convergências das políticas públicas do Brasil, da Espanha, e para finalizar: as considerações finais, ou seja, a conclusão da pesquisa.

2 METODOLOGIA

O procedimento da pesquisa pode ser considerado um estudo de caso múltiplo. Segundo Yin (2001), Gil (2007) e Alves-Mazzotti (2006), os estudos de diferentes casos podem ser conduzidos respectivamente, apresentando características mais convincentes. No presente estudo os casos analisados são as duas regiões, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Alicante, Espanha, cujos eventos são as políticas públicas para empreendimentos cooperativos de agricultores familiares ecológicos em ambas as regiões. A abordagem adotada foi à qualitativa, pois o interesse foi caracterizar os fatores sociais, que envolviam a apreensão das políticas públicas pelos empreendimentos cooperativos analisados em ambos os países. Em relação aos objetivos, a pesquisa é entendida como exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa, com vista a estudos posteriores (MARQUES et al., 2008).

A pesquisa exploratória é adequada ao trabalho em questão porque, embora tenha muitos trabalhos sobre produção ecológica e cooperação, tanto no Brasil como na Espanha, não existe nenhum trabalho relacionando as políticas públicas para esses seguimentos entre as duas regiões, Mato Grosso do Sul, Brasil e Alicante, Espanha.

Os meios utilizados para a pesquisa se baseou em dados e informações bibliográficas e documentais, bem como anotações em caderno de campo. As explicações no caderno de campo se referem especificamente à província de Alicante, Espanha, onde foi realizado o estágio da pesquisa doutoral sanduiche. Há ainda anotações referentes ao Estado de Mato Grosso do Sul, onde se realizou parte da pesquisa do doutorado.

O estudo faz uma comparação pouco explorada na literatura nacional, além, de desenvolver processo de análise que não foram evidenciadas pela autora em outros trabalhos.

3 POLÍTICA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR DE PRODUÇÃO ECOLÓGICA

A modernização da agricultura e pecuária acontece em todo o mundo na década de 30, devido a um amplo programa empresarial de caráter transnacional, que teve como justificativa oficial o aumento da produção agropecuária no mundo. Esse programa é introduzido por meio de melhoramento genético de plantas e animais, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. Um processo de transição de desenvolvimento agrícola que ficou conhecido como a revolução verde (BRUM, 1988). Nesse período se iniciam as discussões sobre políticas públicas para a agricultura. Inicialmente, essas políticas públicas, foram elaboradas levando se em conta apenas a agricultura de exportação, que era considerada como de grande importância para as economias dos países (FURTADO, 1983).

Atualmente, ao se referir à sustentabilidade nas políticas públicas para o setor agrário, é usado o termo agroambiental, que é um processo de união de duas vertentes políticas, a política ambiental e a política agrícola. Esse termo começou a ser utilizado em 1985, em um acordo firmado entre a Inglaterra e a Comunidade Europeia (CEE). O objetivo, da união dessas vertentes políticas, foi diminuir os impactos ambientais causados pela produção agropecuária (OCDE, 2003).

Políticas públicas, que promovam padrões sustentáveis de produção e consumo são apresentadas, nas diversas conferências mundiais, como um desafio aos governos. Aspecto que foi enfatizado na Agenda 21, que é documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrido no Rio de Janeiro em 1992, a Rio-92. Segundo esse documento, o desenvolvimento sustentável só poderá ser alcançado se as nações puderem reduzir ou mesmo eliminar padrões que sejam insustentáveis para a produção e o consumo, considerados como as principais causas da degradação ambiental no planeta (CNUMAD, 2000). Esse aspecto foi retomado na Rio+20, que aconteceu também no Rio de Janeiro em 2012 (CNUDS, 2012).

Entre alternativas utilizadas por diversos governos, para agricultura familiar, esta a utilização das compras públicas sustentáveis (CPS). Que é a preferência aos serviços e produtos, considerados como mais favoráveis para a sustentabilidade da sociedade. Há ainda a criação ou a supressão de tributos considerados específicos, bem como no oferecimento de subsídios, no estabelecimento de uma carteira de

produtos que podem ser incluídos como prioritários nas licitações públicas e políticas específicas para aquisição de determinados produtos, como gêneros alimentícios (SAMBUICHI et al., 2014). Portanto, são muitas as alternativas para a intervenção institucional no processo de construção da sustentabilidade, principalmente na agricultura familiar.

A produção ecológica é apontada como uma produção mais sustentável, uma possibilidade para a conservação ambiental. As discussões sobre uma agricultura alternativa, em oposição ao modelo adotado no processo agrícola vigente, surgem na década de 70. A proposta desse novo modelo foi justamente contrapor as dificuldades ambientais e sociais que emergem durante o processo de modernização da agricultura (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

O modelo de agricultura ecológica surgiu primeiramente nos países desenvolvidos, como um novo padrão produtivo, que exigiu inovações tecnológicas para minimizar as perdas, preservar o meio ambiente e o bem-estar da população. Isso pelo uso de tecnologias não convencionais que exigiram inovações e mudança de comportamento, não apenas por valores morais e étnicos, mais também para atender clientes e consumidores com opção de consumo, cada vez mais preocupados com sua saúde, com sua qualidade de vida e de seus descendentes (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Os consumidores de produtos ecológicos possuem particularidades diferenciais, em face aos clientes que consomem produtos convencionais. Na comercialização dos produtos agroecológicos há um importante fator a ser considerado, que é o conceito de *fair trade*. Esse conceito se justifica nas práticas injustas do mercado global, no que se refere à distribuição de renda, que afetam principalmente os países subdesenvolvidos. A origem de tal conceito se baseia no “consumo ético”, conceito que teve início na Europa com a emergência de Organizações de Comércio Alternativo (ATOs), como *Ten Thousand Villages* em 1946, *Fair Trade Organisatie* em 1967 e *Global Exchange* no ano de 1988 (LEVI; LINTON, 2003).

No comércio alternativo, *fair trade*, o consumidor se dispõe a pagar não o estipulado pela costumeira oferta de mercado, conforme a demanda, ou pelo preço de mercado, mas, sim um preço que seja considerado justo, tanto para o produtor quanto para o consumidor, por meio da intermediação direta entre esses. Há ainda os padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas, promovido por

meio de encontros de produtores responsáveis com consumidores éticos (LEVI; LINTON, 2003). A premissa é que o consumidor tem a segurança de que o preço pago está sendo distribuído de forma equitativa dentro da cadeia produtiva.

A produção ecológica, hoje, é considerada um nicho de mercado, muitas vezes explorado por grandes empresas agroalimentares transnacionais, gerando dificuldade de inserção no mercado do produtor agrícola familiar. Há, ainda, as dificuldades no consumo, onde o consumidor de baixa renda é excluído, pois atualmente é uma produção destinada a quem tem possibilidade financeira de consumo. Os movimentos ecológicos, formados por organizações de produtores familiares e intelectuais, defendem que neste caso, uma forma de reduzir o preço são os arranjos coletivos de produtores ecológicos, que eliminam esses nichos de mercado, por meio da cooperação (SEVERINO, 2000; CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

A cooperação proporciona situações em que várias pessoas se beneficiam da organização para resolver os problemas comuns de produção ou comercialização, o que muitas vezes individualmente seria impossível (PAULI, 2006). Esse fator é o que caracteriza a ação coletiva, que para Almeida e Ferrante (2009) é determinada pela confiança gerada dentro de uma rede, que produz um ambiente de interdependência, possibilitando as ações em prol do coletivo. Para Lopes e Baldi (2005), essas relações criam laços sociais, fortes e fracos, que geram possibilidades de sustentabilidade desses empreendimentos, por meio da competitividade cooperativa, possibilitando que eles tenham vantagem competitiva, um novo mercado específico, que pode promover maiores ganhos econômico, maior bem-estar para os envolvidos e conseqüentemente, estimular o desenvolvimento local.

O progresso é o anseio de toda nação. Seus cidadãos desejam usufruir de todo o conforto e bem-estar possível, porém o progresso sem sustentabilidade tem desgastado o meio ambiente muitas vezes de forma irrecuperável. O desenvolvimento sustentável, quando acontece em um local definido, onde os agentes se apropriam do processo, através das próprias potencialidades existentes no local, por meio de uma conexão solidária entre si e com o entorno, caracteriza o desenvolvimento local (JARÁ, 1998; ÁVILA, 2006).

A participação efetiva da comunidade, por meio da valoração humana, individual e do lugar é essencial para obter desenvolvimento. O autor Martin (1999), específica que a satisfação das necessidades humanas fundamentais, por meio da

participação efetiva dos envolvidos é primordial para que ocorra o desenvolvimento local. Entretanto, ainda segundo o autor, é necessário que sejam criadas condições para que haja o protagonismo pessoal e comunitário, por meio das políticas públicas.

4 POLÍTICA PÚBLICA PARA PRODUTORES FAMILIARES ECOLÓGICOS NO BRASIL

As políticas públicas para a agricultura, no Brasil, começaram a tomar foco na década de 50. No entanto, vão ser implementadas apenas a partir da década de 60, mais especificamente em 1965 (COELHO, 2001).

Até a década de 30 a agricultura brasileira, principalmente aquela voltada para a exportação, influenciava fortemente a economia, e por esse motivo possuía algum apoio oficial. Quanto à produção agrícola para o mercado interno, essa não tinha nenhum apoio estatal, e era beneficiada apenas quando havia crise no setor externo (FURTADO, 1983). Historicamente o Brasil tem passado por diferentes planos agrícolas, sendo esses influenciados pelos planos econômicos vigentes, que impactaram na política de crédito e no estímulo a produção.

A importância da agricultura familiar no Brasil foi enfatizada nos sete censos agropecuários realizados no Brasil desde 1950, onde a participação dos agricultores que têm menos de 100 hectares nunca se distanciou de 90% do total de estabelecimentos, com 20% da área. Esses dados indicam a permanência desses produtores de pequeno porte por toda a segunda metade do século. Essa permanência no cenário agrícola, apesar dos constantes desafios, mostra que esse segmento está em constante mudança, compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem do meio no qual os agricultores familiares estão inseridos (VEIGA et al., 2001).

Os dados apresentados por Veiga et al. (2001), são corroborados por De Souza Barbosa (2012), ao escrever que no Brasil, 84% dos empreendimentos agropecuários são de agricultores familiares, sendo que esses ocupam um território 24,3 % do total agrícola, e são responsáveis por cerca de 70% da produção alimentar no país. Resultado que pode estar ligado à falta de interesse dos grandes empresários agrícolas em produzir para abastecer o mercado interno, devido aos altos custos para produção de alimentos de subsistência e seu baixo preço no mercado. Há ainda a dificuldade do produtor agrícola familiar, em enfrentar a

concorrência com essas empresas transnacionais por uma fatia do mercado externo, tendo que sujeitar a sua produção ao âmbito local.

É notória a rotatividade do pequeno agricultor familiar no Brasil, o que dificulta a territorialização e a contribuição para com o desenvolvimento local. Os assentamentos, uma forma de concessão de terras por meio da reforma agrária, surgiu como medida política, uma tentativa de resolver os problemas sociais no campo sem grande preocupação com as questões sociais de pobreza, exclusão, ou incremento da produção agrícola da agricultura familiar (BERGAMASCO, 1997). Ainda assim, contribuíram para o retorno ao campo, de muitos pequenos agricultores que viviam nas periferias das cidades. No entanto, a falta de políticas que garantam fatores de bases essenciais para o desenvolvimento, tem levado esses agricultores a um constante vai e vem pelo território do país (SILVA; CEREDA, 2014).

A partir das constatações da importância da agricultura familiar e suas dificuldades, o Brasil busca elaborar políticas agrárias que favoreçam a manutenção dos pequenos produtores no campo, ou permitam o retorno à agricultura de indivíduos em situação precária, instalados na periferia das grandes cidades. Entre as alternativas de políticas apresentadas pela literatura, a disponibilidade de crédito ocupa um lugar de destaque. O crédito pode facilitar o acesso do pequeno produtor as novas tecnologias e conseqüentemente a inserção no mercado (BUAINAIN; GARCIA, 2013). No entanto, as políticas de crédito existentes no país, não atendem a demanda desse setor, devido à distância entre as instituições e o público alvo, bem como a falta de garantias do agricultor e de assistência técnica na elaboração dos projetos (SUCUPIRA; FREITAS, 2011; ABRAMOVAY, 2001).

A política pública específica para agricultura familiar só apareceu em 1996, com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e em 2006, quando emergiu a lei que fixou diretrizes para esse segmento. As novas reflexões, incorporando a pluriatividade e as de cunho político, levaram o governo federal a readequar as políticas para o setor agrícola, propondo-se, inclusive a revisão do Manual do Crédito Rural (SAMBUICHI et al., 2014).

As compras públicas é outra medida política vigente de apoio à agricultura familiar, no Brasil. Medidas pelas quais o governo incentiva, por meio do consumo, a geração de produtos mais sustentáveis. No Brasil, as compras públicas se dão por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE). O PAA é uma política que já vinha sendo desenvolvida no Brasil, mas que foi regulamentada somente em julho de 2003, no artigo 19 da Lei no 10.696. Por meio dessa política o governo, compra produtos de agricultores familiares para garantir a segurança alimentar da população de baixa renda (BIANCHINI E MEDAETS, 2013)

O PNAE surgiu em 1955, com o Decreto n. 37.106, que é quando foi criada a Campanha da Merenda Escolar, passando a ser designado por Programa Nacional de Alimentação Escolar em 1979. Portanto, o objetivo inicial era garantir a segurança alimentar das crianças matriculadas nas escolas públicas. A novidade desse programa foi o sancionamento da Lei no 11.947/2009, que estabeleceu novas regras para o PNAE ao determinar, por meio do Artigo 14, que 30% das compras para esse fim, sejam feitas de produtores da agricultura familiar (SAMBUICHI et al., 2014).

Sambuichi et al. (2014) citam, como as principais contribuições das compras públicas, a diversificação produtiva, o apoio à agricultura orgânica e agroecológica, bem como o estímulo ao consumo de produtos locais. As maiores barreiras ainda são relacionadas à estrutura de logística e transporte, devido à distância dos produtores dos centros de consumo. Há ainda a dificuldade de beneficiamento e armazenamento, bem como a necessária melhoria da assistência técnica e da oferta de crédito para responder especificamente as necessidades desse setor. Essas compras também são usadas pelo governo brasileiro com o fim de incentivar uma produção mais sustentável. Sendo que os valores pagos aos produtores, tanto pelo PAA, quanto pelo PNAE são 30% a mais que o convencional para produtos comprovadamente produzidos de forma ecológica.

Segundo Bianchini e Medaets (2013) no Brasil o aparato legal que versa sobre o tema relacionado à produção ecológica, ou como designado no país, agroecológicos, se estrutura a partir do código florestal (Decreto 23.793) e do Código de Águas (Decreto 24.643), criados em 1934. Esse aparato legal vem sofrendo modificações, através de constantes debates no meio acadêmico, com marcada preocupação de diversas organizações sociais do campo e da floresta, e da sociedade em geral, relacionada à necessidade da produção de alimentos saudáveis com a conservação dos recursos naturais.

O movimento em prol de uma produção mais sustentável levou a estruturação participativa, no Brasil, e a criação, em 2012 da Política Nacional de Agroecologia e

Produção Orgânica (Pnapo), instituída em 2012, quando também é aprovado o Plano nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, PLANAPO. Esses são regulamentados pelo Decreto Nº 7.794/2012, que também estabelece como meio de gestão da Política do PLANAPO a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO (BIANCHINI; MEDAETS, 2013).

Apesar das diversas iniciativas em prol de agricultores familiares, principalmente assentados, a dificuldade para esse segmento tem se agravado nos últimos anos no Brasil. O fato ocorre, principalmente, pela falta de perspectiva para os que dela vivem causadas pelos altos custos para produzir, incluindo tempo, força física e a desvalorização do produto agrícola, apesar de todo o incentivo para a permanência do agricultor no campo. Há ainda o aumento da produção da agricultura familiar, causado pela modernização dos grandes estabelecimentos agrícolas que gerou ganhos na produtividade rural e uma queda real nos preços dos produtos produzidos, conseqüentemente encurralando os pequenos estabelecimentos com dificuldade de inovação tecnológica (NAVARROS; CAMPOS, 2013).

Buscando alternativas para o pequeno produtor rural, no Brasil, segundo Borges (2012), tem sido dada ênfase a princípios associativos ou coletivos de produção agrária, sendo esse o único meio pelo qual os produtores podem acessar determinados mecanismos governamentais de ajuda aos produtores, tais como o PNAE e PAA.

Fomentar a cooperação agrícola, no Brasil, é um desafio, tanto para os movimentos organizadores de agricultores familiares, quanto para os próprios agricultores, em decorrência de sua percepção individual e familiar em trabalhar no campo. Vários questionamentos são apontados por Schimitz, Mota e Prado (2007), os quais procuram entender porque determinadas atividades são desempenhadas de maneira coletiva, enquanto outras são desempenhadas individualmente por agricultores familiares. O fato é que no Brasil são muitas as dificuldades enfrentadas por pequenos produtores familiares, tais como a insegurança para fazer investimentos, planejar as atividades e ampliar sua capacidade produtiva, que podem ser superadas em um contexto onde haja interação entre os produtores, por meio da cooperação (SOUZA FILHO; BONFIM, 2013).

5 POLÍTICAS AGRÍCOLAS NA ESPANHA

A agricultura na Espanha, como em todos os países da União Europeia, é contemplada pela Política Agrícola Comum, PAC. A PAC já está presente nas discussões políticas na EU na década de 50, pois no tratado de Roma, em 1957, essa iniciativa é considerada nos artigos 39 e 47. No entanto, a mesma só é criada a partir de 1962 na Conferência de Stressa. Os objetivos principais da PAC eram de garantir a segurança alimentar dos países membros da União Europeia a preços razoáveis para os consumidores, determinar uma renda mínima para os agricultores familiares e aumentar a produção da agricultura (EUROPA, 2015). O processo de implantação da PAC é justificado pela escassez alimentar vivenciada após a segunda guerra mundial e de outras questões de índole geopolítica.

O Mercado Comum Europeu, CEE, se baseou em quatro princípios fundamentais para atingir os objetivos propostos com a PAC, sendo esses a unidade de mercado; a preferência comunitária, ou seja, a proteção da produção interna por meio de criação de tarifas ou não; a solidariedade financeira, por meio da criação de um Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, FEOGA (FEOGA-Orientação e FEOGA-Garantia), onde cada país seria beneficiado segundo a sua participação (EUROPA, 2015).

A PAC inicialmente foi considerada um sucesso, pois juntamente com um período áureo de crescimento econômico europeu, garantiu uma produtividade média agrícola superior à dos Estados Unidos. O abastecimento interno foi garantido, gerando um excedente para exportações e a renda média do trabalhador agrícola superava a renda média de trabalhadores de outros segmentos econômicos (LAGARDE, 2004).

Durante o período áureo da PAC, a política de sustentação de preços teve que ser garantida, o que causou, principalmente, o comprometimento das finanças comunitárias. Houve ainda um processo de dificuldades mercantis da UE com outros países, tais como Estados Unidos e os países exportadores de produtos agropecuários denominados grupo dos Cairns, devido à política de proteção adotada. Entre os efeitos negativos ainda figuram a erosão e contaminação do solo e das águas (NASCIMENTO, 2005).

A PAC foi criada levando-se em conta a necessidade de seus países fundadores, a Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Apesar do ingresso dos novos países, ainda continuou a serem levadas em conta,

principalmente, as necessidades dos países fundadores, sendo que pelo menos 70% dos recursos era para atender as subvenções e proteger a produção desses países. No entanto, são inegáveis os benefícios da PAC no desenvolvimento europeu, pois é a única política realmente comum na Europa (MOYANO-ESTRADA, 2013).

Em 1992 acontece a primeira grande reforma da PAC, que ficou conhecida como reforma de McSharry. Segundo Azcárate (2007), a partir da reforma McSharry, começa a reflexão sobre a diminuição dos gastos institucionais por meio dos pagamentos diretos como complemento a renda dos agricultores. Esse processo é consolidado na reforma de 2000, onde também se começa a discussão sobre apoio a um desenvolvimento agrícola mais sustentável (EUROPA, 2015).

Muitas são as críticas sofridas pela PAC. Para Moyano-Estrada (2013), essas críticas advêm de segmentos que representam a agricultura familiar e de pressões internacionais, de países que se sentem prejudicados com a política de proteção da UE. Há também o descontentamento de países membros da UE, que já não se sentem contemplados com a PAC, tais como Alemanha e Reino Unido, que não possuem uma economia fundamentada na agricultura. Há ainda outros países como a França e Reino Unido, que apesar de um percentual da população significativamente agrícola, apresenta resistência em manter uma PAC nos níveis desenvolvidos nos últimos anos. No entanto, essas são questões muito complexas a serem discutidas posteriormente.

A PAC tem uma repercussão positiva para autores latinos americanos, entre esses brasileiros como Nascimento (2005), que veem no processo histórico de criação e desenvolvimento da PAC, uma preocupação social com a agricultura familiar, o que, segundo o autor, pode ser notado pela manutenção dos estabelecimentos agrícolas, mesmo que esses sejam muitas vezes considerados não competitivos e ineficientes, segundo os critérios do mercado. Ainda segundo o autor, como no Brasil as grandes propriedades sempre foram mais beneficiadas, no entanto, o pequeno produtor agrícola foi mais protegido, pela sua importância social.

Para os autores europeus, entre esses, Gómez López (2009), esta afirmação não tem sustento científico. Segundo o autor, as distribuições das ajudas diretas aos produtores, desde o início da PAC, ampliaram as desigualdades econômicas na produção agrícola espanhola, visto que quem recebia os maiores montantes foram justamente os produtores mais ricos. Ainda segundo o autor, a partir da reforma de

1992, esse aspecto se fortaleceu, visto que as ajudas antes destinadas exclusivamente a agricultores familiares, agora é ampliada a qualquer tipo de exploração agrícola, desde que comprovada a viabilidade do empreendimento.

A reforma da PAC para 2014 a 2020 aconteceu no final de 2013, com um orçamento de 370 bilhões de euros para o período 2014-2020, 12% menor que o orçamento dos últimos sete anos, que foi de 412,6 bilhões de euros, e com o ingresso de mais três países (Bulgária, Romênia e Croácia), sendo agora, 28 os países membros. Essa nova reforma da PAC possui uma orientação territorial, que objetiva a coesão da UE, por meio de desenvolvimento de regiões consideradas mais atrasadas, reduzindo as desigualdades gerais. Foram mantidos os dois pilares nos quais a PAC se sustenta desde 2005, como primeiro pilar os pagamentos diretos para os agricultores em atividades e o segundo, a política de desenvolvimento rural (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Segundo Moyano-Estrada e Ortega (2014), a nova mudança de prioridades na PAC a difere totalmente das reformas anteriores. Pois de uma PAC antes destinada especificamente ao desenvolvimento do setor agrário, nesse momento se volta ao desenvolvimento setorial. Há ainda, nessa nova modalidade da PAC, o incentivo a investimentos voltados a ações que contribuam para o melhoramento do bem-estar da sociedade, com a utilização dos recursos naturais de forma mais racional, para produção de alimentos, visando sua preservação. Portanto, é estabelecido nessa reforma, um maior incentivo à multifuncionalidade da agricultura, onde a sua função não é apenas a produção de alimentos, mas também a preservação de bens públicos.

Muitos são os questionamentos sobre a aplicabilidade das ajudas aos empreendimentos agrícolas familiares multifuncionais. Sobre o controle e incentivos dos recursos destinados a esse fim. O conceito de multifuncionalidade da agricultura já é assumido na declaração de Cork (1996) e na La agenda 2000 (1997), documento que vai estabelecer as bases tanto econômicas quanto financeiras da EU nos períodos de 2000-2006. Segundo esse conceito, o meio rural tem a dupla função, produzir alimentos e garantir serviços públicos essenciais como o bem-estar dos cidadãos e do meio ambiente.

Para alguns autores como Nascimento (2005) e Souza e Diegues (2012), nos últimos anos, houve uma drástica diminuição dos estabelecimentos agrícolas da UE, como em todo o mundo, no entanto, muito mais que em outros países, esses

estabelecimentos foram preservados, se mantendo o vínculo de muitos agricultores com a atividade agrícola, fato que, segundo os autores, pode ser atribuído a PAC.

Segundo Gómez López (2004) a grande contribuição no processo de resistência dos agricultores espanhóis está relacionada ao processo de organização cooperativista. Pois, segundo o autor, as cooperativas não resolvem a problemática vivenciada pela agricultura em todo o mundo, no entanto, prolonga seu processo de sobrevivência.

A organização cooperativa no continente europeu, diferente do que ocorre no Brasil, possui um cenário muito favorável. Pois essas organizações fazem parte da cultura agrícola dos pequenos produtores rurais. Na Espanha esse processo se inicia um pouco mais tarde, no entanto conforme Medina-Albaladejo (2013), em 1887, quando foi criada a lei de associações, na Espanha, já havia diversas instituições cooperativas.

A Espanha está classificada, em superfície, como o primeiro país de produção ecológica da UE (ESPAÑA, 2013a). A produção ecológica foi regularizada, na Espanha, em 1989, pelo regulamento (CEE) 2092/91, que se refere a essa produção, de forma genérica, como "Agricultura Ecológica". A partir de 2009, essa produção é regida pelo regulamento (CE) 834/2007 do conselho de 28 de junho de 2007, onde são definidas as normas de rotulagem e de produtos ecológicos provenientes de outros países (ESPANHA, 2015).

O controle e certificação da produção ecológica, esse é realizado pelos conselhos ou comitês de agricultura territorial, organismos públicos de competência de cada comunidade autônoma. Algumas comunidades autônomas, tais como Andalucía e Castilla-La Mancha, designaram organismos privados para realizar esse controle e certificação (ESPANHA, 2015).

Segundo estudo realizado pelo Ministerio de Agricultura Alimentación y Medio Ambiente, MARM, a demanda de alimentos produzidos ecologicamente foi promovida por grupos organizados de consumo ecológicos, sendo que esses grupos surgiram na Espanha nos anos oitenta e se ampliaram nos anos noventa. Esses estudos ainda informam que pelo menos 5% do consumo de produtos ecológicos se dá por meio desses canais curtos (HISPA COOPE, 2011).

Conforme os estudos do MARM, cerca de 72,5% da população espanhola já escutou falar de alimentos ecológicos, mas desses, 62,1% nunca consumiu esses alimentos, um número altíssimo para uma população de um país considerada

criterosa na escolha de produtos para sua alimentação. Os motivos apontados pelo citado órgão, é o desconhecimento da população, sobre o significado de alimentos ecológicos, a dificuldade de encontrar tais produtos no mercado e principalmente a diferença de preço (HISPA COOPE, 2011).

Diante da importância de empreendimentos de agricultores familiares que se organizam coletivamente para produzir ecologicamente, contribuindo para o desenvolvimento de seu local, é construída a análise apresentada a seguir.

6 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NO PROCESSO DE APREENSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENTRE BRASIL E ESPANHA E A EFETIVIDADE DESSAS PARA A SUSTENTABILIDADE

A preocupação com a produção agrícola familiar, sua sustentabilidade e do ambiente natural, bem como com a saúde das gerações atuais e de seus descendentes, é mundial. No entanto, as formas escolhidas para incentivos a esse setor são diferenciadas.

As políticas públicas adotadas por um país considerado emergente, o Brasil, e para um país de primeiro mundo, Espanha, podem ser consideradas como intervencionistas, com objetivo de direcionar a produção agrícola conforme demanda social. No entanto, entre esses dois países, quais são as políticas públicas mais efetivas? O que determina sua efetividade? Tentando responder essas questões, com base no arcabouço teórico abordado nas seções anteriores do texto, entre políticas públicas no Brasil e Espanha e sua contribuição para a sustentabilidade local, foram sistematizadas as convergências e divergências levando em conta as realidades da província de Alicante, Espanha e o Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil (Quadro 1).

Quadro 1: Convergências e divergências no processo de apreensão das políticas públicas, Brasil e Espanha

Indicadores	Brasil	Espanha
Políticas de apoio para agricultores familiares;	Baseada principalmente no crédito; Compras públicas: Voluntárias e compensatórias;	Ajuda direta ao produtor; fundos de investimentos; compras públicas: Voluntárias e compensatórias;
Produção ecológica	Força na organização dos movimentos sociais	Força nos grupos urbanos de consumo
Capital Social	Pouca relação de proximidade; cooperação	Relações de proximidade; forte

	insipiente; insignificância da reputação;	cooperação; Forte importância da reputação;
Fatores históricos e culturais	Desterritorialização; O não lugar	Forte ligação com o território Força do lugar;
Nível Educacional	Baixo, dificuldade de apreensão de políticas públicas;	Baixo, dificuldade de apreensão de políticas públicas;
Investimento público em estruturas físicas	Pouca estrutura na área rural; dificuldades de investimento públicos em saúde, educação...	Boas condições estruturais;

Fonte: Adaptado de Oliveira et al. (2013)

Segundo Sumpsi et al. (1997), os países desenvolvidos possuem uma característica geral, que é o protecionismo e o intervencionismo agrário por meio das políticas públicas adotadas, pois a soberania alimentar é um setor estratégico para qualquer nação. Segundo o autor, essas políticas são tipificadas em incentivos econômicos sobre ações voluntárias (incentives schemes) e ajudas condicionadas (cross-compliance).

Pode se salientar, que o intervencionismo e protecionismo agrário não é uma virtude apenas de países desenvolvidos, pois as políticas agrárias no Brasil possuem o mesmo cunho das políticas espanholas. Conforme exposto, as principais políticas apresentadas são as políticas de crédito, que tem o objetivo de beneficiar e proteger a agricultura familiar. Mesmo que no Brasil, como na Espanha, haja desvios de finalidades e as grandes produções empresariais muitas vezes sejam mais beneficiadas.

Conforme análise da presente pesquisa, as políticas adotadas de incentivo a agricultura familiar e ecológica, tanto no Brasil, como na UE, podem ser classificadas como voluntárias, e em determinados casos, condicionadas. Como exemplo pode ser citado o PAA e PNAE, onde o agricultor tem um incentivo de 30% na comercialização da produção ecológica. O mesmo tem a possibilidade de comercializar sua produção, seja ecológica ou não, no entanto, o acréscimo dos 30% está condicionada a certificação ecológica. Em relação à organização coletiva, o incentivo do governo para tal processo é realizado mediante a utilização dos mecanismos de comercialização disponíveis à agricultura familiar. Os agricultores só

podem acessar determinado benefício se estiverem organizados em associações ou cooperativas.

Processos semelhantes aos do Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, pode ser observado em Alicante, Espanha, em relação aos mecanismos de compras do governo, de produtos da agricultura familiar, por meio da fundação banco de alimentos. Esses alimentos, frutas e hortaliças, são doados para famílias em condição de insegurança alimentar. No entanto, o produtor individual não tem acesso a tal programa, esse está disponível apenas a empreendimentos cooperativos que estejam associados a “Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas”– OPFH (ESPAÑA, 2013b). Portanto também pode ser classificado como um benefício condicional.

Os mecanismos de comercialização institucional, no que se refere ao Brasil, são caracterizados por uma dependência dos agricultores para com esses meios de comercialização. Muitos produtores brasileiros só possuem esses como forma de comercializar a sua produção. Quanto à Espanha, o que é vendido por meio dos mecanismos de comercialização institucionais é insignificante, quando comparado ao valor total comercializado pelos produtores agrícolas familiares, o que demonstra a evolução desses agricultores, bem como a sua independência em relação a esse mercado.

Na Espanha, segundo Gliessman S. R. et al. (2007) e Ortiz-Pérez (2015), o movimento dos grupos de consumidores ecológicos foi decisivo para fomentar a produção ecológica, sendo um movimento que nasce nos centros urbanos, a partir da demanda apresentada pelos consumidores.

No Brasil, a discussão sobre a produção ecológica nasce no meio acadêmico. Segundo Oliveira et al. (2013), é o meio acadêmico, em conjunto a organização dos produtores agrícolas familiares, que gradativamente, formaram redes e instituições que estão à frente do debate por uma produção mais sustentável. Essa produção é denominada agroecológica, e evoluiu de uma prática produtiva para um movimento social de expressão nacional.

No estudo sobre as experiências agroecológicas no Brasil, Oliveira et al. (2013) concluiu que a agroecologia é uma estratégia para o desenvolvimento local, sendo que a maioria dos produtores são familiares, estão envolvidos em alguma forma de associativismo e contam com apoio de organizações externas que atuam como agentes de desenvolvimento.

Segundo Sumpsi et al. (1997), as políticas de enforcement são mais eficazes que as políticas de caráter voluntário. No entanto, a presente pesquisa, com enfoque no Desenvolvimento local, analisa que outros fatores são mais determinantes, entre esses o capital social, os fatores históricos e culturais, o nível educacional e o capital estrutural existente.

Foi observado, na análise realizada em cooperativas da província de Alicante, que um fator que contribuiu para a organização coletiva na Espanha é o capital social. As pessoas nascem e morrem na mesma região, portanto, possuem relações com familiares e vizinhos no local. A reputação é outro fator condicionante do comportamento das pessoas no lugar, o que evita comportamentos oportunistas, o que foi diagnosticado por Bonfim e Batalha (2012). Quanto ao fator histórico cultural, o cooperativismo é inerente ao processo histórico da Espanha, mesmo tendo começado mais tarde em relação aos outros países do continente europeu (MEDINA-ALBALADEJO, 2007).

O Brasil possui distintos processos organizativos da agricultura familiar. Sendo que a região sul do País apresenta maiores avanços, o que já foi diagnosticado como herança cultural de descendentes de europeus que majoritariamente colonizaram a região (BRASIL, 2006).

A região Centro Oeste do País, especificamente o estado do Mato Grosso do Sul, é uma região com um processo de colonização distinto da região sul do país. O mesmo é caracterizado por uma população de migrantes de diversas regiões do Brasil. Há muitas divergências culturais e ideológicas, onde predomina rivalidades culturais, com projeções de determinadas culturas nacionais. Portanto, especialmente entre os agricultores familiares assentados, a organização coletiva é incipiente, apesar de todo incentivo para tal organização entre os produtores. No citado contexto, mesmo as políticas de enforcement possuem dificuldades de serem implementadas, diferente do atestado por Sumpsi et al. (1997) de que essas são mais eficazes que as de cunho voluntárias.

O lugar é o espaço das relações humanas, isto é, das práticas e convivências cotidianas que adquirem significado e sentido a partir da realidade material e ligação emocional aos objetos, e está simultaneamente ligada aos laços territoriais, econômicos e culturais. Portanto, o lugar é o palco dos acontecimentos que perpassam a vida dos indivíduos. A pessoa recém-chegada ao lugar leva tempo para assumi-lo como seu novo espaço de vida, confrontar a noção de espaço com o

novo vivido, criar novos laços de amizade e solidariedade, ou seja, se territorializar (PIRES, 2007). Assim, é indiscutível a ligação de territorialidade e desenvolvimento local, imprescindível para a sustentabilidade. Ao se falar de local, “está se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade” (MARTINS, 2002, p.54).

O nível educacional de um determinado grupo, é um fator que pode ser primordial para a implementação de uma política pública, que favoreça o desenvolvimento local, e conseqüentemente a sustentabilidade. Pois, uma melhor educação formal pode permitir a compreensão e internalização das políticas públicas existentes, bem como os fatores condicionantes para acessá-las. Silva e Khan (1996), ao analisarem a importância do nível educacional do agricultor na geração da renda rural, concluíram que este fator tem influência positiva no valor da produção, proporcionando aumento expressivo na eficiência técnica e econômica.

O nível de escolaridade dos trabalhadores agrícolas familiares na região centro oeste já foi diagnosticado como baixo, sendo muitos analfabetos ou apenas alfabetizados, principalmente devido à faixa etária e as diversas migrações sofridas por esses agricultores. A possibilidade de dar continuidade aos estudos é dificultada pelas grandes distâncias existente entre os centros escolares e a moradia desses agricultores (SILVA; CEREDA, 2014).

Em uma análise das disparidades educativas da Espanha rural contemporânea, por Gutierrez (2004), foi identificado que os produtores agrícolas familiares na Espanha, possuem nível educacional baixo, porém todos são alfabetizados, sendo a maioria com o primário completo. Grande parte desses agricultores é idosa, remanescentes de uma época em que o ensino não era muito valorizado pelo trabalhador agrícola.

A maioria dos produtores agrícolas familiares em Alicante, Espanha, está organizada em cooperativas, com assessorias e assistência técnica fornecida pelas mesmas. O que não acontece em várias regiões no Brasil, devido à percepção individual e familiar de se trabalhar no campo (SCHIMITZ et al., 2007).

Quanto à questão de investimentos públicos em estruturas físicas, Reis (2008), em um trabalho sobre gastos públicos, descreve a importância dos investimentos públicos em bens públicos estruturais, para o desenvolvimento. Na Espanha, conforme observado na província de Alicante, o nível de investimento em bens públicos é histórico. As vias agrícolas são pavimentadas, e as propriedades

agrícolas familiares, próximas aos centros urbanos. Há acesso ao transporte público pelos moradores e possibilidade educacional para os filhos desses.

No Brasil, ao que se refere ao Estado de Mato Grosso do Sul, esse é um estado “jovem”, fundado em 1977, portanto com muitas deficiências estruturais. Esse Estado possui uma baixa densidade populacional, com grandes distâncias entre os locais de produção e os mercados, são fatores que reforçam a dificuldade de sobrevivência dos pequenos produtores, entre eles os assentados (GIRARDI, 2008).

Ao se realizar uma análise da convergência e divergência das políticas públicas para agricultores familiares e sua contribuição para a sustentabilidade local, no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, e Alicante, Espanha, conclui-se que ambas as regiões possuem similaridades na adoção de políticas públicas, no entanto, no que se refere ao acesso a essas políticas e a sua implementação, o Estado de Mato Grosso Sul, Brasil possui ainda muitas dificuldades, o que é natural, visto os distintos processos de desenvolvimento entre os dois países.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto é possível observar que as proposituras para a agricultura familiar brasileira, tais como a cooperação entre agricultores, produção ecológica, entre outras, está direcionada a evolução de um desenvolvimento mais sustentável, de base local, como observado em países em um processo mais avançado de desenvolvimento como a Espanha. Portanto, há convergências entre as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil e na Espanha, sendo que as divergências estão na capacidade de apreensão dessas políticas, devido a fatores estruturais culturais e educacionais. No entanto é possível afirmar que o Brasil possui possibilidades para alavancar o mesmo nível de desenvolvimento, isso por meio de investimentos que possam sanar as falhas diagnosticadas.

Os arranjos produtivos locais são importantes para um desenvolvimento mais sustentável da agricultura familiar. Esses arranjos produtivos, no caso as cooperativas agrárias, são fatores primordiais para o incentivo a uma produção ecológica, que garanta o desenvolvimento local sobre bases sustentáveis. Esse fator efetivamente só será conquistado com incentivos aos produtores locais, tanto no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil como na província de Alicante, Espanha, país cuja ajuda efetiva a esse segmento tem diminuído gradativamente nos últimos anos.

Portanto, se conclui que as políticas públicas que garantam a sustentabilidade desses empreendimentos e, conseqüentemente, a soberania alimentar das nações, são clamores equivalentes, apesar do distinto processo de desenvolvimento entre as duas regiões analisadas.

REFERENCIAS

- ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Projeto Dom Helder Câmara, 2001.
- ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. **Programas de Segurança Alimentar e Agricultores Familiares**: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara – SP. In. 47º
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa** (online), v. 36, n. 129, p. 637-51, 2006.
- ASSIS, L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: Controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul.\dez. 2002.
- AVÍLA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Interações**, Vol. 8, N. 13, p. 133-140, Set. 2006.
- AZCÁRATE, T. G. **Presente y futuro de la reforma de la PAC**: Una visión desde Bruselas. Agricultura Familiar en España 2007. Disponível em http://www.upa.es/anuario_2007/pag_060-071_azcarate.pdf. Acesso em 08 de junho de 2015.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estud. av. [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 37-49. ISSN 0103-4014.
- BIANCHINI V., MEDAETS J. P. P. **Da revolução verde à agroecologia**: plano Brasil agroecológico. Disponível em http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf. Acesso em 24 de junho de 2015.
- BORGES, J. L. Movimentos Sociais e Sustentabilidade: os Desafios da “Extensão Rural Agroecológica” em Assentamentos de Reforma Agrária. **Revista Cesumar– Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 1, 2012.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? (Org.) NAVARRO, Zander; CAMPOS, Sílvia Kanadani. A “pequena produção rural” no Brasil. **Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013, 264 p.
- BONFIM, R. M., BATALHA, M. O. "a importância da confiança na relação entre produtores familiares de mamona e usinas de biodiesel no Brasil." **XXXII encontro**

nacional de engenharia de produção. Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2012. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_157_915_20173.pdf. Acesso em 01 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Brasília: **MAPA**, 2006. 124 p.

BRUM, A. J.A. **Modernização da Agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes.; Ijuí: FIDENE, p. 31- 89, 1988.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

COELHO, C. N. 70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). In: Revista de Política Agrícola. Brasília: **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, Ano X – Nº 03 – Jul-Ago- Set, 2001.

CORK, La Declaración. **Hacia una política integrada de desarrollo rural.** Noviembre de 1996. Disponível em http://www.femp.es/files/566-138-archivo/Declaraci%C3%B3n_de_Cork_1996.pdf. Acesso em 25 de julho de 2015.

CNUMAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2000.

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20). **O Futuro que Nós Queremos.** 2012. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>. Acesso em 09 de julho de 2015.

DE SOUZA BARBOSA, M^a.J. Desenvolvimento rural e economia solidária: estratégia de sustentabilidade sob processos de Inter cooperação Espanha e Brasil na microrregião do Baixo Tocantins na Amazônia brasileira, **en** J.D. Gómez López y M^a.J. De Souza Barbosa (bajo la dirección de), Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios, Alicante : AECID-Ofibook, 2015.

ESPAÑA. Caracterización del sector de la producción ecológica española: valor, volumen y mercado y evaluación del impacto del comercio electrónico en la producción ecológica española, 2013a. **Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente.** Disponível em <http://www.magrama.gob.es/imagenes/es/Informe%20P%20y%20M%20Ecologico%20-%202012-WEB%201-tcm7-310968.pdf> Acesso em 24 de junho de 2015.

ESPAÑA. Estrategia nacional de los programas operativos sostenibles a desarrollar por las organizaciones de productores de frutas y hortalizas. **Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente.** 2013b. Disponible en http://www.magrama.gob.es/es/agricultura/temas/producciones-agricolas/ESTRATEGIA_NACIONAL_a%C3%B1o_2014_tcm7-309360.pdf. Acesso em 01 de abril de 2016.

ESPAÑA. La agricultura ecológica en España. **Ministério de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente**. 2015. Disponível em <http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/la-agricultura-ecologica/> Acesso em 22 de junho de 2015.

EUROPEAN COMMISSION. Overviw of CAP Reform 2014-2020. **Agricultural Policy Perspectives Brief**. N. 5/December 2013. Disponível em http://ec.europa.eu/agriculture/policy-perspectives/policy-briefs/05_en.pdf. Acesso em 25 de julho de 2015.

EUROPA, Siéntese de la legislación de la EU. **Reforma de la política agrícola común (PAC), 2015**. Disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l60002_es.htm. Pesquisado em 08 de junho de 2015.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera/atlas, acesso em 03/02/2014.

GLIESSMAN, S.R. et al. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Ecosistemas**. 2007/1. Disponível em: <http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?> Última consulta em 25/03/2016.

GÓMEZ LÓPEZ, J. D. **Las cooperativas agrarias**. Instrumento de desarrollo rural. Publicaciones Universidad de Alicante, 2004.

_____. El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 26/27, n. 1, p. 15-23, 2008/2009 15

GUTIÉRREZ, F. R. El enfoque de las capacidades para la gobernabilidad del territorio. Ería: **Revista cuatrimestral de geografía**, ISSN 0211-0563, Nº 63, 2004, págs. 107-115.

HISPA COOPE, **cuadernos de las cooperativas de consumidores**. Confederación Española de Cooperativas de Consumidores y Usuarios. Octubre 2011 · número 22 · año XIII. Disponível em <http://www.hispacoop.com/home/index.php/2012-11-08-03-42-54/44-cuadernos-de-las-cooperativas-de-consumidores-n-22/file>. Acesso em 25 de junho 2015.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Financiando o desenvolvimento sustentável: o papel das compras públicas. **In: Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2012, v. 2.

JARA, C. J. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Brasília: Instituto interamericano de cooperação para a agricultura (**IICA**): Recife: Secretária do planejamento do Estado do Pernambuco-Seplan, 1998. 316 p.

LA AGENDA 2000. **Una política agrícola común para el futuro**. 1997. Disponível em http://ec.europa.eu/agriculture/publi/review99/08_09_es.pdf. Consultado em 25 de julho de 2015.

LAGARDE, Olivier de. Quelle politique agricole pour l'Europe? In. Problèmes économiques. Paris: La documentation française, nº 2841, mercredi 28 janvier 2004. p 6-12.

LEVI, M.; LINTON, A. Fair Trade: A Cup at a Time? **Politics & Society**, Vol.31 No. 3, September 2003.

LOPES, F. D.; BALDI, M. Laços Sociais e Formação de Arranjos Organizacionais Cooperativos – Proposição de um Modelo de Análise. **RAC**, v. 9, n. 2, Abr./Jun. 2005: 81-101.

MARQUES, H. R. et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 3ª. ed. Campo Grande, MS: UCDB, 2008.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Campo Grande: **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, 2002.

MEDINA-ALBALADEJO, F. J. Fuentes para la historia de las cooperativas agrarias en España: los archivos empresariales. CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública Social y cooperativa**, n. 77, Abril 2013, pp 189-212.

MOYANO-ESTRADA, E. Desarrollo local y cohesión en el marco de la nueva programación estratégica de la UE (2014-2020). **Notas de palestra** proferida no seminário “La estrategia Leader en el nuevo enfoque participativo de La Unión Europea para el desarrollo local (2014-2020)”. Salamanca, 2013.

MOYANO-ESTRADA, E.; ORTEGA, A. C. A Reforma da PAC para o Período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 04, p. 687-704, Out/Dez 2014 – Imprensa em Janeiro de 2015

NASCIMENTO, C. A. A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas: lições para a política agrícola no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 2 (25), p. 263-285, jul./dez. 2005.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. **A “pequena produção rural” no Brasil**. Ganhar tempo é possível? Brasília : CGEE, 2013, 264 p.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Agri-environmental policy measures**: overview of developments. Paris: OCDE, 2003.

OLIVEIRA, M. A. C. et al. Experiências agroecológicas brasileiras: uma análise à luz do desenvolvimento local. **Rev. Bras. de Agroecologia**. 8(2): (2013).

ORTIZ-PÉREZ, S. **Um espacio cooperativo**: Soberania alimentaria y solidaridad internacionalista campesina. Icaria. 2015. 166 p.

PAULI, J. **O Poder nas Redes de Economia Solidária**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre. UFRGS, 2006.

PIRES, L. S. Élson. "As lógicas territoriais do Desenvolvimento: Diversidades e Regulação". **Revista Interações**, Volume 08, Número 02, setembro de 2007 – Pág. 155 – 163.

SAMBUICH, R. H. R. et al. (Org.) Políticas agroambientais e sustentabilidade: Desafios, oportunidade e lições aprendidas. **IPEA**, 2014.

SEVERINO, L. S. **Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no Nordeste**. 2000. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Desenvolvimento%20da%20Agricultura%20Organica%20no%20Nordeste.PDF. Acesso em: 17/11/2014.

SCHIMITZ, H. et al. **Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural**. Disponível em: < http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/74.htm > Acesso em: dez. 2013.

SILVA, E. M.; CEREDA, M. P. Segurança alimentar, saúde, educação e lazer como fatores de base para desenvolvimento rural de um assentamento do Mato Grosso. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 275-284, jul./dez. 2014.

SILVA, L.M.R. e KHAN, A S. Educação, produção e eficiência na utilização dos fatores de Produção na Região semi-árida do Nordeste. **In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, Aracaju-Se. Anais... Brasília: SOBER, 1996.

SOUSA FILHO, H. M.; BONFIM, R. M. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. **In A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** – Brasília: CGEE, 2013.

SOUZA, J.G.; DIEGUES, V. C. Por uma desglobalização da produção alimentar: commodização da agricultura e diversidade produtiva - uma análise de Espanha. **GEOgraphia** (UFF), v. 14, p. 63-81, 2012

SUCUPIRA, G. I. C.; FREITAS, A. F. de. Cooperativismo de crédito solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. **REDE** – Revista Eletrônica do Prodepa, Fortaleza, v. 6, n.1, p. 23-40, mar. 2011.

SUMPSI, J.M. et al. La política agroambiental de la UE: un análisis desde la perspectiva económica. **Revista de Economía Agraria**, 1997, nº 179, pp. 227-265.

VEIGA, J. E. da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto para discussão n. 1. Brasília, MDA/NEAD, 2001.

Yin, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookma
2001.

ARTIGO 2 - EFICIÊNCIA DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FAMILIARES DO BRASIL E ESPANHA: UMA ABORDAGEM COM ANÁLISE ENVOLTORIA DE DADOS (DEA)

Nesse capítulo é feito um estudo da eficiência relativa dos empreendimentos cooperativos investigados em Mato Grosso do Sul, Brasil, e Alicante, Espanha, como possibilidade de ponderar a dimensão econômica da sustentabilidade. É utilizada a Análise Envoltória Dados, DEA, para determinar os níveis de eficiências dos empreendimentos investigados em ambas as regiões.

EFICIÊNCIA DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FAMILIARES DO BRASIL E ESPANHA: UMA ABORDAGEM COM ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS (DEA)

EFICIENCIA DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FAMILIARES DE BRASIL Y ESPAÑA: UN ENFOQUE CON ANÁLISIS ENVOLTURA DE DATOS

RESUMO

Este trabalho investiga a eficiência técnica de cooperativas agrícolas do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil e da província de Alicante, Espanha. A coleta de dados foi realizada em 2015 e 2016. Para a análise foi utilizado o DEA orientado a input (CCR), com dados de receita bruta (output), as despesas brutas e o número de funcionários (inputs). As evidências sustentam a hipótese de que a eficiência não está relacionada com a dimensão do grupo cooperativo ou com a maior contribuição tecnológica, mas sim com a melhor utilização dos recursos existentes, uma vez que os resultados mostraram que as cooperativas nacionais são mais eficientes do que as cooperativas espanholas. Destacam-se duas cooperativas brasileiras com 91,54% do tamanho total dos grupos analisados, sendo que as cooperativas que recebem apoio governamental, em Mato Grosso do Sul, Brasil, influenciaram os resultados da DEA. Esta pesquisa explorou a eficiência relativa, abrindo horizontes para novas pesquisas que possam avaliar a eficiência dos lucros, colaborações e o número de associados, bem como as diferenças entre cooperativas de negócios.

PALAVRAS-CHAVE: DEA, Eficiência agrícola, Cooperativas

RESUMEN

Este trabajo investiga la eficiencia técnica de las cooperativas agrícolas del Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil y de la provincia de Alicante, España. La recolección de datos se realizó en 2015 y 2016. Para el análisis se utilizó el DEA orientado a input (CCR), con datos de ingresos brutos (output), los gastos brutos y el número de empleados (inputs). Las evidencias sostienen la hipótesis de que la eficiencia no está relacionada con la dimensión del grupo cooperativo o con la mayor contribución tecnológica, sino con la mejor utilización de los recursos existentes, ya que los resultados mostraron que las cooperativas nacionales son más eficientes que Las cooperativas españolas. Se destacan dos cooperativas brasileñas con 91,54% del tamaño total de los grupos analizados, siendo que las cooperativas que reciben apoyo gubernamental, en Mato Grosso do Sul, Brasil, influenciaron los resultados de la DEA. Esta investigación exploró la eficiencia relativa, abriendo horizontes para nuevas investigaciones que puedan evaluar la eficiencia de los beneficios, las colaboraciones y el número de asociados, así como las diferencias entre las cooperativas de negocios.

PALABRAS CLAVE: DEA, Eficiencia agrícola, Cooperativas.

1 INTRODUÇÃO

A agropecuária no mundo começa a se consolidar, mostrando a característica produtiva de cada região. Nos países Asiáticos, na Europa e na América do Norte, o aumento da produção agrícola depende exclusivamente de melhorias de rendimento, ou seja, produtividade e eficiência. Na América do Sul há ainda a possibilidade de expansão de áreas agrícolas, conforme analisado pela Organisation for Economic Co-operation and Development e Food and Agriculture Organization of the United Nations, OECD-FAO, (2015)¹. Nos dois casos, seja no incremento da produção, seja na expansão de áreas, a eficiência do processo produtivo está implícita.

O Brasil vem crescendo em produtividade, seja na agropecuária de commodities como na agricultura e pecuária de base econômica familiar. A produção agrícola mais do que dobrou em volume, comparada ao nível registrado em 1990. Conforme informado por órgãos oficiais, com grandes contribuições da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE (2015), a produção pecuária praticamente triplicou, principalmente com base nas melhorias da produtividade. O Brasil é o segundo maior exportador agrícola mundial e o maior fornecedor de açúcar, suco de laranja e café.

A agricultura brasileira se caracteriza pela natureza dualista, onde coexiste a produção de capital-intensivo e de grande escala, com propriedades agrícolas tradicionais, composta por milhares de pequenos agricultores produzindo para próprio consumo ou para mercados locais. Neste contexto as cooperativas agrícolas surgem como modelo de negócio baseado na cooperação e solidariedade para melhorar a competitividade dos agricultores de base econômica familiar. De acordo com a literatura, com particular importância à da FAO (2012), o apoio aos pequenos agricultores reforça a segurança alimentar mundial e reduz a pobreza. Estima-se que 1 bilhão de indivíduos sejam membros de cooperativas, gerando mais de 100 milhões de empregos em todo o mundo².

¹ http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2015-en

² Um exemplo baseado na Califórnia, a Pachamama Coffee Cooperative of Small-Scale Coffee Producers ("Pacha"), é uma cooperativa global única que é de propriedade total e controlada por pequenos cafeicultores em todo o mundo. Ver mais em:

http://www.fao.org/fileadmin/templates/getinvolved/images/WFD2012_leaflet_en_low.pdf

Para acompanhar o desempenho das cooperativas agrícolas, a presente pesquisa utiliza a Análise Envoltória de Dados – DEA para medir e comparar a eficiência técnica entre cooperativas agrícolas do Brasil e da Espanha.

O modelo agrícola familiar, apesar de todo avanço das últimas décadas, ainda enfrenta muitas dificuldades, entre essas, a comercialização do produto, devido a fatores diversos, entre esses, a distância dos mercados e a falta de escala da produção. O Brasil, conforme último censo agropecuário de 2006, que pode ser verificado nas informações disponíveis em Brasil (2009), possuía 4.367.902 estabelecimentos agrícolas familiar, representando 84,4% do total dos estabelecimentos nacionais, ocupando 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Ao comparar com os resultados do censo de 2006, com os de 1995/1996 (4.859.865 estabelecimentos), houve um crescimento de 6,5% em relação ao número de estabelecimentos, no entanto a área total, ocupada por estabelecimentos agrícolas familiar sofreu uma redução, de 353,6 milhões de ha em 1995/1996, para 329,9 milhões em 2006. Uma diferença de 23,7 milhões de ha, o que corresponde a 6,7% da área do censo anterior. No censo de 1985, o número de estabelecimentos era de 5.802.206, e a área ocupada por esses estabelecimentos foi de 374,9 milhões de ha. Portanto, no Brasil, apesar do aumento de estabelecimentos agrários, a área ocupada por esses, vem diminuindo gradativamente.

Na Espanha, as explorações agrárias familiares representam aproximadamente 95% do total das empresas agrícolas e estas aportam 60 % de da produção agropecuária do país, dados disponibilizados por Instituto Nacional de Estadística, INE (2009). No entanto, o número de empreendimentos agrícolas tem diminuído nos últimos anos, conforme dados do citado Instituto (INE, 2009), responsável pelo Censo Agrário de Espanha. Em 1999 havia um total de 1.289.421 explorações agrícolas, em 2009, esse número foi reduzido para 989.796 propriedades. Isso significa que houve uma redução de 23,2% no número dessas empresas agrícolas familiares. A superfície média ocupada por essas propriedades no país passa de 26,15 milhões em 1999, para 23,75 milhões em 2009. Representando um decréscimo de 9,2%.

Diante dos desafios do setor agrícola familiar, a literatura demonstra que a cooperação é uma alternativa para maior sustentabilidade do setor, colaborando

amplamente com esse tema os autores Caporal e Costabeber (2002), Lopes e Baldi (2005) e Gómez López (2004).

A pesquisa se baseou na literatura agrícola que aborda a análise da eficiência técnica, e teve como objetivo a análise de eficiência relativa e comparativa entre grupos de cooperativas agrícolas brasileiras, especificamente do Estado de Mato Grosso do Sul, e espanholas, da província de Alicante. As amostras foram colhidas em 2015 e 2016. A comparação da eficiência é realizada em três níveis: i) entre os grupos cooperativos do Brasil; ii) entre os grupos cooperativos da Espanha; iii) Entre as cooperativas do Brasil e Espanha.

As questões abordadas na pesquisa são: As cooperativas estrangeiras são mais eficientes do que as cooperativas nacionais? As grandes cooperativas são mais eficientes? Essas descobertas podem fornecer algumas informações importantes tanto para as decisões políticas, quanto para os gestores cooperativos.

O artigo está estruturado da seguinte forma, essa seção introdutória e a próxima seção, que discute a revisão da literatura para estudos de eficiência e eficiência agrícola. Na seção seguinte, é explicada as definições de *input*, *output* e banco de dados. A seção quatro apresenta algumas questões metodológicas e de dados e a amostra utilizada no documento, enquanto a seção cinco apresenta resultados empíricos. Finalmente, a seção seis fornece a conclusão.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Existe uma vasta literatura sobre a eficiência de vários tipos de empresas, bancos, setores e departamentos, discutindo diferentes aspectos como o papel da propriedade, tamanho e diferenças no quadro regulatório e seus impactos sobre a eficiência organizacional.

No Brasil, Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2005) escreveram que, devido à necessidade de medir o desempenho organizacional, vários modelos foram desenvolvidos ao longo da história, dentre os mais utilizados, o de Oliveira Jr. (1996), que desenvolveu uma Análise através da qual é possível medir a eficiência das cooperativas, de uma forma econômico-financeira e sócio-política.

Na Espanha, Raja et al. (2006), desenvolveu uma análise técnica das medidas de renda das cooperativas agrárias utilizando a DEA. Um estudo empírico foi realizado com dados de 108 cooperativas agrárias. Os resultados mostraram que os

cálculos do rendimento desta técnica são um complemento satisfatório das análises tradicionais das cooperativas agrárias (Raja et al., 2006)

De acordo com Gomes (2008), o nascimento do modelo Data Envelopment Analysis (DEA) ocorre com uma publicação do modelo CCR de Charnes, Cooper e Rhodes (1978).

Na literatura, são encontradas várias referências ao uso da DEA para a avaliação da eficiência na agricultura, Battese (1992), Bravo-Ureta e Pinheiro (1993), Coelli (1995), Färe et al. (1985), Ray (1985), Chavas e Aliber (1993), Sturion (1996), Toresan (1998), Townsend et al. (1998), Yuk-Shing (1998), Gulati e Mishra (1999), Sharma et al. (1999a, 1999b), Zaibet e Dharmapala (1999), Sueyoshi (1999), Fraser e Cordina (1999), Pereira e Silveira (2001), Zofio e Lovell (2001), Souza e Wilhelm (2001), Pereira Filho), Krasachat (2002), De Koeijer et al. (2002), Lansink et al. (2002), Tupy e Yamaguchi (2002), Alves e Gomes (1998), Gomes (1999), Tavares de Souza et al. (2001), Pereira e Silveira (2001), Batipsta et al. (2003), Pereira (2003) e Tupy et al. (2003), Souza et al. (2011).

O uso de DEA para medir a eficiência relativa das unidades produtivas tem sido muito atraente em vários setores de aplicação. A utilização de modelos de DEA na agricultura pode apoiar as decisões dos agricultores, indicando as fontes de eficiência e o próprio agricultor ou cooperativa agrícola ser ponto de referência para os demais.

A eficiência técnica está associada ao uso eficiente de insumos dentro da tecnologia cooperativa. Portanto, se a eficiência técnica explica uma maior parte da eficiência geral, podemos inferir que isso pode ser devido à subutilização ou desperdício de insumos. No caso da utilização de receitas, sugere que as cooperativas mais eficientes são capazes de produzir mais produtos com menores despesas operacionais. Por outro lado, a eficiência alocativa está relacionada à forma como a mistura de insumos afeta o processo produtivo. Se uma cooperativa tem uma pequena eficiência de alocação, então se pode argumentar que ao alterar a combinação de seus insumos (custos brutos e mão-de-obra), essa poderia aumentar sua produção (SOUZA et al., 2011).

A determinação da eficiência técnica da pesquisa em cooperativas familiares e agrícolas entre Brasil e Espanha, não foi evidenciada pela autora na literatura. O banco de dados utilizado é primário, coletado por meio de pesquisa de campo com questionário estruturado.

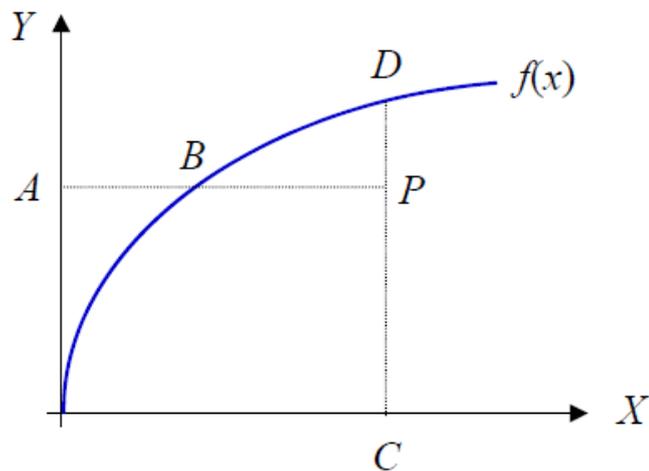
3 EFICIÊNCIA E VARIÁVEIS

De acordo com Mello et al (2005), Eficiência é um conceito relativo, onde se compara o que foi produzido, dado os recursos disponíveis, com o que poderia ter sido produzido com os mesmos recursos.

A Análise de Envoltória de Dados, não faz nenhuma suposição funcional como os métodos paramétricos, e considera que o máximo poderia ter sido produzido e obtido por meio da observação das unidades mais produtivas, conforme Figura 4.

Na Figura 4, observa-se a Fronteira de Produção Eficiente, dada essa fronteira de eficiência definida por $f(x)$, onde o eixo de Y representa a quantidade produzida e o eixo de X os recursos utilizados na produção. A DMU, representada na figura 4, é considerada ineficiente, para alcançar a eficiência, P precisa caminhar até o ponto B reduzindo os recursos utilizados. No entanto, se preferir aumentar a produção, P tem que se deslocar para o ponto D.

Figura 4 - Alcance da fronteira da eficiência



Analisando o movimento de P para B e P para D temos: no primeiro caso, a eficiência é definida pelo quociente AB/AP e é um número entre 0 e 1. Já no segundo caso, a eficiência é dada por CP/CD que também é um valor entre 0 e 1 (Mello et al, 2005).

Usamos a abordagem DEA para medir a eficiência das cooperativas agrícolas. As cooperativas podem ser vistas como os primeiros intermediários entre os

associados e os compradores, neste caso, as despesas do processo operacional das cooperativas geram um *input*. Também usamos insumos de capital humano (quantidade de trabalhadores). Portanto, as cooperativas agrícolas assumem duas entradas: mão-de-obra e despesas operacionais (Tabela 2).

Tabela 2- Output e Inputs

Output	Input#1	Input#2
Receita Bruta	Gastos Brutos	Número de trabalhadores

Fonte: Elaboração própria

Na província de Alicante, Espanha, e no estado de Mato Grosso do Sul, foram visitadas 16 cooperativas agroalimentares. Estes empreendimentos foram escolhidos aleatoriamente.

4 METODOLOGIA

Duas abordagens estão disponíveis na literatura para avaliar a eficiência de cooperativas agrícolas. A análise de fronteira de eficiência estocástica e a análise de fronteira determinística. No contexto das fronteiras determinísticas, a Análise de Envolvimento de Dados (DEA) é a técnica mais utilizada.

A Análise Envoltória de Dados, por outro lado, é uma técnica fácil de lidar com múltiplas entradas e saídas e permite a avaliação de custos, as dificuldades técnicas e a escala sem o conhecimento direto dos preços dos insumos de fatores. Esta é a principal razão para usá-lo aqui. Banker e Natarajan (2004) mostram como essas medições podem ser calculadas apenas usando dados de despesas totais.

4.1 MODELO CCR

Este modelo determina a eficiência pela otimização da divisão entre a soma ponderada das saídas e a soma ponderada das entradas generalizando, assim, a definição de Farrell (1957). O modelo CCR, apresentado originalmente por Charnes et al. (1978), constrói uma superfície linear por partes, não paramétrica, envolvendo os dados conforme Figura 4.

O modelo CCR (também conhecido como CRS ou retornos constantes à escala), que trabalha com retornos de escala constantes (Charnes et al., 1978), assume a proporcionalidade entre entradas e saídas. E o modelo BCC (ou RSV), devido a Banker et al. (1984), considera retornos variáveis de escala, ou seja, substitui o axioma de proporcionalidade pelo axioma de convexidade. Tradicionalmente, são possíveis duas orientações para estes modelos: orientação

para insumos, quando se deseja minimizar os recursos disponíveis, sem alterar o nível de produção; Orientação para as saídas, quando o objetivo é aumentar os produtos sem alterar os recursos utilizados.

Neste artigo, o modelo DEA a ser utilizado é o CCR orientado a input que determina a eficiência pela otimização da divisão entre a soma ponderada dos outputs e a soma ponderada dos inputs, uma vez que as unidades sob avaliação apresentam diferenças significativas de escala.

4.2 MODELO DE PROGRAMAÇÃO MATEMÁTICA

Para o cálculo das eficiências temos nas equações (1) e (2), onde o Eff_0 é a eficiência da DMU o em análise; v_i e u_j são os pesos de inputs i , $i=1, \dots, r$, e outputs j , $j=1, \dots, s$ respectivamente; i_{kx} e j_{ky} são os inputs i e outputs j da DMU k , $k=1, \dots, n$; i_{ox} e j_{oy} são os inputs i e outputs j da DMU o .

Em (1) e (2), é apresentado o modelo DEA CCR dos multiplicadores e do envelope, com orientação para inputs.

$$\begin{aligned} Max\ Eff_0 &= \left\{ \frac{\sum_{j=1}^s u_j y_{j0}}{\sum_{i=1}^r v_i x_{i0}} \right\} & (1) \\ & \text{s.a} \\ & \frac{\sum_{j=1}^s u_j y_{jk}}{\sum_{i=1}^r v_i x_{ik}} \leq 1, \forall k \end{aligned}$$

De acordo com Mello et al (2005) o problema matemático apresentado é de programação fracionária, que deve ser resolvido para cada uma das DMUs e pode ser transformado em um problema de programação linear (PPL). Para tal, obriga-se que o denominador da função objetivo deva ser igual a uma constante, normalmente igual à unidade.

$$\begin{aligned} Max\ Eff_0 &= \left\{ \sum_{j=1}^s u_j y_{j0} \right\} & (2) \\ & \text{s.a} \\ & \sum_{i=1}^r v_i x_{i0} = 1 \\ & \sum_{j=1}^s u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^r v_i x_{ik} \leq 0, \forall k \end{aligned}$$

A estrutura matemática desses modelos permite que uma DMU seja considerada eficiente com vários conjuntos de pesos. Em particular, podem ser atribuídos pesos zeros a algum input ou output, o que significa que essa variável foi desconsiderada na avaliação.

5 CAMPOS EMPÍRICOS DE ESTUDO

5.1 COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO BRASIL

O campo de estudo empírico brasileiro está localizado na região centro-oeste do país, especificamente no estado de Mato Grosso do Sul, região caracterizada por uma população de migrantes de diferentes regiões do Brasil. De acordo com a Agenda Institucional Cooperativa (2015), em 2013 havia 1.597 cooperativas agrícolas e pecuárias, com 1.015.956 membros. Essas cooperativas eram responsáveis pela grande maioria dos produtos alimentícios no país. Em 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as cooperativas representavam cerca de 48% da produção total de alimentos.

Segundo o site da Organização das Cooperativas Brasileiras de Mato Grosso do Sul-OCBMS, em 2016, haviam 47 cooperativas, registradas em Mato Grosso do Sul, das quais 13 foram entrevistadas, selecionadas com base nas que aceitaram disponibilizar as informações solicitadas, o que equivale a 27% do total. Utilizando um erro de amostra de 10% e um nível de confiança de 90%.

Para delimitação dessa amostra, nos dois países, foi utilizando o seguinte cálculo:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

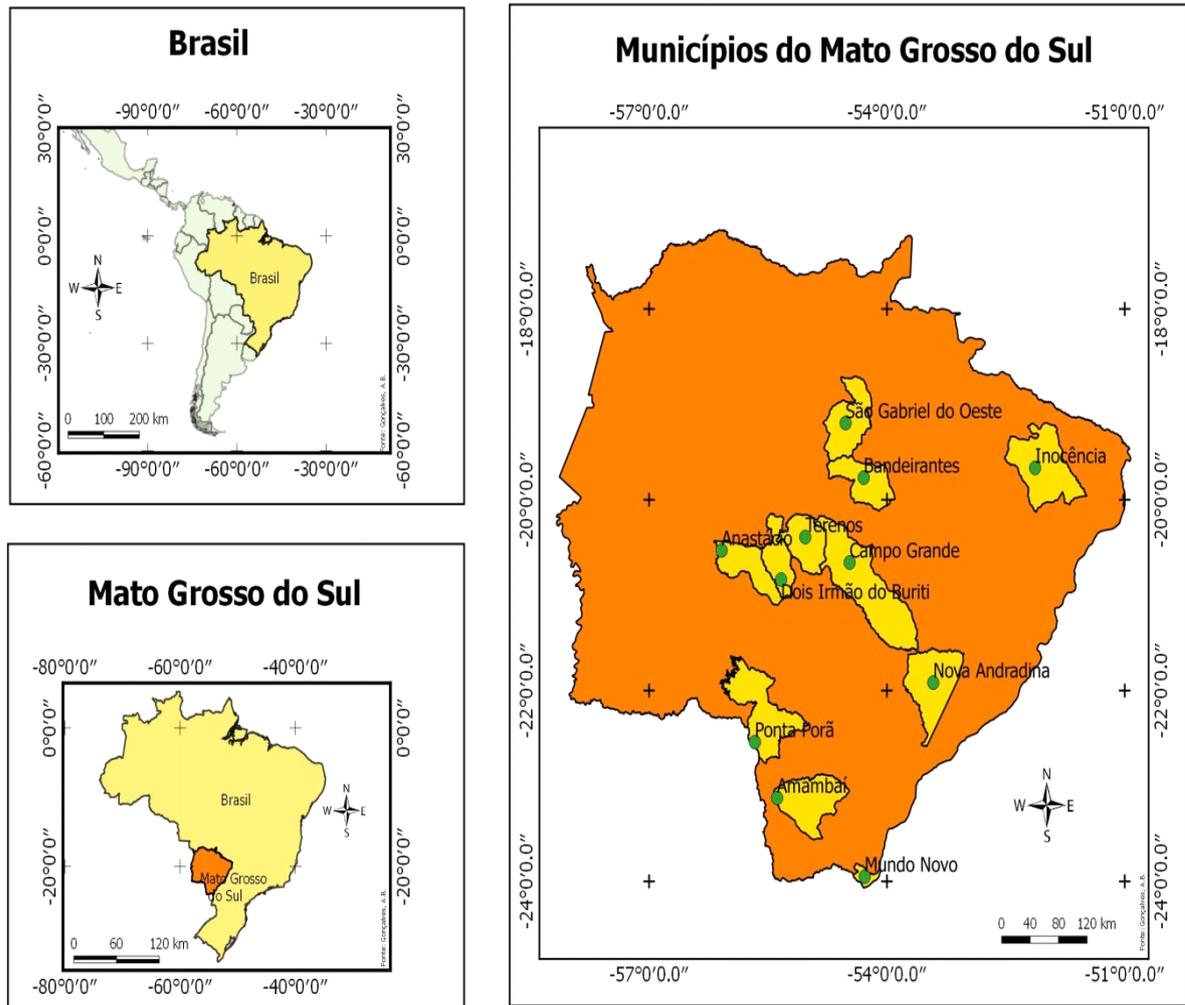
n= amostra calculada; N=população; Z=variável normal padronizada associada ao nível de confiança; p=verdadeira probabilidade do evento e e=erro amostral.

Foram também entrevistadas três cooperativas agrícolas, não registradas na OCB/MS, totalizando 16 cooperativas em 10 (dez) municípios diferentes.

Os municípios sedes das cooperativas analisadas em Mato Grosso do Sul, Brasil, estão listadas na Figura 5, sendo visitadas três cooperativas no município de Ponta Porã, duas no município de São Gabriel do Oeste, duas em Terenos, duas em

Campo Grande e uma nos municípios de Mundo Novo, Amambaí, Bandeirantes, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Nova Andradina e Inocência.

Figura 5-Municípios sedes das cooperativas analisadas no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil



Organização: Barbosa, Ariadne Gonçalves (2017)

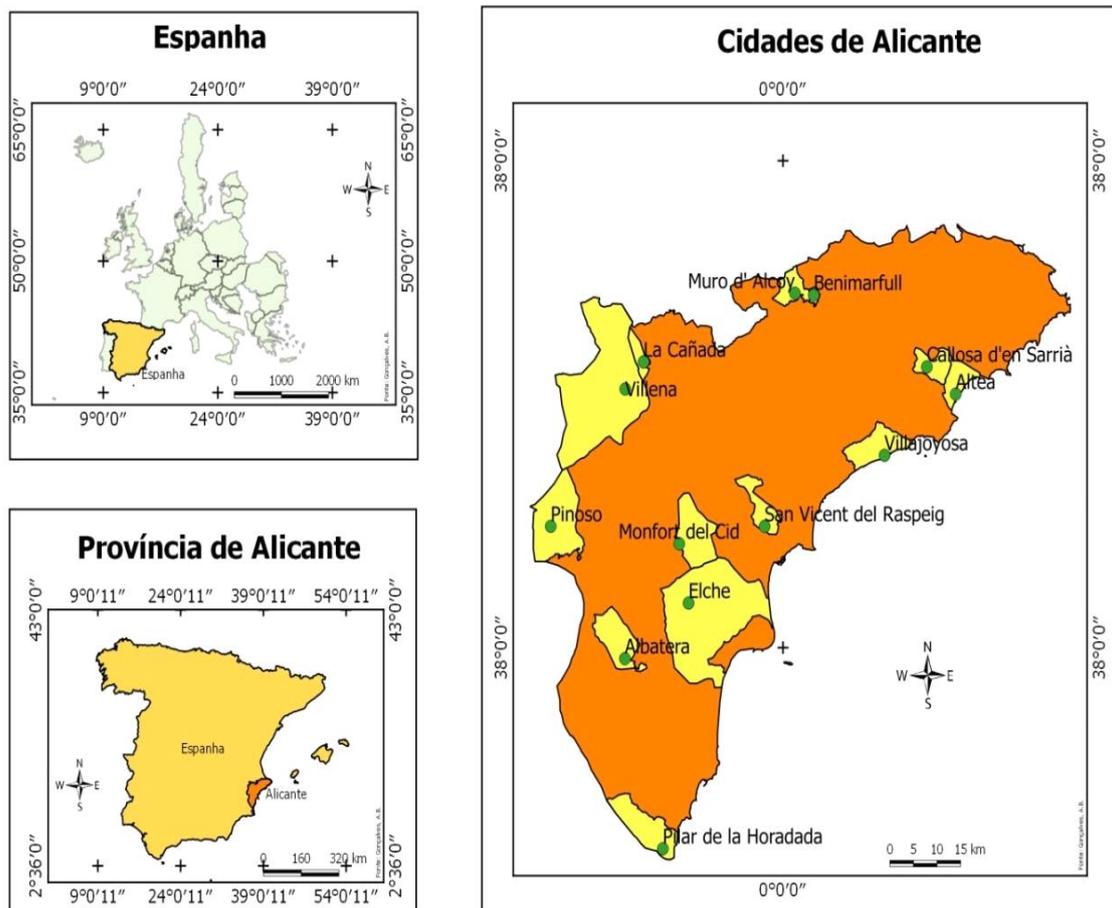
6 COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NA ESPANHA

Na Espanha, o campo empírico foi a província de Alicante. As cooperativas agrícolas na província de Alicante são uma iniciativa de 1906, como uma alternativa, usada pelos agricultores familiares para se defenderem contra as dificuldades representadas pelo mercado (Gómez López, 2004). Vale ressaltar que o processo de cooperação entre os agricultores rurais em Espanha precede a Política Agrícola Comum, a PAC, e pode representar o principal fator de manutenção dos agricultores locais.

Havia, em 2015, 53 cooperativas registradas no site das Cooperativas Agroalimentares e Sociedades de Transformação Agrária (SAT), na província de Alicante, Espanha. Dessas, foram visitadas 11 cooperativas, selecionadas com base nas que aceitaram disponibilizar as informações solicitadas, o equivalente a 22,64% do total. Usando um erro amostral de 10 e um nível de confiança de 90%, a presente amostra foi delimitada.

A investigação incidiu, também, sobre grupos de mais de duas pessoas que cooperam, através da comercialização, produção, entre outros. Portanto, foi visitada, ainda, uma (1) microempresa cooperativa, três (3) cooperativas agroalimentares não registrados no site das cooperativas agroalimentares espanholas e uma (1) cooperativa de consumo. O que totalizou uma amostra de dezesseis (16) grupos cooperativos agroalimentares, de 13 (treze) distintos municípios da província de Alicante, Espanha, conforme a Figura 6. Todos os grupos visitados se auto declararam como constituídos por agricultores familiares.

Figura 6-Municípios sedes das cooperativas analisadas na província de Alicante, Espanha



Organização: Barbosa, Ariadne Gonçalves (2017)

Os grupos cooperativos analisados na província de Alicante, Espanha, tinham como sede os municípios elencados na Figura 6 (seis), sendo que no município de Villena, foram visitados três grupos cooperativos; no município de Pinoso, dois grupos e nos municípios de Elche, Muro d' Alcoy, Benimarfull, Altea, Albaterra, San Vicente del Raspeig, Monforte del Cid, Pilar de la Horadada, La Cañada, Callosa d'en Sarriá e Villajoyosa foram visitados um grupo cooperativo.

7 RESULTADOS

O DEA foi aplicado nas unidades produtivas de decisão (DMU) de Mato Grosso do Sul, Brasil (Tabela 3) e Alicante, Espanha (Tabela 4), com intuito de avaliar a eficiência relativa dos grupos cooperativos em cada região analisada.

O sigilo, dos grupos cooperativos analisados, foi mantido, sendo cada grupo cooperativo apresentados numericamente, organizados conforme a ordem da realização das entrevistas.

7.1 MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

Das 16 cooperativas analisadas no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, somente 14 forneceram dados econômicos suficientes para a realização da análise de eficiência, sendo que uma das cooperativas não possuía transações econômicas, na data da entrevista. A outra cooperativa, não disponibilizou os dados. Os dados da eficiência relativa, das cooperativas do Estado de Mato Grosso do Sul, estão relacionados na Tabela 3.

Tabela 3-Eficiência – Brasil

Cooperativas	Cidades	Tamanho* (%)	Eficiência
1	Ponta Porã	0.04233	0.2062
2	São Gabriel do Oeste	93.1268	1.0000
3	São Gabriel do Oeste	5.66143	1.0000
4	Terenos	0.81931	1.0000
5	Campo Grande	0.00000	1.0000
6	Mundo Novo	0.01381	1.0000
7	Amambai	0.00097	1.0000
8	Anastácio	0.00290	1.0000
9	Ponta Porã	0.00435	0.8317
10	Terenos	0.00454	0.3813
11	Dois Irmãos do Buriti	0.03024	0.8547
12	Ponta Porã	0.00302	0.3822
13	Campo Grande	0.24189	0.6889

14	Inocência	0.04838	1.0000
----	-----------	---------	--------

*Tamanho relativo de cada grupo cooperativo analisado em relação ao total da amostra

Fonte: Elaboração própria

As cooperativas 2 (dois) a 8 (oito) e a 14 (14) são consideradas as mais eficientes do grupo analisado. Sendo que a análise (Score de eficiência) vai de 0 a 1 (um), sendo 1 (um) a maior eficiência. Essas cooperativas apresentam muitas diferenças entre si, sendo que a cooperativa de número 2 (dois), a maior do grupo analisado, é uma cooperativa de segundo grau, ou seja, uma cooperativa de cooperativas, com um número de funcionários muito superior a todas as demais, 26.596 empregados. Essa cooperativa possui sua sede em outro estado e comercializa sua produção em âmbito nacional e internacional.

No mesmo patamar de eficiência, está a cooperativa 5, a menor cooperativa do grupo analisado, com toda a sua produção na modalidade ecológica e comercializada apenas a nível local. Essa cooperativa não possui nenhum funcionário contratado, todo o trabalho desenvolvido é voluntário, realizado principalmente pelo presidente do grupo. A mesma está vinculada ao movimento social de Economia Solidária e é associada a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, UNICAFES.

As cooperativas com menores índices de eficiência relativa foram as cooperativas 1 (um) e as cooperativas de 9 (nove) a 13 (treze). Sendo que desse grupo de seis cooperativas, apenas duas não estão ligadas a movimentos sociais, a cooperativa 11 e a 13.

Das cooperativas, consideradas eficientes, duas estão ligadas a movimentos sociais, sendo essas a cooperativa 5 (cinco), como já citado, e a 8 (oito).

A menor eficiência foi apresentada pela cooperativa 1 (um). Essa, a cooperativa 1 (um), possui 41 funcionários e 65 associados, está vinculada a três movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores sem Terra, MST, Federação os Trabalhadores da Agricultura, FETAGRI, Central Única dos trabalhadores, CUT e a associação de ex-funcionários da Fazenda Itamarati, AMFFI.

Fator de destaque é a produção diferenciada, que pode tornar pequenas cooperativas tão eficientes quantos as grandes cooperativas analisadas, é o caso da cooperativa 7 (sete), a única produtora de mel de abelha no grupo analisado e também da cooperativa 5 (cinco), que possui toda sua produção na modalidade agroecológica.

Há ainda as compras públicas, Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, que na presente pesquisa demonstra sua importância na sobrevivência das pequenas cooperativas, pois todas as cooperativas de pequeno porte utilizam tais programas, sendo essas a 1 (um), a 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete), 8 (oito), 9 (nove), 10 (dez), 12 (doze) e 13 (treze).

7.2 ALICANTE, ESPANHA

Foram pesquisados 16 (dezesseis) grupos cooperativos na província de Alicante, Espanha. A pesquisa não se ateve apenas a empresas formalizadas em cooperativas, entendendo que a cooperação extrapola uma organização institucional, abrangendo os grupos onde existam mais de duas pessoas que cooperam entre si, por meio da comercialização, produção, entre outros. Em meio aos grupos pesquisados, apenas um não cedeu dados econômicos, ficando, portanto, a pesquisa restrita a 15 grupos cooperativos. O Resultado da análise da eficiência relativa, dos grupos cooperativos de Alicante, está relacionado na Tabela 4.

Tabela 4-Eficiência – Espanha

Cooperativa	Cidades	Tamanho (%)	Eficiência
1	Elche	3,85	0.5149
2	Muro d' Alcoy	0,04	1,0000
3	Benimarful	0,43	1,0000
4	Villena	11,31	0.6136
5	Altea	4,55	1,0000
6	Albatera	4,74	0.5249
7	San Vicente del Raspeig	28,41	0.2818
8	Monfort del Cid	1,26	0.2253
9	Pinoso	12,00	1,0000
10	Pinoso	1,80	0.6698
11	Pilar de la Hora Dada	19,26	1,0000
12	La Cañada	0,11	1,0000
13	Villena	3,35	1,0000
14	Callosa D' Sarria	7,89	1,0000
15	Villena	0,99	0.4945

Fonte: Elaboração própria

Os grupos cooperativos considerados eficientes, segundo a análise envoltória de dados, DEA, foram os grupos 2 (dois), 3 (três), 5 (cinco), 9 (nove), 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze) e 14 (quatorze). Foram detectadas muitas diferenças entre esses grupos, tanto na organização jurídica, dimensão, número de trabalhadores e associados, tipo de produção, entre outros. Desses oito grupos cooperativos

considerados eficientes, somente dois não tem produção na modalidade ecológica, sendo esses o grupo 5 (cinco) e o grupo 14 (quatorze). Destaque pode ser dado ao Grupo 14, que possui como principal produção um produto diferenciado, pois o mesmo é especializado no cultivo e beneficiamento de nísperos (Nêspera). Esse grupo é o segundo quanto ao número de associados, 1300 famílias.

O maior grupo cooperativo, analisado na província de Alicante, o grupo 7 (sete), não foi considerado eficiente relativamente, sendo o segundo menor grupo no que se refere a eficiência. Esse grupo é uma cooperativa de consumo, exclusivamente de produtos ecológicos, com grandes volumes comercializado, porém nenhum interesse em lucratividade. Os recursos gerados são utilizados para compras de mercadorias, que serão repassados aos associados por um preço semelhante ao de custo. A maior parte da manutenção do grupo 7 (sete) é realizada pelos associados,

O menor grupo cooperativo analisado, em Alicante, Espanha, o grupo 2 (dois), foi considerado tão eficiente quanto o segundo maior grupo cooperativo, o grupo 11 (onze). O grupo dois é uma vinícola, cuja organização jurídica é de uma microempresa. Esse grupo possui quatro associados, que são também os únicos trabalhadores da vinícola. Possuem 40 famílias agricultoras, vinculada ao grupo. Essas famílias são as que provêm a vinícola com uva, a matéria prima da produção dessa organização cooperativa. Toda a produção desse grupo é ecológica, destinado ao mercado interno e externo ao país. É o único grupo, das organizações cooperativas analisadas em Alicante, Espanha, participante de movimento social, no caso o movimento slow food.

O grupo 11 (onze), o segundo maior grupo cooperativo analisando em Alicante, Espanha, é uma cooperativa hortifrutícola, com 400 associados e 600 trabalhadores. Essa cooperativa possui uma produção mista, tradicional e ecológica. Sua produção é destinada ao mercado local e a exportação.

Entre os 15 grupos analisados na província de Alicante, apenas dois grupos utilizam programas de compras públicas do governo, por meio do programa “Organizaciones de productores de frutas y hortalizas” – OPFH. Os produtos comercializados por esse meio são frutas e hortaliças. Segundo os entrevistados, os valores são muito baixos, sendo apenas uma ajuda a mais para os associados, pois geralmente são comercializados os produtos considerados de “segunda” qualidade, que tem pouca saída no mercado. Esse recurso, de venda dos produtos, não é

fundamental para a sobrevivência do empreendimento. Os grupos que utilizam esse programa são os grupos 4 (quatro) e o grupo 8 (oito).

O grupo quatro, uma cooperativa, é o terceiro maior grupo cooperativo analisado na província de Alicante, Espanha, é também o segundo maior em número de trabalhadores, 400, no entanto tem apenas 70 sócios. Esse grupo não foi considerado eficiente. O mesmo, o grupo 4 (quatro), possui um contrato de exclusividade de comercialização de seus produtos para uma grande empresa de comércio tradicional de alimentos e produtos variados, sendo dependente da demanda e preços dessa.

O Grupo 8 (oito), foi o que apresentou menor eficiência entre os grupos analisados na província de Alicante, Espanha. Essa é uma cooperativa de cultivo e comercialização de uvas de mesa, com 160 trabalhadores e 100 associados.

7.3 MATO GROSSO DO SUL, BRASIL E ALICANTE, ESPANHA

Em ambas as regiões analisadas, a eficiência relativa entre as cooperativas não está relacionada a maiores quantidades de recursos ou ao maior desenvolvimento tecnológico, e sim com a capacidade de fazer a melhor combinação possível de todos os recursos existente, com o objetivo de minimizar os custos e aumentar a produtividade do sistema produtivo, evitando ao mesmo tempo o desperdício, e maximizando, assim, os graus de utilização dos fatores de produção o que já foi comprovado em outras análises sobre eficiência, conforme Eber (2008).

A análise das Tabelas 3 (três) e 4 (quatro), mostram similaridade e divergências entre as duas regiões. O número de empreendimentos considerados eficientes, nas duas regiões são semelhantes, 8 (oito) empreendimento em Mato Grosso do Sul e 8 (oito) em Alicante, apesar de que o número de empreendimentos cooperativos analisados em Alicante, foram superiores aos analisados em Mato Grosso do Sul (um a mais).

Para complementar o estudo, foi aplicado o modelo DEA para todo o conjunto de dados econômicos, colhidos com o questionário, unindo todas as unidades produtivas de decisão (DMU) de Mato Grosso do Sul, Brasil e Alicante, Espanha, com intuito de avaliar a eficiência relativa entre todas as cooperativas estudadas.

A incrementação da análise conjunta dos grupos cooperativos das duas regiões, foi implementada pela avaliação do tamanho de cada grupo cooperativo em relação ao total de sua receita (output). Na Tabela 5 é apresentado o município de

origem de cada cooperativa, o percentual do tamanho em relação ao total e o índice de eficiência a partir do DEA.

Tabela 5- Eficiência - Alicante, Espanha X Mato Grosso do Sul, Brasil

Cooperative	Cidades	Tamanho (%)	Eficiencia
	Brasil	92,35%	
1	Ponta Porã	0,04	0.2062
2	São Gabriel do Oeste	86,29	1,0000
3	São Gabriel do Oeste	5,25	1,0000
4	Terenos	0,76	0.8703
5	Campo Grande	0,00	1,0000
6	Mundo Novo	0,01	1,0000
7	Amambai	0,00	1,0000
8	Anastacio	0,00	1,0000
9	Ponta Porã	0,00	0.7921
10	Terenos	0,00	0.3591
11	Dois Irmãos do Buriti	0,03	0.8547
12	Ponta Porã	0,00	0.3563
13	Campo Grande	0,22	0.4916
14	Inocencia	0,04	1,0000
	Espanha	7,65%	
1	Elche	0,44	0.4842
2	Muro d' Alcoy	0,01	0.2941
3	Benimarful	0,06	1,0000
4	Villena	1,32	0,5255
5	Altea	0,53	0,7333
6	Albatera	0,55	0,5068
7	San Vicente del Raspeig	0,03	0,1841
8	Monfort del Cid	0,15	0,0687
9	Pinoso	0,74	1,0000
10	Pinoso	0,13	0.4652
11	Pilar de la Horadada	2,03	1,0000
12	La Cañada	0,01	0.7726
13	Villena	0,31	1,0000
14	Callosa D' Sarria	0,92	1,0000
15	Villena	0,12	0.3667

Fonte: Elaboração própria

As cooperativas brasileiras são mais eficientes, relativamente, que as espanholas, sendo 7 (sete) unidades produtivas com índice igual a 1 (um) (=1) e 7 (sete) com índices menores que 1 (um) (<1). No caso das cooperativas espanholas 5 (cinco) apresentaram eficiência em relação ao total e 10 ineficientes. As cooperativas brasileiras podem apresentar maior eficiência comparativa por receberem ajuda do governo, tais como pagamento de funcionários e despesas em

gerais dos empreendimentos, esse é o caso das cooperativas 5 (cinco) e 8 (oito). Em Alicante, Espanha, nenhum dos empreendimentos, analisados, possuem apoio financeiro de governos.

Outro fator de destaque são as compras públicas do governo. No Mato Grosso do Sul, Brasil, 4 (quatro) das cooperativas consideradas eficientes acessam os programas de compras públicas do governo, PAA e PNAE, sendo essas a 5 (cinco), 6 (seis), 7 (sete) e 8 (oito). Em Alicante, Espanha, entre as cooperativas consideradas eficientes, nenhuma acessam tais programas. Sendo que um programa semelhante, o OPFH, é acessado por duas cooperativas alicantinas analisadas como não eficientes, a 4 (quatro) e a 8 (oito).

Relevância precisa ser dada, também, a disparidade existente entre o tamanho das cooperativas no Mato Grosso do Sul, Brasil. Duas das cooperativas elevaram significativamente os resultados, quando relacionadas às outras cooperativas. Essas cooperativas somam 91,54% das receitas totais dos grupos pesquisados, podendo assim investir em produtividade e inovação. Esse fenômeno não foi observado em meio aos empreendimentos analisados em Alicante, Espanha, cujos grupos estudados, apresentam maior equidade que os grupos da região considerada no Brasil. As cooperativas espanholas têm apenas 7,65% do tamanho total de todos os grupos cooperativos analisados.

8 CONCLUSÕES

As regiões analisadas, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Alicante, Espanha, pelo presente estudo, apresentaram grupos cooperativos eficientes na utilização ótima dos fatores de produção. Sendo que os grupos cooperativos analisados em Mato Grosso do Sul, revelaram maior eficiência relativa que os grupos investigados na província de Alicante, Espanha.

Em ambas as regiões estudadas, grupos cooperativos de pequeno porte se mostraram tão eficientes quanto os grandes grupos cooperativos. Portanto, a eficiência não está relacionada ao tamanho do grupo ou ao maior aporte tecnológico, mais na melhor utilização dos recursos existentes. Os recursos citados estão, também, relacionados ao apoio governamental e programas de compras públicas existentes, o que é, especificamente, o caso dos grupos cooperativos considerados eficientes no Mato Grosso do Sul, Brasil.

. É evidenciado pelo estudo realizado, a importância da redução dos custos de produção e a eficiência na utilização dos fatores de produção existentes, para garantir a eficiência econômica.

REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, E. & GOMES, A. P. 1998. Medidas de eficiência na produção de leite. *Revista Brasileira de Economia*, v. 52, n. 1, p. 145-167.
- [2] Banker, R. D., Charnes, A. & Cooper, W. W. 1984. Some models for the estimation of technical and scale inefficiencies in Data Envelopment Analysis. *Management Science* 30, 1078–1092.
- [3] Banker, R. D. & Natarajan, R. 2004. *Statistical tests based on DEA efficiency scores*, Cooper, W.W., Seiford, L.M., Zhu, J. (Eds.), Handbook on Data Envelopment Analysis, Kluwer International Series, Boston, 299-321.
- [4] _____. 2008. Evaluating contextual variables affecting productivity using data envelopment analysis, *Operations Research*, 56, 48-58.
- [5] Battese, G. E. 1992. Frontier production functions and technical efficiency: a survey of empirical applications in agricultural economics. *Agricultural Economics*, v. 7, n.1, p. 185-208.
- [6] Baptista, A. J. M. S.; Cavalcanti, J.E.A. & Vieira, W.C. 2003. Retornos à escala na pesca artesanal em Cabo Verde. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...**, Minas Gerais.
- [7] Bialoskorski Neto, S.; Nagaro, M. S. & Moraes, M. B. da C. 2005. *Eficiência econômica de cooperativas agropecuárias: um modelo de análise utilizando-se redes neurais*. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sig>, pesquisado em 26/11/2013.
- [8] Borges, J. L. 2012. Movimentos Sociais e Sustentabilidade: os Desafios da “Extensão Rural Agroecológica” em Assentamentos de Reforma Agrária. *Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 17, n. 1.
- [9] Bravo-Ureta, B. E. & Pinheiro, A. E. 1993. Efficiency analysis of developing country agriculture: a review of the frontier function literature. *Agricultural and Resource Economics Review*, v. 22, n. 1.
- [10] Buainaim, et. al. 2010. *Que agricultura familiar?* Classificação genérica criou equívocos. Embrapa/CNPQA. Disponível em <http://www.cnpqa.embrapa.br/filo/adm/anx/anx8Que%20agricultura%20familiar.pdf> 10/03/2014.

- [11] Chavas, J. & Aliber, M. 1993. An analysis of economic efficiency in agriculture: a nonparametric approach. *Journal of Agricultural Economics*, v. 18, p. 1-16.
- [12] Charnes, A., Cooper, W.W. & Rhodes, E. 1978. Measuring the efficiency of decision making units. *European Journal of Operational Research* 2, 429–441.
- [13] Coelli, T. 1995. Recent developments in frontier modelling and efficiency measurement, *Australian Journal of Agricultural Economics*, v. 39, n. 3, p. 219-245.
- [14] De Koeijer, T.J.et al. 2002. Measuring agricultural sustainability in terms of efficiency: the case of Dutch sugar beet growers. *Journal of Environmental Management*, v. 66, n. 1, p. 9-17.
- [15] Desroche, H. 2006. *Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: EdUFSCAR, 131-154.
- [16] ERBER, Fabio Stefano. 2008. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. *Nova econ.* [Online]. 18(1) 11-31.
- [17] Färe, R.; Grabowski, R.; Grosskopf, S. & Kraft, S. 1997. Efficiency of a fixed but allocatable input: a nonparametric approach. *Economics Letters*, v. 56, n. 2, p. 187-193.
- [18] Fraser, I. & Cordina, D. 1999. An application of data envelopment analysis to irrigated dairy farms in Northern Victoria-Australia. *Agricultural Systems*, v. 59, p. 267-282.
- [19] Foncea, M. D. & Servós, C. M. 2010. Impacto económico de las cooperativas. La generación de empleo en las sociedades cooperativas y su relación con el PIB. *CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa*, (67), 23-44.
- [20] Gomes, A.P. 1999. Impactos das transformações da produção de leite no número de produtores e requerimentos de mão-de-obra e capital. Viçosa. Tese (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa.
- [21] Gomes, E. G. 2008. Uso de modelos DEA em agricultura: revisão da literatura. *Engevista*, v. 10, n. 1, p. 27-51.
- [22] Gómez López, J. D. G. 2004. *Las cooperativas agrarias. Instrumento de desarrollo rural*. Publicaciones Universidad de Alicante.
- [23] _____ 2009. El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital. *Boletim de Geografia*, 1.15-23.

- [24] Gulati, S.; Mishra, A. 1999. A Non-Parametric Analysis of Returns to Scale in US Agriculture. *In: AMERICAN AGRICULTURAL ECONOMIC ASSOCIATION (AAEA) ANNUAL MEETING*. 1999, Nashville, Tennessee. Anais...
- [25] INE, Instituto Nacional de Estadística. 2009. *Ocupados por ramas de actividad, por tipo de ocupación, por situación profesional y por tipo de puesto laboral*. Empleo (actualizado 4 diciembre 2015). Recuperado em 20 de março de 2016 de http://www.ine.es/ss/Satellite?L=es_ES&c=INESeccion_C&cid=1259931459725&p=1254735110672&pagename=ProductosYServicios%2FPYSLayout¶m3=1259924822888.
- [26] Koulytchizky, S. 2006. O Quadrilátero de Desroche Revisitado. *In: THIOLENT, Michel (org.) Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos - SP: Editora UFSCar.155-163.
- [27] Krasachat, W. 2002. Deforestation and productivity growth in Thai agriculture. *In: INTERNATIONAL SYMPPSIUM ON SUSTAINABLE FOOD SECURITY AND MANAGING NATURAL RESOURCES IN SOUTHEAST ASIA: Challenges for the 21st Century*, 2002, Chiang Mai. Annals...
- [28] Lamarche, H. 1993. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- [29] Lansink, A.O.; Pietola, K. & Bäckman, S. 2002. Efficiency and productivity of conventional and organic farms in Finland 1994-1997. *European Review of Agricultural Economics*, v. 29, n. 1, p. 51-65.
- [30] López, J. C., Foncea, M. D. & Servós, C. M. 2009. Sociedades cooperativas y sociedades laborales en España: estudio de su contribución a la creación de empleo y al crecimiento económico. *REVESCO: revista de estudios cooperativos*, (98), 35-69.
- [31] OCB. *Agenda Institucional do Cooperativismo - 2015*. Brasília/DF: OCB. Disponível em:http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/agenda_institucional_do_cooperativismo_2015.pdf , pesquisado em 14/01/2017.
- [32] Oliveira JR. C. 1996. *Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas*. Ocepar.
- [33] Pereira, M.F. 2003. Avaliação da eficiência produtiva do setor agropecuário dos municípios da AMUSEP. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL*, 35., 2003, Natal. Anais..., Rio Grande do Norte.
- [34] Pereira, M.F. & Silveira, J.S.T. 2001. *Evolução da eficiência técnica no setor agropecuário brasileiro: 1985-1995*. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA*

OPERACIONAL– SBPO, 33., 2001, Campos do Jordão. Anais..., São Paulo. p. 12-20.

[35] Pereira Filho, C.A. 2001. Eficiência econômica da pequena produção familiar agrícola no Recôncavo d estado da Bahia: uma análise não-paramétrica de fronteiras de produção multi-produto. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

[36] Raja, I.; Lario, N. & Lema, D. 2006. La eficiencia técnica como medida de rendimiento de las cooperativas agrárias. *CIRIEC-Espanha, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, n. 55, p. 289-311.

[37] Ray, S. 1985. *Measurement and test of efficiency of farms in linear programming models: a study of West Bengal farms*. Oxford Bulletin of Economics and Statistics, v. 47, n. 4, p. 371-386.

[38] Sharma, K.R.; Leung, P.S.; Chen, H. & Peterson, A. 1999a. Economic efficiency and optimum stocking densities in fish polyculture: an application of data envelopment analysis to chinese fish farms. *Aquaculture*, v. 180, n. 3-4, p. 207-221.

[39] Sharma, K. R.; Leung, P. S. & Zaleski, H. M. 1999b. Technical, allocative and economic efficiencies in swine production in Hawaii: a comparison of parametric and nonparametric approaches. *Agricultural Economics*, v. 20, p. 23-35.

[40] Simar, L. & Wilson, P. W. 2007. Estimation and inference in two-stage, semi-parametric models of production processes, *Journal of Econometrics*, 136 (1), 31-64.

[41] Souza, G. S. & Staub, R. B. 2007. Two-stage inference using data envelopment analysis efficiency measurements in univariate production models. *International Transactions in Operational Research*, 14, 245-258

[42] Souza, P.C.T. & Wilhelm, V.E. 2001. Avaliação de produtividade da eficiência técnica em unidade de produção de leite do estado do Paraná (programa de leite da região de Guarapuava – PR). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL –SBPO, 33., Campos do Jordão. Anais..., São Paulo.

[43] Souza, U. R. D., Braga, M. J., & Ferreira, M. A. M. (2011). Fatores associados à eficiência técnica e de escala das cooperativas agropecuárias paranaenses. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 49(3), 573-597.

[44] Sturion, L. 1996. Avaliação do potencial de análise de envoltória de dados do diagnóstico da produtividade de unidades de produção agropecuária. *Dissertação* (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 140p.

- [45] Sueyoshi, T. 1999. DEA non-parametric ranking test and index measurement: slack-adjusted dea and an application to japanese agriculture cooperatives. *Omega*, v. 27, n. 3, p. 315-326.
- [46] Tavares de Souza, P.C.; Wilhelm, V.E. & Queiroz Júnior, A.S.F. 2001. Avaliação de produtividade da eficiência técnica em unidades de produção de leite do estado do Paraná (Programa de Leite da Região de Guarapuava – PR). *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL*, 33., 2001, Campos do Jordão. Anais..., São Paulo.
- [47] Toresan, L. 1998. Sustentabilidade e desempenho produtivo na agricultura: uma abordagem multidimensional aplicada a empresas agrícolas. *Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 133p.
- [48] Townsend, R.F.; Kirsten, J. & Vink, N. 1998. Farm size, productivity and returns to scale in agriculture revisited: a case study of wine producers in South Africa. *Agricultural Economics*, v. 19, n. 1, p. 175-180.
- [49] Tupy, O. et al. 2003. Eficiência técnica na produção de leite. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, 41., 2003, Juiz de Fora. Anais..., Minas Gerais.
- [50] Tupy, O. & Yamaguchi, L.C.T. 2002. Identificando benchmarks na produção de leite. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 40, n. 1, p. 81-96.
- [51] Zaibet, L. & Dharmapala, P.S. 1999. Efficiency of government-supported horticulture: the case of Oman. *Agricultural Systems*, v. 62, p. 159-168.
- [52] Zofio, J.L. & Lovell, C.A.K. 2001. Graph efficiency and productivity measures: an application to U.S. agriculture. *Applied Economics*, v. 33, n. 11, p. 1433-1442.
- [53] Yuk-Shing, C. 1998. *Productivity growth*, technical progress and efficiency change in Chinese agriculture. Department of Economics, Hong Kong Baptist University. Disponível em: <http://www.hkbu.edu.hk/~ycheng/articles.html>. Acesso em: 15 ago. 2002.
- [54] Wanderley, M. de N. B. 2004. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61.

ARTIGO 3- DIMENSÕES SUSTENTÁVEIS DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FAMILIARES: UMA ANÁLISE BRASIL E ESPANHA

Após a análise das políticas públicas para empreendimentos agrícolas familiares e a eficiência relativas dos grupos analisados, fez-se um estudo múltiplos entre as cooperativas estudadas no Mato Grosso do Sul, Brasil e Alicante, Espanha, envolvendo, em um conjunto, as quatro dimensões: a política, social, ambiental e econômica. Buscou se, detectar as perspectivas para o cooperativismo, tendo como base o processo de desenvolvimento desse em uma região de um país desenvolvido e outra de um país em desenvolvimento.

DIMENSÕES SUSTENTÁVEIS DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FAMILIARES: UMA ANÁLISE BRASIL E ESPANHA

SUSTAINABLE DIMENSIONS OF FAMILY AGRICULTURAL COOPERATIVES: AN ANALYSIS BRAZIL AND SPAIN

DIMENSIONES SOSTENIBLES DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FAMILIARES: UN ANÁLISIS BRASIL Y ESPAÑA

RESUMO

O presente trabalho é um estudo múltiplos casos de grupos cooperativos agrícolas familiares da província de Alicante-Espanha, e do Estado de Mato Grosso do Sul-Brasil. Os dados foram coletados por meio de um questionário em 16 grupos cooperativos de ambos os países. Sendo que a pesquisa de campo na província de Alicante foi realizada em 2015 e no estado de Mato Grosso do Sul em 2016. Objetivou-se avaliar a importância desses grupos para a sustentabilidade local, bem como verificar seu processo evolutivo, avaliando as diferenças e convergências e o nível de sustentabilidade nas dimensões elencadas. Concluiu-se, que as cooperativas agrárias, tanto na Espanha, quanto no Brasil, são importantes para o setor agro alimentício, contribuindo para a sua sustentabilidade. As cooperativas brasileiras, apesar de estarem em um processo organizacional menos desenvolvido que as espanholas, convergem para a organização empresarial mercantil dessas.

PALAVRAS CHAVES: Sustentabilidade, Cooperativismo, Dimensões sustentáveis, Agricultura familiar

RESUMEN

Este análisis es un estudio de casos múltiples de grupos cooperativos agrícolas familiares en la provincia de Alicante, España, y el Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Los datos fueron recolectados a través de un cuestionario de 16 grupos de cooperación de ambos países. Dado que la investigación de campo en la provincia de Alicante se llevó a cabo en 2015 y en el estado de Mato Grosso do Sul, en 2016. Este estudio tuvo como objetivo evaluar la importancia de estos grupos a la sostenibilidad local, y para verificar su proceso evolutivo, la evaluación de las diferencias y convergencias y el nivel de sostenibilidad de la información indicada. Se concluyó que las cooperativas agrarias, tanto en España y Brasil, son importantes para el sector agroalimentario, contribuyendo a su sostenibilidad. Cooperativas brasileñas, a pesar de estar en un proceso de organización menos desarrollada que la española, convergen a la organización empresarial mercantil éstos.

PALABRAS CLAVES: Sostenibilidad, Cooperativismo, Dimensiones Sostenibles, Agricultura Familiar

ABSTRACT

The present work is a multiple study of cooperative family farming groups from the province of Alicante, Spain, and the State of Mato Grosso do Sul, Brazil. Data were collected through a questionnaire in 16 cooperative groups from both countries. Since field research in the province of Alicante was carried out in 2015 and in the state of Mato Grosso do Sul in 2016. The objective was to evaluate the importance of these groups for local sustainability, as well as to verify its evolutionary process, evaluating the differences and convergences and the level of sustainability in the listed dimensions. It was concluded that agricultural cooperatives, both in Spain and in Brazil, are important for the agro-food sector, contributing to its sustainability. The Brazilian cooperatives, although they are in an organizational process less developed than the Spanish ones, converge for the commercial organization mercantill these.

KEYWORDS: Sustainability, Cooperatives, Sustainable Dimensions, Family Agriculture

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a literatura defende a cooperação entre os agricultores familiares, principalmente aqueles com menor poder de capitalização, como alternativa para maior sustentabilidade do setor. A cooperação é uma forma de ação coletiva, que pode fornecer ativos sociais, capazes de possibilitar a diminuição das incertezas do mercado, maior inovação e conseqüentemente mais eficácia na geração de renda. Portanto, a hipótese amplamente defendida pela literatura, é de que a união dos indivíduos, ao se associarem para atingirem objetivos comuns, desenvolve relações de confiança mútua no seu trabalho, respeito às normas existentes e reciprocidade, que pode gerar ganhos mercantis, sociais, políticos e ambientais, contribuindo com a sustentabilidade local.

Nas últimas décadas as políticas econômicas e sociais implementadas mundialmente, passaram por mudanças importantes, restringindo as medidas intervencionistas e aplicando estratégias de desregulamentação e abertura externa. Neste cenário, as empresas adaptam suas estratégias organizacionais para concorrerem no mercado global. As cooperativas agrárias, seguindo o molde atual das modernas empresas, num processo de adaptação a internacionalização de capital, sofre uma gradativa mudança em sua estrutura, passando de grupos cooperativos tradicionais e solidários, de cunho reivindicatório, para uma organização mais empresário-mercantil (DESROCHE, 2006; KOULYTCHIZKY, 2006; GÓMEZ LÓPEZ, 2009).

No processo de internacionalização do capital, surge o questionamento sobre a atuação das cooperativas agrárias, no que concerne a sua participação junto aos

agricultores, principalmente familiares. Estas, as cooperativas agrárias ainda contribuem para sustentabilidade desse setor? Quais são as perspectivas futuras para essas organizações de economia social, nascidas como alternativa à concentração de capital?

Para responder aos questionamentos da pesquisa, foram analisadas organizações cooperativas de duas regiões distintas, sendo uma a província de Alicante, na Espanha, que possui características históricas de organizações cooperativas, e outra o Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, onde o processo cooperativo é ainda incipiente, o que pode ser justificado pela característica na formação do espaço territorial, composto de migrações de diversas regiões do país.

A proposta do presente estudo foi avaliar a importância dos grupos cooperativos para a sustentabilidade dos associados e das regiões onde estes empreendimentos estão inseridos. Verificar o processo evolutivo das cooperativas agrárias nas distintas regiões, avaliando as diferenças e convergências, bem como o nível de sustentabilidade dessas, nas dimensões política, econômica, social e ambiental, elencadas no presente estudo.

2 SUSTENTABILIDADE

As dificuldades para a agricultura familiar têm se agravado nos últimos anos, crise que acontece em nível mundial causada pela falta de perspectiva para os que vivem da produção agrícola familiar. Conflito que ocorre principalmente pelos altos custos para produzir, levando se em conta tempo e força física. Há ainda a desvalorização do produto agrícola que é agravada pelo aumento da produção causada pela modernização dos grandes estabelecimentos agrícolas que gerou ganhos na produtividade rural e uma queda real nos preços dos produtos produzidos, conseqüentemente encurralando os pequenos estabelecimentos com dificuldade de inovação tecnológica (NAVARROS; CAMPOS, 2013).

Segundo o Banco Mundial (2008), por meio da cooperação os produtores agrícolas familiares podem reduzir seus custos. De acordo com Abbade (2010) na cooperação, os indivíduos optam por agirem juntos, em prol de um objetivo comum, unindo suas competências para atingir um aumento da eficiência.

Para Scopinho (2007) a cooperação é a primeira etapa para um arranjo institucional. Para o autor a cooperação é a relação existente entre os atores, fundamentadas pela existência da confiança, normas e reciprocidade, e a sua

institucionalização gera a cooperativa. Zylbersztajn (2002) define as cooperativas como arranjos institucionais que tem como principal objetivo difundir os princípios do cooperativismo.

Conforme a Aliança Cooperativa Internacional-ACI (1995), a cooperativa é definida como uma organização associada autônoma de pessoas que voluntariamente se unem, formando uma empresa coletiva e gerida democraticamente, com a finalidade de buscar a satisfação de seus anseios e necessidades comuns, sejam eles econômicos, sociais e culturais.

As cooperativas podem ser entendidas como empresas comunitárias, que prestam serviços aos cooperados. Essas empresas são regidas por uma série de normas, ou instituições, que define como serão o funcionamento das mesmas e o relacionamento entre os cooperados. Essas organizações são formais e defendem basicamente os princípios do cooperativismo.

Os princípios do cooperativismo regem a forma de distribuição dos benefícios gerados pelas cooperativas, bem como sobre a propriedade e controle das mesmas. Segundo Rech (2000), os princípios atuais do cooperativismo, foram estabelecidos em 1995, pela Aliança Cooperativa Internacional e são aceitos no mundo inteiro. São eles: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica de seus associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre as cooperativas e compromisso com a comunidade.

Como já citado, muita discussão sobre a sustentabilidade tem grande peso na questão econômica do setor agrário. Sendo assim, sustentabilidade foi conceituada como sendo a capacidade de o ser humano utilizar os recursos ambientais existentes para satisfazer as necessidades humanas no presente, sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras (CNUMAD, 2000).

A sustentabilidade é definida por muitos autores, sendo alguns desses Sachs (1993; 2000), Franco (2001), Siqueira (2001), Sequinel (2002), Rower e Moreira (2010), e apresentada por diferentes dimensões, sendo algumas as dimensões sociais, econômicas, ambientais, política, ecológica, cultural, ética, demográfica, espacial.

O objetivo principal dessas dimensões é apontar a relação existente entre o necessário desenvolvimento e a satisfação, participação e bem-estar da população e

equilíbrio do meio ambiente (ROWER; MOREIRA, 2010). Diante do exposto, a presente pesquisa definiu como essencial, na análise das empresas de economia social agroalimentares, às dimensões política, econômicas, sociais e ambientais. Sendo que cada dimensão é considerada como inter-relacionadas, pois, o resultado de uma dependerá dos esforços aplicados na outra (ORTEGA; CVALETT; BONIFÁCIO; WATANABE, 2004).

2.1 DIMENSÃO POLÍTICA

A dimensão política refere-se ao apoio destinado as empresas sociais de agricultores familiares pelo poder publico, por meio da participação democrática dos agricultores no contexto de desenvolvimento sustentável. Bem como nas redes de organização social e representações dos diferentes seguimentos da população rural (SACHS, 1993).

2.2 DIMENSÃO SOCIAL

A dimensão social ocupa um nível de inegável importância, visto que a sua consideração afetará todas as demais dimensões. Sendo que a preservação e recuperação dos recursos naturais, somente terá significado e relevância dependendo do quanto cada um poderá desfrutar dos produtos gerados nos ecossistemas renováveis de forma equitativa (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

2.3 DIMENSÃO ECOLÓGICA

A dimensão ecológica esta associada ao cuidado com o ambiente, ou seja, a manutenção e recuperação dos recursos naturais, sobre os quais se sustentam a produção e a reprodução humana. Isso por meio de inovações técnicas que permitam a produção de alimentos saudáveis, sem excessivo impacto no ambiente local (SACHS, 2000).

2.4 DIMENSÃO ECONÔMICA

A dimensão econômica se refere à capacidade de um agro ecossistema ser rentável e produtivo, sem, no entanto, provocar excessivos danos ao meio ambiente. Ou seja, um desenvolvimento intersetorial, compensando segurança alimentar e capacidade de modernização (SACHS, 2000).

A capacidade de uma organização ser considerada sustentável, não esta em cumprir todos os requisitos elencados para as sustentabilidade, mais em alcançar uma interseção entre esses quatro fatores.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, optou se por um estudo de casos múltiplos, sendo os casos as duas regiões analisadas, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Alicante, Espanha. Quantos aos eventos analisados em ambos os casos, foram 16 cooperativas em ambos os países. Utilizaram-se, ainda, duas técnicas de investigação, a direta e a indireta. A coleta indireta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica, e a coleta direta, deu se por meio da pesquisa de campo exploratória, através da observação direta intensiva, com entrevistas exploratórias e a técnica extensiva, com aplicação de questionário.

Foram visitados dezesseis (16) empreendimentos agrícolas cooperativos, compostos por produtores agrícolas familiares, da província de Alicante, Espanha, e dezesseis (16) do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Esses empreendimentos foram selecionados com base nos que aceitaram disponibilizar as informações solicitadas.

Na província de Alicante, Espanha, foram visitadas, em 2015, uma (1) microempresa cooperativa, três (3) cooperativas agroalimentares não inscritas no site das cooperativas agroalimentárias da Espanha, uma (1) cooperativa de consumo e 11 cooperativas inscrita no site das Cooperativas Agroalimentarias. No citado site, em 2015, em Alicante, constavam registradas, um total de 53 cooperativas agroalimentares e Sociedades Agrarias de Transformación (SAT). Dessas, portanto, foram visitadas onze (11), o que equivale a 22,64% do total. Utilizando um erro amostral de 10% e um nível de confiança de 90%, foi delimitada a presente amostra. A pesquisa não se ateve apenas a empresas formalizadas em cooperativas, entendendo que a cooperação estrapola uma organização institucional, abrangendo os grupos onde existam mais de duas pessoas que cooperam entre si, por meio da comercialização, produção, entre outros.

Os municipios sedes dos grupos cooperativos pesquisados na provincia de Alicante Espanha são: três no municipio de Villena, outras duas no municipio de Pinoso, e uma em cada um dos seguintes municipios Elche, Muro d' Alcoy,

Benimarfull, Altea, Albaterra, San Vicente del Raspeig, Monforte del Cid, Pilar de la Horadada, La Cañada, Callosa d'en Sarriá e Villajoyosa.

No Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, foram visitadas, em 2016, três cooperativas agropecuárias não inscritas na OCB/MS. Segundo informações no site desse citado órgão, Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul - OCB/MS (órgão de representação do Cooperativismo sul-mato-grossense), em 2016, no estado, existia 47 cooperativas agropecuárias registradas. Dessas, portanto, foram entrevistados representantes de 13 cooperativas, o que equivale a 27% do total. Utilizando um erro amostral de 10% e um nível de confiança de 90%, foi delimitada a presente amostra no Estado de Mato Grosso do Sul, totalizando 16 grupos cooperativos.

Os municípios sedes dos entrevistados das cooperativas de Mato Grosso do Sul são: Três no município de Ponta Porã, duas no município de São Gabriel do Oeste, duas em Terenos, duas em Campo Grande, e uma nos seguintes municípios: Mundo Novo, Amambaí, Bandeirantes, Anástacio, Dois Irmãos do Buriti, Nova Andradina, Inocencio. O questionário respondido por representantes dos grupos cooperativos de Alicante, Espanha, e Mato Grosso do Sul, Brasil, foi construído, tendo por base as variáveis descritas na Tabela 6.

Tabela 6- Variáveis da pesquisa

Dimensão	Varáveis	Objetivo das variáveis
Político	Participação	Avaliar o nível de participação em reuniões e assembleias
	Institucional	Participação em outras reivindicações governamentais e não governamentais
		Avaliar se há apoio governamental e de outras instituições
	Participação em movimentos sociais	
Econômico	Resultados	Analisar a rentabilidade
		Despesas e produção
Social	Força dos laços sociais (ação coletiva)	Avaliar o nível de confiança dos associados
		Verificar a cooperação entre cooperativas e as normas existentes
	Características organizacionais (constituição jurídica dos empreendimentos)	Analisar o trabalho associado: cooperado, assalariado e voluntário

	Educação	Analisar o nível educacional dos associados
Ambiental	Preocupação ambiental nível de motivação ética	Verificar as atividades desenvolvidas em prol de uma produção sustentável
		Iniciativas produção\consumo ecológicos

Fonte: elaboração dos autores

A pesquisa foi complementada por anotações no caderno de campo, buscando apreender todas as informações fornecidas, no intuito de compreender o processo organizacional dos empreendimentos analisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos, por meio dos questionários, foram analisados como forma de melhor compreender a correlação entre os grupos cooperativos na provincia de Alicante e as dimensões sustentáveis elecadas na pesquisa, proporcionando os seguintes resultados:

4.1 DIMENSÃO POLÍTICA

Em Alicante, Espanha, as instancias participativas diagnosticadas foram assembleias, reuniões, capacitações e atividades de ócio. Dos 16 grupos cooperativos analisados, seis não desenvolviam nenhuma atividade de ócio. A menor participação, nas atividades desenvolvidas pelos grupos cooperativos analisados, era realizada pelo grupo I, 5%, este grupo possuía a maior quantidade de sócios dos grupos cooperativos visitados. A maior participação estava com o grupo cooperativo de segundo grau, o grupo M, pois a participação se limitava apenas aos coordenadores de cada grupo cooperativo associado a esse. A média de participação dos associados ficou em 46%.

No Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, as instancias participativas apresentadas, foram mais diversificadas, sendo que apenas quatro grupos cooperativos incluíram atividades de ócio, 07 grupos apenas assembleias e reuniões, 03 grupos, assembleias reuniões e capacitações, e um, apenas assembleia. A maior participação ficou com o grupo H, e a menor com o grupo L. A média de participação dos associados ficou em 52%, no entanto foi considerada como inferior a participação alicantina, visto as poucas atividades desenvolvidas.

Havia um diferencial na participação dos associados entre o Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil e a província de Alicante, Espanha. Em Alicante, Espanha, a participação estava diretamente ligada à renda, pois as cooperativas citadas com maior participação eram também aquelas com maior rendimento e as citadas com menor participação eram as que possuíam um menor rendimento.

No Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, no que se refere à participação a situação foi inversa a da província de Alicante, Espanha, pois a cooperativa com maior participação se mostrou sendo aquela que não apresentou nenhum rendimento. Essas estavam em fase de organização, e provavelmente a participação se dava pela esperança de melhorias no rendimento, o que pode ser comprovado pela justificativa para adesão de novos sócios, que estava relacionada à necessidade de comercializar, produzir. Outro elemento, das cooperativas sul-mato-grossenses, é a ligação com movimentos sociais, à cooperativa com maior participação estava ligada aos movimentos sociais Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul, FETAGRI, e economia solidária.

Em Alicante, Espanha, das cooperativas examinadas, somente duas cooperativas possuíam ligação com movimentos sociais, enquanto no Mato Grosso do Sul, Brasil, oito das cooperativas analisadas possuíam ligação com movimentos sociais, sendo que algumas cooperativas tinham associados com vínculos em mais de um desses movimentos. Os movimentos sociais citados pelas cooperativas Sul-mato-grossenses foram: Movimentos dos trabalhadores sem Terras (MST) e FETAGRI, citado por quatro cooperativas; Economia solidária e Central Única dos Trabalhadores (CUT), citado por três; Funcionários Associados da Fazenda Itamarati (FAFI), citado por duas; Associação de Moradores e Ex-funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) e Federação Agricultura Familiar (FAF) citado por uma. Quanto aos movimentos sociais citados pelas cooperativas alicantinas, na Espanha, foi Slow Food, citado por uma e Movimiento por la Soberanía Alimentaria, citado por outra.

Na província de Alicante, Espanha, dos grupos cooperativos analisados, 87% utilizavam fundos públicos comunitários europeus, FEOGA (Fondo Europeo de Orientación y Garantía Agrícola), para financiar a compra de equipamentos, melhorias estruturais, implantação de marcas e participação em eventos internacionais. As subvenções cedidas eram no importe de 50% das necessidades apresentadas. Portanto, a maior parte das ajudas estava concentrada no apoio ao

desenvolvimento de processos industriais, o que se supõe uma maior agregação de valor aos produtos produzidos.

Dois grupos cooperativos espanhóis não acessavam fundos públicos, por opção. Um desses empreendimentos cooperativos justificou a opção de não receber ajuda da União Europeia por não concordar com as políticas de apoio existentes a empreendimentos de pequeno porte, voltados especificamente ao desenvolvimento local. Esse empreendimento possuía uma produção destinada para um mercado específico com preços determinados, e um dos objetivos da política agrária é a garantia de preços mínimos, conforme descrito no documento Europa (2015).

Os dois grupos cooperativos espanhóis citados, faziam parte dos novos modelos alternativos que vinham despontando em toda a Europa e conseqüentemente na Espanha. Esses nasciam como uma alternativa a crise que assolava os países e, portanto, a agricultura familiar, provocando a perda de direitos sociais, ambientais e econômicos, bem como da necessária soberania alimentar (CALLE, 2013).

No Brasil, dos grupos cooperativos investigados, três responderam que utilizavam fundos públicos do governo. Esses fundos eram: o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); custeios agrícolas da Caixa Econômica e Banco do Brasil e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento, BNDS, por meio do Financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos, o FINAME. Os citados programas, também eram direcionados para empresas privadas, com intuito de melhorar a produção (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

Quatro das cooperativas brasileiras pesquisadas recebiam contribuições por meio de doações de órgãos públicos governamentais, municipais e estaduais, para aquisição de equipamentos, combustível, pagamento de funcionários, aluguel, etc. Sendo que três possuíam parcerias com prefeituras locais e uma tinha recebido máquinas e equipamento por meio de projeto encaminhado para Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). Essas doações eram feitas, devido a grande importância da cooperativa para o desenvolvimento local, por meio da organização dos produtores.

Das 16 cooperativas analisadas no Brasil, 08 utilizavam os programas de compra do governo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esses programas prevê a compra

direta do produtor para a merenda escolar ou doação para famílias com dificuldades alimentar (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015). Os mesmos privilegiam a organização, sejam associações ou cooperativas. São possibilidades para o fortalecimento das cooperativas e por meio dessas, dos agricultores. No entanto, no Brasil, as organizações cooperativas tem se tornado dependente desses programas, algumas com todos seus negócios sendo gerido em torno desses programas governamentais.

Pelo exposto, é possível concluir que as cooperativas brasileiras, apesar de maior participação dos associados, apresentavam maior dependência em relação a programas governamentais, em todos os níveis, o que enseja uma menor sustentabilidade política que as cooperativas espanholas.

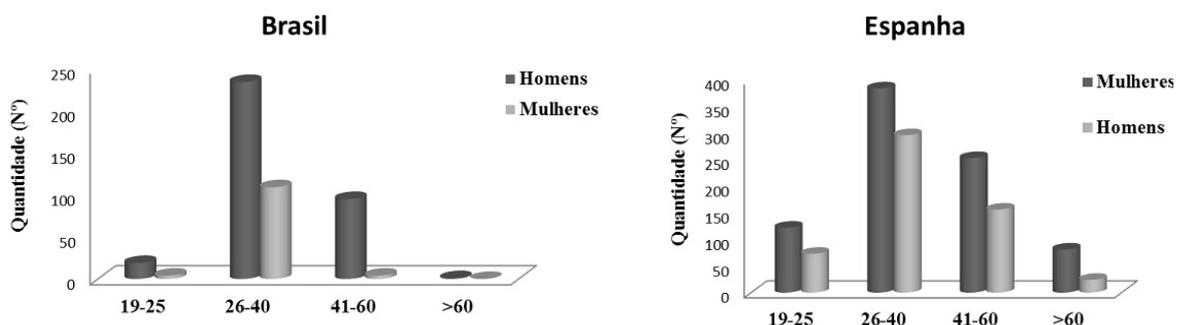
4.2 DIMENSÃO ECONÔMICA

As cooperativas estudadas, tanto em Alicante, Espanha, quanto no Mato Grosso do Sul, Brasil, contribuíam com o desenvolvimento local, por meio dos empregos gerados. Sendo que o número de empregos suscitados pelos grupos cooperativos de Alicantes eram superiores a MS, conforme pode ser observado no gráfico 1.

Os empregos formais, nos grupos cooperativos de Alicante, eram ocupados em sua maioria por mulheres, diferente de MS, Brasil, onde a maioria era ocupada por homens. A área rural da Espanha também já foi diagnosticada como masculina, conforme Camarero e Sampedro (2008), Rico (2003). A presente análise confirmou a masculinização rural, o que pode ser observado, no Gráfico 1, idade média dos associados, na análise na província de Alicante. No que se refere aos trabalhos formais, ocupados por profissionais, esse aspecto desapareceu, conforme pode ser observado no gráfico 9.

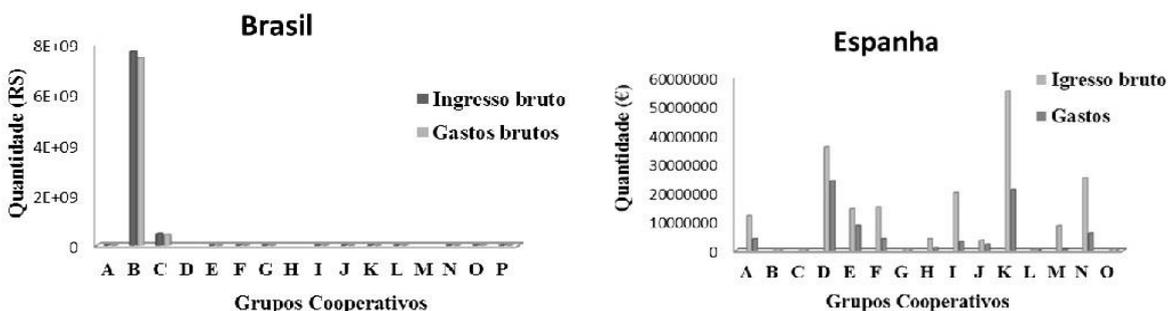
A faixa etária dos trabalhadores (Gráfico 1), estava concentrada entre os 26 e 40 anos em ambas as regiões analisadas, sendo mais concentrada em Mato Grosso do Sul, Brasil, pois Alicante, Espanha possuía uma maior distribuição entre as faixas etárias elencadas.

Gráfico 1-Idade média dos trabalhadores



Conforme o Gráfico 2, é possível observar a disparidade de renda entre os grupos cooperativos de Mato Grosso do Sul, Brasil e Alicante, Espanha. No Brasil, duas das cooperativas analisadas (cooperativa B e C) elevavam de tal forma a renda, que as outras se mostravam insignificantes, enquanto em Alicante, Espanha percebe-se que havia maior equidade econômica entre os grupos cooperativos analisados.

Gráfico 2-Renda bruta da produção dos associados e gastos com insumos



Na província de Alicante, Espanha, os grupos com maiores numeros de sócios não estavam relacionados com a maior quantidade produzida, nem com maiores rendimentos, conforme se pode observar no Gráfico 2, nos grupos I e N, com 8.100 e 1.300 sócios respectivamente. Quanto ao Mato Grosso do Sul, Brail, a quantidade

de associados estava relacionada ao rendimento, sendo que as cooperativas com maiores rendimentos também eram as com maiores números de sócios, que é o caso da cooperativa C, com 400 associados, pois a cooperativa B, era de segundo grau, ou seja, uma cooperativa de cooperativa. A cooperativa O, possuía a segunda maior renda e estava em quarto lugar em número de associados, 126 sócios, sendo que a cooperativa L era a segunda com maior número de associados e a quarta em rendimento.

Notadamente, tanto no Mato Grosso do Sul, Brasil quanto em Alicante, Espanha, todos os sócios eram de origem rural, evidenciando, a profunda ligação desses países com suas origens agrárias, fator relatado, na Espanha, por Rioja, Souza, Fernández, Del Pino Artacho, Serrano e Gallego (2009) e no Brasil por Scott (2011).

Os grupos cooperativos, Alicantinos e sul-mato-grossense, eram de suma importância para o processo de sobrevivência da agricultura familiar, como já elencado por Gómez López (2004; 2009), Fonseca e Servós (2010), Balsan (2006), Coradini e Frederico (2009) e comprovado no presente estudo, pois os dezesseis empreendimentos investigado nas duas regiões, dois países, eram geradores de empregos locais, com um total de 1.508 pessoas ocupadas anualmente em Alicante, Espanha e 26.924 no Mato Grosso do Sul, Brasil. Sendo que no Mato Grosso do Sul, Brasil 26.596 dos postos de emprego eram gerados por uma única cooperativa, a de segundo grau, onde os associados eram outras cooperativas.

Em Alicante, Espanha, exceto um empreendimento, todos os demais não possuíam trabalho voluntário, sendo que os trabalhos desenvolvidos nos grupos cooperativos eram por trabalhadores contratados, todos desenvolvendo a função para qual eram pagos. No Brasil, muito das atividades desenvolvidas pelas cooperativas de pequeno porte eram voluntárias. Sendo que três das cooperativas analisadas no Mato Grosso do Sul, Brasil funcionavam unicamente com trabalho voluntário. Esse fator sul-mato-grossense pode estar relacionado ao pouco tempo da cultura cooperativista na região analisada, onde o corpo administrativo dessas cooperativas era movido pelo idealismo e necessidade de organizar a produção. As cooperativas alicantinas já vivenciaram tal estágio, de trabalho voluntário, pois alguns dos entrevistados, durante a coleta de dados, recordaram de como seus pais relatavam, com saudosismo, a época da fundação da cooperativa, quando todos tinham que doar um tempo de serviço na mesma, informando ainda, que quem não

podia dispor do tempo combinado em assembleia, devia pagar por suas horas de serviço. Segundo os mesmos, havia um maior engajamento, sentimento de pertença e conseqüentemente responsabilidade pessoal dos sócios para com a cooperativa.

O interesse de novos sócios em ingressar nos grupos cooperativos alicantinos foi justificado pela necessidade de comercializar e produzir; desejo de organizar a produção comercialização e outros, tais como os descontos e ajudas que se podem obter estando associado a uma cooperativa. Nenhuma deu como motivação o desejo de contribuir com o desenvolvimento de sua família e da comunidade.

O interesse no ingresso de novos sócios, pelos grupos cooperativos sul-mato-grossenses, foi justificado, principalmente pela vontade de organizar a própria produção e comercializar, seguido da opção forçados pela necessidade de produzir comercializar e por ultimo, três das cooperativas analisadas, justificaram a adesão de novos sócios com o desejo de contribuir com o desenvolvimento familiar e da comunidade.

A preocupação dos associados, em ambas as regiões dos países estudados, era resolver os problemas financeiros próprios e da família, sendo que no Mato Grosso do Sul, Brasil, ainda havia a preocupação com o local, mesmo que representado por um pequeno numero de cooperativas. No entanto, isso não indica que não existia, por meio do fator financeiro, como meta principal para a organização cooperativa, uma contribuição com a sustentabilidade.

Foi verificada a existência de uma forte cooperação entre os grupos cooperativos na província de Alicante, ligada unicamente ao desenvolvimento de atividades econômicas. Muitos dos grupos entrevistados possuíam relações econômicas com mais de um grupo cooperativo, desses, 47% desenvolviam atividades econômicas com cooperativas de segundo grau, na compra de insumos; 60% na comercialização da própria produção e 13% na compra de produtos para beneficiamento. Somente 13% afirmaram não desenvolver atividades com outros grupos cooperativos, por falta de oportunidade e por diferenças filosóficas.

A cooperação entre cooperativa no Mato Grosso do Sul, Brasil, não ficou tão evidenciada nos grupos analisados, como em Alicante, Espanha. Em Mato Grosso do Sul foi pesquisada uma cooperativa de segundo grau e uma cooperativa associada a esta. Somente 5% das cooperativas analisadas desenvolviam atividades com outras cooperativas. As atividades desenvolvidas também eram

voltadas unicamente para o desenvolvimento econômico, tais como participação em projetos de captação de recursos e compra e venda de produtos.

Em Alicante, Espanha o comportamento oportunista de alguns associados de determinados grupos cooperativos analisados, fator detectado por Cámara e Fuentes (2006), Lucena, Arias e Rotundo (2008), foi mais fortemente evidenciado que no Mato Grosso do Sul, Brasil. Pois lá, em Alicante, os grupos cooperativos eram mais estruturados que os do Mato Grosso do Sul, Brasil, tendo capacidade de absorver toda a produção dos sócios. No entanto, esses grupos, nem sempre podiam competir com os preços pagos por empresas privadas, pela necessária equidade junto aos associados. No Brasil, nos grupos analisados, somente parte da produção dos associados era absorvida pelas cooperativas. Assim, os associados possuíam liberdade na comercialização do restante da produção, o que muitas vezes era um complicador, pela distância do mercado e o problema de escala na produção.

Portanto, conforme exposto, na dimensão hora analisada, a dimensão econômica, as cooperativas alicantinas apresentavam maior sustentabilidade que as cooperativas de Mato Grosso do Sul.

4.3 DIMENSÃO SOCIAL

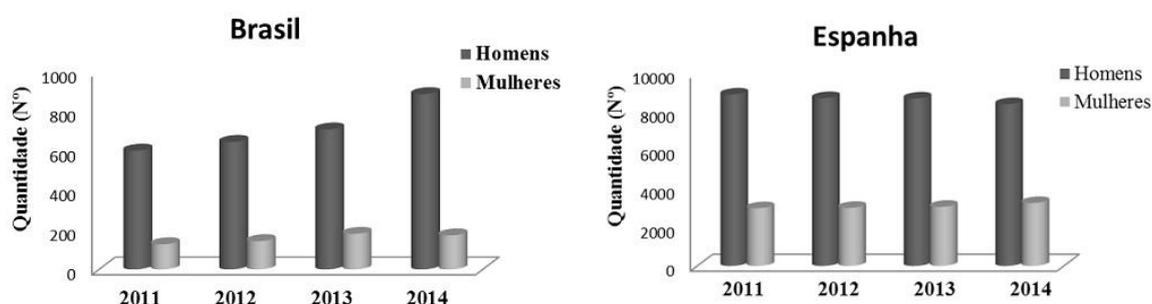
O número de sócios, em Alicante, Espanha, não apresentou variação significativa no período analisado, conforme pode ser observado no Gráfico 3. Enquanto os grupos cooperativos no Mato Grosso do Sul, Brasil, apresentaram uma progressão no número de associados, o que pode ser justificado pelos inúmeros programas de assentamentos implementados nos últimos anos, bem como aos programas de apoio e incentivo às cooperativas, incluindo os programas de compras do governo brasileiro que privilegia esses grupos.

O número de associados nos grupos cooperativos de Alicante, Espanha, eram superiores ao número de associados dos grupos analisados no MS, Brasil, pois em Alicante, Espanha, a cooperação e sua institucionalização em cooperativas faz parte do processo cultural e histórico do país (MEDINA-ALBALADEJO, 2013). Outro fator de destaque, observado no Gráfico 3, é sobre a diferença de gênero entre os associados em ambos os países, sendo que essa diferença era superior no Brasil, que possuía uma maior masculinização da área rural (CAMARANO; ABRAMOVAY,

2014), fator discutido na dimensão econômica (Gráfico 1), no que se refere aos trabalhadores contratados.

No Brasil são diversos os programas de empoderamento feminino na área rural, tais como políticas específicas a favor do acesso feminino a terra e da obrigatoriedade de atendimento de 50% dos serviços de assistência técnica para agricultoras familiares. Esses programas têm contribuído como a diminuição da masculinização rural, no entanto, conforme os resultados dos grupos analisados, ainda são experiências pouco significativas para o equilíbrio de gênero entre os agricultores.

Gráfico 3- Número de sócios nos últimos quatro anos

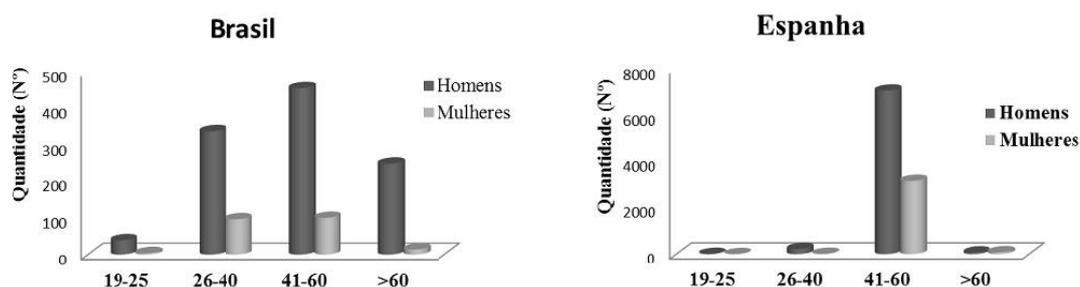


Sobre a média de idade dos associados, esta se concentrava na faixa dos 41 a 60 anos nas duas regiões analisadas, sendo que o Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil apresentou maior distribuição entre as demais faixas etárias que Alicante, Espanha.

O Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, conforme gráfico 4, destacou-se pelo maior número de jovens na agricultura familiar, apesar da população rural ter mostrado uma tendência ao envelhecimento semelhante a Alicante, Espanha. O envelhecimento rural já foi diagnosticado no Brasil por Silva e Cereda (2014) e Camarano e Abramovay (2014), enquanto na Espanha por Rioja, Souza, Fernández, Del Pino Artacho, Serrano e Gallego (2009).

No Brasil, diversos são os programas de incentivo a permanência da juventude no campo (MOLINA; DE ABREU FREITAS, 2014), no entanto, esse não apresenta atrativos para a juventude. Mas o país possui como um aspecto positivo, em relação à Espanha, o incremento da população rural, isso em conjunto com um meio rural mais jovem, mesmo que, também, com tendência ao envelhecimento.

Gráfico 4- Média de idade dos associados



O nível educacional dos cooperados, das cooperativas analisadas nas regiões dos dois países, foi superior no Brasil, sendo que a maior concentração estava entre os associados com ensino médio completo. Rodriguez Gutierrez (2004), em uma análise das disparidades educativas da Espanha rural contemporânea, diagnosticou o baixo nível educacional dos agricultores, justificado pela idade dos mesmos, remanescentes de uma época em que o ensino não era muito valorizado pelo trabalhador agrícola.

No Brasil são muitas as propostas educativas sistematizadas e colocadas em prática para os pequenos agricultores familiares. Muitas dessas propostas vêm sendo desenvolvidas em articulação com o Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), bem como pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs). Há ainda, inúmeras iniciativas de universidades, tanto públicas quanto privadas, utilizando editais públicos para projetos na área da educação do campo. Embora essas propostas sejam experiências ainda polarizadas e pouco abrangentes, tem melhorado gradativamente, o nível educacional dos agricultores no país (PREVITALI, 2013).

O nível educacional, da maioria dos produtores agrícola familiares em Alicante, Espanha, era baixo, apesar de que os associados estavam organizados em cooperativas, com assessorias e assistência técnica fornecida pelas mesmas. Quanto à idade dos associados, os grupos cooperativos da província de Alicante, apresentou uma população mais idosa que dos grupos do Estado de Mato Grosso do Sul, apesar do número superior dos associados nos grupos cooperativos espanhóis. No Estado de Mato Grosso do Sul, os grupos cooperativos analisados apresentaram maior masculinização e menor quantidade de associados e trabalhadores que a província de Alicante, Espanha. Assim, a presente pesquisa considera que em determinados aspectos a amplitude na intersecção sustentável,

da dimensão social, era maior nos grupos cooperativos do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, e em outros aspectos, essa era maior nos grupos cooperativos da província de Alicante, Espanha.

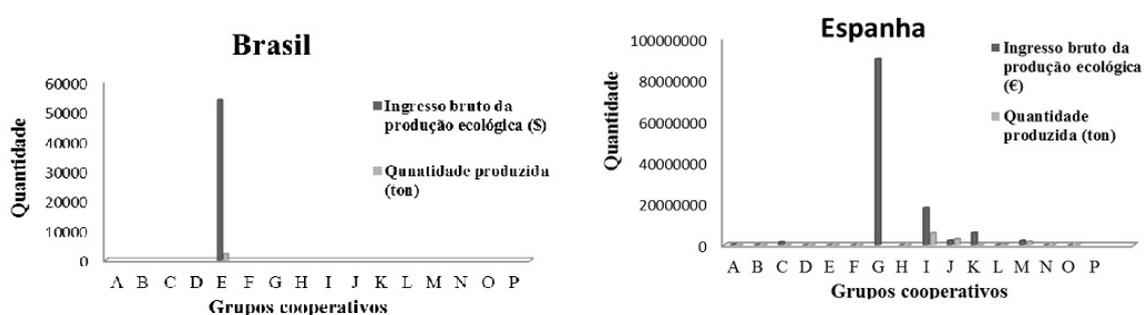
4.4 DIMINUÇÃO AMBIENTAL

Dos 16 grupos cooperativos analisados na província de Alicante, nove produzem de forma ecológica, sendo esses os grupos A, B, C, G, I, J, K, L, M. A renda anual com a produção ecológica, conforme informado pelos entrevistados está apresentada no gráfico 5, sendo que não foi possível quantificar os gastos em geral dos grupos que possuíam a produção nas duas modalidades, visto que os gastos com a produção, em geral, nos grupos cooperativos não eram separados.

No Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, apenas um dos 16 grupos analisados produzia ecologicamente, sendo esse o grupo E. O citado grupo possuía toda a sua produção nos moldes ecológicos, portanto foi simples quantificar a produção. No entanto, essa produção era insignificante, quando comparada à quantidade produzida pela menor cooperativa com produção agroecológica em Alicante, Espanha. Segundo os entrevistados sul-mato-grossenses, alguns dos associados produziam ecologicamente, no entanto, as cooperativas não eram certificadas, pois não existia uma estrutura de beneficiamento distinta para essa produção.

Na Espanha, segundo Gliessman et al (2007) e Ortiz-Pérez (2015), os grupos de consumidores ecológicos foram decisivos para fomentar a produção ecológica, sendo um movimento que nasceu nos centros urbanos, a partir da demanda apresentada pelos consumidores.

Gráfico 5-Produção ecológica: Ingresso bruto e quantidade produzida



A Espanha está classificada, em superfície, como o primeiro país com produção ecológica da UE (ESPAÑA, 2013). A produção ecológica foi regularizada, na Espanha, em 1989, pelo regulamento (CEE) 2092/91, que se refere a essa

produção, de forma genérica, como "Agricultura Ecológica". A partir de 2009, essa produção é regida pelo regulamento (CE) 834/2007 do conselho de 28 de junho de 2007, onde são definidas as normas de rotulagem e de produtos ecológicos provenientes de outros países (ESPAÑA, 2015).

O controle e certificação da produção ecológica, na Espanha, são realizados pelos conselhos ou comitês de agricultura territorial, organismos públicos de competência de cada comunidade autônoma. Algumas comunidades autônomas, tais como Andalucía e Castilla-La Mancha, designaram organismos privados para realizar esse controle e certificação (ESPAÑA, 2015).

No Brasil, o movimento em prol de uma produção mais sustentável levou a estruturação participativa, e a criação, em 2012 da política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), quando também é aprovado o Plano nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, PLANAPO. Esses são regulamentados pelo Decreto Nº 7.794/2012, que também estabelece como meio de gestão da Política do PLANAPO a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO (BIANCHINI; MEDAETS, 2013).

Os programas, relacionados à produção ecológica no Brasil, não foram, ainda, dotados de recursos financeiros. Os entrevistados das cooperativas analisadas, no Mato Grosso do Sul, Brasil, alegaram o encarecimento da produção ecológica e o baixo preço do produto produzido, para a dificuldade de consumo.

A discussão sobre a produção ecológica, no Brasil, nasce no meio acadêmico. Segundo Oliveira et al. (2013), foi o meio acadêmico, em conjunto com a organizações dos produtores agrícolas familiares, que gradativamente, formaram redes e instituições que estão a frente do debate por uma produção mais sustentável. Essa produção é denominada agroecológica, e evoluiu de uma pratica produtiva para um movimento social de expressão nacional.

A Espanha possui dificuldades na implementação de políticas para aumentar a produção agroecológica, pois depende da Política agrícola comum, desenvolvida pela União Europeia (SILVA, GÓMEZ LÓPEZ, OLIVEIRA, 2016). No entanto, na presente análise, ficou evidenciado que no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, este processo, a implementação de políticas agroecológicas, estava em fase inicial, muito atrasado em relação à província de Alicante, Espanha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidenciado, no presente estudo, que as cooperativas agrárias, tanto em Alicante, Espanha, quanto no Mato Grosso do Sul, Brasil, eram de grande importância para o setor agro alimentício, quando da realização da pesquisa. No entanto, nas dimensões apresentadas, as cooperativas de Alicante, Espanha, apresentaram maior sustentabilidade que as brasileiras, exceto na dimensão social, onde o estudo as considerou equitativas.

No que se refere à sustentabilidade política, o Estado de Mato Grosso do Sul, estava muito aquém do desenvolvimento alcançado pelas cooperativas Alicantinas. Visto, principalmente, o baixo nível de acesso a fundos públicos para investimento e a dependência dos programas de compras do governo pelas cooperativas sul-mato-grossenses. O mesmo pode ser observado na sustentabilidade econômica, pois apenas duas das cooperativas analisadas apresentaram um nível de renda significativo, visto que as outras 12 cooperativas analisadas apresentam um baixo rendimento anual, sendo que três cooperativas são dependentes de recursos provenientes do governo local, e o mesmo número de cooperativas funciona unicamente com trabalho voluntário, não possuindo condições financeiras para assumir a contratação de funcionários.

Na dimensão ambiental, nos grupos investigados no Brasil, observa-se que a produção ecológica é insignificante, em relação aos grupos cooperativos espanhóis, não sendo observada nenhuma ação concreta relacionada à preservação ambiental nos grupos cooperativos investigado no país.

O Brasil, especialmente o estado de Mato Grosso do Sul, é uma região jovem, com perspectivas e potencial de desenvolvimento para as cooperativas agrárias e conseqüentemente para a agricultura familiar. Conforme a presente análise, o estágio de desenvolvimento das cooperativas brasileiras é muito anterior ao estágio alcançado pelas cooperativas espanholas, entretanto, essas convergem para a mesma organização daquelas.

Em trabalhos anteriores, relacionados a políticas públicas para empreendimentos cooperativos de agricultores familiares com produção ecológica, as cooperativas espanholas não foram consideradas sustentáveis, pois possuem falhas no que se refere aos princípios da Aliança Cooperativa Internacional-ACI, que foram definidos, em 1995. Estes princípios deveriam nortear a ação das cooperativas no mundo. No entanto, devido ao contexto mundial de crise da

agricultura familiar, as cooperativas têm suas ações condicionadas à necessidade de atender ao mercado, assumindo um perfil cada vez mais empresarial. Mas essas, as cooperativas, geram emprego, renda e conseqüentemente bem-estar nas regiões onde estão inseridas, contribuindo, assim, com a sustentabilidade de seus associados.

Os grupos cooperativos, sul-mato-grossense e alicantinos, são importantes na subsistência da agricultura familiar, contribuindo na sustentabilidade dessas famílias. Porém, os grupos cooperativos espanhóis, estão mudando seu comportamento solidário e reivindicatório, para assumirem características cada vez mais empresariais, contrapondo aos objetivos originais do cooperativismo.

REFERENCIAS

ABBADE, E. B. Aplicação da teoria dos jogos na análise de alianças estratégicas. **GEPROS – Gestão da produção, operações e sistemas**. Ano 5. N. 3. 2010.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Identidad y principios cooperativos**. Montevidéo: Editora Nordan Comunidad, 1995.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurent impacts of the agriculture modernization in brazil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, 2006.

BANCO MUNDIAL - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento: visão geral**. Washington, DC. 2008. Disponível em <https://wdronline.worldbank.org/worldbank/a/>. Acesso em 30/04/2014.

BIANCHINI V., MEDAETS J. P. P. **Da revolução verde à agroecologia: plano brasil agroecológico**. Disponível em http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf. Acesso em 24 de junho de 2015.

CALLE, Á. **La transición inaplazable**, Icaria Editorial, Barcelona. 2013.

CÁMARA, S. B.; FUENTES, J. M. Integración cooperativa y sistemas de información interorganizativos. Un análisis aplicado al cooperativismo oleícola. **CIRIEC-ESPAÑA**, (54), 33-52. 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-65, 2014.

CAMARERO, L.; SAMPEDRO, R. ¿ Por qué se van las mujeres? El continuum de movilidad como hipótesis explicativa de la masculinización rural. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, 124(1), 73-105. 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade. **Agroecología e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, p. 71-84, 2002.

CNUMAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2000.

CORADINI, O. L. e FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista Economía Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 109-126, Mar. 2015.

ESPAÑA. **Caracterización del sector de la producción ecológica española: valor, volumen y mercado y evaluación del impacto del comercio electrónico en la producción ecológica española**. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. 2013. Recuperado em 24 de julho de 2015 de <http://www.magrama.gob.es/imagenes/es/Informe%20P%20y%20M%20Ecologico%20-%202012-WEB%201-tcm7-310968.pdf>

ESPAÑA. La agricultura ecológica en España. **Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente**. 2015. Disponível em <http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/la-agricultura-ecologica/> Acesso em 22 de junho de 2015.

EUROPA. Síntesis de la legislación de la EU. **Reforma de la política agrícola común (PAC)**, 2015. Recuperado em 08 de julho de 2015 de http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l60002_es.htm

FONCEA, M. D.; SERVÓS, C. M. Impacto económico de las cooperativas. La generación de empleo en las sociedades cooperativas y su relación con el PIB. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 67, p. 23-44, 2010.

FRANCO, M. A. R. **“Planejamento Ambiental para a cidade sustentável”**. São Paulo, Brasil. Ed. EDIFURB. 2ª edição. 2001.

GLIESSMAN, S. R., ROSADO-MAY, F. J., GUADARRAMA-ZUGASTI, C., JEDLICKA, J., COHN, A., MÉNDEZ, V. E., ... & JAFFE, R. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Revista Ecosistemas**, v. 16, n. 1, p. 13-23, 2007

GÓMEZ LÓPEZS, J. D. **Las cooperativas agrarias**. Instrumento de desarrollo rural. Publicaciones Universidad de Alicante, 2004.

_____. El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 26/27, n. 1, p. 15-23, 2008/2009.

LUCENA, H., ARIAS, A. H., & ROTUNDO, G. Z. Organización y relaciones de trabajo en Cooperativas¹. **Revista Venezolana de Economía Social**, v. 8, n. 15, p. 61-91. 2008.

MEDINA-ALBALADEJO, F. J. Fuentes para la historia de las cooperativas agrarias en España: los archivos empresariales. CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública Social y cooperativa**, n. 77, p. 189-212. 2013.

MOLINA, Mônica Castagna; DE ABREU FREITAS, Helana Célia. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, 2015.

NAVARRO, Zander; CAMPOS, Sílvia Kanadani. A “pequena produção rural” no Brasil. **Ganhar tempo é possível?** Brasília : CGEE, 2013, 264 p.

OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; DA SILVA, Ana Paula Moreira. Experiências agroecológicas brasileiras: uma análise à luz do desenvolvimento local. **Revista brasileira de agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

OGAYAR, M. A.; MARTÍ, E. G. Problemas existentes en la profesionalización de la gestión en la sociedad cooperativa. **Investigaciones europeas de dirección y economía de la empresa**, v. 7, n. 3, p. 139-154. 2001.

ORTEGA, E., CAVALETT, O., BONIFÁCIO, R.; WATANABE, M. Expanded energy analysis of soybean production in Brazil. In Proceedings of IV Biennial International Workshop “Advances in Energy Studies”. Unicamp, Campinas, SP, Brazil (pp. 285-299). 2004.

ORTIZ-PÉREZ, S. **Um espaço cooperativo**: Soberania alimentaria y solidaridad internacionalista campesina. Icaria. 2015. 166 p.

PREVITALI, F. S. Movimento camponês, trabalho e educação-liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 251-255, 2013.

RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: **DP&A**, 2000.

RICO GONZÁLEZ, M. **La mujer dentro del proceso migratorio** y de envejecimiento en el medio rural de Castilla y León, Ed. Ayuntamiento de Valladolid. 2003.

RIOJA, L. A. C., SOUZA, F. C., FERNÁNDEZ, M. T. G., DEL PINO ARTACHO, J. A., SERRANO, J. O.; GALLEGOS, R. S. (eds.). **La población rural de España**: de los desequilibrios a la sostenibilidad social. Barcelona: Fundación La Caixa. 2009.

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. El enfoque de las capacidades para la gobernabilidad del territorio. **Ería: Revista cuatrimestral de Geografía**. n.63, p.107-115, 2004.

RUWER, L. M. E., & MOREIRA, I. D. S. Mundo do trabalho, Serviço Social e desenvolvimento sustentável. **Anais do VII Seminário**. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010>.

SACHS, I. (1993). **Estratégias de transição para o século XXI**. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, p. 29-56.

_____(2000). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Revista de Psicologia e Sociedade**, n.1, v. 19, p. 84-94, 2007.

SCOTT, P. A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. **Revista Antropológicas**, v. 16, n. 1, 2011.

SEQUINEL, M. C. M. O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba: Um estudo de caso. **Dissertação de Mestrado** em (UFSC) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis. 2002.

SILVA, E. M.; CEREDA, M. P. Segurança alimentar, saúde, educação e lazer como fatores de base para desenvolvimento rural de um assentamento do Mato Grosso. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 275-284. 2014.

SILVA, E. M.; GÓMEZ LÓPEZ, J. D.; OLIVEIRA, M. A. C. Análise das convergências e divergências nas políticas públicas ecológicas para agricultores familiares a partir da abordagem em desenvolvimento local: um estudo comparativo entre Espanha e Brasil. **Multitemas**, Campo Grande, MS, 21(49)10-20. 2016.

SIQUEIRA, T. V. D. Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a Agenda 21. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro. n. 8, v. 15, p. 247-288. 2001.

SCHIMITZ, H. et al. **Ação coletiva com fins econômicos**: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. 2007. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/74.htm> Acesso em: dez. 2013

ZYLBERSZTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. **In**: BRAGA, M. J.; REIS, B. S. (Org.). Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias. Viçosa: UFV, p. 55-75. 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, foram abordadas as dimensões política, econômica, social e ambiental da sustentabilidade, desenvolvidas nos três capítulos elaborados. Os capítulos foram estruturados de forma a responderem a pergunta da pesquisa. A pergunta que norteou a pesquisa foi sobre a existência de diferenças na sustentabilidade de cooperativas agroalimentares de um país considerado desenvolvido e um país em desenvolvimento. Considerando que haja diferenças, em qual desses países essas cooperativas apresentam maior sustentabilidade nos aspectos analisados? O que torna umas mais sustentáveis que as outras? Quais as características diferenciam os empreendimentos considerados mais sustentáveis? As cooperativas continuam sendo uma possibilidade de sobrevivência da agricultura familiar? Pela análise realizada, quais as perspectivas para esses grupos de economia social?

O capítulo 1 (um) foi uma análise das políticas públicas para grupos cooperativos de agricultores familiares com produção ecológica. No citado capítulo concluiu-se que as cooperativas sul-mato-grossenses, ainda não alcançaram o mesmo patamar de desenvolvimento das cooperativas alicantinas, no entanto, convergem para o mesmo modelo de desenvolvimento dessas. Foi possível diagnosticar que as proposituras para os empreendimentos coletivos de agricultores familiares, em ambas as regiões analisadas são semelhantes.

No capítulo 2 (dois) foi analisada a eficiência das cooperativas em Mato Grosso do Sul, Brasil, e Alicante, Espanha. Os grupos cooperativos alicantinos se mostraram menos eficientes que os sul-matogrossenses. Pela análise realizada, os grupos alicantinos são mais sustentáveis, mesmo que menos eficiente relativamente. Pois, dois grupos cooperativos analisados no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, detêm 91,54% do tamanho total dos grupos analisados, enquanto os demais grupos, juntos, têm um 1,1% do tamanho. Essa disparidade evidencia

desigualdades nas organizações cooperativas do Estado analisado, o que não pode ser caracterizado como sustentável, pelo ótimo de Pareto, onde a eficiência é caracterizada pelo equilíbrio na utilidade dos agentes. Os grupos cooperativos alicantinos dividem entre si 7,35% da amostra, demonstrando maior equilíbrio relacionado ao tamanho dos grupos analisados. Há ainda, nos grupos cooperativos estudados no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, dependência de recursos públicos para sua manutenção, o que gera incerteza da sobrevivência destes sem esse expediente.

Concluiu-se, no capítulo 2, que o que torna uma cooperativa mais eficiente que a outra não é sua dimensão ou associação com agroindústrias, mais sim a sua melhor utilização dos fatores produtivos existentes. Alguns dos menores grupos cooperativos se mostraram tão eficientes quanto os maiores grupos analisados, isso em ambos os países. No entanto, pela análise realizada, eficiência relativa não enseja sustentabilidade.

No capítulo 3 (três), é feita uma análise das cooperativas do Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, e Alicante, Espanha, a partir das quatro dimensões abordadas na pesquisa. Concluiu-se, como no capítulo 1 (um), que as cooperativas sul-matogrossense ainda não alcançaram o mesmo nível de desenvolvimentos dos grupos cooperativos alicantinos, nas dimensões abordadas, mas que o desenvolvimento daquelas convergem para o mesmo desenvolvimento dessas.

Foram diagnosticados muitos aspectos positivos na análise dos grupos cooperativos estudados em Mato Grosso do Sul, Brasil, e Alicante, Espanha. Pelos resultados apresentados, nos três capítulos, os grupos cooperativos, em ambas as regiões estudadas, são importantes para a sobrevivência dos agricultores familiares, bem como para a dinamização local da comunidade. Esses grupos geram empregos locais; apoiam os produtores, no que concerne a comercialização da produção; desenvolvem profundos laços cooperativos entre si, mesmo que apenas financeiros; contribui na organização dos produtores; na formação de escala de produção; no desenvolvimento local, entre outros.

A despeito da convergência dos grupos cooperativos analisados em Mato Grosso do Sul, para o mesmo desenvolvimento dos grupos cooperativos analisados em Alicante, Espanha, surge o questionamento se tais perspectivas para o cooperativismo sul-matogrossense são expectativas desejáveis. Quando confrontados com os princípios do cooperativismo elaborados pela Aliança

Internacional do Cooperativismo, a AIC, de 1995, baseados nos princípios criados pelos Pioneiros de Rochdale, em 1844, os empreendimentos espanhóis não podem ser considerados sustentáveis, pela análise realizada.

A existência dos princípios, do cooperativismo, deveria nortear todas as ações cooperativas, no entanto, diante da necessária sobrevivência, num contexto de crise da agricultura em níveis mundiais, esses princípios muitas vezes são relativizados, conforme se evidenciou no presente estudo. Os citados princípios cooperativos são: 1º. Adesão voluntária e aberta; 2º. Gestão democrática por parte dos sócios; 3º. Participação econômica dos sócios; 4º. Autonomia e independência; 5º. Educação, formação e informação; 6º. Cooperação entre cooperativas; e por último 7º. Interesse pela comunidade.

No que se refere a relação de adesão voluntária e aberta, princípio 1º, foi observado que, esta, está condicionada a demanda do mercado, estando restringida a entrada, livre, de novos sócios nos grupos cooperativos analisados na província de Alicante.

Quanto ao princípio 2º, relacionado a gestão democrática por parte dos sócios, nos grupos cooperativos estudados em Alicante, Espanha, essa gestão é deficitária, pois os associados são numerosos, sendo que em alguns grupos, os mesmos perdem o sentido de pertença, se tornando apenas provedores, o que pode ser analisado no material suplementar (apêndice A- 1) do presente estudo. Existe um grande capital social nos grupos pesquisados em Alicante, Espanha, o que foi analisado no capítulo 1, principalmente pelos vínculos construídos ao longo do tempo, pois todos são do lugar. Porém, as relações do lugar e com o lugar, não apareceram nas respostas e argumentos dos entrevistados quanto à conexão dos associados com as normas existentes, sendo que as sanções, comportamento coercitivo aparentaram maior relevância nas respostas ao questionário aplicado.

Em relação à participação econômica, princípio 3º, é evidente, pelo desejo de continuidade dos associados espanhóis, nos grupos analisados em Alicante, que os mesmos são contemplados, mesmo nos empreendimentos com menor eficiência relativa (Capítulo 2). Os grupos alicantinos analisados são grupos estruturados com tempo de fundação e funcionamento, foi observado, **in loco**, que todos possuem estrutura física e financeira garantidas pela participação econômica dos associados. A evasão dos cooperados é mínima, sendo que a maioria deseja manter a posição

de associado, mesmo sendo detectada pouca participação, presencial, nas atividades desenvolvidas pelos empreendimentos (capítulo 3).

A autonomia e independência, princípio 4º, conforme analisado, os grupos cooperativos alicantinos, buscando estabilidade econômica, possuem esse princípio ameaçado por grandes empresas internacionais (capítulo 3).

A educação, formação e informação, princípio 5º, ficou evidenciado, na presente análise dos grupos de Alicante, Espanha, que a educação dos associados é baixa, o que pode comprometer a sustentabilidade dos grupos cooperativos analisados. No entanto, a organização estrutural, fornecida pelos grupos cooperativos, proporciona possibilidades de sustentabilidade ao grupo, pela assistência técnica de qualidade. Apesar da dificuldade de informações devido o grande número de associados de alguns dos grupos cooperativos alicantinos.

A cooperação entre cooperativa, princípio 6º, foi diagnosticada como um forte elo entre as cooperativas da província de Alicante, mesmo que somente por fatores econômicos (capítulo 3 e apêndice A- 1).

No que se refere ao interesse pela comunidade, princípio 7º, conforme analisado no capítulo 3 (três) e material suplementar (apêndice A- 1), ficou evidenciado que a participação desses grupos cooperativos nas atividades desenvolvidas no local, gera emprego e renda, garantindo a subsistência e bem-estar das famílias associadas, evidenciando assim, interesse pelo bem-estar da comunidade.

Com base nos citados princípios, pode concluir-se que os grupos cooperativos, alicantinos analisados, não são sustentáveis, apesar de possuírem muitos fatores sustentáveis nas dimensões aqui analisadas. Os fatores sustentáveis citados são possíveis de serem alargados. Portanto, os grupos cooperativos da província de Alicante, Espanha, não podem ser considerados como modelo ideal para os grupos cooperativos de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Foi discutido, no presente estudo, que não existe um sistema agrícola que seja sustentável em todos os níveis, o que existe são interseções sustentáveis. Em determinadas situações, um aspecto da sustentabilidade tenderá a destacar-se mais que outro, sendo que a interseção ocorrerá quando houver um encontro entre uma ou outra das dimensões elencadas, mesmo que não em todas. Quanto a sustentabilidade, essa ocorrerá, quando houver um encontro de fatores positivos de

todas as dimensões elencadas, por mínimo que seja esse ponto de encontro (Figura 1).

No entanto, nas dimensões da sustentabilidade ora analisada, quando comparados com os princípios da ACI, os grupos analisados em Alicante, Espanha, não são sustentáveis, apesar de apresentarem maior intersecção sustentável, ou seja, fatores positivos, que os grupos analisados em Mato Grosso do Sul, Brasil. O fato de Mato Grosso do Sul, possuir um cooperativismo insipiente, quando comparado a Alicante, Espanha, foi justificado no capítulo 1 (um). Nesse, capítulo 1, é descrito que Mato Grosso do Sul é uma região formada por migrantes de diversas regiões do país, sendo um estado jovem, com pouca cultura cooperativista, entre outros.

A pesquisa alerta para a necessidade de retomar os princípios do cooperativismo, sob o risco de completa perda dos valores cooperativos, e a transformação total dessas empresas sociais em empresas cada vez mais voltadas para a lucratividade e competitividade, o que já pode ser observado, no presente estudo, nos grupos analisados também no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

A ciência tem apenas o papel de mediador, de apontar caminhos, portanto, como propositura da presente pesquisa, os princípios do cooperativismo podem ser retomados por meio de adoção de práticas que venham ao encontro as concepções que deveriam nortear todas as ações cooperativas.

Os resultados apresentados, no presente estudos, são limitados a duas regiões, de países em distintos estágios de desenvolvimento, a ampliação da pesquisa, para distintas regiões dos países analisados ou outros, podem consolidar os resultados ou proporcionar novas informações complementares ou divergentes.

REFERÊNCIAS GERAIS

ABBADE, E. B. Aplicação da teoria dos jogos na análise de alianças estratégicas. **GEPROS – Gestão da produção, operações e sistemas**. Ano 5. N. 3. 2010.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Identidad y principios cooperativos**. Montevideu: Editora Nordan Comunidad, 1995.

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. **Programas de Segurança Alimentar e Agricultores Familiares**: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara – SP. In. 47º, 2009

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALVES, E.; GOMES, A. P. Medidas de eficiência na produção de leite. **Revista Brasileira de Economia**, v. 52, n. 1, p. 145-167, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa** (online), v. 36, n. 129, p. 637-51, 2006.

ASSIS, L.; ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e agricultura orgânica**: Controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul.\dez. 2002. Editora UFPR.

AVÍLA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Interações**, Vol. 8, N. 13, p. 133-140, Set. 2006.

AZCÁRATE, T. G. **Presente y futuro de la reforma de la PAC**: Una visión desde Bruselas. *Agricultura Familiar en España 2007*. Disponível em http://www.upa.es/anuario_2007/pag_060-071_azcarate.pdf. Acesso em 08 de junho de 2015.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira/decurent impacts of the agriculture modernization in brazil. **campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, 2006.

BANCO MUNDIAL - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento: visão geral**. Washington, DC. 2008. Disponível em <https://wdronline.worldbank.org/worldbank/a/>. Acesso em 30/04/2014.

BANKER, R. D., CHARNES, A.; COOPER, W. W. Some models for the estimation of technical and scale inefficiencies in Data Envelopment Analysis. **Management Science** 30, 1078–1092, 1984.

BANKER, R. D.; NATARAJAN, R. **Statistical tests based on DEA efficiency scores**, Cooper, W.W., Seiford, L.M., Zhu, J. (Eds.), *Handbook on Data Envelopment Analysis*, Kluwer International Series, Boston, 299-321.2004.

_____. Evaluating contextual variables affecting productivity using data envelopment analysis, **Operations Research**, 56, 48-58. 2008.

BAPTISTA, A. J. M. S.; CAVALCANTI, J.E.A.; VIEIRA, W.C. Retornos à escala na pesca artesanal em Cabo Verde. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...**, Minas Gerais.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial** -Conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2007.

BATTESE, G. E. Frontier production functions and technical efficiency: a survey of empirical applications in agricultural economics. **Agricultural Economics**, v. 7, n.1, p. 185-208, 1992.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estud. av. [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 37-49. ISSN 0103-4014.

BIALOSKORSKI NETO, S.; NAGARO, M. S.; MORAES, M. B. da C. **Eficiência econômica de cooperativas agropecuárias**: um modelo de análise utilizando-se redes neurais. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP, 2005; Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sig>, pesquisado em 26/11/2013.

BIANCHINI V., MEDAETS J. P. P. **Da revolução verde à agroecologia**: plano Brasil agroecológico. Disponível em http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil%20Agroecol%C3%B3gico%2027-11-13%20Artigo%20Bianchini%20e%20Jean%20Pierre.pdf. Acesso em 24 de junho de 2015.

BORGES, J. L. Movimentos Sociais e Sustentabilidade: os Desafios da “Extensão Rural Agroecológica” em Assentamentos de Reforma Agrária. **Revista Cesumar– Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 17, n. 1, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, jan. 1980.

BONFIM, R. M., BATALHA, M. O. "a importância da confiança na relação entre produtores familiares de mamona e usinas de biodiesel no Brasil." **XXXII encontro nacional de engenharia de produção**. Bento Gonçalves, RS, Brasil, 15 a 18 de outubro de 2012. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_157_915_20173.pdf Acesso em 01 de abril de 2016.

BUAINAIM, et. al. **Que agricultura familiar?** Classificação genérica criou equívocos. Embrapa/CNPISA, 2010. Disponível em <http://www.cnpisa.embrapa.br/filo/adm/anx/anx8Que%20agricultura%20familiar.pdf>, 10/03/2014.

BRAVO-URETA, B. E. E PINHEIRO, A. E. Efficiency analysis of developing country agriculture: a review of the frontier function literature. **Agricultural and Resource Economics Review**, v. 22, n. 1, 1993.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Brasília: **MAPA**, 2006. 124 p.

BRUM, A. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes. 1988.

BRUNDTLAND, Comissão. **Nosso Futuro Comum**, Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável. 1987.

CALLE, Á. **La transición inaplazable**, Icaria Editorial, Barcelona. 2013.

CÁMARA, S. B.; FUENTES, J. M. Integración cooperativa y sistemas de información interorganizativos. Un análisis aplicado al cooperativismo oleícola. **CIRIEC-ESPAÑA**, (54), 33-52. 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-65, 2014.

CAMARERO, L.; SAMPEDRO, R. ¿ Por qué se van las mujeres? El continuum de movilidad como hipótesis explicativa de la masculinización rural. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, 124(1), 73-105. 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CHARNES, A., COOPER, W.W. & RHODES, E. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research** 2, 429–441.1978.

CHAVAS, J.; ALIBER, M. 1993. An analysis of economic efficiency in agriculture: a nonparametric approach. **Journal of Agricultural Economics**, v. 18, p. 1-16.

CNUMAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2000.

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20). **O Futuro que Nós Queremos**. 2012. Disponível em <http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>. Consultado em 09 de julho de 2015.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano X, n. 03, jul./set. 2001.

COELHO, J. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável**: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS. Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, 2006.

- COELLI, T. Recent developments in frontier modelling and efficiency measurement, **Australian Journal of Agricultural Economics**, v. 39, n. 3, p. 219-245, 1995.
- COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, supplement, p. S95-S120. 1988.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres, 1990.
- CORADINI, O. L. e FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- CORK, La Declaración. **Hacia una política integrada de desarrollo rural**. Noviembre de 1996. Disponível em http://www.femp.es/files/566-138-archivo/Declaraci%C3%B3n_de_Cork_1996.pdf. Acesso em 25 de julho de 2015.
- COSTA, A. C. Trust. In C. Spielberg (Series Ed.) & J. M. Prieto (Vol. Ed.), *Encyclopedia of Applied Psychology* (Vol. 3, pp. 611-620). New York: **Elsevier Academic Press**, 2004.
- COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista Economía Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 109-126, Mar. 2015.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed, 2010.
- DE KOEIJER, T.J.et al. Measuring agricultural sustainability in terms of efficiency: the case of Dutch sugar beet growers. **Journal of Environmental Management**, v. 66, n. 1, p. 9-17, 2002.
- DE SOUZA BARBOSA, M^a.J. Desenvolvimento rural e economia solidária: estratégia de sustentabilidade sob processos de Inter cooperação Espanha e Brasil na microrregião do Baixo Tocantins na Amazônia brasileira, **en** J.D. Gómez López y M^a.J. De Souza Barbosa (bajo la dirección de), *Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios*, Alicante : AECID-Ofibook, 2015.
- DESROCHE, H. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Carlos: **EdUFSCAR**, 131-154 2006.
- DUARTE, L. M. G; WEHRMANN, M. E. S. de F. Histórico do Cooperativismo Agrícola no Brasil e Perspectivas para a Agricultura Familiar. In *Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural/SABOURIN, E. (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados*. v. 6. n. 23, 2006. 280 p.
- ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova econ**. [Online]. 18(1) 11-31, 2008.

ESPAÑA. Caracterización del sector de la producción ecológica española: valor, volumen y mercado y evaluación del impacto del comercio electrónico en la producción ecológica española, 2013a. **Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente**. Disponible em <http://www.magrama.gob.es/imagenes/es/Informe%20P%20y%20M%20Ecologico%20-%202012-WEB%201-tcm7-310968.pdf> Acesso em 24 de junho de 2015.

ESPAÑA. Estrategia nacional de los programas operativos sostenibles a desarrollar por las organizaciones de productores de frutas y hortalizas. **Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente**. 2013b. Disponible en http://www.magrama.gob.es/es/agricultura/temas/producciones-agricolas/ESTRATEGIA_NACIONAL_a%C3%B1o_2014_tcm7-309360.pdf. Acesso em 01 de abril de 2016.

ESPAÑA. La agricultura ecológica en España. **Ministério de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente**. 2015. Disponible em <http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/la-agricultura-ecologica/> Acesso em 22 de junho de 2015.

EUROPEAN COMMISSION. Overview of CAP Reform 2014-2020. **Agricultural Policy Perspectives Brief**. N. 5/December 2013. Disponible em http://ec.europa.eu/agriculture/policy-perspectives/policy-briefs/05_en.pdf. Acesso em 25 de julho de 2015.

EUROPA, Siéntese de la legislación de la EU. **Reforma de la política agrícola común (PAC), 2015**. Disponible em http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l60002_es.htm. Pesquisado em 08 de junho de 2015.

FÄRE, R.; GRABOWSKI, R.; GROSSKOPF, S.; KRAFT, S. Efficiency of a fixed but allocatable input: a nonparametric approach. **Economics Letters**, v. 56, n. 2, p. 187-193, 1997.

FONCEA, M. D.; SERVÓS, C. M. Impacto económico de las cooperativas. La generación de empleo en las sociedades cooperativas y su relación con el PIB. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, (67), 23-44, 2010.

FRANCO, M. A. R. “**Planejamento Ambiental para a cidade sustentável**”. São Paulo, Brasil. Ed. EDIFURB. 2ª edição, 2001.

FRASER, I.; CORDINA, D. An application of data envelopment analysis to irrigated dairy farms in Northern Victoria-Australia. **Agricultural Systems**, v. 59, p. 267-282, 1999.

FUKUYAMA, F. “**Capital Social**” in HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. A *Cultura Importa*, São Paulo, Record, 2001.

FULGINITI, L. E.; PERRIN, R. K. LDC agriculture: Nonparametric Malmquist productivity indexes. **Journal of Development Economics**, v. 53, n. 2, p. 373-390, 1997.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRARDI, E. P. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera/atlas, acesso em 03/02/2014.

GLIESSMAN, S.R. et al. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Ecosistemas**. 2007/1. Disponível em: <<http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?> Última consulta em 25/03/2016.

GOMES, A.P. Impactos das transformações da produção de leite no número de produtores e requerimentos de mão-de-obra e capital. Viçosa. **Tese (Mestrado em Economia Rural)** – Universidade Federal de Viçosa, 1999.

GOMES, E. G. uso de modelos DEA em agricultura: revisão da literatura. **ENGEVISTA**, v. 10, n. 1, p. 27-51, junho 2008

GÓMEZ LÓPEZ, J. D. **Las cooperativas agrarias**. Instrumento de desarrollo rural. Alicante, Espanha: Publicaciones Universidad de Alicante, 2004.

_____. El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital. **Boletim de Geografia**, p. 15-23, 2009.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, p. 1360-1380, 1973.

GULATI, S.; MISHRA, A. A Non-Parametric Analysis of Returns to Scale in US Agriculture. In: AMERICAN AGRICULTURAL ECONOMIC ASSOCIATION (AAEA) ANNUAL MEETING. 1999, Nashville, Tennessee. **Anais...**

GUTIÉRREZ, F. R. El enfoque de las capacidades para la gobernabilidad del territorio. Ería: **Revista cuatrimestral de geografía**, ISSN 0211-0563, Nº 63, 2004, págs. 107-115.

HISPA COOPE, **cuadernos de las cooperativas de consumidores**. Confederación Española de Cooperativas de Consumidores y Usuarios. Octubre 2011 · número 22 · año XIII. Disponível em <http://www.hispacoop.com/home/index.php/2012-11-08-03-42-54/44-cuadernos-de-las-cooperativas-de-consumidores-n-22/file>. Acesso em 25 de junho 2015.

ILHA, A. DA S.; WEGNER, R. C. O setor agrícola nos países desenvolvidos e em desenvolvimento: comparação entre a América do Sul e União Européia por meio do

índice Malmquist (1980-2002). **Unopar Científica: Ciências Jurídicas e Empresariais**, 2007.

INE, Instituto Nacional de Estadística. **Ocupados por ramas de actividad**, por tipo de ocupación, por situación profesional y por tipo de puesto laboral. 2009. Empleo (actualizado 4 diciembre 2015). Recuperado em 20 de março de 2016 de http://www.ine.es/ss/Satellite?L=es_ES&c=INESeccion_C&cid=1259931459725&p=1254735110672&pagename=ProductosYServicios%2FPYSLayout¶m3=1259924822888.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA, IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2011**: Estado, planejamento e políticas públicas – Brasília: Ipea, 2012.

JARA, C. J. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Brasília: Instituto interamericano de cooperação para a agricultura (**IICA**): Recife: Secretária do planejamento do Estado do Pernambuco-Seplan, 1998. 316 p.

KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. Rev. **bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 53, 2003.

KOULYTCHIZKY, S. O Quadrilátero de Desroche Revisitado. In: THIOLENT, Michel (org.) Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Carlos - SP: Editora UFSCar.155-163, 2006.

KRASACHAT, W. Deforestation and productivity growth in Thai agriculture. In: INTERNATIONAL SYMPPSIUM ON SUSTAINABLE FOOD SECURITY AND MANAGING NATURAL RESOURCES IN SOUTHEAST ASIA: Challenges for the 21st Century, 2002, Chiang Mai. Annals...

LA AGENDA 2000. **Una política agrícola común para el futuro**. 1997. Disponível em http://ec.europa.eu/agriculture/publi/review99/08_09_es.pdf. Consultado em 25 de julho de 2015.

LAGARDE, Olivier de. Quelle politique agricole pour l'Europe? In. Problèmes économiques. Paris: La documentation française, nº 2841, mercredi 28 janvier 2004. p 6-12.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LANSINK, A.O.; PIETOLA, K.; BÄCKMAN, S. Efficiency and productivity of conventional and organic farms in Finland 1994-1997. **European Review of Agricultural Economics**, v. 29, n. 1, p. 51-65, 2002.

LEVI, M.; LINTON, A. Fair Trade: A Cup at a Time? **Politics & Society**, Vol.31 No. 3, September 2003.

LIN, N. Building a Network Theory of Social Capital. **Connections**, Vol. 22, Nº 1, pp. 29-51. 1999

LOPES, F. D.; BALDI, M. Laços Sociais e Formação de Arranjos Organizacionais Cooperativos – Proposição de um Modelo de Análise. **RAC**, v. 9, n. 2, Abr./Jun. 2005: 81-101.

LÓPEZ, J. C.; FONCEA, M. D.; SERVÓS, C. M. Sociedades cooperativas y sociedades laborales en España: estudio de su contribución a la creación de empleo y al crecimiento económico. **REVESCO: revista de estudios cooperativos**, n. 98, p. 35-69, 2009.

LUCENA, H., ARIAS, A. H., & ROTUNDO, G. Z. Organización y relaciones de trabajo en Cooperativas¹. **Revista Venezolana de Economía Social**, v. 8, n. 15, p. 61-91. 2008.

MALINOWSKI, B. **Crime e costume na sociedade selvagem** – Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. 100 p.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MARQUES, H. R. et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 3ª. ed. Campo Grande, MS: UCDB, 2008.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Campo Grande: **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, 2002.

MEDINA-ALBALADEJO, F. J. Fuentes para la historia de las cooperativas agrarias en España: los archivos empresariales. CIRIEC-España, **Revista de Economía Pública Social y cooperativa**, n. 77, Abril 2013, pp 189-212.

MESS, Ministerio de Empleo y Seguridad Social. **Movimiento Laboral Registrado (MLR)**. 2011. Recuperado em 25 de abril de 2016 de <http://www.empleo.gob.es/estadisticas/ANUARIO2011/MLR/mlrp.pdf>.

MOLINA, Mônica Castagna; DE ABREU FREITAS, Helana Célia. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, 2015.

MOYANO-ESTRADA, E. Desarrollo local y cohesión en el marco de la nueva programación estratégica de la UE (2014-2020). **Notas de palestra** proferida no seminário “La estrategia Leader en el nuevo enfoque participativo de La Unión Europea para el desarrollo local (2014-2020)”. Salamanca, 2013.

MOYANO-ESTRADA, E.; ORTEGA, A. C. A Reforma da PAC para o Período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 04, p. 687-704, Out/Dez 2014 – Impressa em Janeiro de 2015

NASCIMENTO, C. A. A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas: lições para a política agrícola no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 2 (25), p. 263-285, jul./dez. 2005.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL, Committee on Twenty-First Century Systems Agriculture. **Toward Sustainable Agricultural Systems in the 21st Century**. Board on Agriculture and Natural Resources. Division on Earth and Life Studies. National Research Council. Of the national academies. The National Academies Press. Washington, D. C.2010. www.nap.ed.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. **A “pequena produção rural” no Brasil**. Ganhar tempo é possível? Brasília : CGEE, 2013, 264 p.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, p. 28, 2011.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília/DF: OCB, 2004. Disponível em: www.ocb.org.br, pesquisado em 26/11/2013.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Agri-environmental policy measures**: overview of developments. Paris: OCDE, 2003.

OLIVEIRA JR. C. Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas. **Ocepar**, 1996.

OLIVEIRA, M. A. C. et al. Experiências agroecológicas brasileiras: uma análise à luz do desenvolvimento local. **Rev. Bras. de Agroecologia**. 8(2): (2013).

OGAYAR, M. A.; MARTÍ, E. G. Problemas existentes en la profesionalización de la gestión en la sociedad cooperativa. **Investigaciones europeas de dirección y economía de la empresa**, v. 7, n. 3, p. 139-154. 2001.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Agri-environmental policy measures**: overview of developments. Paris: OCDE, 2003.

ORTEGA, E., CAVALETT, O., BONIFÁCIO, R.; WATANABE, M. Expanded emergy analysis of soybean production in Brazil. In Proceedings of IV Biennial International Workshop “Advances in Energy Studies”. Unicamp, Campinas, SP, Brazil (pp. 285-299) 2004.

ORTIZ-PÉREZ, S. **Um espacio cooperativo**: Soberania alimentaria y solidaridad internacionalista campesina. Icaria. 2015. 166 p.

OSTROM, E. Citizen participation and policing: What do we know? **Journal of Voluntary Action Research**, v. 7, n. 1-2, p. 102-108, 1978.

PAULI, J. **O Poder nas Redes de Economia Solidária**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre. UFRGS, 2006.

PEIXE, J. B.; PROTIL, R. M. Eficácia e eficiência da empresa, inovação e experiências na integração cooperativa. **V Encontro de Pesquisadores Latino-**

americanos de Cooperativismo. 06-08 Agosto 2008 – Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

PEREIRA FILHO, C.A. Eficiência econômica da pequena produção familiar agrícola no Recôncavo do estado da Bahia: uma análise não-paramétrica de fronteiras de produção multi-produto. **Tese (Doutorado)** – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

PEREIRA, M.F.; SILVEIRA, J.S.T. Evolução da eficiência técnica no setor agropecuário brasileiro: 1985-1995. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL– SBPO, 33., 2001, Campos do Jordão. Anais..., São Paulo. p. 12-20, 2001.

PEREIRA, M.F. Avaliação da eficiência produtiva do setor agropecuário dos municípios da AMUSEP. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 35., 2003, Natal. Anais..., Rio Grande do Norte, 2003.

PIRES, L. S. Élson. “As lógicas territoriais do Desenvolvimento: Diversidades e Regulação”. **Revista Interações**, Volume 08, Número 02, setembro de 2007 – Pág. 155 – 163.

PREVITALI, F. S. Movimento camponês, trabalho e educação-liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 251-255, 2013.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RADOMSKY G. F. W., SCHNEIDER, S. 2007 Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, 22, 249-284

RAJA, I.; LARIO, N.; LEMA, D. La eficiencia técnica como medida de rendimiento de las cooperativas agrárias. CIRIEC-Espanha, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 55, agosto 2006, p. 289-311.

RAY, S. **Measurement and test of efficiency of farms in linear programming models:** a study of West Bengal farms. Oxford Bulletin of Economics and Statistics, v. 47, n. 4, p. 371-386, 1985.

RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: **DP&A**, 2000.

RICO GONZÁLEZ, M. **La mujer dentro del proceso migratorio** y de envejecimiento en el medio rural de Castilla y León, Ed. Ayuntamiento de Valladolid. 2003.

RIOJA, L. A. C., SOUZA, F. C., FERNÁNDEZ, M. T. G., DEL PINO ARTACHO, J. A., SERRANO, J. O.; GALLEGOS, R. S. (eds.). **La población rural de España:** de los desequilibrios a la sostenibilidad social. Barcelona: Fundación La Caixa. 2009.

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. El enfoque de las capacidades para la gobernabilidad del territorio. **Ería: Revista cuatrimestral de Geografía**. n.63, p.107-115, 2004.

ROMEIRO, A. R. Perspectivas para políticas agroambientais. *In*: RAMOS, P. *et al.* **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007. p. 283-317. (Estudos NEAD).

RUWER, L. M. E.; MOREIRA, I. D. S. Mundo do trabalho, Serviço Social e desenvolvimento sustentável. **Anais do VII Seminário**. 2010. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010>.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. Campina Grande, **Revista Raízes**. Vol. 1, Nº. 20, pp. 41-49: Ed. Universitária da UFPB, 1999.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 29-56, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2000.

SAMBUICH, R. H. R.; SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C.; SEVIAN, M. (Org.) Políticas agroambientais e sustentabilidade: Desafios, oportunidade e lições aprendidas. **IPEA**, 2014.

SABOURIN, E. Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os Aportes de Elinor Ostrom ao Debate. **Sustentabilidade em debate**, 2010, p. 143-158.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. 10. ed. São Paulo: Best Seller, 2002. p. 198.

SCHIMITZ, H.; MOTA, D. M. D.; PRADO, E. S. D. A. C. **Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural**. Disponível em: < http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/74.htm > Acesso em: dez. 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol.18 (51), p. 99-192, 2003.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 84-94, 2007.

SCOTT, P. A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. **Revista Antropológicas**, v. 16, n. 1, 2011.

SEQUINEL, M. C. M. O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba: Um estudo de caso. **Dissertação de Mestrado** em (UFSC) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis. 2002.

SERVÓS, C. M.; CALDERÓN, P. N. La sociedad cooperativa: motivación y coordinación. Un análisis desde las teorías económicas de la empresa y la economía social. **REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos**, (110), 192, 2013.

SEVERINO, L. S. **Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no Nordeste**. 2000. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Desenvolvimento%20da%20Agricultura%20Organica%20no%20Nordeste.PDF>. Acesso em: 17/11/2014.

SCHIMITZ, H. et al. **Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural**. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/74.htm> Acesso em: dez. 2013.

SHARMA, K.R.; LEUNG, P.S.; CHEN, H.; PETERSON, A Economic efficiency and optimum stocking densities in fish polyculture: an application of data envelopment analysis to chinese fish farms. **Aquaculture**, v. 180, n. 3-4, p. 207-221, 1999^a.

SHARMA, K. R.; LEUNG, P. S.; ZALESKI, H. M. Technical, allocative and economic efficiencies in swine production in Hawaii: a comparison of parametric and nonparametric approaches. **Agricultural Economics**, v. 20, p. 23-35, 1999^b.

SILVA, E. M.; CEREDA, M. P. Segurança alimentar, saúde, educação e lazer como fatores de base para desenvolvimento rural de um assentamento do Mato Grosso. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 275-284, jul./dez. 2014.

SILVA, E. M.; GÓMEZ LÓPEZ, J. D.; OLIVEIRA, M. A. C. Análise das convergências e divergências nas políticas públicas ecológicas para agricultores familiares a partir da abordagem em desenvolvimento local: um estudo comparativo entre Espanha e Brasil. **Multitemas**, Campo Grande, MS, 21(49)10-20. 2016.

SILVA, L.M.R. e KHAN, A S. Educação, produção e eficiência na utilização dos fatores de Produção na Região semi-árida do Nordeste. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, Aracaju-Se. Anais... Brasília: SOBER, 1996.

SIMAN, R. F. Capital social e instituições nas performances dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009. 192 f.

SIQUEIRA, T. V. D. Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a Agenda 21. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro. 8(15)247-288, 2001.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, U. R.; BRAGA, M. J.; FERREIRA, M. A. M. Fatores Associados à Eficiência Técnica e de Escala das Cooperativas Agropecuárias Paranaenses. **RESR**, Piracicaba, SP, vol. 49, nº 03, p. 573-598, jul/set 2011.

SOUZA, P.C.T.; WILHELM, V.E. Avaliação de produtividade da eficiência técnica em unidade de produção de leite do estado do Paraná (programa de leite da região de Guarapuava – PR). **In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL – SBPO**, 33., 2001, Campos do Jordão. Anais..., São Paulo.

SOUZA FILHO, H. M.; BONFIM, R. M. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. **In A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** – Brasília: CGEE, 2013.

SOUZA, J.G.; DIEGUES, V. C. Por uma desglobalização da produção alimentar: com Modização da agricultura e diversidade produtiva - uma análise de Espanha. **GEOgraphia** (UFF), v. 14, p. 63-81, 2012.

STURION, L. Avaliação do potencial de análise envoltória de dados do diagnóstico da produtividade de unidades de produção agropecuária. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 140p. 1996.

SUCUPIRA, G. I. C.; FREITAS, A. F. de. Cooperativismo de crédito solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. **REDE – Revista Eletrônica do Prodepa**, Fortaleza, v. 6, n.1, p. 23-40, mar. 2011.

SUEYOSHI, T. DEA non-parametric ranking test and index measurement: slack-adjusted dea and an application to japanese agriculture cooperatives. **Omega**, v. 27, n. 3, p. 315-326, 1999.

SUMPSI, J.M. et al. La política agroambiental de la UE: un análisis desde la perspectiva económica. **Revista de Economía Agraria**, 1997, nº 179, pp. 227-265.

TAVARES DE SOUZA, P.C.; WILHELM, V.E.; QUEIROZ JÚNIOR, A.S.F. Avaliação de produtividade da eficiência técnica em unidades de produção de leite do estado do Paraná (Programa de Leite da Região de Guarapuava – PR). **In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL**, 33., 2001, Campos do Jordão. Anais..., São Paulo.

THEIS, T.; TOMKIN, J. (Orgs.). **Sustainability: A Comprehensive Foundation**. Rice University, Houston, Texas, 2012. <http://cnx.org/content/col11325/1.43/>. Acesso 23/08/2014

THOMPSON, P.B. **The agrarian Vision: Sustainability na Environmental Ethics**. Lexington:University of Kentucky Press. 2010.

TONIASSO, H. R.; SOUZA, C. C. de; BRUM, E.; FIGUEIREDO, R. S. de. Agricultura familiar e associativismo rural – o caso associação harmonia de agricultura familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Gepec** – Vol. 12, nº 2, jul/dez. 2007.

TORESAN, L. Sustentabilidade e desempenho produtivo na agricultura: uma abordagem multidimensional aplicada a empresas agrícolas. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 133p, 1998.

TOWNSEND, R.F.; KIRSTEN, J.; VINK, N. Farm size, productivity and returns to scale in agriculture revisited: a case study of wine producers in South Africa. **Agricultural Economics**, v. 19, n. 1, p. 175-180, 1998.

TUPY, O.; YAMAGUCHI, L.C.T. Identificando benchmarks na produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 40, n. 1, p. 81-96, 2002.

TUPY, O. et al. Eficiência técnica na produção de leite. **In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 41., 2003, Juiz de Fora. Anais..., Minas Gerais.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto para discussão n. 1. Brasília, MDA/NEAD, 2001

VENTURI, E. R.; KOLADICZ, A. C. Utilidade dos indicadores socioambientais às empresas. Caderno Direito & Justiça. **Jornal O Estado do Paraná** de 13 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/colunistas/226/82428/>>. Acesso em: 26/11/2013.

ZAIBET, L.; DHARMAPALA, P.S. Efficiency of government-supported horticulture: the case of Oman. **Agricultural Systems**, v. 62, p. 159-168, 1999.

ZOFIO, J.L.; LOVELL, C.A.K. Graph efficiency and productivity measures: an application to U.S. agriculture. **Applied Economics**, v. 33, n. 11, p. 1433-1442, 2001.

ZYLBERSZTAJN, D.; SZTAJN, R. (Org). Direito e Economia: análise econômica do Direito e das organizações. Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2005.

_____. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. **In: BRAGA, M. J.; REIS, B. S. (Org.). Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa: UFV, 2002. P. 55-75.

WANDERLEY, M. de N. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WEGNER, D.; PADULA, A. D. Quando a cooperação falha: Um estudo de caso sobre o fracasso de uma rede inter organizacional. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 13, n. 1. São Paulo, SP, jan./fev. 2012.

Yin, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman. 2001

YUK-SHING, C. **Productivity growth**, technical progress and efficiency change in Chinese agriculture. Department of Economics, Hong Kong Baptist Universtiy. 1998.

Disponível em: <http://www.hkbu.edu.hk/~ycheng/articles.html>. Acesso em: 15 ago. 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A - DIMENSÃO SOCIAL: SUSTENTABILIDADE SOCIAL DAS COOPERATIVAS AGROALIMENTARES DA PROVÍNCIA DE ALICANTE (ESPANHA)

Esse estudo é um material suplementar construído durante a elaboração da tese. No presente estudo é abordado à dimensão social da sustentabilidade, por meio da análise das relações institucionais no interior dos empreendimentos pesquisados na província de Alicante, Espanha. No presente trabalho é analisado o número de sócios nos últimos anos, a idade média dos trabalhadores e associados, bem como a quantidade de sócios, a participação nas atividades desenvolvidas e a influencia dessa participação na formação da renda dos associados.

Sustentabilidade social das cooperativas agroalimentares da província de Alicante (Espanha)

Sostenibilidad social de las cooperativas agroalimentarias de la provincia de Alicante (España)

Social sustainability of agri-food cooperatives in the province of Alicante (Spain)

RESUMO

Este artigo analisou a sustentabilidade social de cooperativas de agricultores familiares da Província de Alicante, Espanha. Foram entrevistados responsáveis por 16 empreendimentos cooperativos, com a aplicação de um questionário. O objetivo foi analisar a força dos laços sociais, instituições, que abarcam a confiança, regras e cooperação entre os produtores, bem como avaliar a inserção e o nível de empoderamento do associado em relação ao grupo cooperativo e a capacidade desses grupos cooperativos em serem respostas aos associados. Também foi considerada a participação desses grupos junto à comunidade onde estão inseridos. Com base nos princípios cooperativos da Aliança cooperativa internacional, concluiu-se que os grupos cooperativos analisados possuem muitas intersecções sustentáveis na dimensão social, hora analisada, sendo um exemplo de organização para outros países com cooperativismo emergente, inclusive o Brasil.

PALAVRAS CHAVES: Sustentabilidade; dimensão social; cooperativas; capital social; Princípios cooperativos.

RESUMEN

Este artículo analizó la sostenibilidad social de cooperativas de agricultores familiares de la Provincia de Alicante, España. Se entrevistaron responsables de 16 emprendimientos cooperativos, con la aplicación de un cuestionario. El objetivo fue analizar la fuerza de los lazos sociales, instituciones, que abarcan la confianza, reglas y cooperación entre los productores, así como evaluar la inserción y el nivel de empoderamiento del asociado en relación al grupo cooperativo y la capacidad de esos grupos cooperativos en ser respuestas a los asociados. También se consideró la participación de estos grupos junto a la comunidad donde están insertados. Con base en los principios cooperativos de la Alianza cooperativa internacional, se concluyó que los grupos cooperativos analizados poseen muchas intersecciones sostenibles en la dimensión social, hora analizada, siendo un ejemplo de organización para otros países con cooperativismo emergente, incluso Brasil.

PALABRAS CLAVES: Sostenibilidad; Dimensión social; Cooperativas; capital social; Principios cooperativos.

ABSTRACT

This article analyzed the social sustainability of farmers cooperatives of Alicante, Spain. Respondents were responsible for 16 cooperative enterprises, with the application of a questionnaire. The objective was to analyze the strength of social ties, institutions, covering trust, rules and cooperation between producers, and to evaluate the insertion and the associated empowerment level in relation to the cooperative group and the ability of these cooperative groups are responses to members. It was also considered the participation of these groups in the community where they live. Based on cooperative principles of the international cooperative alliance, it concluded that the cooperative groups have analyzed many sustainable intersections in the social dimension, the analysis object, being an example of organization to other countries with emerging cooperatives, including Brazil.

KEYWORDS: Sustainability; social dimension; cooperatives; share capital; cooperative principles.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano através da história sempre buscou na cooperação alternativa para aumentar suas chances de sobrevivência e diante dos desafios atuais esse tema ganha destaque em especial na agricultura familiar que se vê ameaçada pelas transformações sociais e mudanças nos modos de produção. Esse cenário coloca em evidência a necessidade de priorizar, além da cooperação, a sustentabilidade. Vale resaltar que muita discussão sobre a sustentabilidade tem grande peso na questão econômica do setor agrário.

Entre as alternativas apresentadas pela literatura para maior sustentabilidade do setor agrícola familiar, esta a cooperação entre os produtores (WEGNER & PADULA, 2012). A cooperação está diretamente ligada à confiança, normas existentes, reciprocidade, e é difundida como uma forma de ação coletiva, que pode ajudar a vencer obstáculos e alcançar objetivos comuns por meio de sua institucionalização, que são as cooperativas. Em alguns países, a cooperação entre agricultores e sua institucionalização em cooperativas, é inerente ao seu processo histórico econômico e social, como é o caso da maioria dos países europeus, entre esses a Espanha.

Portanto, foi considerado como hipótese da pesquisa, que os grupos cooperativos são possibilidades de sustentabilidade no setor agrícola familiar, e que esses grupos possuem interseções sustentáveis no quesito elencado na presente pesquisa, a dimensão social. Para avaliar a hipótese, o objetivo do presente trabalho foi uma análise da sustentabilidade de grupos cooperativos agroalimentares de um país considerado desenvolvido, com tempo de investimento e estrutura, a Espanha,

especificamente, a província de Alicante. A partir da delimitação do campo empírico de estudo, a pesquisa avaliou a força dos laços sociais, instituições, que abarcam a confiança, regras e cooperação entre os produtores. Bem como avaliar a inserção e o nível de empoderamento do associado em relação ao grupo cooperativo e a capacidade desses grupos cooperativos em serem respostas aos associados. Também foi considerada a participação desses grupos junto à comunidade onde estão inseridos. Essa análise pode colaborar na maior efetividade das políticas públicas adotadas para empreendimentos cooperativos de agricultores familiares no Brasil, por meio do intercâmbio intelectual entre os distintos atores. Processo que poderá tornar possível obter maiores intersecções sustentáveis, que venham a contribuir na ajuda aos produtores, com aumento dos impactos positivos no meio ambiente e no desenvolvimento local, por meio da melhoria no bem-estar das famílias que vivem da produção agrícola.

Para alcançar o objetivo, este estudo foi dividido em sete seções, sendo a primeira essa introdução, a segunda e a terceira uma revisão bibliográfica, cujos temas são: “Grupos cooperativos de agricultores familiares na Espanha” e “Sustentabilidade”. Na quarta seção consta a metodologia utilizada no trabalho, na quinta os resultados e discussões, na sexta algumas considerações e por último, na sétima, a conclusão.

2 GRUPOS COOPERATIVOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NA ESPANHA

Segundo Gómez López (2004), grande contribuição deve ser dada ao processo de organização cooperativista à resistência dos agricultores espanhóis que subsistem. Para o autor, as cooperativas não resolvem a problemática vivenciada pela agricultura em todo o mundo, no entanto, prolonga seu processo de sobrevivência.

A literatura defende o processo cooperativo como o grande responsável para sobrevivência da agricultura familiar no país (GÓMEZ LÓPEZ, 2004; LÓPEZ, FONCEA & SERVÓS, 2009; FONCEA & SERVÓS, 2010). No entanto, notadamente há uma transformação no processo organizacional nas cooperativas, associações e microempresas cooperativas investigadas na província de Alicante. Seguindo o molde atual das organizações das modernas empresas agrícolas, o cooperativismo agrário espanhol, num processo de adaptação a internacionalização de capital, sofre

uma gradativa mudança em sua estrutura, passando de grupos cooperativos tradicionais e solidários, de cunho reivindicatório, para uma organização mais empresarial (DESROCHE, 2006; KOULYTCHIZKY, 2006; GÓMEZ LÓPEZ, 2009).

Na Espanha, os estabelecimentos rurais familiares representam aproximadamente 95% do total dos estabelecimentos agrícolas e estes aportam 60% da produção agropecuária do país. No entanto, o número desses estabelecimentos tem diminuído nos últimos anos, conforme dados do Instituto Nacional de Estadística (INE, 2009), responsável pelo Censo Agrário de Espanha. Em 1999 havia um total de 1.289.421 estabelecimentos agrícolas familiares, em 2009, esse número foi reduzido para 989.796 estabelecimentos. Isso significa que houve uma redução de 23,2% no número desses estabelecimentos. A superfície média ocupada por esses, no país, passa de 26,15 milhões de hectares em 1999, para 23,75 milhões em 2009, representando um decréscimo de 9,2%.

O decréscimo dos estabelecimentos agrícolas familiares em Espanha, influenciou também no decréscimo dos grupos cooperativos, sendo que segundo o Ministerio de Empleo y Seguridad Social, MESS em 2011 havia um total de 3.861 entidades cooperativas, em Espanha, voltadas para o setor agroalimentar, o que representa um decréscimo de 4% em relação a 2006 que totalizava 3706. Este decréscimo também está relacionado ao processo de fusão ou absorção entre as cooperativas para ter maior tamanho.

Conforme informações, obtidas in loco, da Federación de las Cooperativas Agroalimentarias de Espanha, em 2013, a Comunidade Valenciana ocupava a quarta posição em número de empresas cooperativas na Espanha, com 359 empresas. Sendo 335 cooperativas de primeiro grau e 23 de segundo grau. Dentro da Comunidade Valenciana, a província de Alicante ocupava a terceira posição, com 53 cooperativas, sendo 51 de primeiro grau e duas de segundo grau.

3 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade foi conceituada como sendo a capacidade do ser humano utilizar os recursos ambientais existentes para satisfazer as necessidades humanas no presente, sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras (COMUM, 1991).

A sustentabilidade é definida por muitos autores, sendo alguns desses Sachs (2000), Franco (2001), Rower e Moreira (2010), e apresentada por diferentes

dimensões, sendo algumas as dimensões sociais, econômicas, ambientais, política, ecológica, cultural, ética, demográfica, espacial.

O objetivo principal dessas dimensões é apontar a relação existente entre o necessário desenvolvimento e a satisfação, participação e bem-estar da população e equilíbrio do meio ambiente (ROWER & MOREIRA, 2010).

Compreendendo a amplitude das dimensões da sustentabilidade, a presente pesquisa definiu como essencial, nessa análise, a dimensão social.

Sendo que as dimensões da sustentabilidade são consideradas como inter-relacionadas, pois, o resultado de uma dependerá dos esforços aplicados na outra (ORTEGA, CAVALETT, BONIFÁCIO & WATANABE, 2004).

A dimensão social da sustentabilidade esta diretamente ligada à solidariedade com as gerações atuais e para com as gerações futuras, inclui a necessária ética na produção de alimentos limpos e saudáveis para todos/as. A dimensão social ocupa um nível de inegável importância, visto que a sua consideração afetará todas as demais dimensões. A preservação e recuperação dos recursos naturais, somente terá significado e relevância dependendo do quanto cada um poderá desfrutar dos produtos gerados nos ecossistemas renováveis de forma equitativa. Estão imbricados nessa dimensão o fortalecimento das relações sociais e estratégias de ação coletiva (CAPORAL & COSTABEBER, 2002).

A ação coletiva, para Almeida e Ferrante (2009), é determinada pela confiança gerada dentro de uma rede, que produz um ambiente de interdependência, possibilitando as ações em prol do coletivo. Conforme Lopes e Baldi (2005), essas relações criam laços sociais, fortes e fracos, que geram possibilidades de sustentabilidade desses empreendimentos, por meio da competitividade cooperativa, possibilitando que eles tenham vantagem competitiva.

Diversos autores, ao defender práticas sustentáveis na agricultura, elencam que não se espera que uma prática agrícola atinja todas as metas sustentáveis plenamente, mais que a sustentabilidade de uma prática agrícola acontece quando é possível atingir o máximo possível de cada uma dessas metas (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2010).

Portanto, a pesquisa elenca que as aspirações sociais e econômicas podem definir as opções dos grupos cooperativos, e determinar uma escolha sobre quais as formas de organização são desejáveis e, portanto, qual deve ser o futuro desses grupos enquanto economia social.

4 METODOLOGIA

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa se baseou nos dados e informações bibliográficas, documentais e de campo. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser considerada como de natureza exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, o que pode ser considerado na presente pesquisa, pois foi identificado varios materiais sobre a análise de empresas de economia social em alicante, porém, nenhum utilizando as variáveis abordadas no presente estudo.

No site da Federación de las Cooperativas Agro-Alimentarias da Espaha, em 2015, constavam registradas, na provincia de Alicante, um total de 53 cooperativas agroalimentares e Sociedades Agrarias de Transformación (SAT). As atividades desenvolvidas eram muitas e diversificadas, sendo essas bodegas; almazaras; beneficiadoras de frutos secos; fruticultura, horticultura, floricultura, leguminosas e cooperativas mistas desenvolvendo mais de uma dessas atividades ao mesmo tempo além de outras atividades como Turismo Rural. Também foram identificadas cooperativas agroalimentarias de segundo grau, ou seja, uma cooperativa de cooperativas. Esses grupos cooperativos se encontravam organizados de forma a operar dentro do ciclo produção, comercialização e fornecimento de insumos. Muitos dos cooperados estavam ligados apenas ao consumo, sendo a produção, quando produziam, apenas para o autoconsumo.

Foram visitados 16 grupos cooperativos na provincia de Alicante, sendo uma (1) microempresa cooperativa, três (3) cooperativas agro-alimentarias não inscritas no site da Federacion de las Cooperativas Agro-alimentarias de Espanha e uma (1) cooperativa de consumo. Das 53 cooperativas da provincia de Alicante, registradas no site das Cooperativas Agroalimentar da Espanha, foram visitadas onze (11), o que equivale a 22,64% do total. Utilizando um erro amostral de 10% e um nível de confiança de 90%, foi delimitada a presente amostra. Portanto, foi realizado um levantamento em dezesseis empreendimentos cooperativos na provincia de Alicante. Como citado, a pesquisa não se ateve apenas a empresas formalizadas em cooperativas, entendendo que a cooperação estrapola uma oganização institucional, abrangendo os grupos onde existam mais de duas pessoas que cooperam entre si, por meio da comercialização, produção, entre outros. Por esse motivo, ao citar a entidade visitada, a pesquisa se referirá as mesmas como grupos cooperativos.

As atividades desenvolvidas pelos grupos cooperativos visitados são: duas bodegas, uma bodega e almazara, quatro fruticulturas, três hortofruticultura, uma beneficiadora de frutos secos, uma microvinha, uma cooperativa de plantas aromáticas, medicinais e condimentais, uma cooperativa de consumidores, uma cooperativa de segundo grau e uma cooperativa de comercialização. Os municípios sedes dessas cooperativas são: três no município de Villena, outras duas no município de Pinoso, e uma em cada um dos seguintes municípios Elche, Muro d' Alcoy, Benimarfull, Altea, Albatera, San Vicente del Raspeig, Monforte del Cid, Pilar de la Horadada, La Cañada, Callosa d'en Sarriá e Villajoyosa.

O número de cooperados dos grupos cooperativos analisados varia entre quatro (4) a 8.100 associados. Sendo que um dos grupos analisados tem quatro associados e dois possui cinco associados, e os outros consecutivamente possuem 35, 70, 100, 133, 200, 250, 300, 380, 400, 588, 700, 1300 e 8100 associados.

Nas visitas realizadas aos grupos cooperativos, na província de Alicante, foi aplicado um questionário com 67 questões. O questionário, apenas norteador, foi construído, tendo por base as variáveis descritas na Tabela A: 1.

Tabela A: 1-Variáveis da pesquisa

Dimensão	Varáveis	Objetivo das váriáveis
Social	Força dos laços sociais (Ação coletiva)	Avaliar o nível de confiança dos associados – confia \ não confia
		Como aconteceu à organização e a mobilização inicial – Pelos produtores \ por agentes externos
		Verificar as normas existentes – elaboradas e aprovadas em assembléias e respeitadas por todos \ elaboradas pela coordenação\presidente e respeitadas por alguns\ ou por nenhum
		Principais conflitos\ motivos - resolvidos c\ permanência do associado \ saída do associado
		Natureza dos bens existentes - coletivo (pertence a todos) \ pertence a alguns
		Partilha dos bens existentes – há partilha com a saída de associados \ não há partilha
		Existencia de contrato de adesão – constuido coletivamente \ imposto pela coordenação presidente

	Características organizacionais (Constituição jurídica dos empreendimentos)	Analizar o trabalho associado
		Trabalho cooperado - rodizio \ equitativo ou não há rodizio \ equitativo
		Trabalho assalariado - rodizio \ equitativo ou não há rodizio \ equitativo
		Trabalho voluntário- rodizio \ equitativo ou não há rodizio \ equitativo
	Adesão	Identificar como se deu a adesão - voluntária \ Induzida
		Avaliar o crescimento do quadro social - aumentou ou permaneceu como inicial \ Diminuiu
		Rotação de associados - entrou ou não entrou novos associados e saíram poucos \ saíram muitos, mesmo que também tenham entrado muitos
	Relação com a concorrência	Relação externa - amigável e solidária \ competitiva e conflituosa

Fonte: elaboração dos autores

Esses questionários foram respondidos por funcionários ocupando altos cargos nos grupos cooperativos visitados, em vários estava presente ainda, o presidente do conselho administrativo. A pesquisa foi complementada por anotações no caderno de campo, buscando apreender todas as informações fornecidas, no intuito de compreender o processo organizacional dos empreendimentos analisados.

A pesquisa de campo foi realizada em 2015, quando a pesquisadora principal, realizou o estágio doutorado sanduiche na Universidade de Alicante, Espanha, com uma bolsa da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos no questionário foram analisados como forma de melhor compreender a correlação entre os grupos cooperativos na provincia de Alicante e a dimensão sustentável elecada na pesquisa, proporcionando os seguintes resultados:

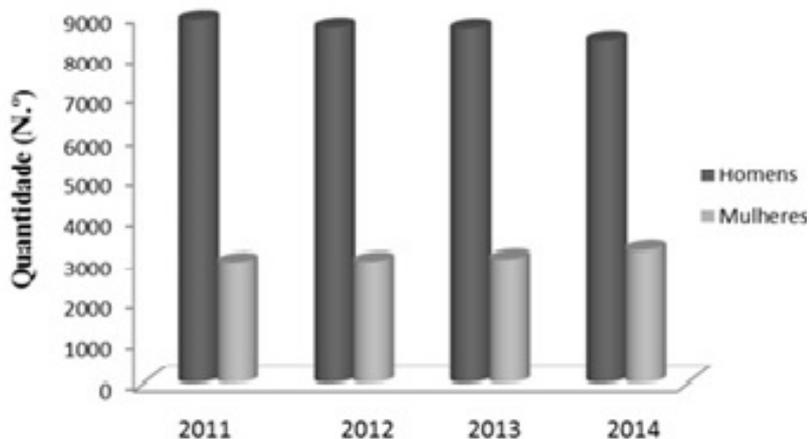
A atividade principal dos grupos cooperativos analisados era mista, sendo comercialização, produção e processamento da produção dos sócios. Dessas, apenas um grupo, uma microempresa, estava vinculada a movimentos sociais. Notadamente, todos os sócios eram de origem rural, evidenciando, ainda, a

profunda ligação do País com suas origens agrárias, fator relatado por Rioja, Souza, Fernández, Del Pino Artacho, Serrano e Gallego (2009). No entanto, pelas características mini fundista da agricultura na região, grande número de associados se dedicavam também a outras atividades, além da agricultura, não sendo essa a atividade principal para a subsistência. Ou seja, a grande parte dos associados, dos citados grupos cooperativos, eram agricultores apenas em tempo parcial. A maioria dos agricultores possuíam outros ingressos para complementar à renda familiar. A necessidade de renda extra a unidade produtiva na agricultura familiar da Espanha, já foi diagnosticado por Rioja, Souza, Fernández, Del Pino Artacho, Serrano e Gallego (2009), Carcedo, Campos e Álvarez-Carrasco (2012) entre outros.

Segundo os entrevistados, os grupos cooperativos analisados sugeriram por iniciativa dos produtores locais, uma alternativa utilizada pelos agricultores familiares descapitalizados, no objetivo de se defenderem das dificuldades representadas pelo mercado, o que foi diagnosticado por Gómez López (2004).

As datas de fundação dos grupos cooperativos visitados divergem muito, sendo que uma cooperativa foi fundada em 1919 e outras três nas décadas de 30, 40 e 50 consecutivamente. Duas das cooperativas visitadas possuem como data de fundação a década de 60 e cinco a década de 70. Há uma fundada na década de 80 e duas na década de 90, outra possui a data de sua fundação no ano 2000 e por ultimo uma foi fundada em 2013.

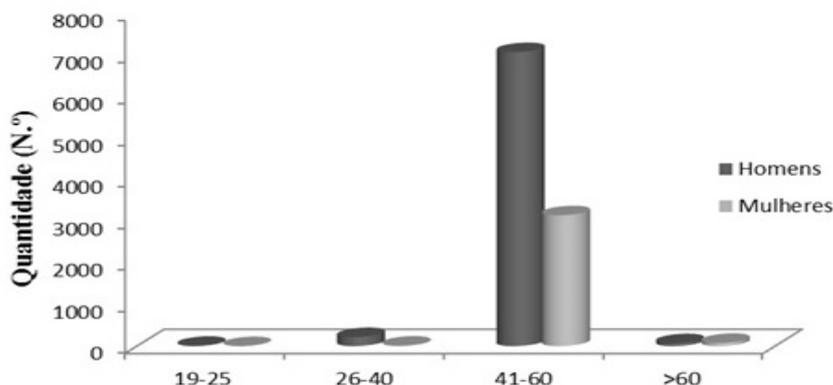
O numero de evasão inicial desses empreendimentos foi difícil de analisar, devido a sua longevidade, porém, há uma estabilidade no número de associados, conforme analisado no Gráfico A: 1, sobre o número de associados nos últimos quatro anos. Ao serem questionados sobre as principais razões pelas quais os sócios deixam os empreendimentos, 27% (quatro) das justificativas foram por falecimento e aposentadoria. Outra razão muito evidenciada foi à mudança de atividade devido a dificuldades econômica.

Gráfico A: 1- Número de associados nos últimos quatro anos

Fonte: Elaboração própria

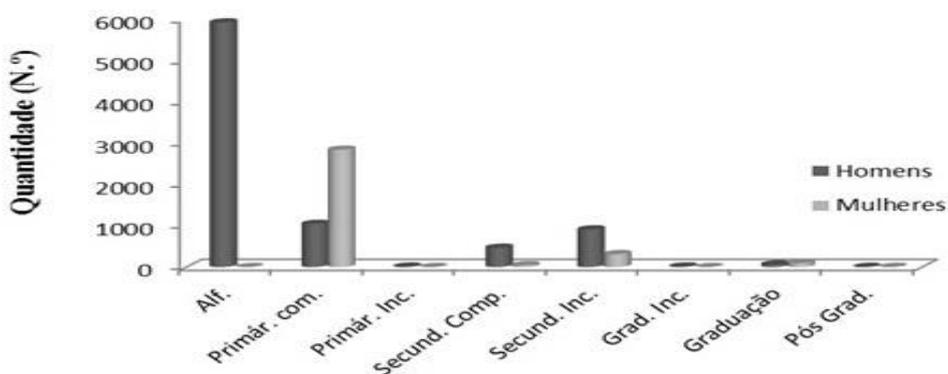
Quanto ao genero, a maioria dos associados são homens, sendo que, segundo os entrevistados, as poucas mulheres associadas são por questões fiscais, o que, conforme os informantes teve aumento entre os anos de 2011 a 2014 (Gráfico A: 1). A agricultura na província de Alicante foi diagnosticada como uma atividade masculina por Camarero e Sampedro (2008), Rico (2003). No entanto, nenhum dos grupos cooperativos possui atividades direcionadas à questão da equidade de genero, apesar de obedecerem à lei relacionada à porcentagem de mulheres no conselho gestor, nenhum dos 16 grupos analisados possuía uma mulher no cargo de direção geral na época da pesquisa.

A idade média dos associados estava concentrada entre 41 e 60 anos (Gráfico A: 2), sendo que a maior parte desse grupo tinha mais de cinquenta anos, conforme informado pelos entrevistados. Apenas nove dos empreendimentos conseguiram perfazer o quadro da faixa etária dos associados, visto esses serem muito numerosos, e a maioria dos grupos não possuem um controle da data de nascimento dos cooperados. A faixa etária dos associados nos grupos analisados é corroborada por Rioja, Souza, Fernández, Del Pino Artacho, Serrano e Gallego (2009), que analisa o envelhecimento rural como fator que se dá pela não entrada de novos moradores, principalmente por não continuidade da exploração da propriedade pelos descendentes.

Gráfico A: 2-Idade média dos associados

Fonte: Elaboração própria

O perfil educacional dos associados desses grupos empreendedores (Gráfico A: 3), foi outra questão de difícil diagnóstico, devido ao grande número de associados. Dois dos maiores grupos cooperativos analisados não conseguiram responder a essa questão, no entanto, todos os entrevistados afirmaram que os associados são alfabetizados, sendo a maioria apenas com o primário completo, entre homens e mulheres, pois os associados são muito idosos, remanescentes de uma época em que o ensino não era muito valorizado pelo trabalhador agrícola, Rodriguez Gutierrez (2004) corrobora a afirmação, em uma análise das disparidades educativas da Espanha rural contemporânea.

Gráfico A: 3- Nível educacional dos associados

Fonte: Elaboração própria

Nenhum dos grupos cooperativos analisados possuía ações concretas, ou de incentivo, referente à melhoria educacional dos sócios. No entanto, o problema da questão educacional, é relativizado pela existência da organização cooperativa, pois

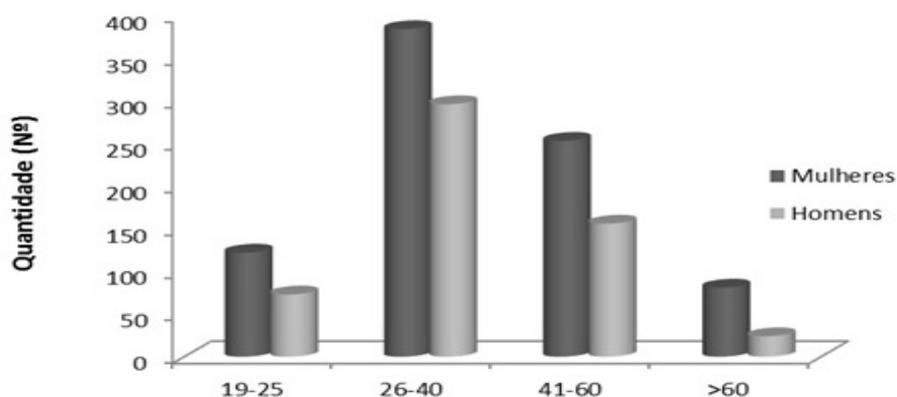
a mesma garante assistência técnica e acompanhamento de qualidade aos associados.

Não foi identificada rotatividade dos agricultores no meio rural de Alicante. Sendo que a principal região de origem apresentada era sempre o entorno da sede do grupo cooperativo. A área de abrangência dos grupos cooperativos visitados, é de âmbito local, somente dois grupos possuíam uma abrangência extra provincial, estrapolando os limites da comunidade autónoma.

Esses grupos cooperativos contribuía com o desenvolvimento do entorno onde estavam imbricados, pois além possibilitarem o acesso da produção dos associados ao mercado, geravam empregos, onde eram absolvidos filhos de associados e outros moradores locais.

Conforme a Gráfico A: 4, o número de mulheres que trabalhavam nesses grupos cooperativos era mais numeroso que o número de homens. Esse fator foi justificado, pelos entrevistados, devido a maior parte das atividades desenvolvidas por essas trabalhadoras serem no interior do grupo cooperativo, no processo de beneficiamento da produção. Assim, não é possível atestar uma masculinização do setor rural na área de abrangência da pesquisa, mas apenas nos setores que se refere ao comando. Apesar do alto número de mulheres trabalhando nesses grupos cooperativos, somente em dois desses, a presente pesquisadora, foi atendida por mulheres. Como já citado, em nenhum desses grupos, na época da pesquisa, havia uma mulher como presidente do conselho gestor.

Gráfico A: 4- Média de idade dos trabalhadores



Fonte: Elaboração própria

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que os associados eram de origem local, muito poucos não nasceram na região onde atuavam o grupo cooperativo em que estavam associados. Portanto, possuíam amigos, conhecidos e familiares residindo nas proximidades, o que conferia a esses associados, grande reputação, um elemento importante para formação do capital social, conforme analisado por Servós e Gil (2008).

Quanto às normas que regiam o funcionamento, trabalho, filiação, remuneração da produção, e a tomada de decisões nos empreendimentos analisados, essas eram elaboradas pelo conselho gestor e aprovadas na assembleia dos sócios, sendo que a ressalva é para os grupos de pequeno porte, com poucos associados, onde as decisões eram elaboradas e decididas em assembleias. Portanto, é fortalecida aqui a tese de que há certo distanciamento dos associados quando os grupos são muito grande o que pode gerar perda do sentimento de pertença e empoderamento dos mesmos, o que já foi analisado por Servós e Gil (2008), Servós e Calderón (2013).

Tentando averiguar o sentimento de respeito e pertencimento dos associados, foi questionado sobre a relação desses com as normas existentes, e 15 dos 16 responsáveis pelos empreendimentos analisados, responderam que todos as respeitam, e somente um respondeu que um pouco respeita. Ao justificar a resposta, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o respeito às normas estava ligada as sanções e penalidades caso não o fizessem.

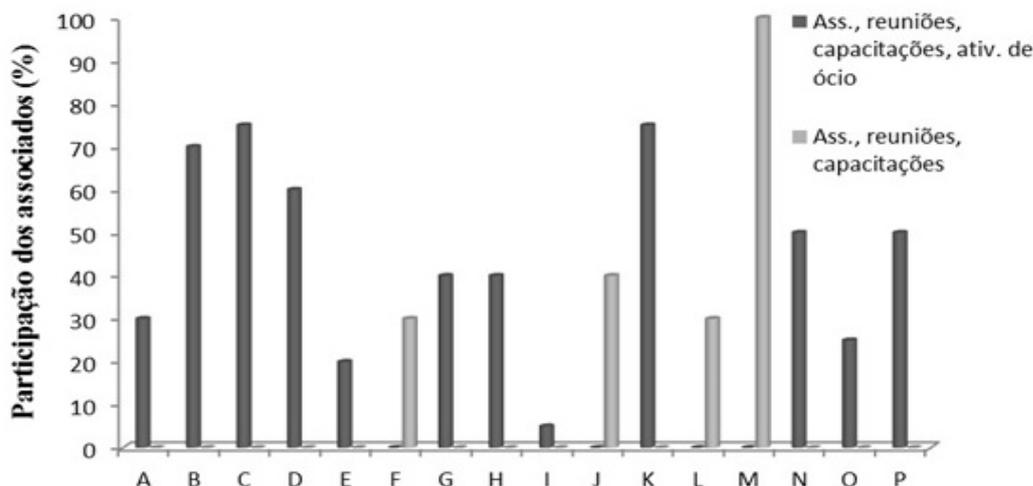
Os conflitos entre os sócios existiam, e dos sócios com a coordenação do empreendimento em que estão associados, sendo listadas como principais motivos as normas de colheita, exigências de melhoria na produção, ou seja, questões cotidianas ligadas a fatores econômicos, sendo a maioria eram resolvidos com a permanência do associado.

Os entrevistados afirmaram que conheciam o funcionamento de outros empreendimentos que desenvolviam a mesma atividade no local, sendo que um informou que não desenvolvia nenhuma relação com esses empreendimentos. Doze disseram que a relação estabelecida com esses empreendimentos era amável e solidária; um que era amistosa, outro que era competitiva e outro que era competitiva e conflituosa. A relação era competitiva e conflituosa apenas com empresas privadas que desenvolviam atividades semelhantes à cooperativa, segundo os entrevistados, havia um comportamento oportunista por parte dessas

empresas, que utilizavam uma política de remuneração superior ao poder de barganha das cooperativas, levando o associado a entregar a sua produção nesses locais.

As instancias participativas citadas (Gráfico A: 5) eram assembleias, reuniões, capacitações e atividades de ócio. Dos 16 grupos cooperativos analisados, seis não desenvolviam nenhuma atividade de ócio com os associados. As atividades de ócios elencadas, pelos outros dez grupos cooperativos foram festas, atividades de “portas abertas”, viagens, celebrações em data festiva como natal, aniversário da cooperativa. Para Durston (2000) e González e Gálvez Albarracín (2008) entre outros, o capital social existente em um grupo, depende do grau de participação e interação dos participantes desse grupo entre si. Assim, é certo que o grupo com maior participação dos associados também será aquele com maior capital social e consequentemente, menos possibilidade de comportamentos oportunista.

Gráfico A: 5-Atividades participativas e percentual de participação por grupo cooperativo



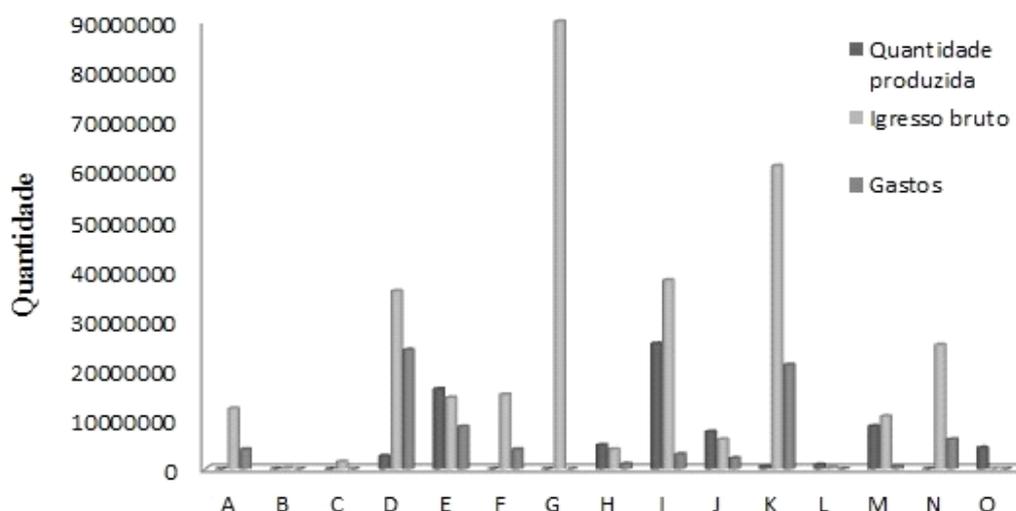
Fonte: Elaboração própria

O Capital social é um importante vetor econômico, o que nos leva a comparar o nível de participação (Gráfico A: 5) com o nível de produtividade (Gráfico A: 6). Os grupos D e K estão entre os grupos com maior participação nas atividades desenvolvidas para os sócios (Gráfico A: 5), e também estão entre os grupos com maiores rendimentos, conforme demonstrado no Gráfico A: 6. O grupo M representa um grupo cooperativo de segundo grau, cuja participação se refere aos seis

presidentes dos conselhos gestor das seis cooperativas associadas, por esse motivo está entre a maior participação nas atividades desenvolvidas por esses grupos.

O número de sócios não era relativo a quantidade produzida, nem com rendimentos, conforme é possível observar no Gráfico 6. Os grupos I e N, com 8.100 e 1.300 sócios respectivamente, não apresenta um rendimento ou produtividade equitativamente superior aos grupos D e K, com 35 e 400 sócios respectivamente. Sendo que a menor participação, nas atividades desenvolvidas pelos grupos cooperativos analisados, estava relacionada ao grupo com maior quantidade de sócios, o grupo I, 5%. A média de participação dos associados ficou em 46%.

Gráfico A: 6 - Relação entre quantidade produzida, ingresso bruto e gastos gerais



Fonte: Elaboração própria

Alguns dos grupos cooperativos analisados possuem a produção voltada para um mercado específico, adquirindo melhor valor por seus produtos. É o caso dos grupos D, especializado no plantio e comércio de cenouras; o grupo K, grande exportador de horte frutícola; o grupo N se dedicava à plantação e beneficiamento de frutícolas, especialmente nêspersas; o grupo I, especializado na comercialização de frutos secos, os grupos E e F, também produtores de horte frutíferas.

Os grupos cooperativos B, C e G se dedicam exclusivamente a produção e ou comercialização ecológica. O grupo cooperativo M é uma cooperativa de segundo grau, conforme o Gráfico 6, a mesma não possui um fluxo equivalente aos das

grandes cooperativas de primeiro grau, horte frutícolas, que é o caso dos grupos cooperativos D, I, K e N.

O Grupo A é uma exceção entre os grupos produtores horte frutícolas, apresentando a menor produção e rendimentos entre esses. Os grupos com menor produção e ingressos H, J, L, M e O são especialistas em plantios e beneficiamento de uvas, sendo quatro bodegas e um grupo com a atividade principal a comercialização de uvas de mesa.

Os vinhedos estão presentes por toda a Espanha, é um dos setores produtivos mais importantes para país, que ocupa a terceira posição no ranking da exportação europeia, só perdendo para França e Itália. As produções vinícolas estão distribuídas em uma grande variedade de empresas cooperativas beneficiadoras e comercializadoras. Portanto, essas são de pequeno porte, com a produção limitada à localidade. O surgimento de cooperativas de segundo grau, principalmente no setor vinícola, foi incentivado pelos governos das províncias e Comunidades Autônomas, com o objetivo de integrar e concentrar essas cooperativas, para que obtenham vantagens competitivas (POYATOS, GÁMEZ & SOLÍS, 2007), no entanto, essas não foram muito aceitas pelos produtores.

As cooperativas de segundo grau, na Comunidade Valenciana, foi um projeto desenvolvido com objetivo de agregar as cooperativas conforme a produção. Alguns entrevistados se referiram a essas cooperativas de segundo grau com desconfiança e antagonismo, fator já analisado por Cámara e Fuentes (2006), em um trabalho sobre as relações existentes entre organizações e o sistema de informações inter organizativas. Foi detectado, nas entrevistas junto aos grupos cooperativos, certo receio de perda da autonomia e ainda maior distanciamento dos sócios do processo de organização da cooperativa.

Quanto à autonomia na comercialização e produção, um dos grupos cooperativos visitados, buscando segurança financeira para seus associados, se vinculou como provedora, a uma grande empresa a nível nacional e internacional. Essa é uma alternativa adotada por muitas cooperativas europeias, para enfrentar a volatilidade da remuneração dos produtos no mercado (COGECA, 2011). As grandes empresas distribuidoras é que vão determinar o processo produtivo e preços dos produtos dos grupos cooperativos, conforme própria demanda. Esse processo tornam os grupos cooperativos dependentes, vulneráveis e subordinados a essas empresas.

O empoderamento dos associados foi analisado pela capacidade dos mesmos em diagnosticar, atuar, tomar decisões, avaliar, controlar as atividades do grupo cooperativo. Dos grupos analisados, sete responderam que todos conhecem a amplitude social/política do grupo cooperativo a que pertence; três responderam que a maioria conhece e seis que a minoria conhece. Segundo os entrevistados, nas assembleias são fornecidas muitas informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos das cooperativas, portanto, todos deveriam conhecer avaliar e tomar decisões dentro do grupo ao qual pertence.

A justificativa apresentada, pelos que informaram que muitos sócios não tinham a capacidade para tomar decisões dentro da cooperativa foi à idade dos associados, pois grande parte dos associados era idosa, portanto possuíam dificuldade de apreensão dos dados apresentados nas reuniões e assembleias. Também foi apresentada a falta do sentimento de pertença, que gerava o desinteresse nas atividades da cooperativa, sendo que muitos iam à cooperativa apenas para entregar a produção, agindo como se a mesma fosse uma empresa privada, disposta a comprar sua produção, fator já apresentado por Servós e Gil (2008), Servós e Calderón (2013) entre outros.

Quanto à interação do empreendimento cooperativo com a comunidade local, nove grupos cooperativos desenvolviam atividades como festas, eventos esportivos, considerados de interesse comum aos associados e comunidades em geral. Dois dos grupos analisados responderam que esses eventos eram organizados em conjunto com outros empreendimentos locais; dois que eram organizados por organismos governamentais; dois que eram realizados pelo próprio grupo cooperativo, e um com organismo governamental em conjunto com grupos cooperativos locais. A maioria afirmou que em anos anteriores realizavam mais atividades envolvendo a comunidade, mas com a crise econômica que agora abalava o país e influenciava o faturamento desses empreendimentos cooperativos, essas atividades foram interrompidas. Esse fator é considerado uma perda, devido a importância dos eventos sociais para a interação e manutenção de laços entre os associados e desses com a equipe de coordenação de grupos cooperativos (GONZÁLEZ & GÁLVEZ ALBARRACÍN, 2008).

Os grupos cooperativos são de suma importância para o processo de sobrevivência da agricultura familiar, como já elencado Gómez López (2004; 2009), López, Foncea e Servós (2009), Fonseca, Servós (2010) e comprovado no presente

estudo, pois os dezesseis empreendimentos visitados são geradores de empregos locais, sendo um total de 1.380 pessoas ocupadas anualmente. Das pessoas ocupadas, 379 são funcionários permanentes e 901 são trabalhadores temporários, contratados em épocas de colheita e\ou beneficiamento da produção. A média dos contratos temporários era de 06 a 10 meses.

Exceto um empreendimento, todos os demais não possuíam trabalho voluntário, sendo que os trabalhos desenvolvidos nos grupos cooperativos são por trabalhadores contratados, todos desenvolvendo a função para qual eram pagos. Alguns dos entrevistados recordaram de como seus pais relatavam, com saudosismo, a época da fundação da cooperativa, quando todos tinham que doar um tempo de serviço na mesma, informando ainda, que quem não podia dispor do tempo combinado em assembleia, devia pagar por suas horas de serviço. Segundo os mesmos, havia um maior engajamento, sentimento de pertença e consequentemente responsabilidade pessoal dos sócios para com a cooperativa.

Foi verificada a existência de uma forte cooperação entre os grupos cooperativos na província de Alicante, ligada unicamente ao desenvolvimento de atividades econômicas. Sendo que muitos dos grupos entrevistados possuíam relações econômicas com mais de um grupo. Desses grupos, 47% desenvolviam atividades econômicas com cooperativas de segundo grau, na compra de insumos; 60% na comercialização da própria produção e 13% na compra de produtos para beneficiamento. Somente 13% afirmaram não desenvolver atividades com outros grupos cooperativos, por falta de oportunidade e por diferenças filosóficas.

O interesse de novos sócios em ingressar no grupo cooperativo, foi justificado pela necessidade de comercializar e produzir; desejo de organizar a produção comercialização e outros tais como os descontos e ajudas que se podem obter estando associado a uma cooperativa. Nenhuma deu como motivação o desejo de contribuir com o desenvolvimento de sua família e da comunidade. Ficando claro que a maior preocupação dos associados era resolver os problemas financeiros próprios e da família, o que não indica que não havia, por meio desse, uma contribuição com a sustentabilidade, apenas se evidencia o fator financeiro como meta principal nos grupos cooperativos entrevistados.

Quanto à filiação de novos sócios, essa era limitada pela necessidade do grupo cooperativo. Segundo os grupos entrevistados, é feita uma análise da

compatibilidade da produção daqueles que apresentam o desejo de se associar, e se houver demanda pela produção, o novo associado pode vir a ser admitido.

Outro problema observado foi referente ao comportamento oportunista de alguns associados de determinados grupos cooperativos analisados, fator já detectado por Cámara e Fuentes (2006), Lucena, Arias e Rotundo (2008). Os grupos cooperativos nem sempre podiam competir com os preços pagos pelas empresas privadas, pela necessária equidade junto aos associados. Assim, produtores que acreditavam ter produtos melhores que dos companheiros, burlavam as normas e comercializam “por fora”, vendendo a produção em outros locais, não cumprindo com a obrigação de sócio, que era prover, com sua mercadoria, o grupo cooperativo ao qual era associado.

Portanto, pela presente análise, dos empreendimentos cooperativos da província de Alicante, Espanha, é evidenciada a inexistência de lacunas na dimensão da sustentabilidade elencada. No entanto, foram identificados muitos elementos positivos, podendo afirmar que existem intersecções sustentáveis. Esses grupos são importantes para a sobrevivência de agricultores familiares, bem como para dinamização local da comunidade.

Entre os aspectos positivos desses grupos estão os empregos locais gerados, favorecendo o bem-estar das famílias associadas, também possuem ações junto a comunidade local, como festas e eventos esportivos. Há muita interação e participação dos associados nas atividades desenvolvidas pelo grupo, e a inserção na produção dos sócios no mercado é um fator social importante, visto garantir a subsistência econômica das famílias. No entanto, não ensejam igualdade de oportunidades, pela identificada desigualdade de gênero. Também há a questão do nível educacional dos sócios, fator para o qual não foi detectada nenhuma iniciativa dos grupos cooperativos no sentido de minimizar a limitação já identificada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Aliança Cooperativa Internacional-ACI, definiu, em 1995 na comemoração do centenário de sua fundação, como elementos essenciais para uma organização cooperativas os seguintes princípios: 1º. Adesão voluntária e aberta; 2º. Gestão democrática por parte dos sócios; 3º. Participação econômica dos sócios; 4º. Autonomia e independência; 5º. Educação, formação e informação; 6º. Cooperação entre cooperativas; e por último 7º. Interesse pela comunidade. A existência desses

elementos é que deveriam nortear todas as ações cooperativas, no entanto, diante da necessária sobrevivência, num contexto de crise da agricultura em níveis mundiais, esses princípios muitas vezes são relativizados, conforme se evidenciou na presente análise. Pois em relação adesão voluntária e aberta, foi observado que esta condicionada a demanda do mercado, estando restringida a entrada de novos sócios nos grupos cooperativos.

Quanto à gestão democrática por parte dos sócios, as cooperativas são numerosas, sendo que em algumas os associados perdem o sentido de pertença, se tornando apenas provedores. Apesar do capital social existente, nos grupos analisados, principalmente pelas relações construídas ao longo do tempo, pois todos são do lugar, esse fator não apareceu nas respostas e argumentos dos entrevistados quanto à relação dos associados com as normas existentes, sendo que as sanções, comportamento coercitivo apresentaram maior evidencia nas respostas.

Em relação à participação econômica, é evidente, pelo desejo de continuidade dos associados, que os mesmos são contemplados. Os grupos analisados são grupos estruturados com tempo de fundação e funcionamento. Foi observado, **in loco**, que todos os grupos possuem estrutura física e financeira garantidas pela participação dos associados. A evasão dos associados é mínima, sendo que a maioria deseja manter a posição de associado, mesmo sendo detectada pouca participação nas atividades desenvolvidas pelos empreendimentos.

Quanto a autonomia e independência, conforme analisado, algumas cooperativas, buscando estabilidade econômica, possuem esse princípio ameaçado por grandes empresas internacionais.

No que se refere a educação, formação e informação, ficou evidenciado, na presente análise, que a educação dos associados é baixa, o que pode comprometer a sustentabilidade dos grupos cooperativos analisados. No entanto, a organização estrutural, fornecida pelos grupos cooperativos, proporciona possibilidades de intersecção sustentável ao grupo, pela assistência técnica de qualidade. Apesar da dificuldade de informações devido o grande numero de associados de alguns dos grupos cooperativos.

Quanto à cooperação entre cooperativa, essa foi diagnosticada como um forte elo entre as cooperativas da província de Alicante, mesmo que somente por fatores econômicos.

Em relação ao interesse pela comunidade, esse fator fica evidenciado na participação desses grupos cooperativos nas atividades desenvolvidas no local, bem como na geração de emprego e renda, o que garante a subsistência e bem-estar das famílias associadas.

Com base nos princípios elencados acima, conclui-se que os grupos cooperativos analisados possuem muitas intersecções sustentáveis na dimensão social. Esses grupos são eficazes na geração de empregos locais; apoio aos produtores no que concerne a comercialização da produção; desenvolvem profundos laços cooperativos, mesmo que apenas financeiros.

No entanto, a intersecção sustentável entre as dimensões elencadas no presente trabalho e os grupos cooperativos analisados, é passível de serem alargada. A pesquisa alerta para a necessidade de retomar esses princípios sob o risco de completa perda dos valores cooperativos, e a transformação total dessas empresas sociais em empresas cada vez mais voltadas para a lucratividade e competitividade, fator já identificado por Gómez López (2009), López, Foncea e Servós (2009), Fonseca e Servós (2010).

Esses grupos cooperativos, apesar das limitações analisadas, se configuram como forte fator de subsistência e desenvolvimento para a agricultura familiar, na Espanha e pode-se afirmar que são exemplos potenciais para países de Latino América, entre esses o Brasil.

BIBLIOGRAFÍA

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, VLSB. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara–SP. **Porto Alegre**, v. 26, 2009.

CÁMARA, S. B.; FUENTES, J. M. Integración cooperativa y sistemas de información interorganizativos. Un análisis aplicado al cooperativismo oleícola. **CIRIEC-ESPAÑA**, n. 54, p. 33-52, 2006.

CARCEDO, J. M.; CAMPOS, F. G.; ÁLVAREZ-CARRASCO, V. B. Flexibilidad del tiempo de trabajo en España: Ha alterado la crisis el comportamiento del empleo a tiempo parcial?. **Estudios de economía aplicada**, v. 30, n. 1, p. 9-28, 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade. **Agroecología e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, p. 71-84, 2002.

COMUM, Nosso Futuro. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV**, 1991.

DESROCHE, H. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Carlos: EdUFSCAR**, p. 131-154, 2006.

DURSTON, J. ¿ **Qué es el capital social comunitario?** Cepal, 2000.

FONCEA, M. D.; SERVÓS, C. M. Impacto económico de las cooperativas. La generación de empleo en las sociedades cooperativas y su relación con el PIB. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 67, p. 23-44, 2010.

FRANCO, M. de A. R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável.** Annablume Editora, 2000.

GÓMEZ LÓPEZ, J. D. **Las cooperativas agrarias. Instrumento de desarrollo rural.** Publicaciones Universidad de Alicante, 2004.

_____. El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital. **Boletim de Geografia**, p. 15-23, 2009.

GONZÁLEZ C., C. H.; GÁLVEZ ALBARRACÍN, É. J. Modelo de Emprendimiento en Red -MER. Aplicación de las teorías del emprendimiento a las redes empresariales. Academia. **Revista Latinoamericana de Administración**. 40. 13-31, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA, INE. **Ocupados por ramas de actividad**, por tipo de ocupación, por situación profesional y por tipo de puesto laboral. Empleo (actualizado 4 diciembre 2015), 2009. Recuperado em 20 de março de 2016 de http://www.ine.es/ss/Satellite?L=es_ES&c=INESeccion_C&cid=1259931459725&p=1254735110672&pagename=ProductosYServicios%2FPYSLayout¶m3=1259924822888

NAMORADO, R. "A Sociedade Cooperativa Europeia-problemas e perspectivas." **Oficina do CES 189** (2003).

LOPES, F. D.; BALDI, M. Laços sociais e formação de arranjos organizacionais cooperativos: proposição de um modelo de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 2, p. 81-101, 2005.

LÓPEZ, J. C.; FONCEA, M. D.; SERVÓS, C. M. Sociedades cooperativas y sociedades laborales en España: estudio de su contribución a la creación de empleo y al crecimiento económico. **REVESCO: revista de estudios cooperativos**, n. 98, p. 35-69, 2009.

LUCENA, H.; ARIAS, A. H.; ROTUNDO, G. Z. Organización y relaciones de trabajo en Cooperativas1. **Revista Venezolana de Economía Social**, v. 8, n. 15, p. 61-91, 2008.

KOULYTCHIZKY, S. O quadrilátero de Henri Desroche revisitado. **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Carlos: EdUFSCAR**, P. 155-163, 2006.

MINISTERIO DE EMPLEO Y SEGURIDAD SOCIAL, MESS. **Movimiento Laboral Registrado** (MLR) 2011. Recuperado em 25 de abril de 2016 de <http://www.empleo.gob.es/estadisticas/ANUARIO2011/MLR/mlrp.pdf>

NATIONAL RESEARCH COUNCIL, Committee on Twenty-First Century Systems Agriculture: **Toward Sustainable Agricultural Systems in the 21st Century**. Board on Agriculture and Natural Resources. Division on Earth and Life Studies. National Research Council. Of the national academies. The National Academies Press. Washington, D. C. 2010. www.nap.ed

ORTEGA, E. et al. Expanded emergy analysis of soybean production in Brazil. In: **Proceedings of IV Biennial International Workshop "Advances in Energy Studies"**. Unicamp, Campinas, SP, Brazil. 2004. p. 285-299.

POYATOS, R. P., GÁMEZ, M. D. M. V., & SOLÍS, J. M. A. (2007). Las sociedades cooperativas de segundo grado y su relación jurídica con socios. **REVESCO: revista de estudios cooperativos**, (93), 98-143.

RIOJA, L. A. C. et al. **La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social**. Fundación La Caixa. 2009.

RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. El enfoque de las capacidades para la gobernabilidad del territorio. **Ería: Revista cuatrimestral de geografía**, n. 63, p. 107-115, 2004.

RUWER, L. M. E.; MOREIRA, I. da S. Mundo do trabalho, Serviço Social e desenvolvimento sustentável. **Anais do VII Seminário. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010>**, 2010.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, p. 29-56, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2000.

SEQUINEL, M. C. M. et al. O Modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba: um estudo de caso. **Dissertação de Mestrado em (UFSC) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção**. Florianópolis 2002.

SERVÓS, C. M.; GIL, M. I. S. Los principios cooperativos facilitadores de la innovación: un modelo teórico. **REVESCO: Revista de estudios cooperativos**, n. 94, p. 59-79, 2008.

SERVÓS, C. M.; CALDERÓN, P. N. La sociedad cooperativa: motivación y coordinación. Un análisis desde las teorías económicas de la empresa y la economía social. **REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos**, n. 110, p. 192, 2013.

SIQUEIRA, T. V. de. Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a Agenda 21. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro. V. 8, n. 15, p. 247-288, 2001.

WEGNER, D.; PADULA, A. D. Quando a cooperação falha: Um estudo de caso sobre o fracasso de uma rede interorganizacional. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 13, n. 1. São Paulo, SP, jan./fev. 2012.

APÊNDICE B- DIMENSÃO AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS PRÁTICAS ECOLÓGICAS DE COOPERATIVAS AGROALIMENTAR DA PROVÍNCIA DE ALICANTE (ESPANHA)

Nesse Estudo feito uma análise dos grupos cooperativos visitados em Alicante, Espanha. Aqui é feito uma ponderação da produção ecológica como uma das medidas adotadas para a proteção ambiental, sendo elencado os aspectos positivos e as dificuldades para esse tipo de produção, bem como as inovações adotadas pelos produtores.

Sustentabilidade ambiental das práticas ecológicas de cooperativas agroalimentar da província de Alicante (Espanha)

Sostenibilidad ambiental de las prácticas ecológicas de cooperativas agroalimentarias de la provincia de Alicante (España)

Environmental sustainability in ecological practices of agri-food cooperatives in the province of Alicante (Spain)

RESUMO

Este artigo analisou a sustentabilidade ambiental das práticas ecológicas desenvolvidas por cooperativas agroalimentares na província de Alicante, Espanha. Parte do princípio que a sustentabilidade tem se tornado uma exigência global, sendo que muitas das discussões sobre a sustentabilidade recaem também nas questões econômicas e sociais do setor agrário. Foram visitados dezesseis (16) grupos cooperativos com a aplicação de questionário que foi respondido por funcionários ocupando altos cargos de gestão nos grupos cooperativos pesquisados. O objetivo foi compreender o processo organizacional dos empreendimentos analisados, bem como as motivações para a produção de alimentos de uma forma mais respeitosa com o meio ambiente. Os resultados demonstraram que as motivações principais são de cunho econômico. Conclui-se que essas práticas ainda não podem ser consideradas sustentáveis, tendo em vista o baixo montante produzido, bem como as dificuldades enfrentadas por esse setor, principalmente pela falta de políticas públicas. O principal objetivo dos grupos cooperativos que investem na produção ecológica é alcançar um nicho de mercado, provocado pela demanda por alimentos de qualidade sem grande prejuízo ao ambiente natural. Assim, se não houver incentivos que garantam o retorno investido, a tendência é a estagnação e conseqüente diminuição dos investimentos.

PALAVRAS CHAVES: Sustentabilidade; cooperativas; produção ecológica; agricultores familiares; nicho de mercado.

RESUMEN

Este artículo analizó la sostenibilidad ambiental de las prácticas ecológicas desarrolladas por cooperativas agroalimentarias en la provincia de Alicante, España. Parte del principio que la sostenibilidad se ha convertido en una exigencia global, y muchas de las discusiones sobre la sostenibilidad recaen también en las cuestiones económicas y sociales del sector agrario. Se visitaron dieciséis (16) grupos cooperativos con la aplicación de cuestionario que fue respondido por funcionarios ocupando altos cargos de gestión en los grupos cooperativos investigados. El objetivo fue comprender el proceso organizativo de los emprendimientos analizados, así como las motivaciones para la producción de alimentos de una forma más respetuosa con el medio ambiente. Los resultados demostraron que las

motivaciones principales son de carácter económico. Se concluye que estas prácticas todavía no pueden ser consideradas sostenibles, teniendo en cuenta el bajo importe producido, así como las dificultades enfrentadas por ese sector, principalmente por la falta de políticas públicas. El principal objetivo de los grupos cooperativos que invierte en la producción ecológica es alcanzar un nicho de mercado, provocado por la demanda de alimentos de calidad sin gran perjuicio al ambiente natural. Así, si no hay incentivos que garanticen el retorno invertido, la tendencia es el estancamiento y consecuente disminución de las inversiones.

PALABRAS CLAVES: Sostenibilidad; Cooperativas; Producción ecológica; agricultores familiares; Nicho de mercado.

ABSTRACT

This article analyzed the environmental sustainability of ecological practices developed by agree-food cooperatives in the province of Alicante, Spain. Part of the principle that sustainability has become a global requirement and many of the discussions on sustainability fall into economic issue of the agrarian sector. Sixteen were visited (16) cooperative groups with the application of a questionnaire that was answered by officials occupying senior positions in cooperative groups visited. The goal was to understand the process of organizational analyzed developments, as well as the motivations for food production in a more respectful way with the environment. The results showed that the main reasons are of economic nature. It concludes that these practices cannot yet be considered sustainable in view of the low amount produced, and the difficulties faced by this sector, especially the lack of public policies. The main objective of the cooperative groups that invest in ecological production is to reach a niche market, caused by the demand for quality food without further damage to the natural environment. So if there are no incentives to ensure the return of investments, the trend is stagnation and the consequent decrease in investments.

KEYWORDS: Sustainability; cooperatives; ecological production; family farmers; market niche; ecological consumption

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade vem se tornando uma exigência cada vez mais presente nas pesquisas e nas atividades produtivas. A direção ou caminho de muitas discussões sobre a sustentabilidade tem grande peso na questão econômica do setor agrário.

A produção de alimentos aumentou nas últimas décadas, evitando que as teorias de Malthus, de que haveria fome no mundo, se concretizassem. No entanto, os impactos ambientais, integrados ao produtivíssimo, geraram as pressões sociais provocadas pela constatação de que os problemas agrícolas eram resultantes, também, de fatores externos a produção.

Assim, a modernização da agricultura foi um divisor de águas, esse modelo tecnificou, aperfeiçoou e aumentou a produção de alimentos no mundo. No entanto foi implantado de cima para baixo causando uma seleção tecno-econômica no meio

rural. Outro problema é com relação às questões ambientais. Por falta de orientação em sua implantação, o uso intensivo da agricultura convencional, causou muitos desastres ambientais devidos, principalmente, a aplicação de agrotóxicos, altamente tóxicos, utilizados indiscriminadamente. O que pode comprometer a produção de alimentos no futuro.

Diante desses problemas, a agricultura ecológica surge como uma alternativa. Tal técnica agrária já era praticada como primeira forma de agricultura no mundo e é reapropriada com o objetivo de conciliar a produção de alimentos com a diminuição progressiva dos impactos negativos sobre o meio ambiente. Também é considerada como prerrogativa desse sistema de produção a potencialização da saúde humana, por meio de uma alimentação mais saudável, livre de agrotóxicos, e a perspectiva de manutenção dos modos de vida tradicionais.

A agricultura ecológica é relacionada, por diversos autores, entre esses De Assis e Romeiro, 2002; Caporal, 2009; Altieri; 2012, com a satisfação e bem-estar familiar, bem como dos demais produtores circunvizinhos, devido ao circuito curto de mercadorias produzidas. As práticas ecológicas também estão relacionadas às experiências culturais locais, onde se é valorizado as tradições positivas, com fornecimento de elementos, a partir do local, para mudanças das práticas negativas, ou seja, que sejam nocivas ao ambiente, e ao fortalecimento das relações sociais e estratégias de ação coletiva, necessária para a comercialização do excedente (CAPORAL, 2009).

No entanto, a agricultura ecológica é apropriada também por grandes empresas agrícolas, que se valem do “nicho de mercado”, criado pela procura crescente da população mundial, por alimentos de qualidade. Essa demanda é causada pela preocupação do consumidor com o próprio bem-estar e a preocupação ética para com o meio ambiente e as gerações futuras. No entanto, há um dilema, será que a agricultura ecológica, modelo de agricultura menos impactante, pode suprir a demanda crescente de alimentos?

A partir do cenário anterior apresentado, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise de empreendimentos que se dedicam especificamente a produção ecológica, realizando um estudo sobre a organização coletiva dos produtores em cooperativa. As perguntas norteadoras do presente estudo são: O que influenciou na opção por uma agricultura mais respeitadora do equilíbrio ambiental, na Espanha? Os valores étnicos, econômicos ou ambos? Essas práticas

possuem potenciais sustentáveis, para os empreendimentos que a adotam, por meio da utilização adequada dos recursos naturais e é uma possibilidade para a manutenção do “modus de vida” agrícola familiar?

Para obtenção das respostas aos questionamentos, foram analisados empreendimentos cooperativos da província de Alicante, Espanha, escolhidos aleatoriamente, com objetivo de analisar as práticas adotadas na produção ecológica.

Para o alcance dos objetivos, este artigo foi dividido em cinco seções, sendo a primeira essa introdução; a segunda consiste em uma revisão bibliográfica, com o título produção de alimentos e modus de vida agrícola familiar, subdividido em duas subseções: grupos cooperativos de agricultores familiares na Espanha e sustentabilidade. A terceira seção é a metodologia utilizada na elaboração do trabalho; a quarta resultados e discussões; e por último, na quinta seção consta a conclusão da presente análise.

2 PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Os autores Theis e Tomkin (2012) apresentam a preocupação com o necessário aumento da produção de alimentos, devido o aumento da população e a escassez de terras produtivas. Segundo os citados autores, o aumento da produção de alimentos no futuro, pode estar relacionado a um aumento no valor da produção e conseqüentemente no preço. O que fatalmente excluirá as populações mais pobres ao acesso a alimentação em quantidade.

A utilização de tecnologias de aumento da produtividade possibilitou que a produção de alimentos crescesse a taxas maiores que as taxas de crescimento da população nas últimas décadas. Segundo Theis e Tomkin (2012) foi a utilização de tecnologia na agricultura que evitou a tragédia malthusiana relacionada à escassez de alimentos. Ainda segundo os autores os rendimentos na utilização da tecnologia, mais que o aumento da quantidade de terra, provocou esse aumento extraordinário da produção. No entanto, hoje, na maioria dos países, tem-se uma estagnação no crescimento da produção, e a procura mundial por alimentos continua a aumentar.

O PIB per capita mundial melhorou astronomicamente nos últimos anos, desde a revolução industrial, e continua aumentando. Este influenciado, principalmente pelo desenvolvimento tecnológico, que levou a um aumento geral da renda e conseqüentemente no consumo (THEIS; TOMKIN, 2012).

Mesmo com todo incremento na produção de alimentos há fome no mundo, muito mais pelas desigualdades sociais, provocada pela má distribuição dos recursos existentes, que pela falta de alimentos. Há, ainda, a insegurança relacionada às mudanças climáticas, que causam prejuízo as plantações e conseqüentemente reflete no preço dos alimentos (GRAZIANO DA SILVA, 2015).

Portanto, a superexploração na utilização de tecnologias avançadas, geram as externalidades econômicas, que são os custos não reconhecidos da atividade do mercado. Esses custos não considerados são repassados ao meio ambiente, aos trabalhadores e à cidadania. Assim, o mercado pode ser muito produtivo e eficiente, mas, ao mesmo tempo, seus agentes não reconhecem que estão destruindo recursos comuns, ou seja, contaminando o meio ambiente e criando desigualdades sociais, que refletem na insatisfação dos que são deixados à margem (COSTA, 2010).

A agricultura multifuncional vem sendo discutida como aquela que tem a função social, acima da produção de comida. Segundo essa corrente, as funções sociais da agricultura, incluem o fornecimento de serviços ecológicos, sua proteção, integridade e funcionamento. Pois é possível respeitar os limites dos ecossistemas na produção agrícola, visto que a agricultura não deve ser conduzida de forma a prejudicar significativamente o funcionamento ecológico (THOMPSON, 2010).

Os defensores dessa corrente filosófica ainda defendem que a agricultura deveria restaurar os ecossistemas, reconhecendo as complexas relações ecológicas entre as plantas, solos e pecuária. Que os produtores agrícolas devem reduzir a utilização de produtos químicos na agricultura, até a eliminação dessas práticas. Além disso, essa filosofia se concentra na sustentabilidade social, no bem-estar dos trabalhadores e moradores circunvizinhos, bem como dos animais (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2010).

A presente pesquisa se aprofundará no potencial das práticas ecológicas como possibilidade para uma maior sustentabilidade agrícola. Sendo definidas como ecológicas as diversas técnicas adotadas que não recorrem, maciçamente, a defensivos químicos, tais como a Agricultura Orgânica, Agricultura Biodinâmica e Agricultura Natural, entre outras.

3 GRUPOS COOPERATIVOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NA ESPANHA

Segundo Gómez López (2004), grande contribuição deve ser dada ao processo de organização cooperativista à resistência dos agricultores espanhóis que subsistem. Segundo o autor, as cooperativas não resolvem a problemática vivenciada pela agricultura em todo o mundo, no entanto, prolonga seu processo de sobrevivência.

A agricultura na Espanha, como em todos os países da União Europeia, é contemplada pela Política Agrícola Comum, PAC. A PAC já estava presente nas discussões políticas na EU na década de 50, pois no tratado de Roma, em 1957, essa iniciativa é considerada nos artigos 39 e 47. No entanto, a mesma só é criada a partir de 1962 na Conferência de Stressa. Os objetivos principais da PAC eram de garantir a segurança alimentar dos países membros da União Europeia a preços razoáveis para os consumidores, determinar uma renda mínima para os agricultores familiares e aumentar a produção da agricultura (EUROPA, 2015).

A Espanha entra na comunidade europeia em 1986, e desde então o setor agrícola no país vem sofrendo muita transformação para se adaptar as exigências desse novo contexto. As sucessivas reformas da PAC têm variado o apoio à produção agrícola, diminuindo os mecanismos de dotação orçamentária para esse setor. Em paralelo, a agricultura espanhola ainda enfrenta a abertura progressiva dos mercados dos produtos agrícolas com a organização comum de mercado (OCM) (MOYANO-ESTRADA, 2013).

Para Gómez López (2009) as distribuições das ajudas diretas aos produtores, desde o início da PAC, ampliaram as desigualdades econômicas na produção agrícola espanhola, visto que quem recebia os maiores montantes eram justamente os produtores mais ricos. Ainda segundo o autor, a partir da reforma de 1992, esse aspecto se fortaleceu, visto que as ajudas antes destinadas exclusivamente a agricultores familiares, agora é ampliada a qualquer tipo de exploração agrícola, desde que comprovada à viabilidade do empreendimento.

A literatura defende o processo cooperativo como o grande responsável para sobrevivência da agricultura familiar no país (GOMÉZ LOPEZ, 2004, LÓPEZ; FONCEA; SERVÓS, 2009, FONCEA; SERVÓS, 2010). No entanto, notadamente há uma transformação no processo organizacional nas cooperativas, associações e microempresas cooperativas investigadas na província de Alicante. Seguindo o

molde atual das organizações das modernas empresas agrícolas, o cooperativismo agrário espanhol, num processo de adaptação a internacionalização de capital, sofre uma gradativa mudança em sua estrutura, passando de grupos cooperativos tradicionais e solidários, de cunho reivindicatório, para uma organização mais empresarial (DESROCHE, 2006; KOULYTCHIZKY, 2006; GOMÉZ LOPÉS, 2009).

Segrelles Serrano (2011), estima que na Espanha, as explorações agrárias familiares representam aproximadamente 95% do total das explorações agrícolas e estas aportam 60% da produção agropecuária do país. No entanto, o número de explorações agrícolas tem diminuído nos últimos anos, conforme dados do Instituto Nacional de Estadística (INE, 2009), responsável pelo Censo Agrário de Espanha. Em 1999 havia um total de 1.289.421 explorações agrícolas, em 2009, esse número foi reduzido para 989.796 propriedades. Isso significa que houve uma redução de 23,2% no número de explorações agrícolas familiares. A superfície média ocupada por essas propriedades no país passa de 26,15 milhões de hác em 1999, para 23,75 milhões em 2009, representando um decréscimo de 9,2%.

Houve também um decréscimo dos grupos cooperativos, sendo que segundo o Ministerio de Empleo y Seguridad Social, MESS em 2011 havia um total de 3.861 entidades cooperativas, em Espanha, voltadas para o setor agro alimentário, o que representa um decréscimo de 3% em relação a 2007 que totalizava 3996 (MESS, 2011).

Conforme informações da federação de cooperativas agro-alimentares da Espanha, em 2013, a comunidade Valenciana ocupava a quarta posição em número de empresas cooperativa em Espanha, com 359 empresas. Sendo 335 cooperativas de primeiro grau (cooperativas em que os sócios são pessoas físicas ou pessoas jurídicas) e 23 de segundo grau (cooperativas em que os sócios são outras cooperativas). Dentro da comunidade valenciana, a província de Alicante ocupava a terceira posição, com 53 cooperativas, sendo 51 de primeiro grau e duas de segundo grau.

4 SUSTENTABILIDADE

Como já citado, muitas discussões sobre a sustentabilidade têm grande peso na questão econômica do setor agrário. A palavra "sustentável" é originária da palavra em latim *sustentare*, que quer dizer defender, sustentar, conservar, apoiar. Sendo assim, sustentabilidade foi conceituada como sendo a capacidade de o ser humano

utilizar os recursos ambientais existentes para satisfazer as necessidades humanas no presente, sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras (COMUM, 1991).

A sustentabilidade é definida por muitos autores, sendo alguns desses Sachs (1993; 2000), Franco (2001), Siqueira (2001), Sequinel (2002), Rower e Moreira (2010), e apresentada por diferentes dimensões, sendo algumas as dimensões sociais, econômicas, ambientais, política, ecológica, cultural, ética, demográfica, espacial.

O objetivo principal dessas dimensões é apontar a relação existente entre o necessário desenvolvimento e a satisfação, participação e bem-estar da população e equilíbrio do meio ambiente (ROWER; MOREIRA, 2010).

Compreendendo a amplitude das dimensões da sustentabilidade, a presente pesquisa definiu como essencial, na análise das empresas de economia social agroalimentares, a dimensão ambiental. Visto esta estar relacionada a todas as demais dimensões, ocasionando o pleno emprego dos recursos produtivos ao mais baixo custo social. Assim como o aumento de bem-estar e envolvimento dos participantes com respeito ao ambiente natural, pautado pela ética que esta diretamente ligada à solidariedade com as gerações atuais e para com as gerações futuras.

Sendo que as dimensões da sustentabilidade são consideradas como inter-relacionadas, pois, o resultado de uma dependerá dos esforços aplicados na outra (ORTEGA; CAVALETT; BONIFÁCIO; WATANABE, 2004).

A dimensão ecológica refere-se ao cuidado com o ambiente, ou seja, manutenção e recuperação dos recursos naturais, sobre os quais se sustentam a produção e a reprodução humana. Isso por meio de inovações técnicas que permitam a produção de alimentos saudáveis, sem excessivo impacto no ambiente local (SACHS, 2000).

A capacidade de uma organização ser considerada sustentável, não esta em cumprir todos os requisitos elencados para a sustentabilidade, mais em alcançar uma interseção entre produção e cuidado ambiental.

Diversos autores, ao defender práticas sustentáveis na agricultura, elencam que não se espera que uma prática agrícola atinja todas as metas sustentáveis plenamente, mais que a sustentabilidade de uma prática agrícola acontecerá quando

for possível atingir o máximo possível das metas elencadas (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2010).

5 METODOLOGIA

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa se baseou nos dados e informações bibliográficas, documentais e de campo. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser considerada como de natureza exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, o que pode ser considerado na presente pesquisa, pois foi identificado varios materiais sobre a análise de empresas de economia social em Alicante, porém, nenhum utilizando as variáveis abordadas no presente estudo.

No site da federação das cooperativas da Espanha, em 2015, constavam registradas, na provincia de Alicante, o total de 53 cooperativas agroalimentares e sociedades de transformação. As atividades desenvolvidas eram muitas e diversificadas, sendo essas bodegas; almaceras; beneficiadoras de frutos secos; fruticultura e leguminosas e cooperativas mistas desenvolvendo mais de uma dessas atividades ao mesmo tempo. Também foram identificadas cooperativas agroalimentarias de segundo grau, ou seja, uma cooperativa de cooperativas. Esses grupos cooperativos se encontravam organizados de forma a operar dentro do ciclo produção, comercialização e fornecimento de insumos. Muitos dos cooperados estavam ligados apenas ao consumo, sendo a produção, quando produziam, apenas para o autoconsumo.

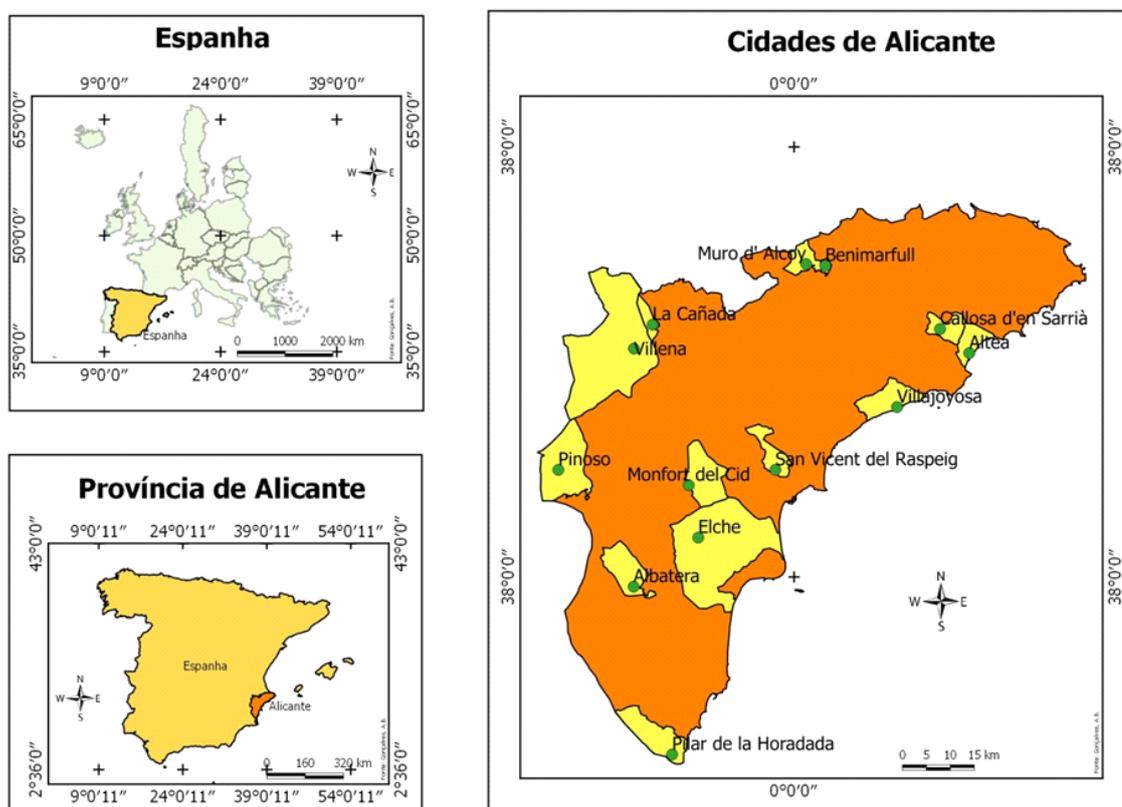
Foram visitados dezessete (17) grupos cooperativos na Provincia de Alicante. Para compor o campo empírico de estudo, foi pesquisada uma (1) microempresa cooperativa, três (3) cooperativas agroalimentares não inscritas no site da federação das cooperativas agroalimentaris e uma (1) cooperativa de consumo. Também foi utilizada uma amostra de doze (12) das 53 cooperativas registradas no site da Federação das Cooperativas Agroalimentar da provincia de Alicante, o que equivale a 22,64% do total. Utilizando um erro amostral de 10% e um nível de confiança de 90%, foi delimitada a presente amostra.

Como citado, a pesquisa não se ateve apenas a empresas formalizadas em cooperativas, entendendo que a cooperação estrapola uma oganização institucional, abrangendo os grupos onde existam mais de duas pessoas que cooperam entre si,

por meio da comercialização, produção, entre outros. Por esse motivo, ao citar a entidade visitada, a pesquisa se referirá as mesmas como grupo cooperativo.

As atividades desenvolvidas pelos grupos cooperativos visitados são: duas bodegas, uma bodega e almazara, quatro fruticulturas, três hortofruticultura, uma beneficiadora de frutos secos, uma microvinha, uma cooperativa de plantas aromáticas, medicinais e condimentais, uma cooperativa de consumidores, uma cooperativa de segundo grau e uma cooperativa de comercialização. Os municípios sedes dessas cooperativas são: três no município de Villena, outras duas no município de Pinoso, e uma em cada um dos seguintes municípios Elche, Muro d' Alcoy, Benimarfull, Altea, Albatera, San Vicente del Raspeig, Monforte del Cid, Pilar de la Horadada, La Cañada, Callosa del Ensarriá y Villajoyosa (Figura B: 1).

Figura B: 1-Municípios sedes dos grupos cooperativos analisados na província de Alicante, Espanha



Organização: Barbosa, Ariadne Gonçalves

O número de cooperados dos grupos cooperativos analisados varia entre 04 a 8.100 associados. Sendo que um dos grupos analisados tem quatro associados e

dois possuem cinco associados, e os outros consecutivamente possuem 35, 70, 100, 133, 200, 250, 300, 380, 400, 588, 700, 1300 e 8100 associados.

Nas visitas realizadas aos grupos cooperativos, na província de Alicante, foi aplicado um questionário com 54 questões. O questionário, apenas norteador, foi construído, tendo por base, também, as variáveis descritas na Tabela 1. Essas questões abrangiam as dimensões da sustentabilidade agrícola, entre essas a ambiental.

Tabela B: 1- Variáveis da pesquisa

Dimensão	Varáveis	Objetivo das váriáveis
Ambiental	Preocupação ambiental e nível de motivação ética	Verificar as atividades desenvolvidas em pról de uma produção sustentável
		Ações desenvolvidas pelo empreendimento – existe \ não existe
		Iniciativas produção\consumo ecológicos – possui \ não possui
	Produção ecológica	Viabilidade econômica – existe\ não existe
		Apoio público, políticas publicas existentes
		Nível de mobilização dos empreendimentos cooperativos em pról de melhorias economicas e sociais

Fonte: elaborada pelos autores

Esses questionários foram respondidos por funcionários ocupando altos cargos de gestão nos grupos cooperativos visitados, em vários estava presente ainda, o presidente do conselho gestor. A pesquisa foi complementada por anotações no caderno de campo, buscando apreender todas as informações fornecidas, no intuito de compreender o processo oganizacional dos empreendimentos analisados.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

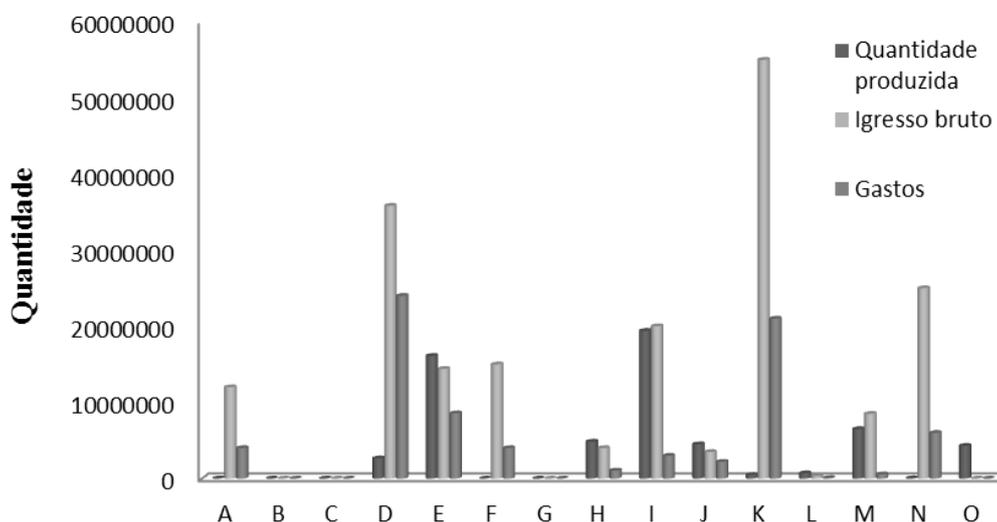
Os dados obtidos no questionário foram analisados como forma de melhor compreender a correlação entre os grupos cooperativos na provincia de Alicante e a dimensão sustentável elecada na pesquisa, proporcionando os seguintes resultados:

A extensão das propriedades agrícolas, da provincia de Alicante, são pequenas, equivalendo a 5,07 ha, que é a média das propriedades da comunidade valenciana (MORAL; COHARD, 2000). Apesar da alta produtividade devido às modernas tecnologias empregadas, muitos agricultores não têm subsistido a crise agrária que hora atravessa a agricultrua. É possível sentir a preocupação geral com a

despoblação de diversos municípios que tinham na atividade agrícola sua principal fonte econômica, fator já identificado por Rioja et al. (2009).

Os desesseis grupos cooperativos visitados na provincia de alicante estão representados nos Gráficos B: 1 e 2, sendo que o Gráfico 1 representa a produção, ingresso bruto e gastos em geral e o Gráfico B: 2 representa a produção e o ingresso bruto da produção ecológica. Somente um dos grupos cooperativos entrevistados não cedeu as informações referentes à quantidade produzida, ingresso bruto e gastos, o que seria o grupo P.

Gráfico B: 1- Relação entre quantidades produzidas, ingressos brutos e gastos em gerais



Fonte: Elaboração dos autores

Alguns desses grupos cooperativos analisados possuem a produção voltada para um mercado específico, adquirindo melhor valor por seus produtos. É o caso dos grupos D, especializado no plantio e comércio de cenouras; o grupo K, grande exportador de horto frutícola; o grupo N dedicado à plantação e beneficiamento de frutícolas, especialmente nêspersas; o grupo I, especializado na comercialização de frutos secos, os grupos E e F, também de produtores de horto frutícolas.

Os grupos cooperativos B, C e G se dedicam exclusivamente a produção e ou comercialização ecológica, portanto, como já citado, não foram incluídos nessa relação, sendo analisado no Gráfico B: 2, onde é evidenciado apenas esse tipo de produção. O grupo cooperativo M é uma cooperativa de segundo grau, conforme o

Gráfico B: 1, a mesma não possui um fluxo equivalente as grandes cooperativas de primeiro grau horto frutícolas que é o caso dos grupos cooperativos D, K e N.

O grupo A é uma exceção entre os grupos produtores horto frutícolas, apresentando a menor produção entre esses. Os grupos com menor produção e ingressos são H, J, L, M e O, que são especialistas em plantios e beneficiamento de uvas, sendo quatro bodegas e um com a atividade principal a comercialização de uvas de mesa.

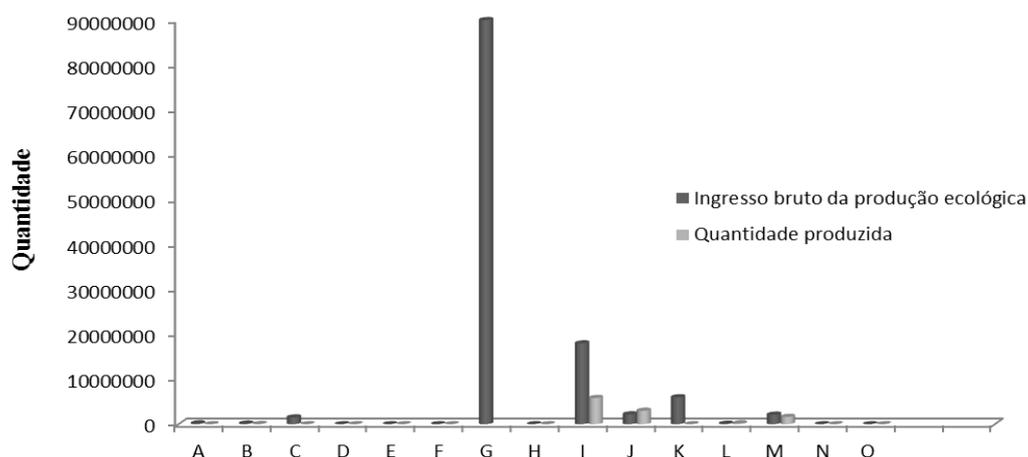
Os vinhedos estão presentes por toda a Espanha, é um dos setores produtivos mais importantes para país, que ocupa a terceira posição no ranking da exportação europeia, só perdendo para França e Itália. As produções vinícolas estão distribuídas em uma grande variedade de empresas cooperativas beneficiadoras e comercializadoras. Portanto, essas são de pequeno porte, com a produção limitada à localidade. O surgimento de cooperativas de segundo grau, principalmente no setor vinícola, foi incentivado pelas províncias das comunidades autônomas, com o objetivo de integrar e concentrar essas cooperativas, para que obtenham vantagens competitivas (Poyatos, Gámez & Solís, 2007), no entanto, essas não foram muito aceitas pelos produtores.

Dos 16 grupos cooperativos analisados na província de Alicante, nove produz de forma ecológica, sendo esses os grupos A, B, C, G, I, J, K, L, M. A renda anual com a produção ecológica, conforme informado pelos entrevistados, está apresentada no Gráfico B: 2, sendo que não foi possível quantificar os gastos em geral dos grupos que possuem a produção nas duas modalidades, visto que os gastos com a produção nos grupos cooperativos não são separados.

Alguns dos entrevistados, mesmo não produzindo dentro das normas ecológicas, garantem que a produção é “limpa”, segundo esses, as exigências por produtos saudáveis, livres de agrotóxicos, são cada vez maiores, e que a tendência é que gradativamente toda produção vá se adequando ao patamar exigido para os produtos ecológicos, deixando esse setor de ser um nicho de mercado, como acontece no momento. A maior parte dos grupos cooperativos, mesmo os que não têm produção ecológica, possuem selos específicos, que comprovam uma produção diferenciada. A liberação desses selos é feita mediante verificação e controle por organismos autorizados (MARM, 2009). Alguns desses selos são: Denominación de Origen Protegida (D.O.P.); Indicación Geográfica Protegida (I.G.P.); Especialidades Tradicionales Garantizadas (E.T.G.). Esses selos potencializam a comercialização

da produção, aumentando a demanda pelos produtos quanto mais certificações possuam.

Gráfico B: 2- Produção ecológica: Ingresso bruto e quantidade produzida



Fonte: Elaboração dos autores

Na Espanha, segundo Gliessman et al. (2007) e Pérez (2015), os grupos de consumidores ecológicos foram decisivos para fomentar a produção ecológica, sendo um movimento que nasce nos centros urbanos, a partir da demanda apresentada pelos consumidores.

Os grupos cooperativos B e C (Gráfico B: 2), como já citado, possuem toda a sua produção na modalidade ecológica, no entanto, são grupos muito pequenos, voltados para mercados específicos, com poucos associados (quatro e cinco respectivamente). O grupo A também possui produção ecológica, no entanto essa é insignificante se comparada com a produção de produtos não ecológicos conforme Gráfico B: 1.

O Grupo I, J, K, L e M (Gráfico B: 2), também são grupos que produzem nas duas modalidades, de forma ecológica e não ecológica. O grupo I é o maior produtor ecológico dos nove empreendimentos, isto devido o grupo G ser um grupo de consumo. Portanto, como analisado no Gráfico 1, os Grupo I, J, K, L e M (Gráfico B: 2), são grupos que produzem produtos não ecológicos e ecológicos, com maior montante da produção na modalidade não ecológica.

Dois grupos cooperativos informaram possuir pesquisas e campos experimentais ecológicos, uma iniciativa para incentivar os associados a produzirem nessa modalidade. Segundo os entrevistados, a produção ecológica é uma alternativa para agregar valor a produção.

O maior ingresso bruto de produção ecológica se dá pelo grupo G (Gráfico B: 2) que tem como principal atividade o consumo de produtos ecológicos. Esse grupo possui como provedores agricultores familiares ecológicos, sendo dada preferência aos grupos circunvizinhos, contribuindo assim com o desenvolvimento do local. Esse grupo apoia a produção ecológica desses produtores, por meio do compromisso com a aquisição da produção. O mesmo possui duas modalidades de associados, os associados de consumo e os associados ativistas. Os associados ativistas, além de ter a responsabilidade com o consumo sustentável também tem a missão de promovê-lo por meio do voluntariado. O objetivo desse grupo é baratear o preço dos produtos ecológicos, por meio da eliminação dos custos de distribuição e intermediários, para torna-los competitivos e acessíveis à maioria da população.

Como esse, foi identificado mais dois grupos cooperativos na província de Alicante. São iniciativas voltadas para o desenvolvimento local, que privilegiam o consumo por proximidade comprando diretamente dos produtores e repassando para o consumidor com o mesmo valor, visto todos os associados serem responsáveis pelas despesas da cooperativa por meio de uma taxa mensal.

Para Cabanes Morote e Gómez López (2014) os grupos de consumo são canais curtos de comercialização, ou seja, eliminam os intermediários no processo de comercialização, por meio da ação coletiva, ou seja, da união das pessoas em torno de um mesmo objetivo, que é a aquisição de produtos saudáveis, de qualidade e em quantidade suficiente, para si e sua família. Isso sem prejuízo para o meio ambiente e contribuindo com o desenvolvimento local. Esses grupos estão aumentando por toda a Espanha, devido a demanda da população por produtos de qualidade.

A Espanha está classificada, em superfície, como o primeiro país com produção ecológica da UE (ESPAÑA, 2013). A produção ecológica foi regularizada, na Espanha, em 1989, pelo regulamento (CEE) 2092/91, que se refere a essa produção, de forma genérica, como "Agricultura Ecológica". A partir de 2009, essa produção é regida pelo regulamento (CE) 834/2007 do conselho de 28 de junho de 2007, onde são definidas as normas de rotulagem e de produtos ecológicos provenientes de outros países (ESPAÑA, 2015).

Quanto ao controle e certificação da produção ecológica, esse é realizado pelos conselhos ou comitês de agricultura territorial, organismos públicos de competência de cada comunidade autônoma. Algumas comunidades autônomas, tais como Andalucía e Castilla-La Mancha, designaram organismos privados para realizar esse controle e certificação (ESPAÑA, 2015).

Segundo estudo realizado pelo Ministerio de Agricultura Alimentación y Medio Ambiente, MARM, a demanda de alimentos produzidos ecologicamente foi promovida por grupos organizados de consumo ecológicos, sendo que esses grupos surgiram na Espanha nos anos oitenta e se ampliaram nos anos noventa. Esses estudos ainda informam que pelo menos 5% do consumo de produtos ecológicos se dá por meio desses canais curtos (HISPA COOPE, 2011).

Ainda de acordo com estudos do MARM, cerca de 70% da população espanhola já escutou falar de alimentos ecológicos, mas desses, de 62,1% nunca consumiu esses alimentos, um número altíssimo para uma população de um país considerada criteriosa na escolha de produtos para sua alimentação. Os motivos apontados pelo citado órgão, é o desconhecimento da população, sobre o significado de alimentos ecológicos, a dificuldade de encontrar tais produtos no mercado e principalmente a diferença de preço (HISPA COOPE, 2011).

Nas entrevistas junto aos grupos cooperativos, os mesmos afirmaram que não há políticas públicas de incentivo para grupos cooperativos com produção ecológica, as ajudas são muito pontuais e escassas. Os mesmos informaram ainda que a produção ecológica é uma opção produtiva, como filosofia de vida e uma alternativa de mercado.

Segundo Moyano-Estrada e Ortega (2014), há uma mudança de prioridades na PAC, cuja reforma para 2014 a 2020 aconteceu no final de 2013, que a difere totalmente das reformas anteriores. Pois de uma PAC antes destinada especificamente ao desenvolvimento do setor agrário, nesse momento, essa se volta ao desenvolvimento setorial. Há ainda, nessa nova modalidade da PAC, o incentivo a investimentos voltados a ações que contribuam para o melhoramento do bem-estar da sociedade, com a utilização dos recursos naturais de forma mais racional, para produção de alimentos, visando sua preservação. Portanto, é estabelecido nessa reforma, um maior incentivo à multifuncionalidade da agricultura, onde a sua função não é apenas a produção de alimentos, mas também a preservação ambiental como um bem público.

No entanto, muitos são os questionamentos sobre a aplicabilidade das ajudas aos empreendimentos agrícolas familiares multifuncionais. Sobre o controle e incentivos dos recursos destinados a esse fim. O conceito de multifuncionalidade da agricultura já é assumido na declaração de Cork (1996) e La agenda 2000 (1997), documento que vai estabelecer as bases tanto econômicas quanto financeiras da EU nos períodos de 2000-2006. Segundo esse conceito, o meio rural tem a dupla função, produzir alimentos e garantir serviços públicos essenciais como o bem-estar dos cidadãos e do meio ambiente.

Assim, percebe-se que a sustentabilidade ambiental é uma demanda para o setor cooperativo em Espanha. Uma exigência ao setor agrário sem recursos suficiente para atendê-la. Pois o orçamento da PAC, destinado a agricultura é de 370 bilhões de euros para o período 2014-2020, 12% menor que o orçamento dos últimos sete anos, que foi de 412,6 bilhões de euros, e com o ingresso de mais três países (Bulgária, Romênia e Croácia), sendo agora, 28 os países membros.

Portanto, ainda que existam muito trabalho e investimento voltados para a aquisição de tecnologias limpas no processo produtivo, por parte dos grupos cooperativos, existe pouco apoio econômico do governo para esse fim. Percebe-se que existe uma falha nas políticas públicas que proporcionem apoio aos produtores ecológicos, com uma garantia de preços para tornar esses alimentos mais acessíveis a população, permitindo assim a viabilidade de uma produção mais sustentável.

Ao serem questionados sobre a percepção pessoal das ajudas do governo para a produção, todos foram unânimes em afirmar que o setor agrícola tem sido priorizado pelo setor industrial. Segundo os entrevistados, há muito mais recursos para as indústrias em nível de país. No entanto, foi observado que há uma interligação entre o setor agrário e industrial por esses grupos cooperativos, visto que a maioria dos mesmos é beneficiadora da produção dos sócios, são vinícolas, fabricantes de azeite, frutos secos entre outros. Esse estreitamento entre os citados setores foi identificado por Rodrigues Zúñiga e Gutierrez (2012). No entanto, é certo que até 2008 o setor de construção era um dos mais privilegiados, principalmente na Comunidade Valenciana (UNIÓN EUROPEA, 2015).

Uma das queixas ainda apresentadas pelos entrevistados, também relacionado a dotação de recursos, foi sobre os investimentos realizados pelas comunidades autônomas. Alguns representantes, dos grupos cooperativos entrevistados,

afirmaram que a ajuda proveniente da PAC é complementada por cada comunidade autônoma, conforme o grau de interesse político, no caso da comunidade Valenciana, o investimento é menor do que outras comunidades circunvizinhas, entre essas Murcia.

Murcia está classificada entre as cinco comunidades autônomas mais pobres de Espanha, e esta enquadrada como prioridade, no marco da coesão territorial das perspectivas financeira da União Europeia. Essa prioridade prevê maior equidade territorial (UNIÓN EUROPEA, 2015). Assim, o nível de recurso destinado a essa Comunidade Autônoma é maior, gerando certo constrangimento entre os da comunidade Valenciana, seus vizinhos, o que pode ser justificado pela falta de informação.

Segundo os entrevistados, a falta de apoio político aos agricultores, é que tem levado a um cenário de desânimo a agricultura alicantina e a não implementação da produção ecológica. Pois a política de abertura de mercados, por meio da OCM, garante o abastecimento interno com mercadorias provenientes de localidades com menores custos de produção, com as quais a agricultura espanhola não pode competir. Existe um regime intervencionista como mecanismo de regulação de mercado desde a entrada da Espanha na União Europeia. Esse mecanismo vem desfavorecendo alguns setores internos, entre esses os produtores agrícola familiar e suas organizações, fator já identificado por Gómez López (2009) e López, Foncea e Servós (2009).

Havia um descontentamento entre os entrevistados com as políticas públicas destinadas às cooperativas e agricultores familiares, no entanto, não foi detectada nenhuma ação desses para a resolução dos problemas.

Há ainda a questão relacionada ao consumo, pois apesar dos grupos de consumo, estarem encurtado os canais de comercialização, incentivando a produção ecológica, há muito que avançar na conscientização da população sobre os benefícios próprios e para seus descendentes sobre o consumo de produtos produzidos de forma mais sustentável.

A agricultura ecológica é realizada pelos produtores no anseio de atingir um nicho de mercado, agregando melhor valor econômico à produção, o que compromete sua sustentabilidade.

Assim, apesar de muitas inovações na busca por melhorias ambientais, os grupos cooperativos hora analisados não são sustentáveis nesse quesito, possuindo

muita dificuldade em incrementar a produção. Apesar de mais de 50% dos grupos estarem investindo nessa modalidade de produção, o montante produzido é muito pequeno, se comparada à produção não ecológica. O interesse na produção ecológica é puramente econômico e se não houver incentivos que garantam o retorno investido, a tendência é a estagnação e conseqüente diminuição dos investimentos.

7 CONCLUSÃO

Na análise realizada nos empreendimentos cooperativos da província de Alicante, ficou evidenciada que o que influenciou a opção por uma agricultura mais respeitadora do equilíbrio ambiental foi, em grande parte, econômico. Foram identificados muitos elementos positivos, concluindo assim que existem intersecções sustentáveis.

Pelo exposto os grupos cooperativos são importantes para o apoio aos produtores na modalidade de uma produção mais sustentável, mesmo que apenas por interesses econômicos. A dimensão ecológica da sustentabilidade não está isolada, mas conectada com outras dimensões, entre essas, a econômica, que contribui para maior bem-estar das famílias moradoras do entorno dos grupos cooperativo, por meio da segurança econômica gerada. Esse fator pode ser uma possibilidade para a manutenção do “modus de vida” agrícola familiar, tanto na Espanha como em outros países que possuam grande centralidade na produção agrícola familiar.

A dimensão ambiental da sustentabilidade também está interligada a dimensão política, que é avaliada, pela participação dos associados nas ações nos grupos cooperativos, bem como desses com o poder local, no que tange a construção de políticas públicas para a agricultura familiar e seus grupos organizativos. Ao se considerar a perda da participação reivindicatória desses grupos (GÓMEZ LÓPEZ, 2009), junto ao poder público, pode se detectar uma falha na sustentabilidade dos empreendimentos cooperativos na província de Alicante, podendo concluir, que no que se refere a dimensão ambiental, os grupos cooperativos analisados ainda são incipientes.

Como citado, não existe um sistema agrícola que seja sustentável em todas as suas dimensões, o que existe é uma intersecção sustentável, entre essas dimensões (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2010).

No entanto, a intersecção sustentável na dimensão elencada no presente trabalho, e os grupos cooperativos analisados, são passíveis de ser alargada. Isso por meio de adoção de políticas efetiva de apoio a uma produção mais sustentável na agricultura familiar.

Conforme análise do National Research Council (2010), a adoção de uma prática agrícola que seja mais sustentável vai de encontro às aspirações sociais, que por meio da participação política levarão os governantes a adotarem políticas de incentivos a essas aspirações. São os governos que por meio de estímulos e políticas governamentais que podem possibilitar linhas de custeios e créditos, bem como implantar sistema de parcerias que permitirão a viabilidade de qualquer prática agrícola. É necessário, portanto, um processo democrático, deliberativo e participativo para que as expressões, descobertas, transformações, criações de crenças sociais e preferências políticas possam acontecer. Portanto, é necessária uma boa governança para decidir uma trajetória sustentável da agricultura familiar contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, M. A. et al. The scaling up of agroecology: spreading the hope for food sovereignty and resiliency. *A contribution to discussions at Rio*, v. 20, 2012.

Disponível em

http://www.weltagrabericht.de/fileadmin/files/weltagrabericht/The_scaling_up_of_agroecology_Rio.pdf Acesso em 25/01/2017

CABANES MOROTE, M.; GÓMEZ LÓPEZ, J. D. Economía social y Soberanía Alimentaria: Aportaciones de las cooperativas y asociaciones agroecológicas de producción y consumo al bienestar de los territorios. *CIRIEC-España*, n. 82, p. 127, 2014. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/174/17433883005.pdf>. Acesso em 25/01/2017

CAPORAL, F. R. et al. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília: MDA/SAF, 2009. 30 p.

COMUM, Nosso Futuro. *Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORK, La Declaración. *Hacia una política integrada de desarrollo rural*. Noviembre de 1996. Resgatado em 25 de julho de 2015 de http://www.femp.es/files/566-138-archivo/Declaraci%C3%B3n_de_Cork_1996.pdf.

COSTA, C. E. *Notas de Economia do Setor Público: Bens Públicos*. 2010.

Recuperado em 19 de maio de 2016 de

<http://epge.fgv.br/we/Graduacao/FinancasPublicas/2010?action=AttachFile&do=get&target=Bensp%C3%BAblicos.pdf>

_DE ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 6, 2002. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>

DESROCHE, H. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. In: THIOLENT, M. (Org.). *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: EdUFSCAR, p. 131-154, 2006.

ESPAÑA. *Caracterización del sector de la producción ecológica española: valor, volumen y mercado y evaluación del impacto del comercio electrónico en la producción ecológica española*. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. 2013. Recuperado em 24 de julho de 2015 de <http://www.magrama.gob.es/imagenes/es/Informe%20P%20y%20M%20Ecologico%20-%202012-WEB%201-tcm7-310968.pdf>

ESPAÑA. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. *La agricultura ecológica en España*. 2015. Disponível em: <http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/laagricultura-ecologica/> Acesso em: 22 jun. 2015.

EUROPA. *Síntese de la legislación de la EU*. Reforma de la política agrícola común (PAC), 2015. Recuperado em 08 de julho de 2015 de http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l60002_es.htm.

GRAZIANO DA SILVA, J. *FAO mapa da fome 2015: 795 milhões de famintos*. 2015. Recuperado em 19 de maio de 2015 de <https://belincanta.wordpress.com/2015/05/28/mapa-da-fome-2015-795-milhoes-de-famintos/>

FONCEA, M. D.; SERVÓS, C. M. Impacto económico de las cooperativas. La generación de empleo en las sociedades cooperativas y su relación con el PIB. *CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa*, n. 67, p. 23-44, 2010. Disponível em http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/coop_pib.pdf. Acesso em 25/01/2017.

FRANCO, M. A. R. "*Planejamento Ambiental para a cidade sustentável*". São Paulo, Brasil. Ed. EDIFURB. 2001. 2ª edição. 296 p.

GLIESSMAN, S. R. et al. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. *Revista Ecosistemas*, v. 16, n. 1, 2007. Disponível em <http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?id=459> . Acesso em 25/01/2017.

GÓMEZ LÓPEZ, J. D. *Las cooperativas agrarias*. Instrumento de desarrollo rural, Alicante, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2004. 298 p.

_____. El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital. *Boletim de Geografia*, p. 15-23, 2009. (2009). doi: <http://dx.doi.org/10.4025/bolgeogr.v0i0.8443>

HISPA COOPE. Cuadernos de las cooperativas de consumidores. *Confederação Española de Cooperativas de Consumidores y Usuarios*. 2011. 22(13). Recuperado

em 25 de junho 2015 de <http://www.hispacoop.com/home/index.php/2012-11-08-03-42-54/44-cuadernos-de-las-cooperativas-de-consumidores-n-22/file>.

INE, Instituto Nacional de Estadística. Ocupados por ramas de actividad, por tipo de ocupación, por situación profesional y por tipo de puesto laboral. 2009. *Empleo* (actualizado 4 diciembre 2015). Recuperado em 20 de março de 2016 de http://www.ine.es/ss/Satellite?L=es_ES&c=INESeccion_C&cid=1259931459725&p=1254735110672&pagename=ProductosYServicios%2FPYSLayout¶m3=1259924822888_

KOULYTCHIZKY, S. O Quadrilátero de Desroche Revisitado. In: THIOLENT, Michel (org.) *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos - SP: Editora UFSCar.155-163, 2006.

LA AGENDA 2000. *Una política agrícola común para el futuro*. 2000. Resgatado em 25 de Julho de 2015 de http://ec.europa.eu/agriculture/publi/review99/08_09_es.pdf.

LÓPEZ, J. C.; FONCEA, M. D.; SERVÓS, C. M. Sociedades cooperativas y sociedades laborales en España: estudio de su contribución a la creación de empleo y al crecimiento económico. *REVESCO: Revista de estudios cooperativos*, n. 98, p. 35-69, 2009. Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/REVE/article/viewFile/REVE0909230035A/18720>
Acesso em 25/01/2017.

MARM, Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino. *Calidad Diferenciada*. 2009. Resgatado em 26 de abril de 2016 de www.alimentacion.es.

MESS, Ministerio de Agricultura, Alimentación Y Medio Ambiente. *Plan estatal de integración asociativa para el ejercicio 2014*. 2011. Resgatado em 08 de setembro de 2016 de http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/ley-de-fomento-de-la-integracion-cooperativa/Plan_Estatal_2014_tcm7-337590.pdf

MORAL, A. M.; COHARD, J. C. R. La economía social: agente de cambio estructural en el ámbito rural. *Revista de desarrollo rural y cooperativismo agrario*, n. 4, p. 7-18, 2000. Disponível em <http://cederul.unizar.es/revista/num04/pag01.htm>. Acesso em 25/01/2017.

MOYANO-ESTRADA, E. Desarrollo local y cohesión en el marco de la nueva programación estratégica de la UE (2014-2020). Notas de palestra proferida no seminário "La estrategia Leader en el nuevo enfoque participativo de La Unión Europea para el desarrollo local (2014-2020)". Salamanca, 2013.

MOYANO-ESTRADA, E.; ORTEGA, A. C. A Reforma da PAC para o período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial. *RESR*, Piracicaba, SP, v. 52, n. 4, p. 687-704, out./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52n4/a04v52n4.pdf> Acesso em 25/01/2017.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL, Committee on Twenty-First Century Systems Agriculture. *Toward Sustainable Agricultural Systems in the 21st Century*. Board on Agriculture and Natural Resources. Division on Earth and Life Studies. National Research Council. Of the national academies. The National Academies Press. Washington, D. C. 2010. www.nap.ed

ORTEGA, E.; CAVALETT, O.; BONIFÁCIO, R.; WATANABE, M. Expanded energy analysis of soybean production in Brazil. In *Proceedings of IV Biennial International Workshop "Advances in Energy Studies"*. Unicamp, Campinas, SP, Brazil (pp. 285-299), 2004, June.

PÉREZ, S. O. *Un espacio cooperativo: soberanía alimentaria y solidaridad internacionalista campesina*. Icaria editorial, 2015. 168 p.

POYATOS, R. P.; GÁMEZ, M. D. M. V.; SOLÍS, J. M. A. Las sociedades cooperativas de segundo grado y su relación jurídica con socios. *REVESCO: revista de estudios cooperativos*, n. 93, p. 98-143, 2007. Disponível em www.ucm.es/info/revesco. Acesso em 25/01/2017.

RIOJA, L. A. C. et al. (eds.). *La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social*. Barcelona: Fundación La Caixa. 2009. 190 p.

RODRIGUES ZÚÑIGA, M.; GUTIÉRREZ, R. S. *Situación actual de la agricultura familiar en España*. 2012. Recuperado em 22 de março de 2016 de http://www.magrama.gob.es/ministerio/pags/Biblioteca/fondo/pdf/11575_12.pdf.

RUWER, L. M. E.; MOREIRA, I. S. Mundo do trabalho, Serviço Social e desenvolvimento sustentável. *Anais do VII Seminário*. <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010> 2010.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In BURSZTYN, M. (org.) *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993, pp. 29-56

_____. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond. 2000. 96 p.

SEGRELLES SERRANO, J. A. Bloque 4. Temas 8 y 9. Actividades económicas de los espacios rurales. *Geografía Rural*. 2011. <http://hdl.handle.net/10045/19096>

SEQUINEL, M. C. M. O modelo de sustentabilidade urbana de Curitiba: Um estudo de caso. *Dissertação de Mestrado em (UFSC) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção*. Florianópolis. 2002. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/83553>. Acesso em 25/01/2017.

SIQUEIRA, T. V. D. Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a Agenda 21. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro. 8(15)247-288, 2001. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1509.pdf Acesso em 25/01/2017.

THEIS, T.; TOMKIN, J. *Sustainability: A Comprehensive Foundation*. Rice University, Houston, Texas. 2012. Disponível em <https://archive.org/details/ost-earth-sciences-col11325> Acesso em 25/01/2017.

THOMPSON, P.B. *The Agrarian Vision: Sustainability and Environmental Ethics*. Lexington: University of Kentucky Press. 2010. 320 p.

UNIÓN EUROPEA. *Programa operativo del fondo europeo de desarrollo regional de la Comunitat Valenciana 2014-2020*. 2015. Generalitat Valenciana. Recuperado em 14 de abril de 2016 de

http://www.hisenda.gva.es/documents/599445/599488/PO+FEDER14-20_02072015+_aprobado.pdf/2944abae-157d-4b6f-a094-bea51515855c

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO

O presente instrumento, norteador, foi utilizado para coleta de dados junto aos empreendimentos analisados em Alicante, Espanha, e no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. O mesmo foi elaborado com base nas dimensões da sustentabilidade abordadas no presente estudos, sendo essas a dimensão política, econômica, social e ambiental. Para cada dimensão foram definidas um elenco de variáveis, no objetivo de compreender as relações dos empreendimentos estudados com as dimensões analisadas.

QUESTIONÁRIO EMPREENDIMENTOS

Data: _____

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome do empreendimento: _____
2. Endereço: _____
3. Nome das pessoas entrevistadas: _____
4. Endereço de contato: E-mail _____
Fones: _____
5. Constituição jurídica do empreendimento:
1.() Formal; 2.() informal.
6. Se formal, qual a organização jurídica?
1.() Cooperativa; 2.() Associação; 3.() Uma cooperativa de economia solidária;
4.() Uma associação de economia solidária; 5.() Outros: _____
7. Principal atividade desenvolvida pelo empreendimento:
1.() Comercialização; 2.() Produção; 3.() Beneficiamento da produção dos sócios;
4.() Beneficiamento da produção dos sócios e de terceiros; 5.() Misto Comercialização e produção; 6.() Misto comercialização, produção e beneficiamento da produção dos sócios;
7.() Misto comercialização, produção e beneficiamento da produção dos sócios e de terceiros.
8. Os associados estão vinculados a algum movimento social? (se estão vinculados em mais de um, colocar porcentagem %).
1.() MST; 2.() FETAGRI; 3.() CUT; 4.() AMFFI; 5.() FAFI; 6.() FAF;
7.() Economia Solidária.
9. A origem dos associados: 1.() rural; 2.() urbana.
10. Principal região de origem: _____
11. Quadro dos associados trabalhadores no empreendimento:

Idades	Homens				Mulheres			
	Total	Trabalham no empreendimento (S/N)			Total	Trabalham no empreendimento (S/N)		
		Sim		Não		Sim		Não
		Remunerado	Voluntário	Cooperado		Remunerado	Voluntário	Cooperado
	N. de Hs. trabalhadas	N. de Hs. trabalhadas	N. de Hs. trabalhadas		N. de Hs. trabalhadas	N. de Hs. trabalhadas	N. de Hs. trabalhadas	
< 14 anos								
14 – 18								
19 – 25								
26 – 40								
41 – 60								
> 60								

12. Numero de trabalhadores não sócios contratados no empreendimento _____

13. Tempo de fundação do empreendimento:

- 1.() Mais de 15 anos; 2.() Mais de 10 anos; 3.() Mais de 7 anos; 4.() Mais de 5 anos;
5.() Mais de 3 anos; 6.() Mais de um anos.

14. Quais são as normas que regem a conduta dos sócios e funcionamento do empreendimento?

- 1.() Estatuto; 2.() Regimento interno; 3.() outros: _____

15. Sócios fundadores (em números):

1.Iniciais	2.Saíram e não voltaram	3.Saíram e voltaram	4. Nunca saíram

16. Principais motivos alegados pelos associados que saíram: _____

17. Numero de sócios nos quatro últimos anos:

Idades	Homens					Mulheres				
	Total	2011	2012	2013	2014	Total	2011	2012	2013	2014
< 14 anos										
14 – 18										
19 – 25										
26 – 40										
41 – 60										
> 60										

18. Perfil educacional dos sócios

	Analfabetos	Alfabetizado	Funda. Incom. (n° anos)	Funda. completo	Médio incompleto (n° anos)	Médio completo	Superior Incompleto (n° anos)	Superior completo	Pós-Graduação
Mulheres									
Homens									

19. Número de sócios que já possuía experiência na atividade agropecuária antes de se associar ao empreendimento: _____ sócios.
20. Número de sócios que possuía experiência em outra atividade antes de se associar ao empreendimento: _____ sócios

FORÇA DOS LAÇOS SOCIAIS INSTITUIÇÕES: CONFIANÇA/REGRAS DO JOGO/COOPERAÇÃO PARA OS PRODUTORES

21. Como se deu a mobilização inicial para formação do empreendimento?
 1.() Por agentes externos; 2.() Pelos produtores com apoio e incentivo de agentes externos; 3.() Pelos produtores.
22. Como foram criadas as normas que regulam o funcionamento do empreendimento e conduta dos sócios?
 1.() Foram construídos e decididos pelo presidente\coordenador; 2.() Foram construídos pelo presidente\coordenador e decididos pela presidência\coordenação; 3.() Foram construídos e decididos pela equipe da presidência\coordenação; 4.() Foram construídos pela equipe da presidência \ coordenação e votado em assembleia; 5.() foram construídos pelos associados e votados em Assembleia.
23. Qual a relação dos associados com essas normas?
 1.() Ninguém respeita 2.() Alguns respeitam 3.() Todos respeitam
 Justifique a resposta: _____

24. Já foi detectado algum conflito entre os associados?
 1.() Sim 2.() Não
 Se sim, quais os principais motivo alegado? _____

25. Como se deu a resolução dos principais conflitos:
 1.() A maioria resolvidos com permanência do associado; 2.() A maioria resolvidos com a saída do associado.
26. Como foram adquiridos os bens do empreendimento? (Em porcentagem %)

- 1.() Comprados por uma pessoa e/ou adquiridos por projetos com a participação de uma pessoa? 2.() Comprados por alguns e/ou adquiridos por projetos com a participação de alguns? 3.() Comprado coletivamente e/ou adquiridos por projetos construídos coletivamente?
Outro: _____
27. Existem normas internas que regem o trabalho no empreendimento?
1.() Não 2.() Sim
28. Como foram criadas essas normas?
1.() Foram construídas e decididas pelo presidente\coordenador 2.() Foram construídas pelo presidente\coordenador e decididas pela presidência\coordenação 3.() Foram construídas e decididas pela equipe da presidência\coordenação 4.() Foram construídas pela equipe da presidência \ coordenação e votadas em assembleia 5.() foram construídas pelos associados e votadas em Assembleia.
29. Como é desenvolvido o trabalho no empreendimento?
1. () Por Voluntários 2. () Por Associados\Cooperados 3. () Contratados (CLT)
30. Como é organizado o trabalho cooperado?
1.() Todos os sócios participam por meio de Rodizio \ trabalho equitativo; 2.() Alguns sócios participam por meio de Rodizio \ trabalho equitativo; 3.() Não há rodizio \trabalho não equitativo; 4. () Não há trabalho cooperado na cooperativa.
31. Como é organizado o trabalho Assalariado?
1.() Todos os sócios participam por meio de Rodizio \ trabalho equitativo; 2.() Alguns sócios participam por meio de Rodizio \ trabalho equitativo; 3.() Não há rodizio \trabalho não equitativo; 4. () Cada um desenvolve a atividade para qual foi contratado.
32. Como é organizado o trabalho voluntário?
1.() Todos os sócios participam por meio de Rodizio \ trabalho equitativo; 2.() Alguns sócios participam por meio de Rodizio \ trabalho equitativo; 3.() Não há rodizio \trabalho não equitativo; 4.() Não há trabalho voluntário no empreendimento;
33. Como se justifica a adesão de novos sócios?
1.() Forçado pela necessidade de comercializar, produzir; 2.() Desejo de organizar a própria produção, comercialização; 3.() Desejo de contribuir com o desenvolvimento familiar e da comunidade; () Outros: _____
34. Critério de filiação de novos associados:
1.() Cota parte 2. () Contrato de filiação 3.() Cota Parte e contrato
4. () nenhum critério.
Outros: _____
35. Critério de desfiliação de associados: (rateio dos bens, distrato):
1.() Pagamento de benfeitorias e distrato de filiação 2.() Pagamento de cota parte e distrato de filiação 3.() Rateio dos bens e distrato de filiação 4. () somente distrato de filiação.
Outros: _____
36. Os critérios acima:
1.() Foram construídos e decididos pelo presidente\coordenador; 2.() Foram construídos pelo presidente\coordenador e decididos pela presidência\coordenação; 3.() Foram construídos e decididos pela equipe da presidência\coordenação; 4.() Foram construídos pela equipe da presidência \ coordenação e votado em assembleia; 5.() foram construídos pelos associados e votados em Assembleia.
37. A remuneração dos associados que trabalham nos empreendimentos se dá:
1.() Mesmo valor para todos; 2.() Por hora trabalhada; 3.() Por hora trabalhada com valorização diferenciada de atividades; 4.() não há remuneração (voluntariado); 5. () Não há associado trabalhando no empreendimento.
38. A remuneração da produção dos associados é:
1.() mesmo valor para todos; 2.() Por quantidade produzida; 3.() Por quantidade produzida com valorização diferenciada por produto;
39. Conhece o funcionamento de outros empreendimentos que desenvolve a mesma atividade no local? 1.() Não 2.() Sim
40. Se sim, como é a relação estabelecida com esses empreendimentos?
1.() Amigável e solidária 2.() Solidária 3.() Amigável 4.() Competitiva

- 5.() Conflituosa 6.() Competitiva e conflituosa
41. Quais as atividades participativas desenvolvidas pelo empreendimento e a média de participantes? [porcentagem %]
 1.() Assembleias, reuniões, formação, atividades de lazer; [___ %]
 2.() somente Assembleias, reuniões e formações [___ %]
 3.() somente Assembleias e reuniões [___ %]
 4.() somente Assembleias [___ %]
42. Os associados possuem conhecimento da amplitude social/política do empreendimento?
 1.() Não, nenhum 2.() sim, a minoria 3.() Sim, a maioria 4.() Sim, todos
 Justifique a resposta: _____
-
43. Os associados possuem capacidade de diagnosticar, agir, tomar decisões, avaliar, controlar...? 1.() Não, nenhum 2.() sim, a minoria 3.() Sim, a maioria
 4.() Sim, todos
44. Como são tomadas as principais decisões dentro do empreendimento?
 1.() Decididos pelo presidente/coordenador; 2.() Decididos pela presidência/coordenação e esporadicamente comunicada em assembleia; 3.() Pela presidência/coordenação e comunicadas em assembleia; 4.() Pelos associados com votação em Assembleia.
45. O empreendimento desenvolve atividades econômicas com outros empreendimentos locais?
 1.() Sim 2.() Não
46. Se não, qual o motivo?
 1.() Não há comunicação com os outros empreendimentos; 2.() Não há interesse ou necessidade; 3.() Nunca houve oportunidades.
47. Se sim, quais as atividades desenvolvidas? _____
-
48. Existem no local da sede do empreendimento festas, cursos... atividades de interesse comum para comunidade/associados? 1.() sim 2.() Não
49. Quem promove/organiza essas atividades de interesse comum para a comunidade/associados?
 1.() Órgão governamentais 2.() Instituições de apoio 3.() Movimentos sociais 4.() Os empreendimentos locais
50. E quanto ao empreendimento? O mesmo promove atividades de interesse comum para comunidade/associados? 1.() Sim 2.() Não

EFICIÊNCIA TÉCNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (DEA) E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL:

51. Quais produtos São produzidos pelo empreendimento?

52. O empreendimento produz algum produto de forma agroecológica? 1.() Sim 2.() Não
53. Se sim, quais produtos agroecológicos são produzidos/comercializados pelo empreendimento?

54. Qual a quantidade produzida/comercializada anual de cada produto produzido/comercializado pelo empreendimento?

55. Se produz/comercializa produtos agroecológicos, qual a quantidade anual produzida/comercializada de cada produto? _____

56. Qual a renda anual bruta com a produção em geral dos associados?

57. Se produz \comercializa produtos agroecológicos Qual a renda anual bruta com a produção agroecológica dos associados?

58. Quantas pessoas trabalham na produção\comercialização do estabelecimento?

59. Qual a estimativa de gastos mensais com insumos para produção\comercialização em geral do empreendimento?

60. Se produz \comercializa produtos agroecológicos, qual a estimativa de gastos mensais com insumos para produção\comercialização agroecológica?

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL:

61. O empreendimento recebe algum benefício (subsídio) do governo para produção\comercialização? 1. () sim 0.() Não

1.1 Se sim, qual?

62. O empreendimento utiliza financiamento público para produção\comercialização?

1.() Sim 0.() Não

2.1 Se sim, qual ?

63. Utiliza algum programa de compra do governo para produção?

1.() Sim 2.() Não

3. Se sim, qual?

64. Utiliza algum programa de compra do governo para produção agroecológica?

1.() Sim 2.() Não

3. Se sim, qual?

65. Qual sua percepção em relação ao governo no auxílio à produção agrícola em geral?

66. Qual sua percepção em relação ao governo no auxílio à produção agrícola agroecológica?

67. Se o empreendimento não produz de forma agroecológica, quais são as medidas tomadas para garantir a sustentabilidade ambiental do entorno?
